

Coleção  
**Sessões Temáticas**

- Reforma Política
- Financiamento da Saúde
- Pacto Federativo

Íntegra dos Debates

SENADO FEDERAL



Dezembro / 2013

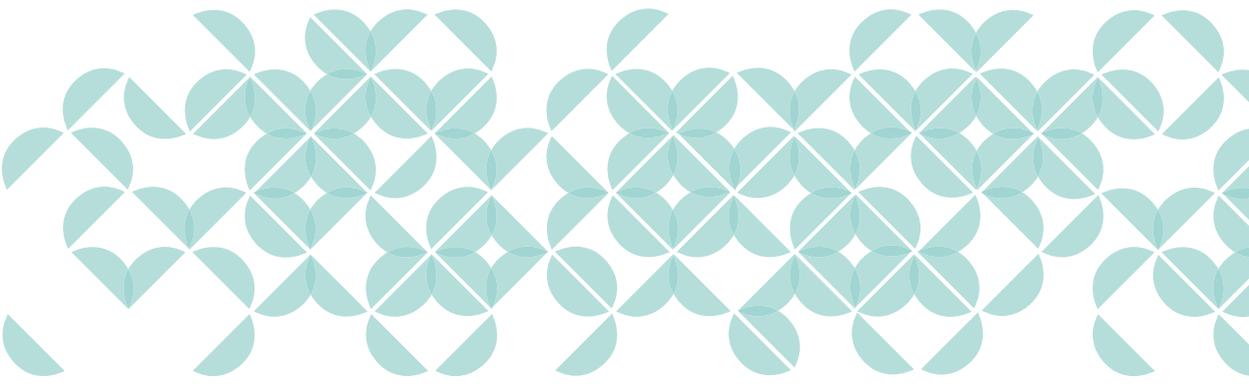


Coleção  
**Sessões Temáticas**

- Reforma Política *(29/8/2013)*
- Financiamento da Saúde *(19/9/2013)*
- Pacto Federativo *(24/10/2013)*

Íntegra dos Debates





## Apresentação

O ano de 2013 será marcado na história republicana como o período de profundas transformações nos métodos e práticas das instituições brasileiras.

No ano em que a Constituição Federal completou  $\frac{1}{4}$  de século — a mais longa das constituições democráticas —, protestos populares e difusos chacoalharam as ruas brasileiras.

As manifestações de civismo no Brasil quase sempre desencadearam mudanças profundas na agenda das instituições. Foi assim nas Diretas Já, na Assembleia Nacional Constituinte e, em 2013, com a onda de protestos contra a qualidade dos serviços públicos.

A interação com sociedade é sempre produtiva. Ela fortalece a democracia ao estreitar a distância das instituições com os cidadãos. A pressão social contribui para desenferrujar os processos decisórios, que precisam ser mais céleres.

Sensível às demandas sociais, o Congresso Nacional propôs uma nova agenda para o país com uma forte coloração ética. Mais de 40 propostas — cobradas pela sociedade — foram aprovadas em menos de 20 dias no Senado Federal. Foi um ano de fortalecimento no plano institucional, político, legislativo e administrativo.

No campo legislativo aprovamos o crime de corrupção, que foi agravado, tornando-o hediondo, os critérios de escolha de senadores foram modificados, o fim do voto secreto em cassações e vetos presidenciais, a ficha limpa para servidores públicos, a facilitação para o exercício da iniciativa popular, a perda automática do mandato em casos de condenação por improbidade e crimes contra a administração pública e o direito de resposta, entre outros.

Administrativamente, a Mesa Diretora do Senado Federal implementou uma política de racionalização e austeridade que implicou em um profundo corte de gastos, além de mudança da cultura da aquisição. Contratos foram extintos e revistos, estruturas administrativas foram fundidas, privilégios foram eliminados e cargos comissionados foram cortados. A redução diminuiu os gastos com pessoal, custeio e investimentos, mostrando que é possível fazer mais com menos.

Mas, inquestionavelmente, 2013 representou uma grande avanço da perspectiva institucional. Inicialmente, o Supremo Tribunal Federal rejeitou o controle preventivo da constitucionalidade de propostas em tramitação no Parlamento. Posteriormente, o Congresso estabeleceu um novo método de apreciação dos vetos presidenciais, que deixaram de se acumular como entulhos legislativos e, por fim, aprovamos o orçamento impositivo das emendas parlamentares carimbadas para a dramática área de saúde.

Mas outras importantes iniciativas no âmbito interno do Senado Federal contribuíram para a revitalização do Parlamento: a fiscalização das políticas públicas pelas comissões permanentes e as sessões temáticas, inovação que está proporcionando maior densidade nos debates da instituição.

Por economia processual, o Regimento Interno do Senado Federal é rígido com a marcação do tempo e números de oradores nas sessões ordinárias. Embora se ganhe em agilidade, as limitações do regimento acabam por restringir o debate em razão do tempo.

A solução encontrada para que o Senado Federal avalie os grandes temas nacionais sem as limitações do regimento interno foram as sessões temáticas, onde um tema é selecionado para o livre debate com especialistas no assunto.

No ano de 2013 realizamos três sessões temáticas: a reforma política, com a ilustre presença da ministra Carmem Lúcia, presidente do TSE; as fontes de financiamento para a saúde pública, que contou com a participação dos ministros Alexandre Padilha, da Saúde, e Miriam Belchior, do Planejamento; e, por último, o debate sobre a necessidade de um novo pacto federativo, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Foram debates técnicos, densos, ricos e que, agora consolidados nesta publicação do Senado Federal, serão muito úteis para o público em geral, estudiosos, historiadores, estudantes, dirigentes públicos, empresários e jornalistas.

**Senador Renan Calheiros**  
*Presidente do Senado Federal*

# Índice

## REFORMA POLÍTICA

---

Renan Calheiros <i>Presidente do Senado / PMDB-AL</i> .....	9
Ministra Cármen Lúcia <i>Presidente do Tribunal Superior Eleitoral</i> .....	13
Eduardo Suplicy <i>Bloco Apoio Governo/PT-SP</i> .....	25
Romero Jucá <i>Bloco Maioria / PMDB-RR</i> .....	32
Vanessa Grazziotin <i>Bloco Apoio Governo / PCdoB-AM</i> .....	44
Walter Pinheiro <i>Bloco Apoio Governo / PT-BA</i> .....	47
Sérgio Souza <i>Bloco Maioria / PMDB-PR</i> .....	50

## FINANCIAMENTO DA SAÚDE

---

Renan Calheiros <i>Presidente do Senado / PMDB-AL</i> .....	63
Alexandre Padilha <i>Ministro de Estado da Saúde</i> .....	68
Miriam Belchior <i>Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão</i> .....	84
Maria do Socorro de Souza <i>Presidente do Conselho Nacional de Saúde</i> .....	90
Humberto Costa <i>Bloco Apoio Governo / PT-PE</i> .....	95
Jurandi Frutuoso <i>Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde</i> .....	100
Ronald Ferreira dos Santos <i>Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e Coordenador do movimento Saúde+10</i> .....	107
Eduardo Suplicy <i>Bloco Apoio Governo / PT-SP</i> .....	111
Ana Amélia <i>Bloco Maioria / PP-RS</i> .....	113
Mozarildo Cavalcanti <i>Bloco União e Força / PTB-RR</i> .....	116
Antonio Carlos Valadares <i>Bloco Apoio Governo / PSB-SE</i> .....	119
José Pimentel <i>Bloco Apoio Governo / PT-CE</i> .....	122

Paulo Davim	
<i>Bloco Maioria / PV-RN</i> .....	126
Waldemir Moka	
<i>Bloco Maioria / PMDB-MS</i> .....	129
Casildo Maldaner	
<i>Bloco Maioria / PMDB-SC</i> .....	132
Wellington Dias	
<i>Bloco Apoio Governo / PT-PI</i> .....	135
Inácio Arruda	
<i>Bloco Apoio Governo / PCdoB-CE</i> .....	139

## **PACTO FEDERATIVO**

---

Renan Calheiros	
<i>Presidente do Senado / PMDB-AL</i> .....	155
Teotônio Vilela Filho	
<i>Governador do Estado de Alagoas</i> .....	159
Silval da Cunha Barbosa	
<i>Governador do Estado do Mato Grosso</i> .....	162
Guido Mantega	
<i>Ministro de Estado da Fazenda</i> .....	165
Lindbergh Farias	
<i>Bloco Apoio Governo / PT-RJ</i> .....	177
Walter Pinheiro	
<i>Bloco Apoio Governo / PT-BA</i> .....	181
Paulo Bauer	
<i>Bloco Minoría / PSDB-SC</i> .....	186
Cristovam Buarque	
<i>Bloco Apoio Governo / PDT-DF</i> .....	192
Delcídio do Amaral	
<i>Bloco Apoio Governo / PT-MS</i> .....	195
Casildo Maldaner	
<i>Bloco Maioria / PMDB-SC</i> .....	200
Anibal Diniz	
<i>Bloco Apoio Governo / PT-AC</i> .....	204
Vanessa Graziotin	
<i>Bloco Apoio Governo / PCdoB-AM</i> .....	208
Luiz Henrique	
<i>Bloco Maioria / PMDB-SC</i> .....	211
Flexa Ribeiro	
<i>Bloco Minoría / PSDB-PA</i> .....	213
Ana Amélia	
<i>Bloco Maioria / PP-RS</i> .....	217
Eduardo Suplicy	
<i>Bloco Apoio Governo / PT-SP</i> .....	220

# SENADO FEDERAL

## Mesa

Biênio 2013/2014

Senador **Renan Calheiros**  
PRESIDENTE

Senador **Jorge Viana**  
1ª VICE-PRESIDENTE

Senadora **Angela Portela**  
2ª SECRETÁRIA

Senador **Romero Jucá**  
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **Ciro Nogueira**  
3º SECRETÁRIO

Senador **Flexa Ribeiro**  
1º SECRETÁRIO

Senador **João Vicente Claudino**  
4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador **Magno Malta**

Senador **João Jayme Campos**

Senador **João Durval**

Senador **Casildo Maldaner**

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
**Claudia Lyra**

DIRETORIA-GERAL  
**Helder Rebouças**

# Reforma Política

29/8/2013

Íntegra do Debate

SENADO FEDERAL



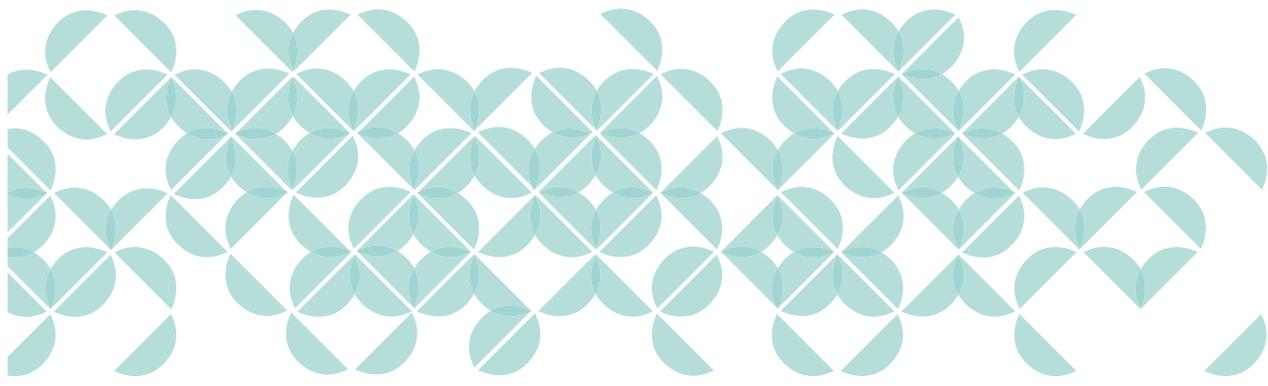


GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Senador Valdir Raupp, senador José Agripino, ministra Carmen Lúcia, senador Renan Calheiros, senador Romero Jucá, ex-deputado Benito Gama e senador Alfredo Nascimento durante debate sobre reforma política



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



GERALDO MAGEIA/AGÊNCIA SENADO



## “Reforma é inadiável, imperiosa e indispensável”

**Renan Calheiros**

*Presidente do Senado / PMDB-AL*

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, representantes dos partidos políticos, esta é a primeira Sessão Temática do Senado Federal. Como todos sabem, nós fizemos uma alteração no Regimento Interno do Senado Federal para aprovarmos as sessões temáticas. É que o Regimento da Casa fraciona e dificulta o aprofundamento das grandes discussões e, como a reforma política continua a reforma mais defendida pela sociedade, outra sessão não poderia ser a primeira sessão temática senão a sessão para debater a reforma política.

Nesta primeira Sessão Temática, nós contamos com a honrosa presença da Ministra Cármen Lúcia, Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que já tomou assento à Mesa. Contamos também com a presença do Senador Romero Jucá.

Tenho a satisfação de convidar, para compor a Mesa, o Senador José Agripino, Presidente do DEM e Líder da legenda nesta Casa do Congresso Nacional.

V. Ex<sup>a</sup> está convidado para compor a Mesa. (*Pausa.*)

Convido também, para compor a Mesa, o Presidente em exercício do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Benito Gama. (*Pausa.*)

Convido também, para compor a Mesa, o Senador Alfredo Nascimento, Presidente do PR. (*Pausa.*)

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhores convidados, mesmo com uma elevada produção legislativa, o Congresso Nacional, diariamente, é instado pela sociedade organizada a votar, deliberar esta ou aquela matéria. Todos aqui sabem a quantidade de pedidos que recebemos, em reuniões ou mesmo nos corredores do Congresso Nacional, para votar esta ou aquela proposição. É, como todos sabem, uma pressão legítima e democrática, desde que esteja ao alcance de todos e não, evidentemente, restrita a privilegiados.

No final do primeiro semestre deste ano, rompemos, Presidente Cármen Lúcia, a burocracia enervante do processo legislativo e conseguimos aprovar perto de quarenta propostas que continham demandas procedentes da sociedade brasileira. Foram, como todos lembram, sessões históricas, pela agilidade e objetividade.

As novas tecnologias, a rede de computadores, as coberturas *on-line* impuseram às instituições um novo ritmo. A sociedade cobra respostas ágeis e instantâneas.

Em razão de obstruções políticas, pautas trancadas e outras artimanhas, infelizmente, nem sempre o Parlamento do Brasil – e mesmo outros parlamentos mundo afora – alcança a rapidez desejada. Entretanto, todos nós temos muito claro que o Parlamento não pode se comportar como uma linha de produção legislativa. Até porque “parlamento”, por sua essência e até pela etimologia da denominação, é o ambiente da palavra, é o ambiente do debate, da discussão e do exercício excessivo da antítese.

Por esse motivo, logo após a posse da nova Mesa Diretora do Senado Federal, propusemos a criação de sessões temáticas, onde temas de relevo nacional e internacional pudessem ser adensados, debatidos com profundidade por especialistas e pelos Senadores, sem as amarras regimentais que, reconheço e já disse aqui, em muitas oportunidades, atrofiam o debate.

Por essas razões e com muita alegria, realizamos, hoje, a primeira Sessão Temática com a presença ilustre da Ministra Cármen Lúcia, cuja biografia, competência e conhecimento da matéria dispensam maiores comentários. A Ministra Cármen Lúcia, ex-Procuradora em Minas Gerais, mestre em Direito Constitucional e professora da disciplina, é uma autoridade inques-

tionável em matéria eleitoral. Sua presença aqui, como já disse e repito, engrandece e qualifica muito bem nosso debate e o Senado Federal.

O tema, o mais premente do momento, é a inadiável, imperiosa e indispensável reforma política. Já fizemos, como todos acompanham, correções pontuais. Eliminamos, em 2009, showmícios, brindes e outras alegorias. Isso porque, Tourinho, Presidente do PTC, eles não guardam nenhuma relação com o debate eleitoral. As mudanças, como todos viram, foram importantes, mas insuficientes.

Não foi, obviamente, a assepsia político-eleitoral necessária, mas um pequeno curativo em uma ferida aberta, que tão somente pretendeu debelar uma contaminação antes de se tornar uma septicemia. Foi uma intervenção acertada, mas a reforma para estancar a hemorragia, eliminar o peso do poder econômico, tornar a disputa mais isonômica, fortalecer os partidos e não fraudar a vontade do eleitor ainda estamos devendo à sociedade brasileira. Sem ela, estaremos assinando a promissória da incerteza e a certeza de Comissões Parlamentares de Inquérito pré-datadas.

Agora mesmo, o Senado Federal está se empenhando em mudanças eleitorais tópicas, que objetivam diminuir o custo das campanhas eleitorais, um dos mais altos do Planeta; contudo, este é apenas um passo, não o passo definitivo.

A reforma política, como todos sabem, é a mais resistente de nossas unanimidades estáticas, um gênero tipicamente brasileiro. Todos são favoráveis, todos advogam, mas ela não avança um milímetro sequer. Isso, claro, porque todos têm o seu modelo, e muitas deliberações dependem de quórum qualificado, o que dificulta, nos parlamentos – e não apenas neste Parlamento –, a formação da maioria. Na Câmara, algumas matérias dependem de um mínimo de 308 votos “sim”; e, no Senado, dependem de um mínimo de 49 votos “sim”.

O Instituto DataSenado acaba de concluir, Ministra Cármen Lúcia, uma pesquisa nacional em que foram ouvidas 1.229 pessoas. A principal conclusão da sondagem é que 84,1% dos entrevistados pelo DataSenado querem a reforma política. Na questão do voto, por exemplo, 68,9% são contrários à obrigatoriedade, mas 79% votariam mesmo sendo um modelo facultativo.

De outro lado, diz ainda o DataSenado, 74% aprovam o mandato de quatro anos, e o instituto da reeleição ainda divide opiniões. Entre os entrevistados, 78% são contrários ao sistema de lista fechada e 58,6% concordariam com o voto distrital.

A principal questão, o financiamento, também divide: 48% querem o finan-

ciamento privado, outros 32% aprovaram o financiamento público e 12% concordariam com o sistema misto.

A pesquisa mostra, mais uma vez, que devemos ouvir diretamente a população. Estou pessoalmente convencido de que a Presidente Dilma Rousseff estava coberta de razão ao defender a consulta popular.

Ouvir a sociedade em pesquisas é, como sempre defendi, sondagem salutar. Mas é hora também de ouvir o que a sociedade tem a dizer, objetiva e formalmente, sobre o seu futuro. Sem o empurrão, sem o tranco da sociedade, essa reforma continuará a ser estática, embora unânime.

A sociedade, como vimos recentemente, está atenta e exigindo ser ouvida e atendida com mais frequência. Ela cobra uma nova agenda, e esta passa pela reforma política. Se a sociedade muda, as leis também precisam mudar.

Eu agradeço, desde já, portanto, a presença de todos, especialmente da Ministra Cármen Lúcia, que se dispôs, na primeira hora, a comparecer a este primeiro e significativo debate.

Vamos a ele!

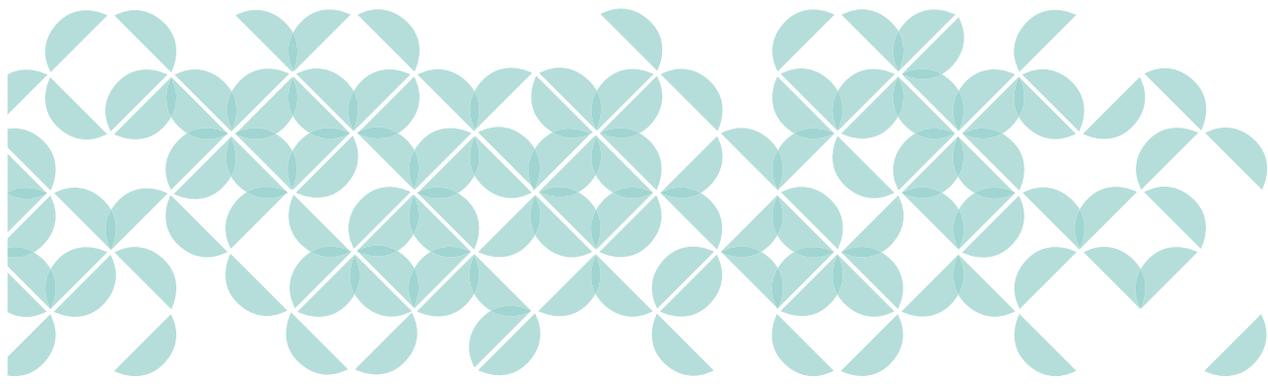
Eu tenho a satisfação de registrar a presença do Sr. Daniel Tourinho, Presidente do PTC; do Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB; bem como de Srs. Líderes partidários.

Lembro que, simultaneamente, está sendo realizada a sabatina do indicado a Procurador-Geral da República, outro mineiro na Casa, o Dr. Rodrigo Janot.

Portanto, vamos ao trabalho.

Eu concedo a palavra, com muita satisfação, à Ministra Cármen Lúcia.

V. Ex<sup>a</sup> fique à vontade: pode falar daí onde se encontra ou, se desejar, poderá usar a tribuna. Fique inteiramente à vontade.



GERALDO MAGEIA/AGÊNCIA SENADO



## Ministra defende coerência com o que a sociedade quer

**Ministra Cármen Lúcia**  
*Presidente do Tribunal Superior Eleitoral*

Sr. Presidente deste Senado Federal, Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores que compõem a Mesa, Srs. Senadores que me honram com a sua presença nesta ocasião, que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a este Senado Federal por oferecer esta oportunidade à Justiça Eleitoral, que eu, aqui, nesta ocasião, represento; oportunidade em que, juntos, poderemos falar sobre um assunto que, como acaba de dizer o Senador Renan Calheiros, é candente e urgente para a sociedade brasileira, sem nenhuma sombra de dúvida, como a própria sociedade se encarregou de dizer de forma tão urgente e tão frequente, especialmente nas praças e ruas do Brasil nos últimos meses.

Eu agradeço – e este agradecimento não é retórico e não é formal.

A história vem mostrando que o princípio da separação dos Poderes, como eu tenho dito, é um princípio que contém, desde a Constituição, não apenas a independência, que é obrigação mesmo, para que se tenha um Estado de direito, mas, principalmente, a harmonia entre eles, que compete a cada um de nós, agentes públicos que compomos Poderes independentes, preservar. E é dessa harmonia que se obterá, então, a soma que pode gerar consensos em benefício da sociedade brasileira.

Daí o meu agradecimento, porque, como juíza eleitoral, eu não apenas cumpro as leis, especialmente nessa área eleitoral, mas, de forma mais específica, sou encarregada de administrar eleições, e essa parte administrativa se compõe rigorosamente com o que é ditado por este Congresso Nacional.

Daí, mais uma vez, o meu agradecimento por poder estar, hoje, conversando com os senhores a respeito de tema dessa significação.

Eu queria, Sr. Presidente, neste momento, também fazer um registro. Eu li, nos últimos meses, que a presença dos cidadãos nas ruas, especialmente nas manifestações, cobrando mudanças políticas – e essas denominadas, como *slogan* até, “reforma política” –, de alguma forma, era a demonstração de que o povo brasileiro já não acolhia a política, ou não estava atento, ou estava desgostoso com a política. A leitura que faço é um pouco diferente. Eu acho que a política não é importante; eu tenho a convicção de que ela é imprescindível, pois ou é a política, ou a guerra.

Conviver com os outros é conviver de forma igual com os diferentes, e isso impõe exatamente uma vida política, uma vida na *polis*, formada de maneira consensual e, principalmente, fazendo com que haja conciliação das diferenças.

Por isso, eu acho que – e tenho dito isto para os mais jovens, quando tenho oportunidade de falar e em sala de aula –, quando as coisas estiverem andando no nosso espaço público de maneira com que a pessoa se sinta descontente, ela não deve nunca fugir da política ou mesmo negá-la. Ela deve estar na política com presença tal que ela possa dizer o que quer, como quer e contribuir para que aquele que pensa diferente também possa oferecer as suas sugestões até se chegar ao que é melhor para todos.

Então, eu acho que houve uma valorização da política, uma valorização pela demonstração maior da necessidade da política, da política democrática, ou seja, da política que se forma e que se faz de maneira coerente com o que a sociedade espera de todos nós, agentes públicos.

Por isso, eu digo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que respeito a política. Eu a tenho como necessária; não apenas importante. Acho essa atividade, como diziam os antigos, desde Sócrates, na fala de Platão, uma atividade nobre.

Cito aqui uma passagem de Cícero, que fiz questão de trazer. Ele afirmava: “O homem veemente prefere, embora seja chamado de louco e a necessidade não o obrigue, arrostar as tempestades públicas entre suas ondas, até sucumbir decrépito, a viver no ócio prazenteiro e na tranquilidade”.

Isso me faz lembrar uma fala dita neste Congresso Nacional há um quarto

de século, na tarde em que houve a promulgação da Constituição do Brasil, quando, fazendo referência às tempestades da vida pública, Ulysses Guimarães dizia: “Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades”.

Então, sei que a política é muito difícil e, como não sou uma profissional da política, não sei fazer política. Sei que os senhores, quando se prestam a viver a vida política, fazem a opção a que se referia Cícero: não a uma vida de ócio e de tranquilidade, mas a uma de enfrentamentos que nem sempre são bem-compreendidos.

Daí o meu empenho, hoje, principalmente com os jovens, para que não se passe que essa seja uma atividade desimportante ou fácil. Eu digo que, numa sala de professores, às vezes, quando nós somos 20 ou 30, é extremamente difícil chegar a um consenso sobre determinada situação ao final de uma reunião. Eu imagino, então, o que seja uma Casa com 513 Deputados e 81 Senadores. Eu reconheço que não deve ser tarefa fácil. Por isso mesmo, não deve ser uma tarefa tranquila e, como disse, nem sempre bem-compreendida.

Por outro lado, o Presidente acaba de dizer que a reforma política, que tem sido uma constante... E, há poucos dias, eu lia um discurso de Juscelino Kubitschek, portanto da década de 50, em que ele dizia que “reforma política é um tema sempre posto, mas que dificilmente chega ao final”, porque cada um tem o seu modelo e, portanto, o consenso fica sempre mais difícil. Da década de 50 até hoje, em todas as décadas da vida brasileira, falou-se em reforma política.

Se a pesquisa científica for feita um pouco além, nós vamos ver que, desde a implantação da República, em todas as décadas, em todas as passagens, falou-se em reforma política. Promulgava-se uma Constituição e, de pronto, vinha, por exemplo, aquele que talvez seja o meu maior guru, o Senador e grande jurista Rui Barbosa, nesta Casa, e dizia, menos de 10 anos depois da promulgação da primeira Constituição republicana, que era necessário fazer uma reforma política. E por ela ele lutou, na primeira e na segunda década do século XX, até 1923, quando morreu. Ele lutou e foi à tribuna por reforma política e por reformas políticas.

Isso, só para se ter uma ideia de que a política é dinâmica. Assim, como a sociedade muda, a vida muda, o direito tem que mudar. Portanto, a política tem que se refazer a cada instante, e assim as instituições. Estamos em permanente processo de mudança, sempre passando, no caso brasileiro, pela ideia de que reformas são necessárias.

Quando digo que penso ser a política uma atividade difícil – e, como disse, não sou especialista –, digo isso porque a política lida com gente e é feita

para gente; e gente é muito difícil.

Guimarães Rosa tem uma passagem em *Grande Sertão: Veredas*, em que diz:

*[...] uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto só de saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação, emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva, querendo negócios bons [...]*

Isso está em *Grande Sertão: Veredas* como uma realidade que não é só do nosso sertão, do meu sertão, das Minas, mas uma realidade que leva a um retrato do que é a política.

E, nessa dinâmica a que me referia, digo que talvez aquelas tempestades a que se referia Cícero, na antiguidade, e a que se referiu Ulysses Guimarães, no ato da promulgação da Constituição, sejam mais frequentes hoje do que foram em qualquer outro tempo, porque, primeiro, nós vivemos um momento não de um tempo de mudanças. Acho que vivemos uma mudança de tempos. Até tenho pensado se não estamos vivendo num tempo de mudanças de humanidade. Basta ver que, há pouco tempo, eu via na cidade onde mora meu pai, no interior de Minas, uma senhora, numa charrete, indo à feira – e só há feira nessa cidade aos sábados –, e ela, apesar de seguir numa charrete, que é algo muito, digamos, antigo, conversando ao telefone celular.

Enquanto temos uma realidade como essa no interior de Minas, temos um caso como o de São Paulo, em que, às segundas-feiras, pela manhã, o espaço aéreo já não comporta o número de helicópteros, pois há pessoas que vão ao trabalho usando esse meio de transporte.

E os senhores têm que fazer as leis e, às vezes, leis nacionais, aquelas que se aplicam como códigos; enfim, leis que são de competência só do Congresso Nacional, e não de Assembleias Estaduais ou Câmaras Municipais. E vou lembrar mais uma vez, Senador Romero Jucá, de Manalaia a São Paulo. Se é difícil para qualquer Congresso, tenho para mim que a dificuldade dos legisladores brasileiros é muito maior e, talvez, nem os legisladores se deem tanta conta disso, até para enfrentar esse desafio com mais tranquilidade.

É que não vivemos no Brasil uma só humanidade. Imagino que, para o legislador eslavo ou para o legislador alemão, todos os alemães estão vivendo no mesmo tempo. Nós, não! Vi isto nas eleições do ano passado: tive que ir a certos lugares, para fazer chegar a urna, em que nem com avião da FAB

se chega. Nem de carro se chega. Em compensação, às vezes há outras localidades em que a urna chega em cinco minutos com a maior facilidade. E tudo isso obedece à mesma lei eleitoral.

Aprendi, no ano passado, que tudo pode ser adiado. Até o início da vida pode ser adiado. O médico pode mandar a mulher esperar mais uns dias, até que o feto esteja mais amadurecido. A morte pode ser adiada, às vezes, por causa de fios e tubos que fazem com que a pessoa possa permanecer viva durante algum tempo. O lançamento de um programa de governo pode ser adiado. O lançamento de um novo modelo de carro pode ser adiado. Entretanto, descobri, no ano passado, que a única coisa que não podia ser adiada era o horário do início e do final da eleição no Brasil e que eu era a responsável por isso.

Tivemos quase 500 mil candidatos, registrados praticamente em um dia, no dia 5 de julho do ano passado; candidatos que viviam realidades completamente diferentes: a realidade de uma mulher que, às vezes, segue em sua charrete e a de outra que pode ser levada ao trabalho de helicóptero.

A legislação eleitoral é a mesma, a lei é a mesma, mas a realidade não é a mesma. Há alguém que pode fazer a sua transmissão de dados pela Internet, como há o outro que não tem escola nem com quadro-negro, que não teve acesso nem ao final do curso primário, mas que tem que entender aquela legislação e aquela lei.

Então, vivemos tempos de mudanças a partir de realidades distintas no Brasil, o que torna a tarefa de uma reforma política muito mais difícil, porque a lei que os senhores fazem é a partir de um diagnóstico, e, no Brasil, nós temos diagnósticos diferenciados para realidades diferenciadas.

Por isso, o meu respeito pelos senhores e pela política é maior, porque eu sei bem que, se enfrento dificuldades para aplicar a lei – e é só isso que eu faço: aplico a lei ao caso concreto, a partir de dados que estejam no processo, e não acho a tarefa fácil –, sei que a tarefa dos senhores é muito maior, e é ela, aliás, que me vincula.

Além disso, estamos falando de mudança, e mudança exige coragem, até porque essas são mudanças que provocarão outras mudanças. Mas, aqui, lembro – e mais uma vez peço licença – o Presidente da Constituinte de 1987/1988, que, naquela tarde, há um quarto de século, afirmou que a coragem é a matéria-prima da civilização. Eu não tenho dúvida de que estamos trabalhando por essa civilização que se queira diferenciada do que se via até aqui.

O Presidente acaba de fazer referência, em sua fala inicial, ao fato de que

temos, por exemplo, desde as últimas eleições, um aparato de telemática que faz com que a campanha eleitoral seja completamente diferente, que faz com que a propaganda eleitoral seja outro assunto que, embora não fosse tratado até há duas campanhas atrás, temos agora que saber lidar com ele. E sabemos o que isso representa, até porque uma grande parte do tema – propaganda eleitoral – ainda não tem sequer formas de controle ou um marco normativo para que o juiz eleitoral saiba como atuar, como agir.

Essas mudanças e o que é posto como reforma política eu acentuo como um desafio maior neste ano de 2013.

E lembro, Sr. Presidente, que, quando veio a este Congresso, no início da República, o então Ministro da Justiça do Governo Provisório, Campos Sales, que depois veio a ser presidente da República, afirmou, àquela altura, sobre a reforma do Poder Judiciário, passando do modelo do Império para o modelo da República: “Isto não é uma reforma do Judiciário, porque o momento não é de reforma. O momento é de transformação”. Assim, fico com a percepção de que o que os senhores farão neste momento não é apenas mais uma reforma, mas uma mudança transformadora que poderá gerar novas transformações, uma vez que o nosso tempo é um tempo de transformação.

E eu digo isso não a partir da observação que faço como juíza, mas a partir da minha realidade como professora ou até dentro de casa. Eu tenho, às vezes, dificuldade para lidar com um aparelho de telefone celular novo, e fico vendo que o meu sobrinho de cinco anos de idade me olha como se eu fosse algo inexplicável. Ele diz: “Mas é óbvio, tia!”, e aperta uma coisa qualquer com a maior sem-cerimônia e muda de tela, e muda de função, e muda de mais não sei o quê. Ele nem raciocina como eu. É outra humanidade.

O meu pai, que, na semana que vem, faz 95 anos, trabalha normalmente e, como eu disse, mora no interior de Minas. Ele tem uma máquina Olivetti de 1947; e, como ele é dono de um posto de gasolina, faz as notas fiscais ainda na máquina. Outro dia, eu ri quando ele me contou que o neto dele, meu sobrinho, de quatro anos, disse assim: “Vô, que bacana, o seu computador já tem uma impressora que sai de dentro!”. Porque ele roda, põe o papel e o que é impresso sai ali. Ele nem imagina que possa ser algo que não seja um computador, porque ele nasceu e vive vendo isso.

Ou seja, nós estamos lidando com várias gerações, com várias humanidades, com situações muito diferentes. E a lei que os senhores fizerem terá de ser uma lei para esse menino, para mim, que caminho para os 60 anos, e para o meu pai, que vota desde os 18 e que, portanto, no ano que vem, votará, se Deus quiser, com 96 anos; e terá de ser uma lei só para todas essas realidades. Então, essa chamada reforma e os pontos que nela forem

tocados falarão a um Brasil de todas essas realidades. Por isso eu tenho a convicção de que ela terá que ser transformadora, pois haverá de atender a todas essas realidades.

Acho que a fala da reforma, hoje, e o reclamo que foi para as ruas de maneira legítima, na medida em que foi pacífica – e no que foi pacífica – são de uma transformação que já está maturada na sociedade, até porque o Direito nem anda na frente da sociedade, senão, não tem legitimidade, nem pode ficar atrás do que a sociedade já tem como justo e benéfico para ela, porque, se assim não acontecer... Eu escutei desde menina que ou andamos com o nosso tempo ou o tempo anda sem nós. Porque as pessoas não esperam. E, no caso do Direito, esse é um dado da realidade, ou seja, se o Direito não acompanhar o que a sociedade quer, a sociedade anda contra o Direito, além do Direito. E, aí, no Estado democrático de direito, ou damos as normas para serem seguidas nesse caminho, ou o povo vai andar sem que haja normas nesse caminho. E a anomia, a ausência de normas, é sempre a pior opção, a pior escolha, até porque não sabemos que rumo se tomará e a que ponto se chegará nessa ausência de normas.

Por outro lado, eu queria dizer – e, quando agradei, eu o disse – que a abertura dos debates para essa chamada reforma política no Congresso Nacional me parece extremamente alvissareira, porque responde à demanda do cidadão que gritou, que falou, que pôs em cartazes e em todas as formas de comunicação possíveis que era importante não apenas dar início. Por isso fiz referência, há pouco, a esse discurso de Juscelino Kubitschek, da década de 50, que também falava de reforma política. Mas o reclamo da sociedade, agora, parece-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é para que se dê um termo a uma reforma política; que ela venha e, seja como for, que venha de forma coerente com o que a sociedade espera.

Sr. Presidente, apenas para deixar alguns pontos para a reflexão dos senhores, eu gostaria de dizer duas coisas: primeiro, que qualquer reforma, mesmo que seja por meio de consulta popular direta – e eu me predispus a fazê-la... É claro que, como temos um processo eletrônico, quando fui consultada pela Presidente da República, eu disse exatamente o período mínimo de que precisávamos, porque há um processo, um conjunto de atos encadeados, sem os quais não há como a Justiça Eleitoral atuar, mas que a Justiça Eleitoral não falhará se e quando vier a demanda específica.

Primeiro, essa reforma precisa ser feita de maneira coerente com o que a sociedade reclama e, por isso, é preciso saber exatamente qual o ponto que a sociedade reclama. Em segundo lugar, parece-me também muito importante que haja uma inflexão no modelo institucional. Não apenas os institutos têm de mudar, mas as instituições. E falo, aqui, até da Justiça eleitoral, pois, às vezes, por exemplo, há reclamações em relação ao volume de ser-

viço e por não julgar com rapidez, embora seja o ramo da Justiça que tem julgado com maior rapidez.

Apenas para citar um dado para os senhores, julgamos 99% dos recursos das eleições referentes a 2012 que já chegaram ao Tribunal Superior Eleitoral. Porém, se fizermos o levantamento global, veremos que uma parte não chegou ainda ao Tribunal Superior Eleitoral, quer porque houve demora nas bases, quer porque não se deu conta de dar essa resposta. Mas, de todo jeito, é preciso que essa reforma venha a ter um termo, que seja uma reforma que responda ao reclamo da sociedade, porque a democracia tem, como único ingrediente, a confiança do cidadão nas instituições e em seus agentes públicos. Sem confiança, não existe democracia. Aí, o povo realmente passa a não respeitar as instituições nem os agentes públicos. E a resposta a ser dada nessa transformadora reforma que vier a se projetar, que vier a se implementar, haverá de ser exatamente para garantir a confiança das instituições pelo povo.

Sou de uma geração que lutou muito por um Parlamento livre, livre para representar o povo e livre para que o povo soubesse que, com essa representação, temos a parte de democracia indireta – já que, no Brasil, a democracia é semidireta –, ou seja, que pelo menos a parte da representatividade seja rigorosamente cumprida. E, quando lutamos, acho que lutamos por um Brasil que realmente, hoje, tem um Parlamento que ajudou a mudar o País; e com essa reforma política ajudará muito mais. Até porque tenho para mim que o Brasil mudou, e mudou para melhor. Com todos os percalços, com todas as dificuldades, sou de uma geração que fez prova de Direito Constitucional com uma Constituição que nem se chamava Constituição, mas Emenda, e que só se chamava Emenda nº 1, porque, depois, veio a de nº 2, que, na verdade, nem tinha emenda. E, hoje, eu aplico uma prova de Direito Constitucional em que o meu aluno fala o que quer, como quer, fala até contra mim... Portanto, mudamos para melhor. Mudamos porque adquirimos mais liberdade.

Por isso mesmo, acho que o Parlamento brasileiro responde exatamente a esse que foi, no momento, um sonho; depois, uma esperança; depois, a confirmação do que nós queríamos: um Estado democrático de direito.

A reforma política virá para o aperfeiçoamento que é necessário, até porque uma sociedade não se acaba, e a democracia é um regime em aberto, em que a ideia de justiça está permanentemente aberta para que o povo diga o que é justo para ele em determinado momento. E eu acho que a reforma virá para isso.

Mas eu digo que acredito no Brasil. Acredito que o Brasil é capaz de se transformar para ter o que o povo precisa e deseja, até porque o Brasil me-

rece viver o tempo que ele acha que tem e da forma que ele acha que é justo.

Eu comecei citando Guimarães Rosa e peço licença para terminar, nesta primeira fala, citando o que ele disse: “Sorte é isto. Merecer e ter”. Mas eu aprendi, como geraiseira, que a gente tem de fazer para ter. Sorte é isto: a gente ter força para lutar e fazer o que acha que merece ter.

Eu acho que o povo brasileiro merece que cada um de nós, agentes públicos, contribua para que este Brasil tenha, agora, na parte de legislação, pelo menos a política eleitoral, a reforma que está a demandar.

Eu fui posta à disposição do Congresso Constituinte, em 1987/1988, como Procuradora que era e continuo lutando pela Constituição, continuo lutando para que ela prevaleça. Sei que é uma Constituição que mudou muitas vezes, e isso foi objeto de crítica até pelos constitucionalistas. Entretanto, sei hoje, como cidadã e como juíza, que é hora de promover uma reforma, mesmo que ela tenha que se passar em normas constitucionais também. Não tomo, como os criadores dos Estados Unidos, que criaram os Estados Unidos pela sua Constituição, a Constituição como algo que não possa ser mudado nunca. O que não pode ser mudado nunca é o empenho do agente público para fazer com que as leis correspondam e respondam ao que o povo quer em cada momento. E a ideia de justiça é mutável, é mutante. Por isso mesmo, acho que este é o momento em que se impõe uma transformação dos institutos e das instituições, exatamente em benefício de um Brasil que seja mais justo para todos.

Da minha parte, como juíza constitucional e, principalmente, hoje, aqui, como juíza eleitoral, eu acredito que sejamos capazes de dar essa resposta ao povo.

Acredito no Parlamento brasileiro e tenho certeza de que a Justiça Eleitoral, enquanto eu lá estiver, e tenho certeza de que, mesmo depois da minha saída, estará sempre pronta a colaborar, quer para oferecer os dados que às vezes temos porque atuamos mais perto do processo eleitoral, do eleitor, quer para saber exatamente em que pontos nós temos necessidade de mudanças. E ela estará aberta a todos os Srs. Parlamentares – eu nem precisaria dizer isso, mas estou dizendo apenas para enfatizar – para que os senhores conheçam até fisicamente como é o processo eleitoral, que, às vezes, é um pouco desconhecido.

Eu dizia há pouco ao Presidente que aprendi que, às vezes, o eleitor brasileiro deve achar que a urna eletrônica fica guardada numa prateleira, na escola estadual onde ele vota, e que, no dia da eleição, o juiz eleitoral manda tirá-la e colocá-la sobre a mesa e que ele ali chega e vota. Ele não tem ideia do que o Parlamento fez para que a legislação fosse adaptada naquele período e,

depois, para que todos os juízes eleitorais atuassem, para que os mais de 1,5 milhão de mesários atuassem. Enfim, são 500 mil urnas distribuídas para que a eleição comece às oito da manhã daquele domingo e termine às cinco da tarde e que seja segura e confiável, como tem sido o modelo, no mundo inteiro, do processo eleitoral brasileiro.

Mas, agora, o que nós precisamos é que haja esta reforma e que ela acrescente outro ingrediente, a confiança, não apenas de que o que o eleitor põe na urna é o seu voto e que, depois, ao sair, resultará no que vai prevalecer, mas que, para chegar a esse momento, ele passou por um processo no qual ele igualmente acredita.

Eu acho que nós, agentes públicos, repito, devemos isso ao povo brasileiro. A Justiça Eleitoral estará sempre aberta a colaborar com todos os dados necessários para que os senhores tenham o diagnóstico perfeito da situação, a fim de que possamos atuar e fazer prevalecer, rigorosamente, o que for votado no período em que for votado. Ou seja: se, nos termos do art. 16 da Constituição, vierem novas leis, serão obedecidas rigorosamente. Na Justiça Eleitoral, já estamos em processo de contratações, licitações, formação de mesários, formação de agentes que atuem nas eleições, mas faremos todas as adaptações necessárias. Estaremos abertos, inclusive, para que os Senadores, os Parlamentares todos possam ir até os órgãos da Justiça Eleitoral – e, aqui, ao Tribunal Superior –, para saberem, lá dentro, como é fisicamente essa atuação e todos esses dados, para que, de alguma forma, nós possamos colaborar.

Da minha parte, o que eu posso dizer é que eu acho necessária a modificação. Acho que, com essa modificação, nós traduziremos isso em decisões que serão muito mais benéficas, portanto, aos eleitores e aos cidadãos em geral, mesmo para aqueles que não votam.

Sei, sim, que recebemos lá algumas tantas centenas e até milhares de pedidos de informações, de solicitações, que são, às vezes, dirigidas aos Srs. Parlamentares e não aos Juízes, como foi dito, contra o voto obrigatório, ou ainda, por que ele é obrigado a votar, por que depois ele não está devidamente quitado, enfim, uma série de dados que a gente tenta levar. E, hoje, cada vez mais, investimos na formação e na informação dos eleitores, porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acredito que para qualquer modificação que venha – e ela será muito benfazeja se vier de maneira coerente com o que a sociedade espera – é preciso que haja o esclarecimento prévio da sociedade, até para um plebiscito, até para um referendo.

O essencial é que cada cidadão saiba o que vota, por que vota e para que vota, a fim de, sabendo, não se frustrar depois. Porque, às vezes, ele vota achando que o resultado será um, quando, na verdade... Se colocar, hoje,

por exemplo, o tema do voto distrital – que eu vejo desde quando era estudante, há 30 anos –, como há tantos outros modelos, é preciso esclarecer quais são os modelos adotados, o que é isso, quais são as formas adotáveis e, se adotada, quais serão as consequências. Porque, senão, parece que é um bálsamo qualquer, que há uma solução mágica; e não há mágica.

Para isso é que nós temos Parlamento. Há leis no Estado de direito, e é aplicando as leis que nós temos a democracia. Se a lei não é mais justa, mude-se a lei, mas, até lá, nós, juízes, cumprimos rigorosamente o que os senhores fizerem e tornarem leis.

Eu agradeço mais uma vez e me coloco à disposição dos senhores para o que eu puder esclarecer e, de alguma forma, ajudar.

Muito obrigada, em nome da Justiça Eleitoral, por este encontro.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Registramos, com muita satisfação também, a presença entre nós, nesta sessão, do Sr. Thiago Fernandes Bovério, que, nesta oportunidade, representa o Partido Social Democrático e o ex-Prefeito Gilberto Kassab; a presença do Sr. Márcio Vieira Santos, representante do Partido Republicano Brasileiro; e a presença do ex-Deputado Roberto Jefferson, Presidente licenciado do Partido Trabalhista Brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

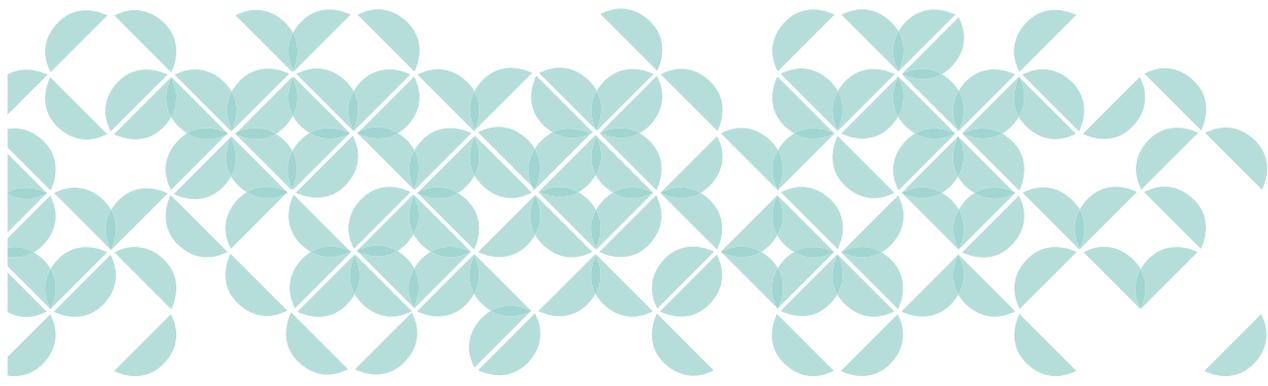
**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB-PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – O Senador Roberto Requião pede-nos, com a aquiescência do Senador Suplicy, a palavra, pela ordem.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só um esclarecimento, para que a nossa ausência do plenário não se transforme numa coisa desagradável. Nós temos que votar a indicação de dois embaixadores, na Comissão de Relações Exteriores, e a do Procurador-Geral da República, na Comissão de Constituição e Justiça. Assim, eu e o Senador Moka, por alguns momentos, nos ausentaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós aguardaremos a volta de V. Ex<sup>as</sup>.

Senador Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## Contribuição de empresas, *recall* e prévias partidárias

**Eduardo Suplicy**  
*Bloco Apoio Governo/PT-SP*

Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, querida Presidenta do TSE, Ministra Cármen Lúcia, a história de V. Ex<sup>a</sup>, sua formação jurídica, sua consciência de cidadã são exemplares para todos nós, de modo que confio muito no seu trabalho, nas suas recomendações.

Eu gostaria, aqui, de colocar algumas sugestões com respeito aos passos que daremos a seguir e que levam em conta as recomendações, inclusive, dos movimentos pela reforma política e eleitoral, como o de combate à corrupção e por eleições limpas, que muitos de nós temos acompanhado com grande atenção.

Senadores como Jorge Viana e eu próprio estamos apresentando proposições nessa direção. Assim, a minha primeira pergunta refere-se a como vê a proposta que Jorge Viana e eu estamos abraçando, como muitos outros também, no sentido de se coibirem as contribuições de empresas ou pessoas jurídicas, bem como de limitar as contribuições de pessoas físicas a uma quantia, conforme sugerido pelo Movimento Eleições Limpas, de R\$ 700,00, que me parece de bom senso. Poderíamos chegar a uma quantia um pouco mais elevada, mas que significaria uma limitação importante com vistas a se evitar o abuso do poder econômico nas eleições. É claro que isso

seria combinado com o financiamento público de campanha, mas haveria ainda um procedimento para o qual os eleitores, a população poderia, sim, contribuir, e poderiam os candidatos e partidos terem uma forma de, por meio da Internet, hoje, receber essas contribuições.

Mas, aí, vem outra sugestão, que é um projeto de lei de minha autoria, segundo o qual – e esta é a terceira proposta que lhe coloco, para saber a sua opinião –, torna-se obrigatório o registro em tempo real, logo após a contribuição ser dada. Ou seja: o partido ou o candidato que receber aquela contribuição deverá registrá-la na sua página eletrônica, de tal forma que, não depois, mas às vésperas das eleições, nos primeiros dias de outubro, antes do primeiro domingo de outubro, qualquer cidadão possa conhecer, pela página eletrônica do partido e do respectivo candidato, quais as contribuições e a natureza do financiamento de cada partido.

Alguns Senadores disseram que isso poderá criar problemas. Se uma pessoa der uma contribuição para certo candidato, será que ele vai sofrer retaliação por parte de outros que sejam adversários dele? Eu acho que cada cidadão poderá perfeitamente contribuir de maneira aberta e transparente, sem criar esse tipo de preocupação, ainda mais com as contribuições sendo relativamente modestas.

Portanto, aí estão as limitações às contribuições de pessoas físicas, de pessoas jurídicas e a transparência, na medida do possível, em tempo real, para ser divulgada, antes das eleições, a natureza do financiamento.

São, pois, três propostas sobre as quais eu gostaria de ouvir a sua opinião.

A outra se refere a algo que foi objeto de reflexão aqui, no Senado, recentemente. Aprovamos que, em vez de cada Senador ser eleito com dois suplentes, agora será apenas um, vedado qualquer parentesco com o Senador titular, ou seja, esposa, filho, avô, pai, irmão não podem mais ser suplentes. Isso já foi aprovado no Senado.

Todavia, tenho ainda outra contribuição, que, pelo rito da Casa, terá que ser apresentada só no ano que vem, mas que pretendo ainda fazer, porque eu acho que, mesmo para esse único suplente, melhor será se os eleitores puderem escolhê-lo em eleições diretas. Ou seja: para cada Senador titular, o partido ou coligação apresentará dois ou três nomes, e o eleitor, sabendo qual será o suplente, vota pelo menos entre duas ou três alternativas, de tal forma que só cheguem aqui ao Senado os eleitos diretamente pelo povo.

Outra proposta sobre a qual apreciaria muito a sua opinião refere-se a termos o sistema do chamado *recall*, que já existe em diversos países, em diversos estados norte-americanos. Ou seja: no meio do mandato, caso

a população se veja insatisfeita com o governante ou com o eleito para o Parlamento, possa apresentar, por alguma forma aqui proposta, um mecanismo pelo qual poderá referendar se o eleito deve continuar ou não no exercício do mandato.

Outra proposta que tenho é que possam os partidos políticos e coligações realizar prévias para a escolha de seus respectivos candidatos. Que a escolha de candidato a cargo eletivo, tanto para as funções executivas quanto para as legislativas, se dê mediante eleição direta pelos eleitores filiados ao partido, no âmbito da circunscrição eleitoral correspondente ao cargo em disputa.

Poderíamos ter variações em torno disso, inclusive vejo, com muita simpatia – e agradeço se puder nos dar sua opinião –, o sistema de prévias que mais e mais se realiza nos mais diversos países democráticos. Por exemplo, no caso da França, o Partido Socialista Francês realizou uma prévia, em 2011, com 200 mil filiados, abrindo oportunidade – Senador Sérgio Souza, isso é uma coisa importante – a todos os seus simpatizantes de assinarem se estavam de acordo com os objetivos maiores daquele partido e pagarem €1,00 – algo como R\$2,70. E esses puderam votar – no primeiro turno, 2,7 milhões de eleitores, e, no segundo turno, 3 milhões de eleitores – e acabaram escolhendo Monsieur Hollande, por uma forma tão democrática, que ele conseguiu vencer as eleições em relação ao adversário, o então Presidente Sarkozy, obviamente muito forte.

Então, agradeço se puder nos dar as suas reflexões, as suas opiniões sobre essas sugestões. Haverá muitas outras aqui que meus colegas apresentarão. Mas, dado o respeito que lhe temos e a sua condição excepcional, inclusive de atual Presidente do TSE, tendo presidido as últimas eleições municipais – houve um acúmulo –, será muito importante a sua avaliação.

Obrigado. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Com a palavra a Ministra Cármen Lúcia.

---

**A SR<sup>a</sup> CÁRMEN LÚCIA** – Muito obrigada, Presidente.

Agradeço, de forma especial, a intervenção do Senador Eduardo Suplicy que, como sempre, desde que fui sabatinada aqui pelo Senado – aliás, Presidente, também naquela ocasião, o Senador Renan Calheiros –, faz perguntas extremamente sérias e que, já naquela ocasião, deram-me oportunidade de me manifestar.

Quanto à primeira questão, Senador, referente à coibição de contribuições por pessoas jurídicas, pelo menos, vou falar em tese, embora, na verdade, tenho que falar em tese. A esse respeito há uma ação direta de inconstitucionalidade em andamento no Supremo, proposta pela Ordem dos Advogados. Acho que não estou antecipando voto, até porque já me manifestei, em alguma ocasião, sobre isso.

Tenho para mim que, realmente, seria um avanço significativo se apenas as pessoas físicas, os cidadãos contribuíssem. E a justificativa que apresento para isso é a circunstância de que o cidadão é que é eleitor e, no Brasil, o cidadão é só a pessoa física. Embora, hoje, já se fale em empresa cidadã, verdadeiramente, o que nós temos é que o eleitor pessoa física é que tem o título da cidadania.

Então, eu acho que quem nos representa, quem representa, basicamente, é o eleitor, que, portanto, é aquele que haverá de ter a participação mais significativa. Eu tenho para mim que seria um avanço muito grande, eticamente, administrativamente, juridicamente e coerente com a ética constitucional, se avançássemos no sentido de estabelecer que as contribuições partissem apenas de cidadãos, e, aí, seria conveniente mesmo que se estabelecesse critério, pelo menos critério máximo, para que não houvesse alguém que achasse que pode contribuir tanto fisicamente que desequilibrasse de novo, uma vez que o que se busca aqui é que não haja preponderâncias no sentido de haver abusos. Mesmo o uso, que poderia ser legítimo do poder econômico, pode, realmente, colocar em situação de desigualdade os eleitores doadores.

Então, quanto a isso, eu sempre me coloquei exatamente nesse sentido. Como eu disse, há uma ação direta em curso, já para interpretar a Constituição, para dar interpretação conforme, de tal maneira que nem seria necessário se o Supremo chegasse a essa conclusão. Mas, pelo sim, pelo não, há possibilidade de haver essa inovação.

Quanto ao registro imediato, eu tenho batalhado por isso durante muito tempo, porque, quanto mais transparente for todo o processo eleitoral... Eu digo que o Tribunal Superior Eleitoral e os fóruns onde atuam juízes eleitorais são de vidro. Essa transparência é simbólica, mas é uma boa transparência para o cidadão, para o eleitor que, no interior, por exemplo, vê o que o juiz está fazendo, quem ele está recebendo. E é bom que essa transparência se passe no processo da candidatura e na dinâmica das candidaturas, muito mais no que diz respeito à parte do financiamento das campanhas.

Caminha-se exatamente para que nós, da Justiça Eleitoral, demos cada vez mais transparência. Para o senhor ter uma ideia, os dados do relatório dessas últimas eleições, as mais recentes, de 2012, não apenas foram colocados

na Internet, como também foram feitas estatísticas para que os que pesquisam não precisassem ficar entrando em várias abas para saber quanto cada empresa doou para... As estatísticas já foram feitas de modo a ficar tudo claro e facilitado para o eleitor.

Eu acho que esse registro eletrônico em tempo real facilita realmente muito mais o conhecimento do eleitor. E acho que é um encaminhamento natural, porque a tecnologia a serviço de princípios como a transparência é que está, no momento, sendo o grande dado de investimento da Justiça Eleitoral. Então, se os partidos fizerem isso, isso vem na mesma direção.

Quanto ao suplente, que é a terceira questão que o senhor coloca, eu gostaria de dizer que nós já questionamos, durante algum tempo, a figura do suplente no Brasil. Em décadas passadas e sob a égide de outras Constituições, questionava-se tanto a figura dos vices quanto a figura dos suplentes.

Quanto à figura do vice, hoje, a Justiça Eleitoral conseguiu que se colocassem as fotos, de tal maneira que o eleitor saiba de quem se cuida. Quanto aos suplentes, caminha-se para a mesma coisa, mas, como se sabe, não é o suficiente, porque se vota no titular.

Parece-me que a ideia de um suplente que não tenha relação de parentesco com o titular vai no mesmo sentido que foi a Constituição quando, para outras atividades, negou o nepotismo. Então, não vejo esse tipo de dado com nenhuma dificuldade, embora seja uma escolha política do Congresso que terá de ser feita mesmo. Mas, juridicamente, eu vejo como coerente com esse fluxo constitucional, com essa proposta constitucional que já não admite o nepotismo no Serviço Público em geral.

Quanto ao *recall*, eu faço duas colocações.

Primeiramente, na Constituinte, quando se levantou o tema do *recall*, que viria com iniciativa popular de leis, plebiscito e referendo, cogitou-se, no que depois veio a ser o art. 14, introduzir-se o *recall*, e isso não passou na Constituinte. Os argumentos foram vários, como, por exemplo, quais os critérios que teriam de ser estabelecidos para que se faça o *recall* em relação a um representante e não a outro. Em que condições? Como se fazer? Como se criar um espaço para que a pessoa também se apresente e se defenda? O *recall* é para os casos em que já não há mais legitimidade do mandato.

No Brasil, hoje, eu voto em um Deputado Federal que ficará por quatro anos, em um Senador que ficará por oito anos, e a legitimidade é a chamada “legitimidade racional”. Quando eu votei, eu sabia que seria por oito anos que o senhor seria Senador. Então, essa legitimidade racional é detida por esse período.

Pode ocorrer que, nesse período, algum fator sobrevenha e retire a legitimidade. E como a legitimidade, no processo brasileiro, é racional, nem tradicional, nem carismática, só para utilizar o modelo de Weber, então nós teríamos de dar também um dado que legitimaria a retirada. E, aí, é algo mais sofisticado, por exemplo, do que o plebiscito, do que o referendo, do que a iniciativa popular. Essa é a razão pela qual, na Constituinte, isso foi discutido... Lembro-me de que houve uma discussão grande sobre isso na biblioteca, com vários professores de Direito, e não chegamos nem a oferecer algo que fosse facilmente incluído naquele projeto.

Acho que o *recall* é um mecanismo para evitar, por exemplo, a contaminação de um caso isolado para toda a instituição e, principalmente, para que alguém não permaneça, porque “pensei que era uma situação, votei nele, e, depois, no meio do caminho, houve uma mudança de rota”.

Entretanto, vejo, do ponto de vista até doutrinário, estas dificuldades: quais seriam os critérios? Em que condições? Por que um poderia se submeter ao *recall* e outro não? Como seria feito de maneira igual para todos? Essas seriam as dificuldades práticas.

Então, o *recall* é uma bela criação, mas tem sido aplicada, por exemplo, até nos Estados Unidos, com muita parcimônia, exatamente para não se perder essa legitimidade, que, no nosso sistema, é racional, como disse.

Quanto às prévias, que foi o último questionamento do senhor, eu diria o seguinte: acho que, quando a Constituição optou por dotar de autonomia o partido político, foi no sentido de crescer o partido e, hoje, como pessoa jurídica de direito privado, de fazer com que ele pudesse resolver as suas questões internamente e com a sociedade, e não com outras instituições estatais.

Eu não sei em que ou como poderíamos considerar mais legítimo que o Estado interviesse para criar essa obrigação. Acho que deve ser um tema, que é extremamente democrático, a realização de prévias, para que o próprio partido, depois, não caminhe em sentido oposto. Nós, de Minas, temos até um verbo – não é, Senador? –, “cristianizar”, por causa do Cristiano Machado, em que se faz uma escolha, e, depois, o partido o deixa solto e o oferece como cordeiro ao sacrifício. Mas é preciso que o partido resolva isso, o que seria, a meu ver, uma forma de fortalecimento dos partidos. Acho que, quando se entra muito no partido, não se tem uma maior solidificação ou uma consolidação das condições de autonomia. Tem-se isto, a interferência, às vezes, demasiada. Acho que as prévias, para nós, cidadãos, são sempre bem-vindas, mas é preciso que os partidos estejam imbuídos dessa necessidade e cheguem a essa conclusão.

Mais uma vez agradeço a intervenção e pensarei sobre todas elas cada vez mais.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT-SP) – Muito obrigado. Fiquei extremamente satisfeito com as respostas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Registro, com muita satisfação, a presença, no Senado Federal, do Ministro Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



## “Reforma é urgente, embora extremamente complexa”

**Romero Jucá**

*Bloco Maioria / PMDB-RR*

Bom dia a todos os senhores e a todas as senhoras que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais.

Quero saudar o Presidente Renan Calheiros por iniciar a programação de sessões de debates temáticos aqui, no Senado Federal, registrando a importância de começar com um tema que diz respeito a esta Casa diretamente, a reforma política.

Quero saudar a Ministra Cármen Lúcia, Presidenta do TSE, Ministra do Supremo, registrando a competência e o equilíbrio com que S. Ex<sup>a</sup> tem comandado o Tribunal Superior Eleitoral, sem dúvida nenhuma avançando, de uma forma contundente e permanente, na questão do funcionamento da Justiça Eleitoral em nosso País.

Quero, ainda, saudar os presidentes dos partidos aqui presentes, como o Senador Valdir Raupp, do PMDB, o Dr. Benito Gama, do PTB, e o Senador Alfredo Nascimento, do PR.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, desejo fazer alguns registros que considero importantes. Primeiramente, quero dizer que a reforma política é algo

urgente, embora extremamente complexo.

A Ministra Cármen Lúcia citou Juscelino, citou a luta de Rui Barbosa, e não tem sido diferente. Eu estou no terceiro mandato no Senado, e já aprovamos aqui, no Senado, diversas reformas políticas; reformas que não têm prosseguimento na Câmara exatamente porque mexem diretamente na forma de eleição dos Deputados. Assim, isso termina virando algo complexo de ser construído, pois há necessidade de uma emenda constitucional com quórum qualificado para tanto.

Mas, sem dúvida, os tempos são outros. É importante registrar que o Brasil avançou e tem avançado muito; que a Justiça Eleitoral avançou e tem avançado muito; que nós somos, hoje, um país modelo mundial no processo eleitoral. Todavia, sempre é necessário buscar o aprimoramento, algo inerente ao crescimento e à construção da cidadania e do nosso País.

No meu caso específico, quero dividir as minhas breves palavras em dois aspectos. O primeiro diz respeito ao que estamos discutindo aqui com urgência, que é um pequeno ajuste eleitoral, uma minirreforma eleitoral, como digo, exatamente no sentido de esclarecer procedimentos, diminuir gastos, a fim de que possamos fazer um esforço para votar a matéria ainda no início do mês de setembro e para que a Câmara dos Deputados possa votá-la também no mês de setembro, de modo que, pelo princípio da anualidade, já possa essa disposição ser válida para a eleição do próximo ano, 2014.

Apresentei o Projeto nº 441 e aproveitei para aqui fazer um registro: foi-me distribuído um avulso aqui, na mesa, mas informo que este já não é mais o projeto que está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que o Senador Valdir Raupp, Relator, em entendimento comigo e com os Srs. Líderes partidários, já fez alguns ajustes no texto.

Então, por exemplo, o prazo de convenção será mantido entre 12 e 30 de junho. Não vamos encurtar o processo eleitoral criando dificuldades operacionais para o Tribunal Superior Eleitoral e para os TREs. Contudo, estamos definindo que, nesse prazo, os partidos políticos terão de comunicar e publicar a ata da convenção em até 24 horas após a realização desta.

Por quê? Existem as convenções. Como o prazo final para a entrega da ata é o dia 5 – e estamos colocando para o dia 7, até para dar mais prazo de apresentação de documentos aos partidos –, essas atas normalmente só são tornadas públicas quando do pedido de registro das candidaturas, no dia 5. Agora, pela proposta, seria no dia 7, juntamente com a documentação dos candidatos. Acontece que, entre a convenção e esse pedido, existe um mar de tempo, um mar de negociações, muitas vezes não republicanas, e

o que sai da convenção não é o retrato da ata que é entregue ao Tribunal logo depois. Aparecem novos candidatos, aparecem novas coligações, são feitos novos pactos com outros partidos. Então, nós não queremos deixar esse espaço aberto nesse período, digamos assim, das sombras, enquanto se registra a candidatura. Nós queremos que, em 24 horas, seja publicado o que efetivamente a convenção definiu durante o período de sua realização.

Outra questão que nós estamos ajustando é que o órgão nacional do partido, quando responsável, somente poderá ser demandado judicialmente na circunscrição de Brasília. Tem ocorrido que os partidos nacionais, muitas vezes, são demandados em ações nos Estados, o que cria uma situação de insegurança jurídica para as direções nacionais dos partidos.

Nós estamos também colocando que, havendo comunicação de mais de uma filiação partidária, prevalecerá a comunicação mais recente, ou seja, a última inscrição partidária para o candidato.

O que tem ocorrido na prática, Presidenta Cármen Lúcia? Um candidato sai de um partido e vai para outro partido. O partido para o qual ele foi comunica e, às vezes, por maldade, o partido do qual ele saiu manda o nome dele também na relação, resultando dupla filiação. Isso tem criado problemas para a justiça eleitoral local, que, na verdade, termina por excluir candidaturas por conta exatamente do mau procedimento do partido político do qual o candidato se desfilou.

Então, nós estamos clarificando, na lei, que o que vale é a última inscrição partidária, acabando, portanto, com essa discussão, com esse entrave nas candidaturas e mais uma pendenga judicial para os tribunais eleitorais resolverem.

Eu peço vênia ao Senador Presidente Renan Calheiros, mas gostaria de registrar, ainda, que estamos também fixando, inicialmente, o prazo de 20 dias; porém, como já mantivemos um contato prévio com a Presidente Cármen Lúcia, aguardaremos uma manifestação do Tribunal Superior Eleitoral para saber qual o prazo mínimo de mudança da fotografia do candidato na urna eletrônica. Nós estamos fixando um prazo para a troca de candidatos, porque o que tem acontecido, na prática, é que candidatos, impedidos ou com questões jurídicas pendentes, têm mantido as suas candidaturas, e, quando chega a véspera da eleição, muitas vezes na sexta-feira ou no sábado, troca-se a candidatura. Assim, o povo vai às urnas enganado; vê a foto de quem não é candidato e elege, muitas vezes, alguém que não é candidato porque não sabe que o candidato foi trocado. Portanto, isso gera um transtorno à democracia e à representatividade do voto.

Então, embora estejamos colocando na proposta 20 dias, vamos aguardar

a manifestação do Tribunal, no sentido de informar qual o prazo mínimo necessário para a troca de fotografia. E vamos colocar esse prazo mínimo aqui, no projeto de lei, acabando, assim, com o candidato secreto. O voto deve ser secreto, mas o candidato eleito não pode ser secreto. Vamos acabar, então, com esse artifício, que, de certa forma, tem engabelado muitos eleitores no Brasil.

Outro assunto importante que estamos registrando nessa minirreforma eleitoral é que estamos clarificando o que pode ser feito e não ser considerado pré-campanha eleitoral. Isso não depende do Tribunal Regional Eleitoral nem do Tribunal Superior Eleitoral; depende muito mais do entendimento do Ministério Público e do próprio adversário político que entra com a ação.

Todavia, estamos aqui registrando que não será considerada propaganda antecipada a participação de filiados e de partidos políticos em entrevistas, programas, encontros ou debates, no rádio ou na televisão, sobre políticas públicas e posições partidárias, desde que não haja pedido de voto.

Estamos também colocando que não será considerada propaganda antecipada a realização de seminários, congressos, discussão de políticas públicas, em recintos fechados e às expensas do partido, inclusive para discutir alianças partidárias e programas de governo. Isso porque é salutar que possa haver mecanismos para os partidos discutirem os programas de governo que serão lançados nas candidaturas. Só que essa reunião para discutir programa de governo, em tese, alguém pode entender que é uma discussão pré-eleitoral e, assim, entrar com uma ação na Justiça Eleitoral, gerando a aplicação de multas e criando dificuldades.

Estamos também excetuando da concepção de propaganda antecipada a realização de prévias partidárias ou primárias, uma vez que não se pode discutir uma prévia partidária, falando no nome dos candidatos da prévia, e isso ser considerado pré-campanha eleitoral. Do contrário, não há como realizar as prévias da eleição, até porque as “prévias”, como o nome já diz, são antes da eleição. Estamos aqui ressaltando as prévias, também, como algo que não será considerado propagando antecipada.

Estamos, também, ressaltando a divulgação de atos, ações e debates legislativos parlamentares. Em alguns Estados, a atuação do parlamentar e a prestação de contas do parlamentar têm sido entendidas pelo Ministério Público como uma pré-campanha. O parlamentar vai à televisão, vai à rádio, diz aquilo que está fazendo e, em determinados Estados, o Ministério Público acha que aquilo pode ser considerado pré-campanha. Então, estamos também excetuando essa questão.

Estamos também diminuindo gastos com placas, com envelopamento de carros, com pinturas de muros, com aposição de cavaletes e bonecos em áreas públicas e áreas privadas, exatamente para evitar negociação e o pagamento de espaço para colocar a placa de um candidato. Aí, vai outro candidato e paga ao morador para tirar a placa ou para substituir a placa. Conheço casas, lá em Roraima, que, durante a campanha, fixaram placas de cinco candidatos diferentes, trocando um pelo outro, gerando um comércio e uma despesa que não é republicana, não é democrática, não deve fazer parte da campanha eleitoral.

E, por fim, estamos registrando que, independentemente da obtenção de licença municipal e da autorização da Justiça Eleitoral, é possível a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos.

O Tribunal Regional Eleitoral solicitou dos partidos políticos o licenciamento ambiental do carro de som que estava alugado para fazer a propaganda política. É algo inadmissível, porque, na verdade, não cabe ao partido político ir atrás de licenciamento ambiental. Então, estamos exatamente dirimindo essas dúvidas no momento em que essas autorizações, essas ações serão de responsabilidade dos diversos participantes, mas não dos partidos políticos e dos contratantes.

E quero registrar que não fazem parte ainda, aqui, da proposta – e iremos construir uma solução e uma proposta até a próxima quarta-feira – duas questões que muitos parlamentares consideraram vitais para a diminuição de gastos de campanha. Uma é a contratação de cabos eleitorais. Muitas vezes, a contratação de veículos funciona como aquisição indireta de votos. Você aluga um carro de uma família e amarra o voto no aluguel do carro daquela família.

Então, a respeito dessas duas questões, esperamos, até quarta-feira, pela colaboração dos Senadores e Senadoras, apresentar uma proposta que possa complementar essa ação, que está em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No que tange à reforma política como um todo, quero registrar que tenho uma Proposta de Emenda à Constituição, a de nº 71, em que defendo a coincidência de eleições no País. Considero essa proposta fundamental. Não podemos ter eleição ano sim, ano não. Temos os governantes, prefeitos e governadores, que assumem o mandato e, em vez de estarem focados na política pública, focam-se no calendário eleitoral. No outro ano, há a eleição de prefeitos. A ideia é que tenhamos um mandato de seis anos sem reeleição. Isso é um Substitutivo do Senador Luiz Henrique. E esse modelo de mandato de seis anos sem reeleição, inclusive, valeria para Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, prefeitos e vereadores.

Porém, é um assunto polêmico que não tem, tenho certeza, a aquiescência de todos, mas está posto para debate, assim como o voto majoritário para as eleições proporcionais, como eu defendo, bem como está posta para debate a questão de que, na eleição majoritária, se o candidato eleito for cassado, que a decisão seja uma nova eleição, acabando, assim, com o terceiro turno, que é permanente nos tribunais. Isso porque o candidato perde a eleição e procura cassar o candidato que ganhou para tentar tomar a vaga. Se o candidato foi cassado, defendo que haja uma nova eleição para que a população possa se manifestar efetivamente.

Esses eram os registros que gostaria de fazer. Peço desculpas por haver me estendido, Presidente Renan, mas, como estou apresentando projeto para essa pequena reforma eleitoral, era importante informar à Casa, à Presidenta Cármen Lúcia e a todos os que estão acompanhando o encaminhamento dessas questões da forma como estão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra a Ministra Cármen Lúcia.

---

**A SR<sup>a</sup> CÁRMEN LÚCIA** – Obrigada, Senador Romero Jucá.

Eu tinha um compromisso, ao meio-dia, no gabinete do Supremo, com o Senador Mozarildo. Contudo, justifico a minha ausência lá porque estou cá.

Eu queria fazer algumas observações. Tudo que vier para moralizar, diminuir gastos e tornar mais claro o processo eleitoral para o eleitor, para o candidato e, portanto, facilitando que a Justiça Eleitoral possa cumprir rigorosamente a legislação deste Parlamento, vem bem. Primeiramente, isso, ou seja, tudo que puder ficar claro contribui para diminuir, inclusive, o poder normativo da Justiça Eleitoral através das resoluções, que não podem ir além do que está na lei de jeito nenhum. Isso é algo que tem sido objeto de muitos questionamentos – e acho que válidos em certo ponto.

Eu até uso uma imagem, em sala de aula, quando o aluno não entende por que a Justiça Eleitoral ficou com esse chamado “poder normativo”, sendo que, no Brasil, quem inova é só o Parlamento – Congresso, Assembleias e Câmaras Municipais. Ninguém mais inova o Direito no Brasil. E eu tento explicar exatamente isto: a lei é como uma sanfoninha fechada, e o poder normativo abre este leque, ou seja, não há nada de novo ali dentro, nem

pode haver, nem por decreto do Presidente – tanto que o Senado cassa quando há exacerbação –, nem pelo poder normativo da Justiça Eleitoral, nem quando havia o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Entretanto, no caso eleitoral, como há previsão constitucional e previsão das resoluções, algumas expressões que os legisladores usam, aqui e no mundo inteiro – mas são legisladores daqui, eu sou juíza aqui –, trazem o que a gente chama de “conceito indeterminado”.

Os senhores, por exemplo, incluem numa lei que é “quando houver interesse público”. O que é o interesse público, por exemplo, com relação a placas informativas? Então, a Justiça Eleitoral chegou a uma jurisprudência, trazendo qual a metragem, trazendo que, quando duas ou quatro placas, ainda que com a metragem designada, juntas, têm a forma de um *outdoor*, isso é vedado, porque incorreria em outra norma. Quer dizer, o que a Justiça Eleitoral faz é abrir essa sanfoninha, que é a lei, que não pode pormenorizar ao ponto a que se pode chegar com uma resolução. É isso que a gente faz.

Mas, como eu disse, como há os conceitos indeterminados, quando acontecer a urgência... A própria ideia do poder econômico ser exagerado num dado caso. O que é exagerado? Só no caso concreto é que o juiz vai verificar, pois o que é exagerado em São Paulo não é exagerado em Espinosa; não é a mesma coisa em Jijoca e em Porto Alegre. O juiz vai adaptando para cumprir a lei nos dois casos.

Então, propostas como essas, Senador, como bem afirma V. Ex<sup>a</sup>, é para tornar claro. E, aí, o juiz fica numa situação extremamente cômoda, e o Ministério Público também, para atuar. Como? Ele aplica a norma sem espaço de discricionariedade. Ele se vincula ao que for dito pela lei.

Então, primeiro isso. É muito bem-vindo tudo o que vier para esclarecer, de tal maneira que não crie uma situação de constrangimento, pois o candidato de Monte Azul não tem as mesmas condições de um candidato de Belo Horizonte. Mas, numa eleição geral, como é, por exemplo, a de 2014, e como essa lei não se vai aplicar apenas à eleição de 2014, mas às que vierem daqui para frente, então, efetivamente, nós temos que levar em consideração essas realidades distintas.

Eu digo que, quanto a esses procedimentos mais complexos, tudo o que puder simplificar, para a Justiça Eleitoral será bom. E a própria chamada também minirreforma, de 2009, já ajudou muito, porque fez com que houvesse maior celeridade.

Esse prazo de substituição é um dos dados mais cobrados hoje e que mais indigna os candidatos. Eu dei o exemplo já a V. Ex<sup>as</sup> do que aconteceu na

sessão de anteontem do TSE. Havia duas candidatas; uma foi substituída na sexta-feira anterior à eleição do domingo. O partido da outra exigiu que ela se retirasse quase dois meses antes. A segunda ficou; substitui, portanto, o marido.

Agora, nós, juízes, não temos o que fazer, mas, é claro, a primeira vai ter raiva de mim pelo resto da vida, porque o resultado foi eu que proclamei. Apenas por isso! Mas, verdadeiramente, era necessário que houvesse esse prazo. E nós, até naquela primeira reunião que tivemos com os Presidentes e Líderes, assentamos isto: essa é uma causa de muita indignação por parte dos candidatos.

Então, acho ótimo, e hoje ainda pedirei à parte técnica que dê ciência a que esses 20 dias são necessários.

As propostas que o senhor acaba de elencar e apresentar, como a comunicação da filiação válida ser sempre a última, o que também tem gerado até afastamento de pessoas que estavam eleitas, talvez pudessem ser aprimoradas, mas aí eu até consideraria, se fosse possível, que a gente oferecesse, a partir da experiência, um dado: que se obrigasse que fosse comunicado; que mesmo essa última filiação fosse comunicada ao juiz, porque, às vezes, o que o juiz tem e nos apresenta é que tanto o primeiro partido quanto o outro comunicam que são filiados. É essa a razão pela qual, às vezes, isso cria dificuldades para a Justiça Eleitoral cumprir a sua missão. Então, é preciso que haja a formalização e que seja entregue também à Justiça Eleitoral, porque – e o senhor o diz bem – o primeiro não comunicou, sabidamente porque, assim, ele colocou outro candidato e fez cair o do outro partido. Porém, às vezes, o outro partido também não cuidou de fazê-lo. Então, nós trabalhamos com essa formalização.

Já falamos sobre a troca dos candidatos. A pré-campanha, para mim, é um dos dados mais importantes. Que se defina com rigor o que é, como é, como pode ser feita e o que não é considerado como tal, até porque, para a Justiça Eleitoral, por exemplo, o que o senhor salienta como pedido de voto, dizendo “desde que não haja pedido de voto”, a jurisprudência é no sentido de que, às vezes, não há o pedido expresso, mas está claro para todo mundo que há um pedido implícito. Então, como há um beneficiário, às vezes, a jurisprudência tem como havendo esse pedido.

Então, essa definição mudaria muito – e de forma benéfica – se puder ficar claro o que é e em que condições. Não é o pedido ou não de votos, porque, às vezes, há uma situação em que não há pedido expresso, até porque todo mundo sabe por que se está ali e para que é aquela reunião. Esse é o dado que leva, às vezes, ao que se chama de “desvio de finalidade”. A finalidade era discutir o programa? Então, é bom que isso fique claro. Eu acho que

seria de todo conveniente, mas acho que esse é um dado que avança e que modifica.

A questão da licença municipal, no caso de carros de som, eu não sei exatamente. Nunca havia pensado nos termos em que foram apresentados da tribuna.

Eu tenho uma preocupação, porque o Brasil, na sua grande maioria, é formado por cidades pequenas. E eu digo ao senhor que, quando visito o meu pai, no interior, aqueles carros passam esgoelando, até de madrugada, e não há controle nenhum. Eu sou eleitora em Belo Horizonte, mas votaria contra, porque é algo um tanto complicado mesmo. Talvez a licença seja por causa da qualidade da saúde. Eu digo isso por experiência. Não sei em que isso tocaria a liberdade, por exemplo, de manifestação, que precisa ser preservada, mas eu queria que pensássemos isso de tal maneira que se preserve a liberdade de expressão, que se garanta, mas que não se comprometa a comunidade como um todo.

Acho que não deve ser só em Minas – não é, Senador? Nós recebemos reclamações no NIC – Núcleo de Informação ao Cidadão. Eles mandam pedido durante o período da campanha. E mandam muito: “Aqui não há controle de nada. O prefeito já entregou”. Então, não sei qual seria a virtude para seguirmos, o que seria virtuoso para garantir essa liberdade de expressão sem restringir, porém, ao mesmo tempo, sem comprometer toda a comunidade, que não é obrigada a ouvir. Eu, que viajo muito pelo interior... Enfim, mas acho que é uma medida em que precisamos pensar para chegar a esse consenso.

Tudo que diminua gastos de campanha é bom. Primeiro, porque democratiza o processo; segundo, porque eleição tem que ser de ideias representadas pelos homens – espero que a Senadora entenda homens e mulheres –, pelas pessoas, pelos candidatos, e não uma questão de embate de contas bancárias. As eleições são cada vez mais caras, e há pessoas que dizem expressamente que: “Na minha cidade, Ministra, eleição é dinheiro”. Isso tem chegado realmente a níveis de transtornos éticos, de antirrepublicanismo, como o senhor acentuou, e acho que todo mundo perde com isso.

Assim, como disse, tudo que vier para diminuir sem, contudo, deixar de garantir a propaganda, a divulgação, dará maior igualdade de oportunidades e, principalmente, atenderá plenamente ao que o cidadão brasileiro falou nas ruas e nas praças.

Quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 41, embora tenha as minhas observações, não as farei. Tenho muitas dúvidas, e as mudanças que têm ocorrido no Brasil sobre a coincidência ou não de mandatos se devem

a algo que observei no ano passado como juíza eleitoral. Não se mata por um presidente, mas se mata por um candidato a vereador, que é vizinho.

Eu nunca havia imaginado que teria os problemas que tive, literalmente, ao chegar em casa, vindo do TSE, à meia-noite, depois das eleições, a ponto de nem tirar a colcha da cama para me deitar de medo de acontecer alguma coisa em certo lugar. Por exemplo, um juiz telefonar – porque falar com juiz aqui em Brasília é muito mais fácil, às vezes, do que com o juiz eleitoral, até porque o juiz eleitoral, às vezes, serve na comarca a mais de um Município – e dizer: “Estão engalfinhados aqui os dois grupos na frente do fórum”. Há um Município no Brasil – e essa é a quarta eleição, mas desta vez não houve incidentes, houve a tentativa –, em que botam fogo no fórum para queimar o juiz dentro. Ali, os ânimos são sempre exaltados durante a eleição municipal. As pessoas – e eu até digo que no interior, mas não só no interior de Minas – não têm partido; têm lado. “Ah, o fulano é do outro lado”. É assim que eles falam. Eu brinco porque, em Espinosa, é UDN e PSD. Um chama de pé mole; o outro, de pé duro. E é assim: não conversam com fulano. As famílias racham durante esse período.

Quando houve a descoincidência, isso se deveu a que os políticos perceberam – isto vem sendo discutido há muito tempo, já nas décadas de 30, de 50 – que as pessoas dão atenção ao lugar onde vivem. E Alexis de Tocqueville, em *Da Democracia na América*, diz: “O quintal da liberdade é a sua casa”. Então, é ali que você vive.

Portanto, o coronelismo vicejou no Brasil, na primeira parte da República brasileira – na verdade, nós tivemos só uma. E vicejou por quê? Porque o candidato a deputado e o candidato a governador que acompanhavam ou que apoiavam determinado candidato a presidente dependiam do prefeito. E essa foi a prática que Rui Barbosa denunciou, neste Senado, como sendo a doença que carcomia a República desde os seus primeiros momentos, porque a pessoa não vai votar num candidato a prefeito que é contrário a ele. Ora, esse prefeito está vinculado a um deputado, que está vinculado a um... E, aí, realmente, você tem um imbricamento, um amálgama muito difícil de ser desfeito. Por isso, eu tenho dúvidas sobre isso.

Lembro-me que, em 1970, parece-me que em 1974, talvez – o Senador Pedro Simon haverá de se lembrar –, houve a proposta de coincidência de mandatos, e foi o primeiro mandado de segurança impetrado por um parlamentar brasileiro, o Itamar Franco. De fato, S. Ex<sup>a</sup> ingressou no Supremo com um mandado de segurança dizendo que isso era contra a República, porque havia carcomido a primeira fase da República, e que ele tinha o direito de não votar. Foi isso que abriu a jurisdição do Supremo para que, a partir daí, se reconhecesse que o que for proibido pela Constituição de ser votado leva o parlamentar a ter o direito líquido e certo de não haja votação, porque ele

não tem que participar dela. Isso foi, pelo que me lembro, em 74. Enfim, foi nesse ano que houve esse mandado de segurança cujo objeto era a proposta de coincidência de mandatos.

Então, é algo muito polêmico, e estou dizendo isso não tanto como juíza, porque eu cumpro a lei. Eu estou dizendo como professora de Direito Constitucional. E eu li essa história inteira várias vezes. Se os senhores lerem, por exemplo, *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, verão que ele conta exatamente essa história de como essa ligação se fazia. Tenho dúvida, Sr. Senador, se isso já acabou. Tenho muitas dúvidas!

Por isso, eu não sei se essa coincidência é boa. Mas, enfim, eu me submeto à lei. Literalmente, o juiz é o único que continua escravo para garantir a liberdade de todos; é o escravo da lei. O que o Parlamento votar eu cumprirei com todo rigor, com toda certeza.

Enfim, acho, de todo jeito, que todas as questões que foram colocadas são muito graves, muito sérias e muito bem-vindas ao debate realmente. No que eu puder colaborar, como juíza, e até nesses estudos, eu encaminharei tudo ao senhor, porque acho que são questões muito candentes para a sociedade brasileira. Como eu disse, se ela não for muito esclarecida sobre quais as consequências, corre-se o risco de ela se frustrar quando vir o resultado. Aí, ela vai julgar de novo isso como sendo algo que foi feito pelo Parlamento. Daí o cuidado que é preciso ter.

Agradeço muito todas as observações que foram feitas. Com certeza, estudarei isso tudo com muito rigor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Para que possamos avançar no debate, no aprofundamento da discussão sobre reforma política, aproveitando ao máximo a presença da Ministra Cármen Lúcia, por sugestão do Senador Walter Pinheiro, talvez seja o caso de, consolidando o modelo da sessão temática, concedermos a palavra a cinco oradores. Ao final, concedemos a palavra...

**A SR<sup>a</sup> CÁRMEN LÚCIA** – Eu agradeceria, Sr. Presidente, pois tenho sessão no Supremo às 14 horas. Aí, então, realmente, vou precisar me ausentar, tendo em vista que é sessão do plenário. Eu posso ouvir algumas e responder, porque eu posso ir direto. O meu compromisso era com o Senado. Com certeza, eu remarcarei assim que puder.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Com certeza, este é um grande momento para o Senado Federal e é uma tentativa de nós restaurarmos os grandes debates, sem a limitação do tempo, e a Ministra Cármen Lúcia está colaborando muito para isso.

**A SR<sup>a</sup> CÁRMEN LÚCIA** – Eu tenho certeza de que eu ficaria aqui o dia inteiro e com todo o gosto. É que, há alguns anos já, eu não falto a nenhuma sessão plenária do Supremo, menos ainda na de hoje, em que estamos votando um tema grave.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Sem dúvida. Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Cota não está servindo para ampliar presença feminina”

**Vanessa Grazziotin**

*Bloco Apoio Governo / PCdoB-AM*

Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, eu quero dizer que vou me esforçar aqui para colaborar com todos os meus colegas, companheiros e companheiras que aqui estão, para que também tenham tempo de fazer as suas colocações e ouvir algumas respostas de V. Ex<sup>a</sup>, Presidenta Cármen Lúcia.

Sr. Presidente, primeiramente, quero destacar que nós ouvimos aqui, durante um bom tempo, o Senador Romero Jucá falando a respeito da minirreforma eleitoral. Não é nem minirreforma política; é minirreforma eleitoral, que considero importante, mas não podemos permitir que aconteça, desta vez, diante principalmente da atenção da população em relação aos temas políticos, ao futuro do Brasil, não podemos mais permitir que essa tal de minirreforma eleitoral substitua a reforma política. Há quantos anos nós temos uma minirreforma eleitoral substituindo a política?

Então, eu penso que uma não prejudica a outra, mas não substitui. Uma não substitui a outra! Seria interessante que nós pudéssemos, ao tempo em que analisamos e votamos uma minirreforma eleitoral, procurar resolver

alguns problemas que o processo eleitoral apresenta e, assim, encaminhar, efetivamente, uma reforma política.

O Senador Renan e a Ministra, ainda quando da abertura desta sessão, disseram que é difícil fazer a reforma política. É difícil! Se é difícil fazer a reforma política, vamos dividir com a população brasileira essa responsabilidade. Com esse objetivo, quatro partidos ontem apresentaram, na Câmara dos Deputados, projeto de decreto legislativo sugerindo algumas questões para o plebiscito. Quatro partidos: o meu Partido, o PCdoB, o Partido dos Trabalhadores, o PDT e o PSB.

E sugerem três questionamentos. Um diz respeito ao financiamento de campanha eleitoral, que penso ser um dos maiores problemas que enfrentamos no Brasil. Outro diz respeito à ampliação da possibilidade da participação popular no Parlamento. E, ainda, um terceiro quesito, que a Presidente Cármen Lúcia referiu há pouco: a coincidência das eleições.

Agora, falando de reforma política, eu não poderia deixar de falar sobre o gênero, porque, quando falamos em reforma política, falamos numa reforma que deve ser inclusiva. Infelizmente, hoje, o Parlamento brasileiro não tem a cara da população brasileira. Aqui, no Brasil, temos uma média de participação de mulheres no Parlamento que gira em torno de 10%. Há uma tabela aqui, Presidente Cármen Lúcia, que mostra todos os países do continente americano, incluindo o Caribe. São 34 países. Nesta tabela, o Brasil ocupa a 30ª posição. No âmbito mundial, o Brasil ocupa a 158ª posição quanto à presença das mulheres no Parlamento.

E não adianta dizer que a mulher é que não se inscreve, que a mulher é que não vai, que a mulher é que não quer. A sociedade brasileira é machista! Ou nós, o Parlamento, que fazemos as leis, tomamos essa consciência, ou não vamos mudar a sociedade.

Na última dessas tais minirreformas eleitorais – eu era Deputada à época –, nós conseguimos, Senador Suplicy, incluir uma proposta da bancada feminina, qual seja: que no mínimo 5% dos recursos partidários fossem alocados para a formação das mulheres e que 10% do espaço na televisão fossem dedicados à questão da mulher.

Pois bem; eu pego o exemplo de São Paulo. A Procuradoria Eleitoral de São Paulo está chamando os partidos que não cumprem a lei. Que partidos? Vários partidos, dos maiores aos menores. Como a mulher pode estar na política se trabalha fora de casa e é obrigada a trabalhar dentro de casa? Se chega ao partido, o partido só tem uma direção masculina. Temos conversado muito sobre isso, mas ainda não publicizamos essa conversa – quando eu digo nós, são as mulheres.

Eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, Ministra, como o Tribunal Superior Eleitoral poderia contribuir para a conscientização da sociedade? Porque a lei de cotas no Brasil também não está servindo. A cota de candidaturas não está servindo para a ampliação da presença feminina no Parlamento.

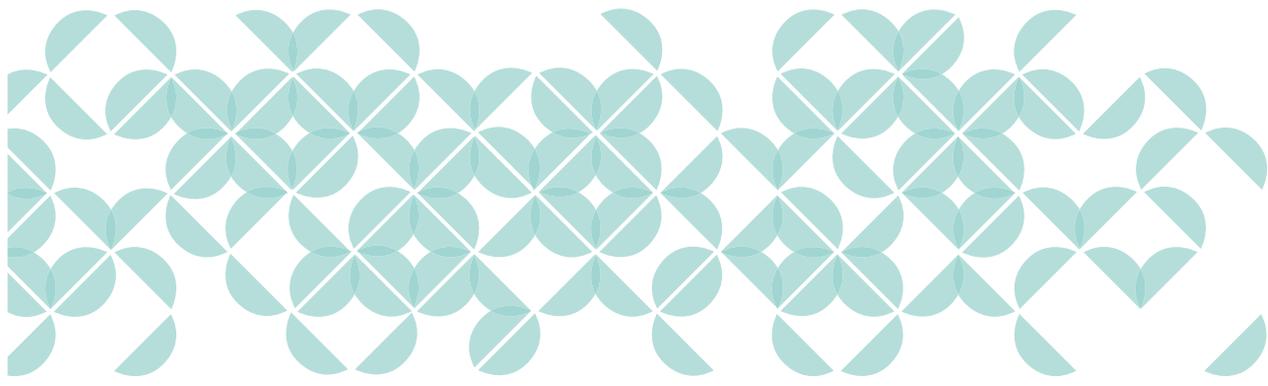
Faço uma pergunta em relação à coincidência das eleições. A senhora falou nisso. Eu não pergunto politicamente – e a senhora não está aqui nem para discutir nem para responder politicamente –, mas, tecnicamente, como seria? Tecnicamente, há algum estudo por parte do Tribunal? E, sobre o plebiscito, o que a senhora acha de, junto com a eleição, haver um plebiscito?

Essas são as perguntas que deixo a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentando-a pelo belo trabalho que vem fazendo à frente da Justiça Eleitoral, dando muito orgulho e incentivando as mulheres brasileiras a entrarem, cada vez mais, na vida pública.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós concedemos a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Cabo eleitoral é legalização da compra de votos”

**Walter Pinheiro**

*Bloco Apoio Governo / PT-BA*

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Ministra, quero, até de forma muito rápida, para permitir também... Sei que o horário avançou e que o tema, como a senhora mesmo diz, é um tema recorrente desde 1950. Portanto, todos estão ansiosos para falar e, ao mesmo tempo, para sugerir.

Quero separar um pouquinho essa coisa que levantou aqui o Senador Romero, e até muito bem. Acho que temos de discutir um pouco como alterar, nesse processo eleitoral, alguns dos parâmetros que podem limpar, que podem significar inclusive redução de custos. E, mesmo sendo o que poderíamos chamar de “varejo eleitoral”, alguns desses pontos, Ministra, podem equilibrar as eleições. Hoje eles desequilibram.

Por exemplo, um dos pontos tocados aqui pelo Senador Romero – e quero insistentemente trabalhar, na linha afirmativa, Senador Romero, do fim desta questão – é a contratação de cabos eleitorais. Na realidade, eu diria que, hoje, isso é a legalização da compra de votos, Ministra. O sujeito pode contratar, e ainda lança na prestação de contas.

Imagine, Ministra, alguém que consegue uma soma razoável de recursos e contrate milhares de pessoas para ficarem o dia inteiro na rua, trabalhando

como cabos eleitorais. Isso se reproduz dentro de casa. É a compra de votos legalizada!

Acho que deveríamos colocar um fim nisso, acabar com isso. Os partidos que mobilizem seus cabos eleitorais e que a propaganda seja feita da forma como ocorre hoje: pela TV e utilizando outros mecanismos. Então, essa é uma questão central.

Outra questão que queria levantar aqui – e me lembro de que tratei desse tema até com o Ministro Gilson Dipp – é a utilização das redes sociais ou dos meios eletrônicos para a campanha. Vou falar muito rapidamente sobre isso. Deixe-me tocar neste ponto logo, que é melhor.

Sou defensor de eleições gerais. Acho que tínhamos de caminhar para as eleições gerais. Seria fundamental que fizéssemos isso.

Seria importante que pudesse haver também a questão programática. Ou seja: o registro do programa de um candidato tem de valer, inclusive, antes da eleição, para servir ao *recall*. Se registrou um programa e não cumpriu...

O terceiro aspecto: suplente de Senador. Na minha opinião, deveria ser suplente o mais votado da coligação proporcional desse Senador, porque foi alguém submetido a voto. Não haveria essa enganação. Acho que isso é importante.

Mas, do ponto de vista do uso das redes, vou dar o mesmo exemplo que dei ao Ministro Dipp. Uma coisa é usar a rede, outra coisa é a TV. Na Bahia, Ministra... Aliás, na Bahia não; no interior da Paraíba, o Bahia, que é o time do nosso coração, foi jogar na cidade de Sousa, se não me engano. Chovia muito. A Rede Globo decidiu não transmitir o jogo porque não havia o chamado “padrão global”, exigido pela emissora, para fazer a transmissão. Não transmitiu o jogo para Salvador. Um torcedor do Bahia, na arquibancada do estádio em Sousa, levou o seu *laptop*, usou sua *webcam*, filmou o jogo e colocou na rede, no Twitter dele. Transmitiu para tudo quanto foi baiano. Quem queria assistir ao jogo do Bahia ia ao Twitter desse rapaz. Os torcedores do Vitória, do Galícia e de outros times certamente não foram a esse Twitter. Portanto, era opção. A mesma coisa na eleição.

Quando a propaganda eleitoral é veiculada pelas TVs, eu obrigatoriamente só posso acessar aquela propaganda. Se eu não quiser assistir à propaganda eleitoral, tenho que desligar a televisão. No Twitter, é diferente. Se eu não quiser assistir à propaganda eleitoral, não entro no Twitter de Mozarildo, por exemplo; vou ao Twitter de outra pessoa que não está fazendo propaganda eleitoral. Eu tenho o direito de escolha. Não sou obrigado a ficar assistindo à propaganda eleitoral naquela rede. Portanto, é diferente da pro-

paganda eleitoral obrigatória.

Isso poderia ser permitido, porque é o cidadão que escolhe. Se quer acompanhar a propaganda eleitoral no Twitter, ele faz essa opção; se não, ele não se desliga do Twitter totalmente, ele não sai da rede, ele continua fazendo outras coisas, ele vai ver futebol. Por exemplo, ele poderia assistir ao jogo do Bahia lá em Sousa e não ficar acompanhando a campanha eleitoral. Na TV, é ao contrário.

Portanto, acho que essa é uma regra que devíamos separar e não dar o mesmo tratamento nesse processo. Era o que eu gostaria de ponderar.

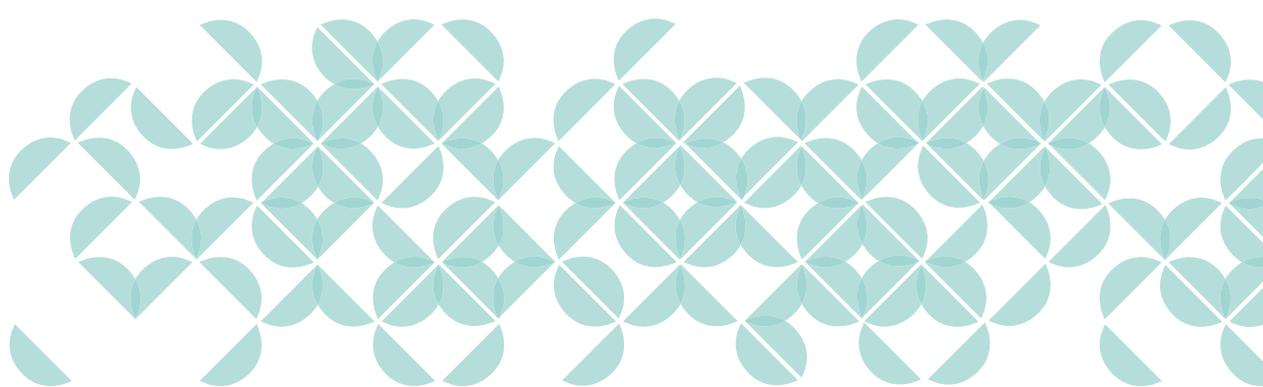
Por último – e fundamental também –, o financiamento de campanha. Enquanto não colocarmos o dedo na ferida, esse é o grande desequilíbrio. Eu continuo partidário de um financiamento que tem de ser de pessoa física, com limite. Financiamento público já temos; os partidos recebem um fundo partidário.

Portanto, é importante, se quisermos equilibrar o processo eleitoral, botar o dedo exatamente nos custos de campanha e na forma de obtenção de recursos para fazer campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

Eu queria só comunicar à Casa que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o nome do Dr. Rodrigo Janot, por 22 votos SIM e 2 votos NÃO.

Senador Sérgio Souza, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Precisamos avançar na consciência do voto”

**Sérgio Souza**

*Bloco Maioria / PMDB-PR*

Sr. Presidente, Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Ministra Cármen Lúcia, Presidente do TSE e Ministra do Supremo Tribunal Federal, e todos aqueles que nos acompanham, que bacana é o Parlamento! Cada um com uma opinião. Aqueles que já subiram à tribuna já a expressaram. Aqui vejo alguns comentando, divergindo ou concordando com aqueles que estão na tribuna.

Isso é o Parlamento: democracia. Que bom!

Mas eu gostaria de dizer, inclusive como advogado eleitoralista, membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral, do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, da Revista Brasileira de Direito Eleitoral – e gosto muito do tema, sou especialista em Direito Eleitoral e sempre debati muito o tema –, que fazemos reforma política constantemente. Todo ano promovemos a reforma política. Até mesmo no momento em que ouvimos os movimentos das ruas e começamos a pautar nossas atividades aqui, no Congresso Nacional, em um momento em que mudamos a nossa postura, como Parlamentares, como homens políticos e públicos.

Mas, para não me estender muito, nós que vivemos já em uma democracia consolidada e com uma Constituição de 25 anos, eu acho que precisamos

avançar nessa coisa da liberdade e consciência do voto.

O cidadão é consciente sobre em quem votou? O cidadão se lembra em que candidato votou? Pesquisas feitas dois ou três meses depois das eleições demonstram que 80% dos cidadãos brasileiros não se lembram mais em quem votaram para Deputado Estadual ou Federal. Isso é um absurdo!

Então, precisamos politizar a população brasileira para que ela se torne mais consciente na hora de escolher seus representantes. O reflexo no Congresso Nacional e no Poder Executivo é a vontade do povo. É assim, por meio do voto, que ele escolhe aqueles que vão governar o seu País, o seu Estado, o seu Município; aqueles que vão fazer as leis federais, estaduais e municipais.

É o cidadão quem escolhe, mas esse cidadão, talvez, esteja alienado, alheio às causas. Talvez esse cidadão seja induzido, no processo eleitoral, por uma propaganda com mensagens subliminares, com uma propaganda tendenciosa.

E como vamos permitir uma participação cada vez maior daquele que está lá fora e que quer entrar na política para discutir, para debater, se limitarmos o tempo de propaganda, se diminuirmos o tempo? Essa é uma pergunta, Sr<sup>a</sup> Presidente, que eu gostaria de deixar a V. Ex<sup>a</sup>. A redução do tempo de campanha sob o argumento da redução dos custos. A redução dos custos da campanha nem sempre é a forma de você fazer com que aqueles que estão fora do processo político nele ingressem. Eu acho que nós temos que criar regras muito claras, até diante de alguns absurdos, como aqueles colocados aqui, de que, em algumas cidades, você compra o cabo eleitoral, às vezes já garantindo a eleição nesse momento. Eu acho que precisamos, realmente, fazer uma diferença.

Quero deixar aqui também, Sr<sup>a</sup> Presidente, uma pergunta sugerida pelo Presidente Nacional do PMDB, o Senador Valdir Raupp, com relação à fidelidade partidária, à mudança de partido nas eleições majoritárias – Governador, Prefeito e Senador da República. Para os demais cargos, nós já sabemos, está bem pacificado isso. Mas, nessa questão, já há algum posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral? Qual é a opinião de V. Ex<sup>a</sup> neste caso? Quem substitui? Novas eleições? Não há regra. Inclusive, eu conheço muito bem a Resolução nº 22.610 e sou muito crítico com relação a essa Resolução, porque, no meu entender, o próprio Tribunal Eleitoral criou regra, criou norma, criou prazo, criou procedimento. Por quê? Até mesmo pela morosidade do Congresso, que não o fez. Mas, deixando isso de lado, quero tentar entender: caso alguém mude de partido, a fidelidade partidária, no cargo majoritário, como ficaria?

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente, agradecendo mais uma

vez à Presidente Cármen Lúcia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós vamos conceder a palavra à Ministra Cármen Lúcia.

Eu queria pedir desculpas aos Senadores Casildo Maldaner, Ana Rita, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Anibal Diniz, Humberto Costa, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Ana Amélia, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, mas é evidente que nós teremos outras oportunidades.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP-RS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP-RS. Pela ordem) – Eu não poderia, já não tendo a chance de expressar algumas opiniões a respeito dessa matéria tão candente, tão urgente e tão polêmica ao mesmo tempo, perder a oportunidade.

Muitas vezes, usei a tribuna para pedir o apoio da Ministra Cármen Lúcia, que, hoje, está aqui como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, mas que é também membro da Corte Suprema de Justiça – e o fiz em nome também dos Senadores do Rio Grande do Sul, Paulo Paim e Pedro Simon, e do Senador Alvaro Dias, do Paraná – sobre um caso rumoroso, de caráter social, que é o Aerus.

Eu estava no Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, e assisti, inteiramente, ao seu voto. E quero lhe dizer, como cidadã, como Senadora da República pelo Rio Grande do Sul, onde nasceu a Varig, que fiquei extremamente orgulhosa da qualidade, da forma como V. Ex<sup>a</sup> fez a fundamentação daquele voto.

Lamentavelmente, o processo está suspenso, por um pedido de vista do Presidente da Corte, mas eu não poderia – tantas vezes cobrei de V. Ex<sup>a</sup> agilidade naquilo –, neste momento, deixar de agradecer publicamente, em nome do fundo Aerus/Varig, daquelas pessoas que estão morrendo sem ver resgatado um direito que V. Ex<sup>a</sup>, naquele brilhante voto, reconheceu. Então, em nome deles e em nome dos Senadores que trabalham por isso, eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Esta, a manifestação que tenho a fazer. Em outra oportunidade, Presidente Renan Calheiros, falaremos sobre reforma eleitoral.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra a Ministra Cármen Lúcia.

---

**A SR<sup>a</sup> CÁRMEN LÚCIA** – Em primeiro lugar, peço desculpas aos Srs. Senadores, os quais eu gostaria de ouvir e aos quais gostaria de responder, se me fosse perguntado algo, com todo o gosto, mas, como eu disse, a sessão plenária do Supremo Tribunal Federal é às 14 horas, e, há alguns anos, não deixo de comparecer – agora, muito menos, porque estamos julgando casos mais complicados.

Então, peço desculpas por isso, mas, já de início, eu havia dito ao Sr. Presidente que o estava convidando para, juntamente com alguns Senadores, fazer uma visita, proximamente, no dia em que marcar, nesta semana ou na outra, ao Tribunal Superior Eleitoral, porque eu queria muito que os senhores, que estão discutindo essa reforma que toca diretamente a Justiça Eleitoral... Porque não há possibilidade de a Justiça Eleitoral atuar sozinha; atua aplicando a norma, mas, principalmente, atua sempre junto e tentando interpretar.

Houve um Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Aliomar Baleiro, que disse, ao julgar determinado caso, que, quando a gente interpreta, a gente interpreta a vontade da lei, nunca a vontade do legislador, porque a gente não é psiquiatra para saber o que passou pela cabeça dele na hora em que votou. Então, tenho que saber o que está na lei. Mas convém sempre que os legisladores saibam como é que o juiz atua e em que estrutura, para que ele, ao colocar determinada palavra na lei, saiba como vai ser o desdobramento do que ele legisla.

Então, considerando a estrutura do processo eleitoral brasileiro, com a urna eletrônica, esse processo eletrônico, convidei o Presidente do Senado e pedi que estendesse esse convite aos Srs. Senadores, para que nos fizessem uma visita proximamente, para que os senhores vissem o que é a estrutura. Temos 500 mil urnas no Brasil, atuando no dia da eleição; a aquisição de mais algumas centenas de urnas que ficam à disposição; o que é esse chamado cadastro eleitoral de que tanto se falou ultimamente – que não é nada do que foi dito; como é que ele é guardado; o conhecimento físico dessa estrutura. Acho que seria muito bom para todo mundo, até para os senhores poderem conversar com o eleitor, sabendo que a urna não fica guardadinha numa prateleira da escola estadual e, no dia da eleição, tiram-na e a colo-

cam ali para poder ser feita a eleição.

Então, se for o caso e se alguns desses nobres Senadores que não tive oportunidade de ouvir pudessem nos dar a honra de acompanhar, faríamos essa visita com um café e responderia a tudo aquilo que não pude responder hoje, em razão dessa contingência de agenda. Mas queria que todos se sentissem aqui convidados a estar conosco. Gostaria muito que os senhores fossem. Acho que seria importante que os senhores vissem o que é a estrutura, a enormidade da estrutura eletrônica, da informática eleitoral brasileira, porque os senhores é que legislam sobre isso; e, aí, nessa oportunidade, eu teria ainda a chance de poder ouvi-los e responder, se fosse o caso.

Passo a responder, em primeiro lugar, à Senadora Vanessa.

Eu diria, sobre o plebiscito juntamente com as eleições, que acho perfeitamente possível, e, se vier a ser essa a decisão, temos o que não tínhamos, que era um tempo mínimo necessário para esclarecer o cidadão. Porque não seria justo que perguntássemos ao cidadão, como vi em várias publicações: “Vamos perguntar se ele quer o voto distrital, o distrital misto ou se mantém...”. Será que o cidadão comum sabe o que é isso, como vai ser isso, quais os modelos, quais as consequências? “Lista aberta ou fechada no sistema proporcional” – ele sabe o que é? Ele sabe como vota? Então, é preciso tempo de informação, o tempo do questionamento e da formulação.

Acho que estou com o que o Presidente disse no início desta sessão: tudo que se puder perguntar diretamente ao povo, para que ele seja partícipe e participante do processo, que reivindique em vez de reclamar; e a gente reivindica aquilo de que a gente participa com responsabilidade. Portanto, a participação direta é sempre muito bem-vinda e muito melhor.

E quanto à questão do gênero, Senadora, tenho uma pequena discordância do que foi afirmado pela senhora. Em primeiro lugar, acho que o sistema de cotas já ajudou, já andou, isso se a gente considerar que antes as mulheres tinham até um certo receio. Hoje, elas podem não ter vontade, a vontade necessária para fazer, como disse no início e como diria Cícero, para sair da vida prazenteira e tranquila de casa e ir à luta, ou porque, às vezes não têm a estrutura necessária para poderem ir à luta.

Eu acho que o sistema de cotas ajudou, porque nós tivemos, na eleição de 2012, por exemplo, um determinado partido, numa capital, que não cumpriu os 30% mínimo, e o Tribunal Superior Eleitoral considerou que aquele registro não era válido. Isso era impensável há 20 anos; isso não era aceito. Portanto, a mudança está feita.

O que acho que ocorre? É preciso, talvez, questionar as próprias estruturas

partidárias em relação à condição da mulher ou o porquê – e o Senador dizia isso exatamente há pouco – as mulheres não se candidatam. E esse é um discurso muito comum.

Nessas minhas andanças pelo Brasil inteiro, verifiquei que elas dizem que vão, mas não têm as mesmas condições financeiras, porque, na distribuição, não recebem igual; por uma questão da própria sociedade; não obtêm recursos como os outros, e o tempo de televisão não lhes é dado igualmente.

Eu não sou capaz de apurar em que isso é fato ou não, mas é preciso um questionamento dos políticos pelos políticos, junto com a sociedade brasileira. Eu acho que é aí que haverá um avanço realmente significativo.

O segundo dado é que o Tribunal Superior Eleitoral não pode fazer senão as campanhas que o próprio Parlamento fixou serem obrigatórias, porque são campanhas caras, pagas com dinheiro público, isto é, rigorosamente cada centavo tem que ser gasto de acordo com o que foi fixado.

Então, não há nenhuma previsão de campanha, por exemplo, para chamar as mulheres para a convenção. O que fazemos – e, aí, é dever do Tribunal Superior Eleitoral – é sensibilizar todos os cidadãos a participarem da vida política. Por exemplo, nós fizemos isso em relação aos jovens, porque houve uma queda de participação desse segmento. Acho que, até o ano que vem, teremos o contrário. Pelo menos nos lugares em que está havendo o recadastramento biométrico, a participação dos jovens aumentou muito.

Então, eu acho que, junto com essas campanhas de sensibilização, como nós chamamos todas, deve haver um item referente a que a mulher, para ter igualdade de oportunidades na vida, haverá de participar das tomadas de decisões políticas. E o TSE pode, aí sim, participar.

Relativamente à coincidência, como eu disse, este é um tema muito mais doutrinário, e o que os senhores decidirem é que será cumprido.

Relativamente às questões do Senador Walter Pinheiro, eu queria dizer que, em primeiro lugar, eu, como todo mundo disse até aqui, acho que a questão do financiamento de campanha é o ponto nevrálgico para haver uma transformação e não mais uma reforma. Quer dizer, é preciso que, de forma ampla, a sociedade discuta. E eu não acho que seja só o Parlamento; eu acho que esse debate tem que envolver universidades, todas as instituições que puderem formular questionamentos e oferecer alternativas. É sempre muito mais simples quando a gente apenas reclama do que está posto e não participa, oferecendo soluções àquilo que pode e deve ser posto.

Quando se fala, no Brasil, em financiamento, parece que há apenas duas

posições: financiamento público ou financiamento privado. Primeiro, há dinheiro público – e muito – no processo eleitoral; segundo, hoje, além do financiamento público, há possibilidade de financiamento privado até mesmo por pessoas jurídicas, como nós já dissemos hoje.

Assim, essa equação não está posta da maneira correta. E isso é oferecido também ao cidadão sem que ele saiba exatamente do que se está falando. E é preciso também outro dado: só para fazer funcionar, quanto custa? Até para a Justiça Eleitoral saber quanto custa. Um processo eleitoral é caríssimo! Claro que eu sempre digo: “Não é um gasto; é um investimento na democracia”. Gasto é quando você compra algo ou adquire algo que pode ser utilitário ou que pode ser até para o prazer. O voto é imprescindível para a democracia. Então, esse é investimento, embora seja um investimento alto.

Nas eleições de 2012, nós conseguimos diminuir o custo. Cada voto custou R\$2,41. Foi a eleição mais barata no Brasil. Para os senhores terem ideia, se somos 140 milhões de brasileiros, basta multiplicar para saber o preço do voto, não do processo. É muito, muito dinheiro! E é necessário, sim.

Agora, se houver só um financiamento público, se houver dois turnos, por exemplo, como se fala, em dois turnos, um para o partido e o outro, isso tudo será multiplicado em gastos e sairá do mesmo cofre, o cofre do cidadão brasileiro, dinheiro do povo brasileiro. Tudo isso precisa ser decidido pelos senhores, mas eu acho que tem que ser esclarecido para o povo o que é e por que é.

Hoje, eu tenho feito questionamentos, como Presidente do TSE... Há pouco eu dizia ao Presidente Renan Calheiros que a Justiça Eleitoral já chegou a um ponto em que há três coisas do Brasil que fazem sucesso no mundo inteiro: a arte, básica e principalmente a música popular, o futebol e a urna eletrônica. O Peru quer conhecer a urna eletrônica; a Turquia quer conhecê-la; o Iraque está atrás da gente para conhecê-la; os Estados Unidos querem conhecê-la; uma Senadora francesa está chegando aí para conhecê-la; enfim, o mundo inteiro quer conhecer a urna eletrônica. Eu recebo, em uma semana, a Coreia, a Rússia, o Equador... O mundo inteiro quer conhecer a urna eletrônica. Então, nós já chegamos a um ponto de confiabilidade do sistema... Por exemplo, às vezes, os próprios servidores do setor de tecnologia, de informática, dizem assim: “Nós precisamos aumentar a capacidade do *software*, porque, ao invés de o resultado sair em quatro horas (que foi o tempo das eleições do ano passado), ele passaria a sair em três horas e meia”. Quanto custa isso? Vale a pena? Até porque nós temos, no Brasil, no setor público, o costume de não perguntar muito quanto custa, como a gente faz com a casa da gente.

Nas eleições do ano passado, Senador, como sou mineira – e tenho mui-

to orgulho disso –, em tudo que faço... Eu não tenho nenhum problema quando dizem, por exemplo – e vou usar uma expressão mais de juíza –, mais econômicos. Já houve eleições em que este Congresso – e não faz muito tempo – fez um cálculo de gasto, para o Orçamento, de R\$80 milhões com forças federais. A previsão era de R\$46 milhões para 2012, mas eu gastei R\$21 milhões e devolvi a rubrica. Eu disse “não quero nem que fique”. Como foi isso? Houve lugares para onde eu havia pedido forças federais. O general disse que aquilo iria custar R\$200 mil. Era para um Município do Piauí. Eu não tenho a menor cerimônia. Eu telefonei para o general e disse a ele: “Olha, general, eu sou mineira. O senhor me desculpe, mas eu queria que o senhor me desse um de menos porque achei caro”. Aí, o general disse: “Eu também sou mineiro, e não vai ter força federal lá, porque nós não vamos chegar a um consenso de jeito nenhum”. Mas chegamos; e o custo diminuiu para R\$85 mil. E, de telefonema em telefonema, do que o próprio Congresso havia calculado em R\$46 milhões, já diminuindo os R\$40 milhões da última eleição, nós gastamos, parece-me, R\$21 milhões – e eu devolvi o resto. Quando eu devolvi, disseram-me: “Mas aí vai ficar ruim, porque, no ano que vem, o Congresso não vai dar”.

Eu até escrevi, um dia desses, um artigo dizendo que a Administração Pública está cada vez mais esquizofrênica para mim, porque você economiza exatamente para devolver aos cofres públicos o que não gastou. Se você devolve, dizem assim: “Mas, no orçamento do ano que vem, não vai entrar, porque já se provou...” Sim, mas no ano que vem pode haver alguma coisa que faça com que seja necessário gastar mais. Se for provado, faz-se a suplementação, mas nós não precisamos fazer essa previsão de novo.

É algo, portanto, da maior importância. Foi por isso que eu convidei o Presidente para ir ao TSE, porque eu gostaria de mostrar esses dados a todos os Srs. Senadores para V. Ex<sup>as</sup> terem uma ideia de como isso vem funcionando. Quer dizer, quando eu falo, neste caso aqui, em redução de financiamento, nós precisamos fazer com que a sociedade inteira discuta, saiba quanto gasta, por que gasta e para que gasta... O que for necessário é investimento mesmo e tem que ser feito; o que puder ser diminuído tem que ser diminuído, porque eu acho que, às vezes, fazer um altíssimo investimento, Senador Walter, que é especialista nisso, num *software* para dar quinze minutos a menos, mas que pode ser caríssimo, às vezes não vale a pena, porque isso não aumenta a confiabilidade e a segurança; e ninguém morre por conta disso.

Então, talvez, seja a hora de nós todos abirmos mais as informações. A transparência é para isso, para a gente chegar ao melhor lugar com mais eficiência e com mais economia.

Quanto às redes sociais, eu fui voto vencido, como o senhor deve saber,

porque eu considero o Twitter uma mesa de bar virtual. Portanto, eu falo o que eu quero como eu quero. Mas eu fui vencida, fiquei como voto isolado e aplicou-se a lei do jeito que ela foi feita, ou seja, de modo que em “redes sociais” englobava-se também o Twitter, e esta a razão pela qual ela entra na mesma vedação.

Naquele caso que foi julgado, em que eu fiquei vencida... E sou vencida muitas vezes, até porque não é nenhuma vaidade para mim ser sempre da corrente vencedora. Absolutamente! Eu apenas estou acentuando porque eu acho que as redes sociais, como eu disse antes, mudaram a forma de perceber e de ver o mundo. Isso não tem controle; isso é algo que nós vamos ter que saber como fazer. Vamos ter sim! E propaganda significa propagar. Alguém, no Líbano, cria uma rede sobre qualquer um dos senhores aqui presentes e não há como se fazer o controle, vai dar uma distinção...

Portanto, a gente tem que saber como é que nós vamos lidar com tudo isso. O mundo é outro, e por esta razão eu acho que nós temos que pensar este novo com o novo, senão nós estaremos maquiando um cadáver, uma estrutura que já acabou, que já morreu. É mais ou menos como aquele meu sobrinho que olha a máquina Olivetti do meu pai e diz: “Vô, que bacana! Eu não conhecia esse computador do senhor!” É uma máquina Olivetti, mas, como ele não sabe que existiu máquina de datilografia, ele achou que era um computador que já tinha uma impressora que sai dali de dentro mesmo. Portanto, é preciso a gente começar a olhar este mundo com este olhar de hoje.

Quanto à questão do Senador Sérgio, da fidelidade partidária, eu só tenho duas observações a fazer. Essa matéria está *sub judice*; e, aí, é *sub judice* específico. Portanto, eu não posso antecipar o meu voto aqui de jeito nenhum.

Sobre o tempo de propaganda, eu acho que é preciso, talvez, termos uma visão mais geral, porque a propaganda sempre foi pensada pelo Congresso Nacional na sua forma tradicional e de divulgação pelos chamados meios de comunicação tradicionais. Portanto, encurta-se isso, e o tempo inteiro nós estamos tendo e fazendo propaganda. Outro dia, alguém me falou do volante e, depois, de um outro nome, um adesivo que já há em carros, “fulano para tal ano”. Mas, aí, isso era... E já chegaram ao TSE alguns casos para as eleições de 2014. Um deles dava conta de que havia, num determinado Município, até muito conhecido, muitos carros com o adesivo “fulano 2014”. Então, já começou a temporada do processo eleitoral formal nesse caso. Aí, eu, no dia, até brinquei dizendo que eu nem sou do tempo do adesivo, que eu sou um pouco mais velha e que, no meu tempo, a gente colocava decalque nos carros. E, agora, já é o tempo de volante, que se põe virtualmente.

Então, não adianta, porque eu acho que, talvez, Senador, fosse necessário a gente abrir esse debate agora para saber o que nós estamos fazendo de conta que estamos proibindo, que, na verdade, não se proíbe... E, aí, de novo, vai haver o que o Senador Walter Pinheiro afirmou: não a desigualdade, Senador, mas a “desigualação”, que é a desigualdade dinâmica. Quer dizer, alguns vão ter realmente mais oportunidade, mas todo mundo faz de conta que não viu.

Eu sempre fui considerada uma professora rigorosa e muito chata, porque eu pegava cola de alunos e tudo mais. Aí, alguns alunos diziam “mas, professora, há professor que faz de conta que não vê”. Eu dizia: “Não; a minha combinação com vocês é outra: vocês façam, como os homens fazem com as mulheres quando nos traem, sem que eu saiba”. Pelo menos façam isso sem nos deixar saber. Não façam de maneira tão acintosa. E os alunos ficam com muita raiva. Eu falo assim: “É porque o outro professor faz de conta que não vê e o outro faz de conta que não cola”. Então, talvez, em matéria de redes sociais, seja um pouco isso. Estamos fazendo de conta que não acontece, mas já há carros, até em Brasília, andando por aí com referências a candidatos para 2014. Acho que era hora de escancararmos e colocarmos tudo nos seus devidos termos.

De toda sorte, mais uma vez, agradeço e peço desculpas aos Senadores por não ter tido a oportunidade de ouvir a todos, de falar com todos, mas quero agradecer muito esta oportunidade de estar aqui, que me proporcionou o Senador Renan Calheiros, de maneira muito gentil – ele é sempre muito gentil com o Tribunal Superior Eleitoral –, de maneira muito especial, e de poder dizer que tudo que a Justiça Eleitoral puder oferecer, em termos de dados, de informações para subsidiar as mudanças que vierem, estaremos sempre de portas abertas para oferecer.

Agradeço a cada um, individual e pessoalmente, na pessoa do Senador Renan Calheiros, que, parece que por predestinação, é quem sempre me acolhe aqui como Presidente, tanto quando eu era candidata ao Supremo como agora, como Ministra Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Mais uma vez, muito obrigada a todos os senhores.

(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a presença de todos, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, representantes dos partidos políticos, e agradecemos especialmente à Ministra Cármen Lúcia pela presença honrosa, sobretudo porque demos início hoje, aqui, à realização de sessões temáticas do Senado Federal, objetivando restaurar os grandes debates, as grandes discussões na Casa.

No momento em que nos encaminhamos para o encerramento desta sessão, quero só dizer uma palavra em função de um fato que aconteceu ontem, na outra Casa do Congresso Nacional, que acabou criando uma situação surreal: um parlamentar condenado pela instância máxima da Justiça, o Supremo Tribunal Federal, não teve a confirmação da condenação pela Câmara, não teve seu mandato cassado.

Como todos sabem, a Justiça existe para julgar, e não tem absolutamente nenhum cabimento o Congresso Nacional rever ou repetir esse julgamento. Não há como um condenado, encarcerado, permanecer no exercício do mandato.

Mesmo tendo o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, determinado a convocação do suplente e o afastamento do parlamentar das funções, é indiscutível que nós nos encontramos num labirinto jurídico, pois presidiário não se conjuga com mandatário do povo.

Hoje mesmo essa contradição jurídica começará a ser removida do nosso sistema. Nós vamos começar a discutir a proposta de emenda à Constituição, que tem como primeiro subscritor o Senador Jarbas Vasconcelos, que fixa a cassação após o trânsito em julgado na Justiça sem a necessidade da palavra final do Legislativo. Eu acho que essa é uma importante etapa pela qual o Parlamento nacional terá que passar.

Muito obrigado a todos.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 13 minutos.)*

# Financiamento da Saúde

19/9/2013

Íntegra do Debate

SENADO FEDERAL



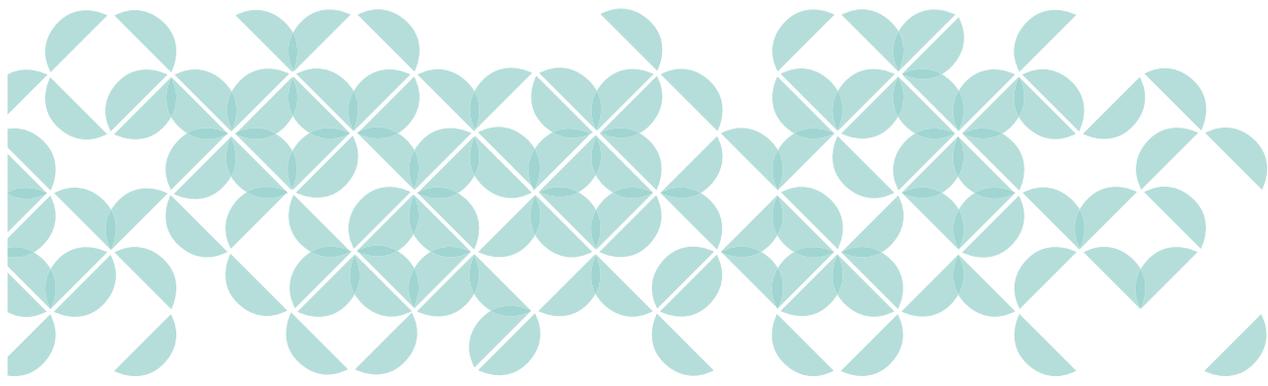


GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Ronald Santos (Saúde+10), Maria do Socorro (CNS), senador Humberto Costa, ministra Miriam Belchior, senador Renan Calheiros, ministro Alexandre Padilha, senador Vital do Rêgo e Jurandi Frutuoso (Conass)



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



GERALDO MAGEIA/AGÊNCIA SENADO



## Como ampliar os recursos para melhorar os serviços

**Renan Calheiros**

*Presidente do Senado / PMDB-AL*

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se ao debate temático sobre o financiamento da saúde.

Convido para compor a Mesa o Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha.

*(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa, com muita satisfação, a Sr<sup>a</sup> Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.

*(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Financiamento da Saúde do Senado Federal, Senador Vital do Rêgo.

*(Palmas.)*

Convido, também para compor a Mesa, o Relator da Comissão de Financiamento da Saúde, Senador Humberto Costa.

*(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa a Presidente do Conselho Nacional da Saúde, Sr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Souza.

*(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), o Sr. Secretário Executivo Jurandi Frutuoso.

*(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e coordenador do Movimento Saúde+10, Sr. Ronald Ferreira dos Santos.

*(Palmas.)*

Sr<sup>a</sup> Ministra do Planejamento e Gestão, Sr. Ministro da Saúde, senhores convidados, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, a saúde pública brasileira, como todos sabem, está diante de um dilema. Não é preciso muito para ver o quanto a população tem sofrido com os serviços de saúde oferecidos nos postos de saúde, ambulatorios, maternidades e hospitais. Quase todas as pesquisas apontam a saúde como uma das angústias nacionais.

A saúde é um dos principais componentes da vida, seja como pressuposto indispensável para a sua permanência, seja como elemento agregado a sua qualidade. Assim, a manutenção da saúde está ligada, muitas vezes, ao direito à própria existência.

Em todo o Brasil, o cidadão, ao procurar tratamento, frequentemente se depara com toda sorte de desrespeitos: além das longas filas, o descaso, o desconforto, as dores e, muitas vezes, o desespero.

Falta consideração com a sua dignidade, faltam médicos, faltam remédios. A cobertura é pretensamente universal e o atendimento, infelizmente, não tem sido integral.

Sabemos todos que essa situação atinge mais dolorosamente a população de menor poder aquisitivo.

O Estado brasileiro tem como uma de suas premissas básicas a redução das desigualdades sociais.

Assim, o sistema público de saúde, que se sustenta e se legitima pela população, tem, além da responsabilidade legal, um compromisso moral com os menos favorecidos.

Se, por um lado, a população clama por mais atendimentos, mais médicos, mais leitos, mais hospitais, mais saúde enfim; por outro lado, os Municípios e os Estados alegam, como fator impeditivo da efetivação do direito à saúde, a elevada demanda em contraposição à escassez dos recursos.

Diante desse e de tantos outros aspectos importantes que se envolvem na questão da saúde pública, o Senado se mobilizou para realizar esta Sessão Temática, a fim de discutir as dificuldades que envolvem o setor e, assim, debater caminhos, buscar soluções e, caso necessário, modernizar os marcos legais para que o direito à saúde, que a Constituição garante a todo brasileiro, seja uma realidade.

Os arts. 6º e 196 de nossa Carta Magna preveem a efetividade à saúde por meio da integralidade de assistência, diretrizes que se acham expressas também na Lei nº 8.080. Sendo um direito social e fundamental, a saúde, assim reitero, é um dever do Estado.

Temos um modelo integral e complexo de saúde pública e precisamos definir financiamentos permanentes para o setor e debater aspectos que levem à melhoria dos serviços prestados, entre eles o percentual do Orçamento Público para o setor, a carreira dos médicos, o Revalida e o Programa Mais Médicos. Entre esses aspectos, destaco o mais premente e importante a ser debatido e resolvido: o que diz respeito à destinação de mais recursos para a saúde.

Recentemente, recebi em meu gabinete representantes do movimento Saúde+10, que reuniu cerca de um milhão e novecentas mil assinaturas de entidades, associações e movimentos sociais.

Há um clamor nacional em favor do projeto de lei de iniciativa popular que estabelece vinculação de 10% da receita bruta da União para a área de saúde. Ouvi deles que, em uma recente pesquisa, 58% dos entrevistados consideraram a melhoria da saúde como a principal reivindicação do povo junto ao governo. Creio ser esse, portanto, um momento propício para reafirmar os compromissos do Parlamento com a sociedade no sentido de avançar no entendimento que permita a aprovação dessas matérias o mais rapidamente possível e em regime de urgência, como cobra a sociedade brasileira.

Outra tentativa de resolver os problemas de saúde do País encontra-se no orçamento impositivo, que votaremos muito em breve. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator do orçamento impositivo é o Senador Eduardo Braga.

Creio ser razoável a proposta de que 50% das emendas impositivas sejam para a saúde. A partir das discussões e análises a serem apresentadas, deveremos apontar qual é, na verdade, o percentual possível. O ideal, contudo, é que seja realizado um acordo entre o Legislativo e o Executivo, pois assim evitaremos a possibilidade de judicialização do problema.

Por isso é que tenho trabalhado – e continuarei trabalhando – no sentido de que haja esse acordo. E esta Sessão Temática será, acredito, fundamental para que possamos dar passos significativos nesse caminho.

A pertinência de inserir no texto constitucional a carreira médica de Estado é outra questão sobre a qual teremos que nos debruçar brevemente. De acordo com a PEC nº 34, os médicos de Estado deverão ser organizados em carreira, nos termos da lei orgânica que dispuser sobre sua organização e funcionamento. Suas atividades, consideradas essenciais ao funcionamento do Estado, serão exercidas unicamente no âmbito do Sistema Único de Saúde. Assim, serão obrigatórios os concursos públicos da especialidade médica na esfera federal.

Atualmente, estamos aguardando a apreciação da matéria, que se encontra também na Comissão de Constituição e Justiça e tem, como Relator, o nosso colega, companheiro, Senador e médico, Paulo Davim.

Ainda de interesse para a área de saúde, outro projeto também se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do seu Presidente, Senador Vital do Rêgo. Trata-se do PL nº 20, de 2012, que incentiva a criação de unidades de serviço de medicina legal em regiões metropolitanas e cidades do interior. É uma especialidade que utiliza conhecimentos técnico-científicos para esclarecer fatos de interesse da Justiça, como o exame do corpo de delito, para identificar as causas de uma violência, e a autópsia, para determinar a causa de uma morte.

São, assim, vários os assuntos de interesse para a área de saúde que aguardam deliberação de nós, parlamentares. E esta Sessão Temática, repito, sem dúvida, haverá de contribuir para a formação mais acurada de nossas opiniões, de nossos posicionamentos.

Entretanto, creio, dois deles, o Programa Mais Médicos e o Revalida, requerem especialmente que estejamos bastante embasados para a nossa deliberação, uma vez que essas iniciativas têm mobilizado setores da sociedade

com muitas opiniões a favor e, também – como é próprio da democracia –, opiniões contrárias.

O objetivo do Mais Médicos é formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde, especialmente em Municípios do interior e de periferias das grandes cidades.

Já tive a oportunidade de expressar pessoalmente à Presidente Dilma Rousseff o meu apoio ao programa. Cumprimentei-a pela coragem no enfrentamento dos problemas da saúde pública, que sei nos afligem a todos.

O meu desejo é que esta sessão traga subsídios para dar respostas efetivas ao brasileiro que busca ajuda médica para cuidar de sua saúde e preservar a sua vida.

Gostaria de reiterar o meu sincero agradecimento ao Ministro Alexandre Padilha, que vem desenvolvendo um grande trabalho à frente da Pasta da Saúde e que, corajosamente também, se dispôs a comparecer a este debate, mesmo sendo a saúde uma das áreas mais sensíveis do País. Assim, enfatizo mais uma vez o compromisso público e a coragem do Ministro Padilha.

Tenho certeza de que todos reconhecem os méritos do Ministro Padilha e sabem, como ele, que a área de saúde, que tinha a CPMF, acabou precisando de um grande contorcionismo tributário para fazer face às imensas despesas com a saúde no Brasil.

Vamos ao debate, na certeza de que ele haverá de apontar muitos caminhos para o financiamento da saúde pública no Brasil.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Ministro Alexandre Padilha.

Com a palavra V, Ex<sup>a</sup>, Ministro Alexandre Padilha.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de, pelo menos, 15 minutos, mas compreenderemos se for necessário mais tempo para que a sua intervenção inicial possa impulsionar este debate, que é insubstituível para a solução desse problema que angustia a todos.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



## Por um financiamento da saúde estável e permanente

**Ministro Alexandre Padilha**  
*Ministério da Saúde*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria saudar a minha colega de governo, a Ministra Miriam Belchior; queria saudar a Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro; queria saudar o Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass; o Sr. Ronald, Coordenador do Movimento Saúde+10. E, em nome do Senador Aloysio Nunes, Senador pelo meu Estado, queria saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero agradecer mais uma vez ao Presidente Renan, a todos os Senadores, ao Presidente Vital, que coordena a Comissão de Financiamento, e ao Relator da Comissão de Financiamento, o ex-Ministro Humberto Costa, por mais esta oportunidade de debatermos aqui, no Senado e no Congresso Nacional, o tema da saúde, sobretudo um dos nossos grandes desafios, o SUS, pensando um modelo estável e permanente de financiamento para a saúde pública do nosso País.

Acredito que todas as vezes que o Congresso Nacional se debruça sobre o tema da saúde e se dispõe a debatê-lo, coloca-o na sua agenda central, numa quinta-feira de manhã, com vários Senadores e Senadoras aqui presentes.

Com isso, é a saúde que ganha, é o SUS que ganha.

Pode passar o próximo. *(Pausa.)*

Temos um desafio que não é pequeno, um desafio construído por esta Casa. Foi o Congresso Nacional, por meio da Constituição, no período de redemocratização do País, que colocou para o Brasil um desafio que nenhum outro país da nossa dimensão assumiu: buscar levar saúde pública, universal, gratuita e com integralidade a uma população de 200 milhões de habitantes.

A rigor, nenhum país com mais de 100 milhões de habitantes tem um sistema público universal e gratuito. Então, o Brasil e o Congresso Nacional ajudaram a construir esse desafio. É, assim, um país único em relação a outros países. Para dar conta desse desafio num país tão diverso como o nosso e ainda tão desigual, com tantas diferenças regionais, econômicas e sociais, é muito importante que o Congresso Nacional, que criou o SUS, possa debater permanentemente os seus desafios.

Quando mostramos alguns números do que é o Sistema Único de Saúde... Antes de vir para cá, estava numa reunião da missão da Organização Pan-Americana de Saúde, que, embora conheça muito bem o SUS, todas as vezes se impressiona com alguns números. São, de fato, números que impressionam, com todos os desafios, o déficit de qualidade e o que precisamos ampliar em termos de acesso ao sistema.

Só para dar dois exemplos, o Brasil é reconhecido mundialmente – ainda mais depois da incorporação da vacina do HPV para as mulheres – como o mais amplo calendário público e gratuito de vacinação do mundo inteiro. Nenhum país das nossas dimensões oferece esse calendário com altas taxas de cobertura de vacinação como nós temos. E, também, nos últimos três anos, como o recordista mundial de transplantes de órgãos por meio de um sistema público e gratuito. Nenhum país fez mais de 20 mil transplantes como nós fazemos a cada ano, nos últimos três anos, totalmente gratuitos para a sua população.

Pode passar o próximo. *(Pausa.)*

Alguns feitos do Sistema Único de Saúde, nesses 25 anos de SUS, são reconhecidos mundialmente. Na última semana, só para citar um deles, o Relatório Mundial do Unicef reconheceu o Brasil como o principal caso mundial de redução da mortalidade infantil.

Em 2011, quatro anos antes, portanto, do ano de 2015, o ano dos Objetivos do Milênio, alcançamos o objetivo do milênio relativo à redução da mor-

talidade infantil. Só que o Relatório do Unicef da semana passada deu um dado ainda mais forte: o Brasil reduziu a mortalidade infantil mais do que todos os países da América Latina, reduziu mais do que todos os BRICS, os países emergentes da nossa dimensão, e teve uma taxa de redução maior do que a dos países de renda média alta.

Quando você pega os países de renda *per capita* média elevada e compara, a taxa de redução nesses países foi menor que a do Brasil nos últimos 20 anos. Foram 77% de redução nos últimos 20 anos e de 45%, ou seja, uma proporção ainda maior, nos últimos dez anos, a taxa de redução da mortalidade infantil neste País.

Esse sistema que o Congresso Nacional construiu para o País já deu conta de alguns desafios, mas tem uma série de lacunas. Uma delas é exatamente a discussão de como se garante um financiamento estável para um desafio tão complexo como oferecer saúde pública, universal e gratuita, da vacinação ao transplante, do insumo e da ação mais básica de prevenção e preservação da vida até o procedimento mais complexo, de maior risco e maior complexidade, que é um transplante de órgãos.

Só que, ao longo desses 25 anos, nós não definimos com muita clareza uma proposta de financiamento estável. Todos os senhores sabem que o Congresso Nacional, ao promulgar a Constituição, aprovou a responsabilidade do Estado.

Este é outro detalhe: a nossa Constituição. Nenhum país tem na sua Constituição a insígnia de que saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Nem as Constituições mais recentes, frutos de reformas democráticas de que são exemplos, na América Latina, a Bolívia, a Venezuela e o Equador, têm uma insígnia tão avançada e ousada em relação ao direito à saúde como a nossa.

Pode passar. (*Pausa.*)

Ao longo desses 25 anos do SUS, a primeira fonte estável definida para buscar financiar a saúde foi exatamente a CPMF. A CPMF surgiu como fonte para um debate do Congresso Nacional.

Pode passar o próximo. (*Pausa.*)

Ao longo dos anos em que existiu, de 1997 a 2007, ela foi responsável por cerca de 30% – houve variações ano a ano – do financiamento dos recursos da saúde, do Ministério da Saúde, nesse período. Ou seja, um terço dos recursos do Ministério da Saúde, enquanto existiu a CPMF, foram provenientes dessa fonte de financiamento, a única fonte construída, além das fontes

da seguridade social, especificamente destinada à área da saúde.

Pode passar o próximo. *(Pausa.)*

Quando, numa noite do Congresso Nacional, no ano de 2007...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Madrugada!

**O SR. ALEXANDRE PADILHA** – ... numa madrugada, aqui, Senador Inácio Arruda... É que a madrugada faz parte da noite, de certa forma, mas concordo que é mais dramático ainda, mais intenso.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Pode ser o dia, que é o dia todo.

**O SR. ALEXANDRE PADILHA** – Está certo. É verdade, Senador Inácio Arruda.

Numa madrugada do Congresso Nacional, ao se extinguir a CPMF, que até então era a única fonte nova definida para a área da saúde, retiraram-se R\$40 bilhões anuais do Ministério da Saúde. Isso foi retirado em 2007. Se contarmos os anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, são R\$200 bilhões retirados do Orçamento da saúde da nossa população.

Pode passar o próximo. *(Pausa.)*

O Congresso Nacional também teve, ao longo do ano de 2011, um avanço muito importante: o debate da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Os senhores e as senhoras sabem que foi um avanço importante a Emenda Constitucional nº 29 para se estabelecerem regras de vinculação de recursos para a área da saúde.

Assim, ao longo do ano de 2011, o Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, debateu e aprovou a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que foi um passo muito importante. Eu diria mesmo que, depois da criação da CPMF, foi o segundo passo mais importante rumo à definição do financiamento na área da saúde. Em primeiro lugar, porque se regulamentou aquilo que era uma emenda constitucional, e a própria emenda constitucional exigia esse processo de regulamentação; estabeleceu claramente que os governos – federal, estaduais e municipais – tivessem regras claras em relação ao que são ações de serviços de saúde, pois, até então, essas regras não estavam bem definidas e faziam com que muitos gastos que não eram ações de serviços de saúde fossem imputados como investimentos na saúde; e estabeleceu como obrigatória uma vinculação

tanto do Estado quanto do Município como uma regra do Governo Federal.

Muitas pessoas dizem: “Ah, mas a regra do Governo Federal não estabeleceu um mínimo a ser aplicado”. Não é verdade. A própria regulamentação estabeleceu um mínimo – e não é pouca coisa –, porque, até 2003, o Governo Federal não cumpria o estabelecido na Emenda Constitucional nº 29. Começou-se a cumprir, ano a ano, a partir de 2003, quando do início do governo do Presidente Lula e, agora, do governo da Presidenta Dilma. Certamente, a Ministra Miriam Belchior vai mostrar que, ao longo desses anos, inclusive, o governo colocou mais recursos na saúde do que o mínimo que a Emenda Constitucional nº 29 estabelece.

Então, no dia em que o Senado fez a aprovação final da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, consolidou-se um ganho importante para a saúde, pois se estabeleceu o que são ações e serviços e estabeleceu-se como regra permanente o que todos os três níveis de governo terão que cumprir enquanto essa regulamentação existir.

Pode passar o próximo. (*Pausa.*)

É muito importante que o Congresso – e certamente essa Comissão de Financiamento tem debatido isso, tanto aqui no Senado, quanto na Câmara – compreenda investimento na saúde não como gasto. O investimento na saúde não é só um esforço pela garantia de um direito básico estabelecido na nossa Constituição, não é só um esforço de ampliação de serviços para garantir acesso a um direito da nossa cidadania. Investimento na saúde também é investimento no crescimento econômico do nosso País.

Nenhum país se tornou rico sem ter uma forte indústria, um setor econômico forte no campo da saúde. A área da saúde é o setor que mais inova tecnologicamente em nosso País: 30% do esforço de inovação tecnológico do Brasil estão na área da saúde, na indústria, no setor de tecnologia da informação, no setor de serviços, no setor de equipamentos, na indústria farmacêutica – 30%! É mais até do que a média mundial. A média mundial de inovação tecnológica no campo da saúde é de 28%, no mundo inteiro. No Brasil chega a ser 30%, ou seja, o esforço, a contribuição para inovação na indústria e na economia do País, no campo da saúde, é maior do que a média mundial.

Trata-se também de um setor muito importante para a geração e manutenção de empregos em todo o País, sobretudo nos pequenos Municípios, nos médios Municípios, no Município do interior. Está aqui o Secretário Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, que sabe que muitos secretários municipais e estaduais de saúde ganham prêmios da associação comercial no Município, porque cada vez que você expande uma equipe de

atenção básica – como a equipe da Saúde na Família, de agentes comunitários de saúde – e amplia serviços, você reduz a inadimplência no comércio do Município, porque gera mais empregos. São empregos que conseguem incorporar profissionais daquela realidade da comunidade, às vezes com formação profissional ainda não tão complexa, ou seja, oferece-se, assim, oportunidade de emprego para o conjunto de pessoas daquela comunidade, reduzindo o gasto das famílias com transporte para tratamento de saúde fora daquela cidade, bem como com medicamentos e internações, fazendo com que elas passem a investir na própria economia local.

Então, o esforço do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais de buscarem ter um orçamento crescente, ano a ano, é um esforço não só que pode permitir a ampliação no direito à cidadania, mas tem um impacto muito positivo na economia brasileira.

Pode passar o próximo. (*Pausa.*)

Pode ficar nesse.

Esse, o esforço que o Governo Federal vem fazendo desde 2003. Primeiramente, aquilo que eu disse – e que não é pouca coisa: desde 2003 e só a partir de 2003, o Governo Federal cumpre todo ano aquilo que está estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, investindo, inclusive, um valor maior do que o mínimo da Emenda Constitucional nº 29. Ao longo desse período, os investimentos da União, do Governo Federal levaram a um aumento de 66% do investimento *per capita* do Ministério na área da saúde em nosso País.

Uma ampliação permanente da execução orçamentária. Quando comparamos 2003 com o ano de 2012, é 187% maior em termos de investimentos realizados; e 30% só quando comparamos os dois primeiros anos do governo da Presidenta Dilma.

Pode passar. (*Pausa.*)

Essa elevação ocorre na parte de custeio, mas, também, na parte de investimentos. Na parte de investimentos, a variação, de 2003 a 2010, é de 232%; quando comparamos 2003 com 2012, observamos uma variação de 430%. É uma variação, nos dois primeiros anos do governo da Presidenta Dilma, de 60% a mais de investimentos. E investimentos não só em hospitais, em unidades novas como as UPAs 24h e equipamentos.

Contudo, ainda outros novos investimentos, entre os quais quero dar dois exemplos: primeiro, o fato de o Ministério da Saúde, no governo da Presidenta Dilma, ter criado, pela primeira vez, uma linha de recursos, fundo a

fundo – a fundo perdido, sem precisar de contrato com a Caixa ou convenio – para reforma, ampliação e construção de Unidades Básicas de Saúde, aquilo que tem o maior impacto para qualquer tipo de Município, de qualquer tamanho, ou seja, naquilo que é a atenção mais básica e, ao mesmo tempo, um investimento bastante inovador, que é a aquisição de 80 novos Centros para Tratamentos de Radioterapia no País.

Só para os senhores terem uma ideia, foi a maior compra mundial unificada de aceleradores lineares, equipamentos para radioterapia. Por isso, nós colocamos, inclusive, como contrapartida, que a empresa internacional – e só há dois fornecedores mundiais desses aceleradores lineares – que ganhar tem que construir uma fábrica no Brasil, a fim de trazer tecnologia, emprego e inovação para o nosso País.

Pode passar o próximo. (*Pausa.*)

Pode passar. (*Pausa.*)

Outro item que eu gostaria de frisar é essa elevação dos recursos. Isso é muito importante, porque nós não podemos discutir recursos sem definir para onde vão esses recursos, para que a gente não fique reproduzindo um modelo pautado dentro do hospital, uma certa mentalidade que acha que saúde só se faz dentro de um hospital, onde uma pessoa só pode atender uma outra se houver um equipamento no meio.

Que a gente possa fazer com que essa ampliação de recursos induza, cada vez mais, a estrutura de serviços de saúde na atenção básica. Saúde se faz antes do hospital, fora do hospital, onde a pessoa vive, onde ela mora, onde ela trabalha. Isso é cada vez mais importante pelo perfil das doenças que nós temos.

Pela primeira vez nós temos 51% da nossa população acima do peso e 18% dela obesa. Ou seja, não é com internação dentro de hospital que se cuida do problema da obesidade e dos impactos que ela tem na saúde da população. É com cuidados na atenção básica, perto de onde ela mora, de onde ela vive, de onde ela trabalha, acompanhando de forma permanente, com agente comunitário de saúde, com médico lá presente, com enfermeiros, com nutricionistas nessa equipe de atenção básica. Estou falando isso porque nós não só ampliamos o investimento *per capita* do Ministério da Saúde ao longo desses dez anos, com ampliação importante nos dois primeiros anos do governo da Presidenta Dilma; nós não só colocamos mais recursos – e Estados e Municípios também colocaram ainda mais recursos –, como também aumentamos os recursos para a atenção básica, para a assistência farmacêutica, que é a oferta de medicamentos, e para vigilância em saúde, que são as ações de prevenção, vacinação, monitoramento das epidemias.

Esses investimentos foram maiores que os feitos dentro de hospitais.

No final dos anos 2000, nós tínhamos 17 milhões de internações pelo Sistema Único de Saúde por ano; hoje, nós temos 12 milhões. Muitas pessoas podem se perguntar: “Ah, reduziu internação; isso foi bom ou ruim?” Foi muito bom! Foi muito bom, porque a redução do número de internações se deu exatamente pela mudança no modelo de organização do serviço de saúde, que nós começamos apenas, é o primeiro passo de uma longa caminhada, que é exatamente você cuidar da saúde das pessoas e não só cuidar da doença.

O maior espaço dessa redução se verificou nas internações pediátricas. Não é porque se fechou hospital que não houve internação; é porque nós colocamos novas vacinas, que reduziram, por exemplo, em 30% as internações por doenças diarreicas; é porque nós colocamos novas vacinas, que reduziram em até 40% internações por pneumonia e meningite em crianças. Ou seja, agimos na prevenção, cuidamos da saúde das crianças e, com isso, reduziu-se a necessidade de internações dessas crianças.

O fato de a Presidenta Dilma haver colocado o remédio para tratamento da asma de graça no Programa Farmácia Popular, em junho do ano passado, em um ano se verificou uma redução em 20 mil do número de internações por asma no nosso País. Isso porque, repito, nós oferecemos a medicação de graça e mais perto para a população já poder se tratar e, com isso, evitou-se a internação.

Isso é importante, porque o debate da ampliação de recursos necessariamente tem de vir com outras duas discussões.

Onde nós vamos investir mais recursos? Se não debatermos isso, esse investimento vai acontecer só dentro de hospitais, um investimento que vai acontecer só na doença e não na saúde. Às vezes, se é um investimento pautado em aumentar recursos para hospitais, depois o privado aumenta um pouco e, depois, vira concorrência entre o que é pago no hospital filantrópico, no hospital estatal e no privado, sem controle do gasto, sem controle do custo desse procedimento. Então, esse é um debate muito importante.

Também há de caminhar juntamente o debate sobre o combate ao desperdício, o controle, o combate à corrupção em relação aos recursos para a área da saúde.

Só para mostrar que a variação desses recursos foi maior na atenção básica: 300% de aumento na atenção básica, 204% na assistência farmacêutica e 186%, o que significa mais que dobrar, na vigilância em saúde.

Neste ano, por exemplo, nós ultrapassamos R\$15 bilhões de investimentos na atenção básica, que é mais que os 15% que, historicamente – estou vendo aqui a Ana Costa, do Cebes –, foi a defesa do movimento de reforma sanitária, que defendia que aplicássemos pelo menos 15% dos investimentos dos recursos da área da saúde, do Ministério da Saúde. Neste ano, nós ultrapassamos, os R\$15 bilhões, aquilo que era a meta histórica estabelecida ao longo desses anos.

Pode passar ao próximo. *(Pausa.)*

Pode passar. *(Pausa.)*

Outro dado importante: nós ampliamos muito o investimento na atenção básica nesses anos – e precisamos ampliar ainda mais –, ampliamos muito na vigilância, ampliamos muito na assistência farmacêutica, mas também ampliamos nos procedimentos de média e de alta complexidade. São os exames, cirurgias, internações.

Esta aqui é a curva de ampliação dos recursos para os tetos de média e alta complexidade, sobretudo ao longo de 2011. Os senhores percebem que houve um decréscimo de 2010 para 2011 e, depois do início do governo da Presidenta Dilma, uma forte elevação contínua – em 2013, será maior ainda – de recursos na área de média e alta complexidade, embora reconheçamos que precisamos investir muito mais nessa área.

Pode passar ao próximo. *(Pausa.)*

Este outro eslaide é para mostrar que não é uma verdade que não existe reajuste da tabela SUS há dez anos, há oito anos, como já ouvi várias vezes. Isso aqui são os dados de reajuste de 2011 a 2013. Eu poderia ter trazido de 2008, de 2009, de 2007... Só em 2011, foram 96 procedimentos reajustados na tabela SUS; em 2012, 164; em 2013, 63 procedimentos.

Eu queria só explicar um pouco – certamente os Senadores e as Senadoras sabem, mas é para reforçar – que a tabela SUS é uma tabela de referência que o Ministério da Saúde utiliza mais para contabilizar cada procedimento cirúrgico ou de exames que são realizados pelos hospitais.

Agora, os Estados e Municípios podem colocar mais recursos, inclusive, do que a tabela SUS – e eles já fazem isso –, como também nós temos outras formas de colocar recursos para o funcionamento dos hospitais. Então, nós fizemos vários reajustes na tabela SUS, e vamos continuar fazendo vários reajustes na tabela SUS.

Pode passar o próximo. *(Pausa.)*

Além dos reajustes na tabela SUS, nós apostamos numa modalidade que consideramos a melhor modalidade para financiar os hospitais, uma modalidade mais pautada no ser humano, mais pautada na organização do serviço de saúde e que dá ganhos de gerenciamento para o hospital: é o incentivo na alta e média complexidade.

Vou explicar rapidamente do que se trata.

O Ministério da Saúde repassa ao Estado e ao Município – quem paga é o Estado e o Município – alguns valores, de acordo com o número de cirurgias realizadas e o número de exames realizados, em cima dessa referência da tabela SUS para Estados e Municípios. E, assim, ou a Secretaria Estadual, ou a Secretaria Municipal paga, através de um contrato ou com um hospital próprio, ou com hospitais filantrópicos que ela venha a contratar.

Os hospitais filantrópicos são muito importantes para o SUS. Não existiria o SUS sem os hospitais filantrópicos, sem as Santas Casas. Mais da metade das internações do Sistema Único de Saúde, hoje, são feitas nos hospitais filantrópicos. Eram 46%, quando começou o governo da Presidenta Dilma, e passaram para 51%. Ou seja, ampliamos as parecerias com os hospitais filantrópicos credenciados ao SUS nesses últimos dois anos.

Agora, além de pagar pelo procedimento, nós criamos este novo modelo de pagamento, que é o incentivo por melhoria da qualidade. Por que isso é importante? Porque, muitas vezes, um hospital começou a se organizar de acordo com o procedimento. Ele cria um grupo forte em um tipo de cirurgia, cria outro grupo forte em um tipo de exame, e o hospital, ao invés de ter um gerenciamento integral, de cuidar integralmente daquele paciente que entra no hospital, passa a ser administrado ou gerenciado a partir do procedimento com maior retorno, maior rentabilidade.

E, quando uma pessoa entra num hospital, ela não quer saber quantos exames de urina ela fez, quantos exames de raios X ela fez, quantas tomografias ela fez. Ela quer entrar com o problema e sair com a solução. Ou seja, nós criamos esse incentivo que pode pagar, hoje, até 50% a mais do que é produzido pela tabela SUS para aquele hospital, caso esse hospital faça um contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde e com a Secretaria Estadual, passando a monitorar ganhos de qualidade, taxa de internação, redução do período de internação, redução da mortalidade, redução de infecção hospitalar e melhor desempenho. Quanto melhor o desempenho, mais esse hospital pode ganhar nesse contrato com o Estado e com o Município.

Só para os senhores terem uma ideia, aumentamos quase três vezes o volume repassado através desse incentivo, que é a principal modalidade que

o Ministério da Saúde quer e tem, hoje, para ajudar a financiar os hospitais filantrópicos, ou seja, pode haver um aumento de até 50% dos procedimentos da referência da tabela SUS de média e alta complexidade – e queremos ampliar ainda mais.

Aliás, Presidente Renan, fiquei muito feliz, na abertura desta sessão, quando V. Ex<sup>a</sup> disse que considera importante e bastante razoável a possibilidade de aprovarmos a ideia de que 50% das emendas dos parlamentares, no orçamento impositivo, sejam destinadas à área da saúde. A proposta do Ministério da Saúde é que essas emendas possam ser utilizadas para custeio, inclusive, e que o maior volume nós coloquemos aqui. É lógico que cada parlamentar tem autonomia para fazê-lo: se quer colocar na atenção básica ou na média e alta complexidade. Nós achamos que, se os parlamentares quiserem contribuir ainda mais com a saúde – V. Ex<sup>as</sup> conhecem bastante a realidade dos Municípios e dos Estados e sabem que o grande gargalo, hoje, está na média e na alta complexidade –; se colocarmos 50% das emendas do orçamento impositivo na área da saúde, se colocarmos a maior parte do volume para a média e a alta complexidade nos hospitais filantrópicos, poderemos quase triplicar o volume de recursos a serem repassados aos hospitais filantrópicos para exames, para cirurgias. Na área da saúde, isso poderá ter um impacto muito positivo para esse setor.

Pode passar. *(Pausa.)*

Aqui, o esforço, não só de volume de recursos aprovados, mas também de execução orçamentária. No ano de 2013, tínhamos cerca de R\$8 bilhões inscritos em restos a pagar, mas quase a totalidade já foi executada mais ou menos na metade do ano, mostrando que o Ministério da Saúde, com esforço de execução, tem conseguido acelerar a execução. Isso ocorreu em razão de várias mudanças que foram feitas, como repasse fundo a fundo das emendas, com recurso de equipamento para Estados e Municípios, por meio de fundo a fundo, pré-projetos – e fizemos agora pré-projeto de Unidade Básica de Saúde –, e estamos fazendo atas de registros de preços nacionais para ajudar Estados e Municípios na execução.

Pode passar. *(Pausa.)*

Sabemos que não basta orçamento crescente; é muito importante, sobretudo na área da saúde e num sistema em que há três níveis de governo, um esforço constante e permanente de combate a qualquer desperdício de recurso da saúde. Essa é uma ação permanente do Ministério da Saúde.

Vou citar só alguns exemplos. Houve uma economia de R\$3 bilhões na aquisição direta de medicamentos. A maior parte dos recursos de medicamentos repassados a Estados e Municípios é para medicamentos mais

complexos, que o Ministério da Saúde compra.

O nosso esforço no combate ao desperdício, ao comparar os preços com os de bancos internacionais, ao repensar a modalidade, ao fazer aquisição centralizada, gerou uma economia de R\$3 bilhões, o que permitiu, mesmo faltando recursos para a saúde, sair de 500 tipos de medicamentos oferecidos pelo SUS, em 2011, para mais de 800 tipos de medicamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, no ano de 2013.

Outro exemplo: o Ministério da Saúde não tem hospitais próprios, apenas os hospitais federais do Rio de Janeiro. Houve uma economia de R\$140 milhões por ano só com a mudança dos contratos, o combate aos desperdícios, a apuração de irregularidades nos hospitais federais do Rio de Janeiro.

Pode passar. *(Pausa.)*

Embora haja outras medidas de combate ao desperdício, eu queria só citar duas que são muito importantes.

Uma medida é o decreto de regulamentação do repasse fundo a fundo, sancionado pela Presidenta Dilma, que obriga o Município, ao receber o recurso fundo a fundo desde 2011, a movimentar esse recurso só de forma eletrônica, dentro do banco, sem saque de dinheiro no caixa. Isso fortaleceu muito o combate a qualquer tipo de desperdício dos repasses fundo a fundo.

A outra medida é o Cadastro Nacional de Estabelecimentos, com o qual passamos a monitorar mensalmente a presença dos profissionais. Vários Senadores e Senadoras conhecem a realidade dos Municípios, e determinada prática estava acontecendo em alguns deles – e ainda acontece –, mas esse cadastro nos permite descobrir quando acontece, fazer auditoria, suspender equipes. Às vezes, um profissional médico estava inscrito em 15, 20 Municípios diferentes no Saúde da Família, com cargas horárias de 120 horas, 200 horas, como se fosse possível um profissional cumprir essa carga horária. Esse cadastro, que obrigatoriamente é alimentado mensalmente pelos Municípios, passou a detectar essa situação. Nós ainda descredenciamos por mês, em média, de mil a duas mil equipes de Saúde da Família ao descobirmos esse tipo de irregularidade nesse cadastro.

Pode passar. *(Pausa.)*

Com todo o esforço que nós fizemos, nos últimos dez anos sobretudo, de ampliação dos recursos *per capita* pelo Governo Federal e de ampliação dos recursos *per capita* dos Estados e Municípios, nós estamos ainda muito atrás do que se investe *per capita* em saúde. Se compararmos a nossa situ-

ação com a de outros países, não só com países da Europa, com países da América do Norte, que têm sistemas nacionais públicos, como o Canadá, mas também com o Chile e a Argentina, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer com esforço – o esforço já começou nesses últimos dez anos – para que possamos chegar próximo, de forma planejada, organizada, ao investimento *per capita* de outros países.

Só para os senhores terem ideia, se fosse para chegar próximo ao que Argentina e Chile investem *per capita*, nós precisaríamos investir, no próximo ano, um pouco mais, inclusive, do que foi retirado do Ministério da Saúde quando se extinguiu a CPMF – e foram retirados mais de R\$40 bilhões da área da saúde.

Pode passar. (*Pausa.*)

Mesmo com todo o esforço do Governo Federal, do Ministério da Saúde e dos Estados e Municípios, quando comparamos a população que tem o SUS como única forma de atenção e a população que tem planos de saúde, nós investimos, *per capita*, ainda muito abaixo na área pública, comparado ao investimento *per capita* dos planos de saúde.

A comparação é esta: são R\$675,00 *per capita* de investimento no setor público contra pouco mais de R\$1.400,00 de investimento *per capita* no plano de saúde. Nós todos sabemos que a urgência e a emergência quem faz é o SUS, mesmo para quem tem plano de saúde. É o Samu quem salva as vidas. Vários procedimentos de altíssima complexidade quem banca é o Sistema Único de Saúde, ou seja, uma parte grande daqueles quase 50 milhões de brasileiros que têm planos de saúde, além de investirem no plano de saúde, usam o Sistema Único de Saúde, permanentemente, também para as ações de atenção, sem contar o que se utiliza para as ações de vigilância, para as ações de vacinação, para as ações de prevenção.

Pode passar. (*Pausa.*)

Por isso, o esforço permanente de ressarcimento. É direito de uma pessoa que tem plano de saúde utilizar o SUS, e a lei também nos autoriza a buscar esse ressarcimento do atendimento. Aqui há uma demonstração do grande esforço do Ministério da Saúde, da ANS, na gestão do governo da Presidenta Dilma. Com mudanças na área da gestão, com melhor controle com o número do cartão SUS e com utilização de ferramentas de tecnologia da informação, nós conseguimos ampliar fortemente o ressarcimento, ou seja, recuperar recursos dos planos de saúde para o Sistema Único de Saúde.

Estamos aquém do que nós podemos fazer ainda. Há muitas disputas judiciais, há aprimoramentos a serem feitos, tanto no campo da gestão quanto

no campo do marco legal que estabelece isso. Mas, só para os senhores terem uma ideia, em 2011 e 2012, nós recuperamos para o SUS, dos planos de saúde, um volume maior do que foi recuperado desde quando foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar, no ano 2000. O nosso esforço de gestão garantiu um ressarcimento maior do que o que foi ressarcido dez anos antes, quando acumularam os dez anos. E essa toada continua, tanto que, em 2013, nós já ultrapassamos o ressarcimento obtido em 2011 e 2012, ainda com os dados de agosto de 2013, sem finalizar o ano. Ou seja, em 2013, nós vamos conseguir um novo recorde de recuperação de recursos para a saúde pública a partir dos planos de saúde.

Pode passar. *(Pausa.)*

Agora, os desafios serão enormes para o campo da saúde. Por isso é importante o debate que o Congresso Nacional está fazendo. Nós temos o grande desafio de ser um país que envelhece rapidamente ainda sendo um país de padrão de renda média não alta. Este é um grande desafio: como financiar esse sistema? Como discutir no conjunto da sociedade o esforço necessário para financiar, oferecer saúde pública e gratuita para toda essa população?

Envelhecemos cada vez mais. Nos últimos dez anos, aumentou em nove anos a expectativa de vida. Reduzimos pela metade a mortalidade infantil – aquela criança, que, felizmente, não morre mais, hoje precisa do pediatra, hoje precisa de outros cuidados na área da saúde, às vezes mais complexos. Nós reduzimos em 42% a mortalidade por doenças cardiovasculares no nosso País, nos últimos dez anos – esse adulto, que, felizmente, não morre mais, precisa cada vez mais de investimentos mais complexos.

Só para os senhores e senhoras terem uma ideia, uma pessoa, a partir dos 60 anos de idade, gasta em saúde 25% do que gastou a vida inteira; e, no último ano de vida, ela gasta metade do que gastou a vida inteira na área da saúde. Ou seja, o envelhecimento da nossa população vai nos exigir cada vez mais pensarmos num financiamento estável para a área da saúde.

Pode passar. *(Pausa.)*

Nós ainda precisamos avançar fortemente em relação ao acesso aos serviços. Eu trouxe aqui o caso mais complexo que, eu diria, são os direitos de UTI. Nós precisamos ampliar muito ainda o acesso aos serviços de saúde em nosso País.

A curva vermelha é o quanto nós precisaríamos aumentar de leitos de UTI, ano a ano, no nosso País, se fôssemos cobrir, com recursos do SUS, 100% da nossa população. A curva verde é o quanto nós precisamos ampliar de leitos de UTI se fôssemos cobrir, com recursos do SUS, 75% da nossa população.

A curva azul é o que nós estamos crescendo. Percebam que ampliou fortemente o crescimento de leitos de UTI – a curva, a tendência – na gestão do governo da Presidenta Dilma, a partir de 2011, com inflexão de ampliar, mas, mesmo assim, ainda é distante do que nós precisamos em termos de ampliação de leitos de UTI no nosso País. Isso significa forte investimento de recursos, não só recursos para comprar equipamentos, mas também recursos para manutenção, porque estes são os mais fáceis de conseguir; e forte investimento em profissionais de saúde, que é o mais complexo de conseguir. Você ter um médico formado, intensivista, com especialização em terapia intensiva, para poder dar conta, é o principal desafio hoje de ampliação de leitos de UTI no nosso País.

Pode passar. (*Pausa.*)

Ainda como desafio do futuro – e isso tem tudo a ver com o Programa Mais Médicos –, aqui está a composição etária dos profissionais médicos do nosso País. Nós já temos poucos médicos por mil habitantes quando comparamos com outros países. Nós temos 1,8 médicos por mil habitantes; a Argentina tem 3,2; o Uruguai, 3,7; Espanha e Portugal, 4 médicos por mil habitantes; ou seja, nós já temos poucos. O Programa Mais Médicos, por si só, já se justifica pela nossa necessidade de profissionais médicos hoje. Ocorre que essa necessidade será cada vez maior, porque a composição etária dos médicos hoje, no Brasil, é de profissionais que estão mais próximos da aposentadoria. Então, se nós não ampliarmos rapidamente a expansão de vagas em cursos de medicina, para incorporar todo ano 700 mil jovens que tentam prestar o vestibular respectivo... Para 16, 17 mil vagas, há mais de 40 pessoas por vaga prestando exame. Dobrou a procura por cursos de medicina nos últimos cinco anos. Das profissões da área de saúde foi a que mais cresceu.

Se não dermos, cada vez mais, oportunidades para esses jovens poderem fazer um curso de medicina, incorporarmos mais jovens na formação e reequilibrarmos essa composição etária do conjunto dos médicos do nosso País, nós teremos grandes desafios e dificuldades para garantir acesso à área da saúde e ao atendimento médico nos próximos anos.

Para terminar, só lembrando as metas do Programa Mais Médicos. Nós sabemos que esse programa é apenas um primeiro passo para uma profunda mudança na realidade de saúde pública do nosso País, mas sabemos que é o passo mais corajoso que um Presidente da República já deu, colocando o tema da saúde dos 200 milhões de brasileiros não só no centro da agenda nacional, no centro das preocupações, mas em primeiro lugar, comparado com qualquer outro interesse na área da saúde.

Olhando, o que nos move no Mais Médicos são os milhões de brasileiros e

brasileiras que não têm atendimento médico. Mas nós sabemos que esse é um primeiro passo e que, certamente, vai provocar, como o Congresso Nacional está debatendo aqui, outros desafios para consolidarmos o sistema público de saúde no nosso País.

Nós confiamos e acreditamos muito que o Congresso Nacional poderá fazer esse debate pensando de forma equilibrada, responsável, com os desafios que nós temos pela frente, inclusive o desafio de manter o crescimento econômico no nosso País, e, assim, buscará encontrar propostas e fontes de financiamento estáveis para a área da saúde.

Quero agradecer ao Sr. Presidente e a todos os Senadores e Senadoras por mais essa oportunidade de debater o tema da saúde aqui no Senado.

Muito obrigado.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, Miriam Belchior.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



## Melhoria de gestão com aumento de recursos

**Ministra Miriam Belchior**

*Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*

Queria iniciar agradecendo o convite para debater, nesta Casa, esse tema tão importante e que está em nossa agenda pública nacional. Agradeço ao Presidente Renan pela oportunidade de, juntamente com o Ministro Padilha, estar aqui para debater esse importante tema.

Quero, então, agradecer ao senhor pelo convite pessoal que me fez, num telefonema, para estar aqui.

Quero cumprimentar todas as Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, os que estão à Mesa conosco, Senador Humberto Costa, Senador Vital do Rêgo; e a todos os Senadores e Líderes.

Muito obrigada.

Queria cumprimentar meu companheiro de governo, Alexandre Padilha. São 11 anos no Governo Federal, trabalhando de maneira muito próxima. Cumprimento a Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, que, juntamente comigo, começa a mudar um pouco o perfil habitual das mesas, apresentando um pouco de mulher neste debate.

(Palmas.)

Quero cumprimentar o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, o Sr. Jurandi Frutuoso; o Sr. Ronald Ferreira dos Santos, do Movimento Saúde+10, e o Sr. Edson Rogatti, da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes.

Eu acredito que, como disse, o tema do financiamento da saúde é um dos principais temas da agenda nacional neste momento. Creio que temos em comum, governo, Parlamento e sociedade, a preocupação com essa questão. É um ponto comum que nos une a todos em relação a essa necessidade.

Do nosso ponto de vista, essa melhoria da qualidade da prestação de serviço de saúde precisa passar por dois caminhos: pelo caminho da melhoria da gestão, a que o Ministro Padilha se referiu aqui extensamente, mas também pela melhoria do financiamento, com o aumento de recursos para a área da saúde.

Eu dividi com o Ministro Padilha aqui o conjunto das informações e vou ater-me um pouco mais ao aspecto dos impactos das propostas que vêm sendo apresentadas no âmbito do Governo Federal; o que significaria esse montante de recursos que vem sendo proposto, considerando o atual quadro de receitas e despesas do Governo Federal.

Este quadro, talvez, para quem está mais no fundo do plenário, esteja um pouco pequeno. Tentamos apresentar aqui a evolução – o Ministro Padilha também já apresentou uma série deles, e não vou ater-me demais a este ponto. Apresentamos, primeiro, a evolução da aplicação constitucional em saúde. Pegando aqui, da série de 2010 em diante, saímos de 60 para 60,5, 70,5, 78, 83 e, para o ano que vem, R\$90 bilhões para as ações de saúde definidas conforme a Lei Complementar nº 141.

Mas os gastos do Governo Federal não se restringem a esses. Há outros gastos correlatos pelos quais o Governo Federal também se responsabiliza. Temos um adicional que vem crescendo, ano a ano, e que, no próximo ano, vai montar a quase R\$3 bilhões – serão R\$2,9 bilhões – para a Farmácia Popular, para saneamento nos pequenos Municípios, para o funcionamento da ANS e para outros serviços.

O Ministro Padilha também já falou aqui que precisamos ter um olhar diferente sobre o que é gasto de saúde: se é gasto com a doença ou gasto com a preservação da saúde – e, como ele tão bem já se referiu, não me estenderei em relação a esses temas. Eu estava aqui na Mesa e cochichei com o ex-Ministro da Saúde, Senador Humberto Costa, sobre o exemplo da asma: o remédio de asma nas farmácias é o exemplo mais claro de um gasto que

é de saúde e que, hoje, não é considerado como tal pela regulamentação.

Além disso, o Governo Federal também tem a responsabilidade por garantir os recursos necessários... Da receita do Governo Federal têm de sair os recursos necessários para o pagamento dos inativos da área de saúde, que também não contam no limite constitucional.

Por fim, eu queria falar de duas últimas coisas: primeiro, o abatimento do Imposto de Renda. Para vocês terem uma ideia, neste ano, está previsto em R\$3,4 bilhões, que são recursos que deixam de entrar nos cofres federais como isenção na declaração do Imposto de Renda da maioria das pessoas que estão nesta sala. E, por fim, o Governo Federal enviou a este Congresso Nacional – ao Senado e à Câmara dos Deputados – a proposta de criação da EBSEH. Essa proposta foi aprovada pelo Congresso, e estamos agora usando a EBSEH para ampliar os nossos hospitais, especialmente os hospitais universitários.

Pode passar. (*Pausa.*)

Temos, no ano de 2014, com essa ampliação do número de leitos, destinados ao SUS e com regulação do SUS, uma previsão de R\$1,2 bilhão para a contratação de médicos e outros profissionais da área de saúde para esses hospitais também prestarem serviços ao SUS. Desse R\$1,2 bilhão, R\$800 milhões não estão considerados lá naquela primeira linha que mostrei na tabela anterior.

Nos próximos dois anos – em 2015 e 2016 –, serão mais R\$1,1 bilhão por ano, para dotar esses 45 hospitais de maiores leitos – para UTI, tratamento contra o *crack* e muitos outros serviços importantes para a população brasileira.

Falando da Receita Federal, apresento aqui o quadro de evolução da receita do Governo Federal em relação ao PIB, em que percebemos uma clara estabilidade nas nossas receitas, ou seja, as nossas receitas não estão subindo o suficiente para um grande aumento em qualquer uma das áreas de políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal.

Podemos perceber que estamos oscilando em torno de 24% do PIB a cada ano; e, juntamente com essa receita estável em relação ao PIB, também temos uma grande rigidez orçamentária. Estou pegando aqui o exemplo de 2013. As nossas despesas primárias, em 2013, montam a R\$1,2 trilhão; se pego as despesas obrigatórias, elas já alcançam quase R\$900 bilhões desses R\$1,2 trilhão; ou seja, três quartos do R\$1,2 trilhão já vão para essas despesas obrigatórias na área de previdência social, de pessoal, abono e seguro-desemprego. Então, R\$900 bilhões do R\$1,2 trilhão já foram. Sobram,

portanto, R\$272 bilhões, apenas 12%, 13% do Orçamento para as chamadas despesas discricionárias, aquelas que o governante, em princípio, tem condição de escolher onde vai alocar. Mas mesmo algumas dessas despesas têm proteção legal – a saúde é uma delas, a educação também.

Então, se eu somar as áreas que chamamos, no Governo Federal, de áreas protegidas – educação, saúde, Brasil sem Miséria, PAC, ciência, tecnologia e inovação –, isso monta a R\$206 bilhões daqueles R\$272 bilhões que sobram depois de tirar a obrigatória.

Se eu pegar, ainda dentro das discricionárias, outro tipo de despesa que também é obrigatória, os benefícios aos servidores federais, lá se vão mais R\$8 bilhões. Se eu considerar os cortes, os ajustes que fizemos neste ano, o contingenciamento feito neste ano, que foi de R\$22 bilhões, é o que sobra para todas as demais áreas do governo – meio ambiente, agricultura, direitos humanos, mulher, relações exteriores, o MDIC, a Fazenda, todos os outros Ministérios, enfim, o que quiserem –, e todas elas somam, neste ano, R\$36 bilhões.

A proposta de 10% da Receita Corrente Bruta equivale, em 2013, a R\$39 bilhões. Esse exercício simples que fizemos aqui é para mostrar que a proposta de 10% da RCB, num único ano, equivale à constatação de que, nem tirando todas as demais políticas públicas, eu consigo implantar essa proposta. Essa é uma dificuldade. Já tivemos algumas reuniões com a representação dos movimentos que apresentaram essa proposta, mostrando a dificuldade e o impacto que isso tem nas atuais contas do Governo Federal.

Além disso, parece-nos – sobre isso também já conversamos – que a Receita Corrente Bruta não é o melhor indicador para qualquer vinculação de gastos de despesas de qualquer governo. No caso, aqui, porque a Receita Corrente Bruta contém as transferências que o governo faz para Estados e Municípios.

Então, estão aí o Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios, os fundos constitucionais, o Fundeb, o salário-educação, contribuições previdenciárias, entre muitas outras. Ou seja, essa não é uma receita da qual o Governo Federal dispõe. Ele arrecada, mas ela é transferida automaticamente para Estados e Municípios, a partir de regras constitucionais.

Além disso, preocupa-nos também a proposta de utilizar a Receita Corrente Bruta do ano corrente. Como se sabe, a gente só sabe a receita total do ano no dia 1º de janeiro do ano seguinte. Isso traz uma dificuldade de gestão, durante o ano, de saber qual é o efetivo percentual da receita que precisaria ser executado para uma determinada área.

Lembro que outras vinculações existentes no âmbito do Governo Federal, aprovadas, inclusive, pelo Senado e pela Câmara, sempre vinculam ao ano anterior. O salário mínimo é ao ano anterior, e mesmo os atuais gastos em saúde também são feitos em relação ao ano anterior. E é preciso lembrar que seria crime de responsabilidade do Presidente da República não cumprir o preceito definido em lei.

Portanto, essa é uma questão operacional importante que nós acreditamos precisa ser discutida.

Além disso, estão correndo algumas propostas, especialmente aqui, no Congresso, de trabalhar uma proposta mediada já dos 10% da RCB. Uma delas é elevar o gasto em saúde a 18,5% da Receita Corrente Líquida do ano. Isso significa 20% da Receita Corrente Líquida do ano anterior.

Há uma proposta que circulou aqui, da qual nós do governo tivemos conhecimento, de fazer essa evolução em seis anos. Está ali aquela primeira coluna em vermelho, que mostra, ano a ano, quanto de recurso adicional seria necessário para implantar uma proposta como essa.

Então, em 2014, seriam R\$8 bilhões; em 2015, R\$13,6 bilhões; depois, R\$23,4 bilhões, quase R\$35 bilhões; R\$47 bilhões e R\$62 bilhões. Em seis anos, isso significaria quase R\$190 bilhões a mais.

Lembro que todo o meu orçamento do ano – eu mostrei há pouco – é R\$272 bilhões, entre as discricionárias, só para se ter um parâmetro. Quer dizer, em seis anos são R\$190 bilhões. Eu tenho, por ano, R\$272 bilhões para todas as áreas. Para mostrar que é um impacto também, a despeito – acredito – da tentativa importante de tentar jogar no tempo o impacto de um aumento de recursos, mesmo assim ele ainda seria bastante difícil – eu diria impossível – de ser incorporado com o atual estágio de receitas que o Governo Federal dispõe.

Alguns alegaram que temos a possibilidade, temos os *royalties*, na discussão do orçamento impositivo entre o Executivo e o Legislativo. Avançamos nessa discussão quando o Governo Federal colocou – e tem tido amplo apoio dos parlamentares – que uma parte disso seja para saúde. A proposta do governo é que seja 50%. Aqui, no Senado, sabemos que o Presidente já se manifestou a respeito disso e parece que temos uma ampla maioria para aprovar que metade das emendas vá para a área da saúde, mas, mesmo assim, esses recursos seriam, nesse montante estabelecido na tabela, em 2014, R\$3,8 bilhões; em 2015, R\$4,3 bilhões; seguindo até R\$8 bilhões, em 2019. Ou seja, somando aqui também os seis anos, isso dá quase R\$35 bilhões, quando estamos falando de um aumento... Se somarmos esses seis anos, dá R\$35 bilhões; o aumento anterior dava R\$190 bilhões. Então, também,

mesmo com isso, há um descompasso bastante grande.

Pode passar. *(Pausa.)*

Eu queria aqui resumir. Primeiro, uma coisa nos une: a necessidade de melhorar a prestação dos serviços de saúde. Isso passa por gestão e por ampliação do financiamento da saúde. Precisamos achar o caminho possível para isso no curto, no médio e no longo prazo. Segundo, as dificuldades em relação à proposta apresentada a este Congresso Nacional de 10% da Receita Corrente Bruta é um impacto muito grande para o atual patamar de receitas do Governo Federal.

Como acredito que nos une a necessidade de melhorar a saúde do nosso País, esse debate poderá contribuir para encontrarmos esse melhor caminho no curto, no médio e no longo prazo.

Muito obrigada.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Sr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Souza.

*(Palmas.)*

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Proposta de 10% da receita bruta é viável e coerente”

**Maria do Socorro de Souza**

*Presidente do Conselho Nacional de Saúde*

Bom dia ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; em nome de quem cumprimento os demais Senadores e parlamentares aqui presentes. Saúdo o Ministro Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, e a Ministra Miriam Belchior, legítimos representantes do Estado brasileiro, dos Poderes instituídos. Com certeza, também, aqui, há a necessidade de cumprir o coordenador da campanha Saúde+10, em nome de quem cumprimento todas as entidades que aqui se encontram, até porque só existe democracia neste País exatamente pela capacidade que o Brasil tem de ter a sociedade civil legitimada, mobilizada e aqui representada.

Com isso, Sr. Presidente, Senadores, Ministros e demais autoridades, quero dizer que, no dia de hoje, nós fizemos um esforço enorme de trazer aqui, apesar de uma agenda, para nós, não tão programada, uma expressiva representação da sociedade. Estão aqui presentes entidades do campo e da floresta, a Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; o MST; a Fetraf; o Conselho Nacional de Extrativistas; pescadores; mulheres camponesas; Movimento de Atingidos por Barragens. Também, organizações urbanas, como a Conam, que congrega aqui diversas organizações, como associações de moradores; representantes, também, de centrais sindicais, a Central Única de Trabalhadores, a Central de Trabalhadores do Bra-

sil, a Força Sindical. Estamos, também, com representação da comunidade científica, que, historicamente, tem um papel determinante em conceber e contribuir, também, para formular políticas de saúde, como Cebes e Abrasco. Estamos aqui com a representação, também, do Movimento Estudantil; demais trabalhadores da saúde, farmacêuticos, e outros setores; e, também, com aposentados; mulheres; negros; representação, também, de prefeitos. Eu quero dizer, com isso, que este Plenário, hoje, está com boa parte das organizações que se mobilizaram, Senador, pelos 2,2 milhões de assinaturas.

Quero, ainda, com isso, colocar que a gente reconhece o esforço, tanto da Câmara, quanto do Senado, de colocar na agenda de debates o que realmente tem relevância, hoje, para a sociedade brasileira, isto é, resolver o problema da saúde pública. Também quero parabenizar essa metodologia, porque a gente precisa dizer, sim, que só têm legitimidade audiências públicas ou debates como este se a sociedade se fizer presente de forma expressiva aqui dentro desta Casa. Então, eu quero elogiar a metodologia, porque, em outras audiências, não conseguíamos ter essa representação presente.

Dizendo isso, eu acho que tanto a apresentação do Ministro Padilha quanto a apresentação da Ministra Miriam estão colocando que o problema não é mais de diagnóstico. Nós já temos o diagnóstico exato do quadro da saúde brasileira. O problema também não está nos marcos legais ou constitucionais, ou nas normas. A saúde pública tem um legado, e, graças a esta Casa, Câmara e Senado, nós temos um legado enorme de leis, de normas. Então, o problema da saúde pública hoje não é de instrumentos que viabilizem o seu funcionamento. Agora, também é verdade que, mesmo havendo todo esse legado, nós ainda apostamos, muitas vezes, em bônus, em incentivos, em processos administrativos que não dão sustentabilidade ao Sistema Único de Saúde.

Eu quero colocar isso, porque, apesar de todos os esforços, Ministro Padilha, que reconhecemos, de governos anteriores e de governos atuais, é lamentável que ainda haja insustentabilidade, sobretudo da forma de financiamento no Sistema Único de Saúde.

Nós não podemos aqui, como espaço republicano, apostar ainda no improviso ou no incentivo de uma forma que não dê estabilidade. Reconhecemos a responsabilidade do bom emprego, do investimento na saúde; nós queremos resultados, a sociedade quer melhorias, quer transparência na gestão, quer melhoria nos serviços, mas nós não queremos apostar no improviso. E eu coloco isso porque nós sabemos, Ministra Miriam, que realmente nós já tivemos até momentos melhores do ponto de vista econômico para fazer uma aposta numa fonte mais sustentável para a saúde.

Nós tivemos oportunidades políticas também que foram a duras penas

construídas e que nós desperdiçamos. Nós temos de assumir que nós desperdiçamos oportunidades políticas importantes. Agora, nós estamos em um momento decisivo. A sociedade brasileira não pode pagar o preço do imprevisto da política brasileira de não priorizar as políticas sociais.

Com isso, eu quero colocar que nós fizemos a nossa parte. Nós estamos fazendo a nossa parte. Nós mobilizamos 2,2 milhões de assinaturas e temos a impressão – e tomara que só seja realmente impressão – de que fizeram pouca diferença para o governo brasileiro esses 2,2 milhões de assinaturas. Essa é a impressão que temos.

E se for necessário, então, vamos traduzir 2,2 milhões de assinaturas em 2,2 milhões de pessoas, aqui na Esplanada, se for necessário.

*(Palmas.)*

E por que isso? E por que isso? Porque mesmo com todas as vitórias que tivemos, inclusive a última, com grande participação da Câmara e do Senado e também com grande esforço do governo, que foi a Lei nº 141, na tentativa de regulamentar a EC nº 29, nós temos uma aposta no planejamento da saúde. Nós temos uma aposta em superar desigualdades, Ministra. Nós temos uma aposta de não transferir responsabilidades para Estados e Municípios sem que a União também assuma um papel determinante na garantia do funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Então, o que a gente vê? A gente tem uma lei que poderia ter reduzido desigualdades. O Brasil ainda é muito desigual. O Mais Médicos referenda e aposta, inclusive, evidencia essas desigualdades. Nós temos aqui representantes de Municípios com cinco mil habitantes, com três mil habitantes. Nós sabemos na pele o impacto, o efeito da desigualdade no Sistema Único de Saúde e nas nossas vidas. Então, a Lei nº 141 poderia ter superado boa parte dessas desigualdades, poderia ter garantido mais estabilidade também; porém, com o que a gente se deparou? De novo, com uma posição refratária do Governo Federal de ter uma aposta mais definitiva no orçamento da saúde.

Nós estamos fazendo a nossa parte. Nós entendemos que o momento político pode ser extremamente produtivo, desde que realmente tenhamos um ambiente, como está sendo colocado hoje nesta Casa, de negociação.

Estamos aqui com uma campanha. A nossa campanha é do regime de urgência, e a nossa campanha do regime de urgência tem legitimidade. Não somos simplesmente nós, Movimento, são vários movimentos, várias expressões da sociedade pedindo que a Câmara e o Senado, nesse sentido, apostem e priorizem esse debate, e, na Câmara, sobretudo, o regime de ur-

gência.

Quero também colocar que a nossa proposta, Senador Renan Calheiros, a nossa proposta de 10% da receita bruta para nós é viável e coerente. Ela é viável e coerente! Por que isso? Porque ela pode aglutinar, dessa forma, uma agenda sistêmica para o Sistema Único de Saúde. O descrédito é muito grande. Como é que a gente recupera o crédito que o Sistema Único de Saúde pode ter junto à população? É com investimentos seguros. Então, a nossa proposta de 10% da receita bruta é não só viável como coerente, se nós quisermos apostar que há de haver carreira; se nós quisermos apostar em uma gestão com transparência; se nós quisermos apostar em proteção social e em inclusão social.

Quero também colocar com isso que, mesmo com um ano e meio de mobilização, mesmo com 2,2 milhões de assinatura, o governo não apresentou proposta. Para nós, Ministra Miriam, Ministro Padilha, é lamentável que ainda o governo não tenha apresentado uma proposta.

Todo o exercício tem sido dos parlamentares, que têm feito um esforço enorme de apresentar simulações, mas a gente não viu, até o momento, proposta do Governo Federal para solucionar o problema. E é lamentável, porque algumas propostas – e quero aqui finalizar a minha fala –, Ministra, podem, inclusive, levar a um retrocesso, algumas propostas podem apostar no imprevisto, algumas propostas vão ainda reificando que a política social continua refém da política econômica. Quando é que vamos inverter essa prioridade no País? Como é que um país hoje, que aposta no desenvolvimento econômico, como é que um país hoje que desonera folha, inclusive colocando...

Gente, por favor, eu gostaria de ser ouvida também.

(Soa a campainha.)

A sociedade tem tão pouco espaço...

(*Palmas.*)

Eu compreendo que a gente tem várias agendas ao mesmo tempo, as senhoras e os senhores, mas nós também temos. Então, eu quero colocar, neste sentido também, que se a gente realmente não tiver um espaço de diálogo aberto e franco... E não é só Legislativo e Executivo; é com a presença da sociedade na mesa de negociação. E por quê? Porque, hoje, o piso virou teto, o subfinanciamento está historicamente já colocado nesses 25 anos, há contingenciamento. Não há contingenciamento para os gastos com as dívidas públicas, mas há contingenciamento para tudo quanto é política social. Há

a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, ou a gente faz uma mesa de negociação com legitimidade também não só com a participação do Executivo e Legislativo, mas da sociedade... Nós temos a legitimidade no sentido de formular políticas, de contribuir para implementar políticas e também de avaliar políticas. Então, o Legislativo e o Executivo precisam entender que nós queremos fazer parte desse processo de decisão.

E finalizo apelando mesmo para o espírito republicano. Não dá para pensar saídas para o SUS olhando simplesmente o papel do governo até o final da sua gestão e não dá também para discutir uma saída realmente viável olhando também o cenário eleitoral. Se Mais Médicos é importante para a sociedade brasileira, o governo também precisa sinalizar que, para ter medidas como essas com o apoio da sociedade, com viabilidade, tem que ter também, junto com elas, articuladas, saídas concretas para o financiamento da saúde, senão o Mais Médicos ou outras ações vão ficar com pouco impacto, Senador Moka, com pouca viabilidade, com pouca sustentabilidade, Senador Eduardo Suplicy e demais Senadores.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é exatamente um esforço conjunto para encontrar caminhos. Esperamos que a oportunidade política não seja mais uma vez desperdiçada. Nós não queremos nos sentar mais com técnicos da área econômica. Nós queremos nos sentar, exatamente como estamos fazendo hoje, com as autoridades que representam o Estado brasileiro para definir os rumos da saúde pública; senão, nós vamos pagar um preço muito mais alto, não apenas colocar a saúde como um dos principais problemas, mas lamentar que o Brasil tenha apostado no desmonte da principal política pública e a mais inclusiva deste País.

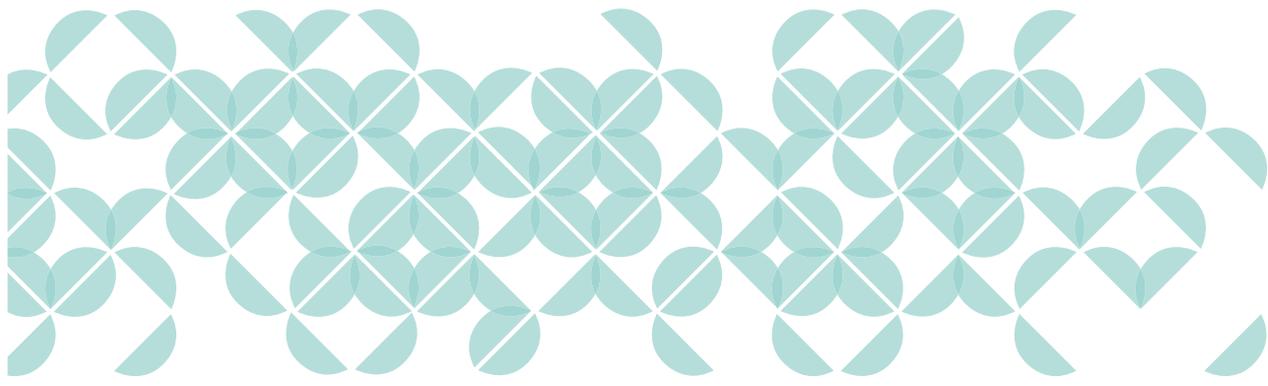
Muito obrigada.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós faremos apenas uma inversão da ordem para conceder a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator da Comissão Temporária criada pelo Senado Federal para discutir o financiamento da saúde.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, inclusive.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## Brasil gasta pouco em comparação a outros países

**Humberto Costa**

*Bloco Apoio Governo / PT-PE*

Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha; Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; Senador Vital do Rêgo, que aqui esteve mas precisou se ausentar; Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Sr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Souza; Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Sr. Jurandi Frutuoso; e Coordenador do Movimento Saúde+10, Sr. Ronald Ferreira dos Santos. Eu queria aqui também fazer uma saudação muito especial ao Senador Waldemir Moka, que tem, nesse processo, nos ajudado e buscado, juntamente conosco, um entendimento para que possamos ter um avanço nesse debate, nessa discussão.

Eu quero, desde já, desculpar-me com cada um e cada uma que aqui está presente, porque vou falar e, daqui a pouco, precisarei sair. Eu supunha que nós teríamos tempo suficiente para fazer toda a discussão, mas, enfim...

Eu começo dizendo, bem rapidamente – e não quero ser repetitivo, até porque o Ministro Padilha disse várias coisas –, que nós temos um sistema de saúde no Brasil cuja Constituição garante que ele seja universal, gratuito e equânime. E, quando se criou o Sistema Único de Saúde, lá em 1988, houve uma previsão da definição de recursos para a sua constituição, o seu exer-

cício. Já àquela época, aquilo que foi definido não era suficiente para fazer com que esse sistema crescesse. E, ao longo do tempo, ele só tem crescido mais e mais.

Ao longo desse período, tem sido muito grande também a luta para viabilizar os recursos para que esse crescimento se dê. Não vou falar aqui de todos os movimentos que aconteceram, como a criação da IPMF e, depois da CPMF, o debate sobre a Emenda nº 29.

Eu diria hoje, sem medo de errar, que o que o Sistema Único de Saúde faz com os recursos de que dispõe é um verdadeiro milagre. Digo isso porque, em qualquer comparativo que fizermos com outros países, nós vamos ver que o Brasil gasta pouco. É verdade que tivemos um crescimento importante ao longo desses últimos dez, quase onze anos.

Tive oportunidade de ser Ministro da Saúde no primeiro governo do Presidente Lula, quando, pela primeira vez, a Emenda Constitucional nº 29 foi cumprida, e, de lá para cá, esse cumprimento tem acontecido. O que hoje se coloca é que essa regra já não é suficiente para viabilizar os recursos necessários para o processo de consolidação e avanço do Sistema Único de Saúde.

Acompanhamos também a posição do governo quando, em 2012, deu apoio ao processo de regulamentação da Emenda nº 29 por intermédio da Lei Complementar nº 141, da qual eu tive oportunidade de ser o Relator. Naquele momento, nós conseguimos promover um incremento de recursos para a saúde por outra via, garantindo a definição clara do que seriam serviços e ações de saúde e, com isso, reduzindo sensivelmente a possibilidade de maquiagem orçamentária que outros entes da Federação anteriormente faziam para atingir aqueles mínimos constitucionais.

Naquela época também, é bom lembrar, na Câmara foi proposta a criação de uma contribuição, que lá foi rejeitada. E, quando essa proposta chegou ao Senado, o papel do Senado, como iniciador daquela proposição e como revisor final, era uma proposição de garantir 10% da Receita Corrente Bruta para a área da saúde. Aqui, todos sabem que nós seguramos essa proposta, como se diz vulgarmente, pelos chifres, porque havia uma tendência de se votar isso, que era a proposta originalmente votada aqui. Fizemos isso com o compromisso, que foi honrado pelo Presidente do Senado, de criarmos uma comissão especial para debater esse tema – e essa comissão foi criada.

Eu vou, rapidamente, falar de algumas constatações a que ela nos levou. Primeiro, que há um crescimento real do orçamento da saúde. Porém, se nós acompanharmos o crescimento relativo no que diz respeito a outras áreas sociais, pagamos um preço que... Como o orçamento da saúde é grande,

olha-se muito mais o valor absoluto do que efetivamente as necessidades relativas de crescimento.

Por exemplo, na saúde, se nós fizermos uma avaliação grosseira dos números, veremos que houve uma duplicação do valor de orçamento entre 2003 e 2012. Nesse mesmo período, a educação multiplicou o seu por quatro, a assistência social multiplicou o seu por oito, a área do trabalho multiplicou o seu por três. Felizmente, entre aspas, daqui a pouco o orçamento da educação vai ultrapassar o orçamento da saúde e aí, talvez, se olhe de uma forma diferente para a questão da política de saúde. Isso estabelece uma prioridade. É lógico que saúde foi prioridade, mas outras áreas foram mais prioritárias que a área da saúde.

Para complementar, o Congresso Nacional eliminou a CPMF no ano de 2008, o que foi um grande desastre, eu diria, para o País, especialmente para a área da saúde. E, aí, mais uma vez é forçoso reconhecer o esforço do governo, que substituiu aquela fonte continuando a cumprir a Emenda Constitucional nº 29. Porém, hoje, nós temos carências concretas.

E eu disse: se nós compararmos o gasto do Brasil em saúde, seja pelo sistema de gasto de saúde *per capita*, seja o gasto de saúde na proporção do PIB, o gasto público e o gasto privado, que percentual cada um desse tem? E se analisarmos relativamente o gasto federal, o gasto estadual e o gasto municipal, nós temos uma carência que precisa ser suprida. O governo reconhece isso, a Presidenta Dilma reconhece isso. E acho que reconhecer é importante, mas precisamos de mais, até porque sempre será pouco o orçamento da saúde.

Vejam: qual é a clientela da educação no País? É sensivelmente menor do que a clientela da área da saúde. O Bolsa Família beneficia 60 milhões de brasileiros. É muita gente, mas o SUS é para os 200 milhões. É óbvio que, por essa razão, ele tem um custo diferenciado. E, aí, nós precisamos discutir mais recursos, até porque existem outros problemas. Na área da educação, teremos a clientela se reduzindo nos próximos anos; no caso da saúde, estará aumentando. As pessoas com mais de 60 anos vão formar um pico de uma pirâmide invertida crescente a cada ano, enquanto as taxas de crescimento populacional no Brasil vêm diminuindo. Então, é óbvio que vamos ter que lidar com essa questão do envelhecimento, as necessidades correspondentes.

O Presidente Lula diz muito bem que quem comia sanduíche de mortadela agora quer comer, eu não diria nem caviar, mas um prato feito bom. É lógico que quem teve algumas necessidades básicas atendidas na área da saúde quer mais, e isso custa dinheiro.

A nossa área, infelizmente, é aquela em que a incorporação tecnológica não produz um não uso da tecnologia anterior. A abreugrafia, que foi criada lá no século passado, continua sendo utilizada num sistema que já tem a ressonância magnética e tantas outras tecnologias. Quer dizer, vai-se acumulando; não se supera aquela tecnologia. E essas tecnologias novas são mais caras.

A Comissão de Financiamento chegou a algumas conclusões: primeiro, que temos, de fato, que ter mais recursos; que estes recursos, dentro do que está proposto pelo Movimento Saúde+10, seriam mais adequados para essa nossa quadra no processo de implantação do Sistema Único de Saúde – os 10% da Receita Corrente Bruta ou o seu equivalente em Receita Corrente Líquida. E é importante dizer que sabemos que não é possível atender a isso de uma vez, mas, se fosse atendido de uma vez, sabe quanto isso representaria em termos de gastos de saúde em relação ao PIB? Um por cento! Nós íamos sair de 4% do gasto público com saúde em relação ao PIB para 5% do gasto público com relação ao PIB. São dados, são números reais.

Então, a nossa Comissão entendeu que a necessidade é essa hoje. E o nosso entendimento é de que isso deveria ser feito, seja qual for a proposta, em relação à Receita Corrente Líquida, pelas razões que a Ministra Miriam colocou, mas por outras. A Receita Corrente Líquida permite uma segurança, porque até o conceito de “receita corrente bruta” é impreciso.

Temos opiniões dentro do Tribunal de Contas da União definindo que não se pode fazer essa vinculação, porque se estaria vinculando receitas que não pertencem à União, ao Governo Federal. São recursos de transferência, por exemplo.

Por outro lado, outras despesas estão vinculadas à Receita Corrente Líquida: o percentual da folha de pagamento em relação à Receita Corrente Líquida; o gasto da educação era a receita do ano; a questão dos precatórios usa a Receita Corrente Líquida. Portanto, é uma vinculação que já está estabelecida. E, aí, nós fizemos essa... Nós entendemos que essa seria a melhor proposição. Óbvio que nós sabemos que precisamos de fontes. Neste momento, nem o governo, nem o Parlamento vão discutir nem apresentar uma proposta de fonte nova, nem o Movimento quer. Portanto, nós vamos ter que trabalhar do ponto de vista da priorização.

Temos hoje algumas fontes, como os *royalties*. As informações que eu tenho – e me perdoe a Ministra Miriam – são de que, do ponto de vista dos recursos, os *royalties*, a partir de 2017, seriam um pouco maiores daquilo que foi ali colocado. Temos, ainda, o orçamento impositivo. Nós vamos brigar aqui para que 50% dessas emendas possam ir para a saúde. Nós sabemos que vamos precisar discutir uma fonte; sim, vamos precisar.

Eu tenho uma preocupação importante: o que vier agora – e espero que seja algo substancial – precisa ser bem gasto. Precisa ser bem gasto para que nós tenhamos a legitimidade, diante da sociedade, de apresentar uma proposição de ampliação da participação da sociedade no financiamento da saúde.

(*Palmas.*)

O Ministério da Saúde, as secretarias estaduais, o Movimento, o Parlamento têm uma responsabilidade enorme. Se forem seis, sete, dez, vinte, trinta, quarenta e cinco bilhões a mais, que isso tenha um impacto efetivo na condição de saúde da população, sob pena de nós chegarmos em 2015 e não termos autoridade política para cobrar nem do governo, nem da sociedade o incremento desses recursos.

(*Palmas.*)

Isso implica melhorar a gestão, utilizar critérios de qualidade para fazer o monitoramento da condição de saúde da população; implica nós aprovarmos a Lei de Responsabilidade Sanitária para definir claramente qual a responsabilidade dos entes e dos seus gestores e o que acontece quando essa responsabilidade não é cumprida.

Portanto, nós estamos nessa discussão, nessa batalha. O governo e o Movimento sabem claramente que o que nós estamos tentando fazer aqui – o Senado, o Congresso – é encontrar uma solução, que, certamente, não será exatamente igual à que o movimento quer agora, mas também não pode ser uma proposição que o governo apresente e que esteja tão longe daquilo que nós temos como carência hoje. Estamos lutando para isso.

Eu espero que até a próxima semana nós possamos ter um entendimento. Eu sei que a luta vai ter que continuar. Essa bandeira dos 10% da Receita Corrente Bruta é justa, e eu entendo que, ainda que não consigamos isso agora, ela vai continuar. Mas é importante que, neste momento, nós tenhamos ganhos concretos. Eu tenho certeza de que o governo terá sensibilidade política suficiente e clareza de onde buscar esse recurso para que nós possamos, de fato, atender ao clamor da população brasileira.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Sr. Jurandi Frutuoso.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Brasil subfinancia a saúde, e de maneira drástica”

**Jurandi Frutuoso**

*Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde*

Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar o Senador Renan Calheiros e agradecer a S. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade que nos dá. É a primeira vez que nós temos o privilégio de falar aqui, no plenário, sobre esse assunto, de maneira tão direta, tão coordenada e tão respeitosa.

Eu queria também saudar o Ministro Padilha, que tem tido cuidado na relação e, principalmente, no trato, durante a sua gestão, no sentido de melhorar a saúde pública brasileira, e, ao mesmo tempo, reconhecer seu esforço e também o seu sacrifício em fazê-lo, pelas condições não adequadas com que ele trabalha para garantir saúde de qualidade a todo o povo deste País.

Saúdo a Ministra Miriam Belchior, também, pela delicadeza de vir aqui e nos apresentar seus dados e seus argumentos que, infelizmente, Ministra, não nos convencem, lamentavelmente – e a gente pede à senhora permissão para discordar já desde o início.

Gostaria de cumprimentar a Maria do Socorro, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, mais uma mulher à frente de um órgão tão importante, e que tem tido o cuidado de, ao se expressar, trazer o sentimento das ruas, mas com a habilidade de quem tem que militar em uma área em que a boa

relação tem que ser preservada.

Cumprimento o Ronald, que coordena o Movimento Saúde+10.

Eu preciso aqui falar da minha posição, de onde estou falando; eu também tenho que ter o cuidado, ao me expressar, de lembrar que estou aqui representando os secretários estaduais de saúde. Não é uma missão fácil. Por isso, eu já me desculpo. O excesso fica por conta da minha militância no Sistema Único de Saúde desde que me formei – e já tenho 32 anos de formado. Os acertos, por conta do que eles me orientaram, mas eu sou obrigado, por me considerar um “susista”, a colocar as coisas como elas são.

A minha assessoria me deu dados suficientes para que eu pudesse aqui fazer uma digressão, uma dissertação, com dados que podem provar, para lá e para cá, que o Brasil, na verdade, subfinancia a saúde – e subfinancia de maneira drástica. Mas os argumentos do Ministro Padilha, os argumentos da Presidente Socorro, os argumentos do Senador Humberto Costa, que tem tido um zelo muito precioso no trato dessa questão, até porque já foi Ministro da Saúde e sabe que, entre o desejo de fazer e a condição de efetivar, moram alguns pontos, ou algumas questões, que o impedem de fazer, mesmo que o seu ideal lhe cobre todo dia, na hora de dormir, pela missão não cumprida... Por isso que eu peço vênias, porque vou falar, e peço também que, sempre que se faça uma crítica ou uma análise sobre a gestão da saúde pública, que se olhe para o lado daqueles 5,6 mil Municípios brasileiros, que têm, cada um, à frente da gestão da saúde, um secretário ou uma secretária, que a essa hora se pergunta como é que pode ou como deve fazer para dar conta da sua missão – e daqui a pouco vou dizer isso aqui. Até porque eu estou aqui como o CONASS, mas também – ali está o meu colega no Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Dr. Enio Sevilha, secretário executivo do Conasems, por quem a gente aqui também se expressa, tentando levar o recado da gestão.

Ao ter que desprezar os números – e não vou mais levar esse argumento à frente, porque senão vamos repetir –, eu queria, primeiramente, saudar a minha Bancada de Senadores do Estado do Ceará, com muito orgulho. Estão aqui: o Senador Inácio Arruda, o Senador Pimentel e o Senador Eunício Oliveira, demonstrando os três que, lá no Ceará, a saúde é prioridade e que eles têm, na verdade, o compromisso de seguir rapidamente para onde vai a discussão que pode levar a dias melhores a população daquele Estado.

A importância do SUS. Ontem, nós comemoramos, aqui em Brasília, lá no Memorial JK, os 40 anos do PNI – Programa Nacional de Imunizações. Este é o único país que vacina 300 milhões de pessoas a cada ano, que oferece 42 tipos de vacinas, que tem 33 mil postos de aplicação de vacina, que consegue, na verdade, eliminar doenças como a paralisia infantil há mais

de 20 anos, que já consegue tratar o sarampo não como extinto, mas sob controle; já há mais de 7 anos, sem sarampo autóctone.

É bom lembrar que os exemplos, quando vêm de outros países grandes, como dos da Europa, por exemplo, são louvados, mas alguns dos nossos, que são feitos por nós no Brasil, nem sempre são lembrados. É bom lembrar que, na última Copa do Mundo que houve, foi pedido às pessoas que se vacinassem contra sarampo antes de se deslocarem para a Europa. Nós sabemos que ainda há paralisia infantil em vários países da Ásia e da África; aqui, não mais.

Por isso, o que comemoramos ontem – os 40 anos do PNI – eu queria dar como o principal exemplo da sustentação do Sistema Único de Saúde e da sua seriedade em tratar a coisa pública. E, nesse exemplo, mora o outro exemplo: a ação tripartite do Sistema Único de Saúde, pois, na verdade, esse exemplo de sucesso é composto por uma ação do Ministério da Saúde, por uma ação efetiva dos Estados do Brasil e, principalmente, pela belíssima força de trabalho que têm os Municípios brasileiros.

E aqui vai a minha primeira preocupação dentro da argumentação de não querer usar números, mas ser obrigado a usá-los. Quando da votação da Emenda nº 29, no ano 2000, os economistas que a pensaram – com licença da palavra aos economistas, mas eu tenho que dizer – fizeram a primeira maldade com o Sistema Único de Saúde. E não tenho outro termo para dizer a não ser esse. Estabelecem-se 15% de obrigação para Municípios, 12% de obrigação para Estados e se livra a União dessa obrigação, dando para ela que tem que empenhar a receita do ano anterior, mais a variação da inflação do ano anterior, da correção anual do PIB. Isso levou a quê? Levou à seguinte situação: Municípios, 15%; Estado, 12%; e a União...

Simplesmente, se você olhar a variação dos gastos com saúde pelo percentual do PIB, ele está congelado. É 1,7; 1,71; 1,69. Ele está congelado desde o ano 2000. Então, as pessoas que negociaram, naquele tempo, o financiamento da saúde ou não viram, ou aquiesceram facilmente e criaram para Estados e Municípios uma situação muito delicada, onde se encontra hoje o País chamado Brasil, que não consegue sair dessa situação que foi criada e está aí até agora.

Aí vem toda a luta para se votar e para se aprovar a regulamentação da Emenda nº 29. No meu mestrado na UnB, tive o cuidado de estudar como foi votada a Emenda nº 29, como foi tratada desde 2000 até 2011. Eu li alguns milhares de documentos. Ao sair o resultado, tivemos uma frustração, porque, pelo que se deu na Emenda nº 29, os ganhos não foram ganhos, pois os ganhos são os que já eram dados aos Estados e Municípios e que, como obrigação, foram legalizados, na verdade, de maneira muito clara.

Mas em termos de dinheiro novo, isso não houve. Então, há a frustração em 2000 e em 2011, novamente, mantendo-se Estados, Municípios e União em uma situação em que há conflitos: privilégios para um e, para os outros, a obrigação de 12% e 15%. Daí, a necessidade de estudar essa Saúde+10 como está posta. E não o fizemos por acaso; não foi de nossa cabeça. Nós estudamos e ouvimos alguns economistas, velhos sanitaristas, conhecidos e ouvidos pela Casa que, quando necessário, são ouvidos aqui, principalmente na época do Orçamento.

Eu me lembro – e lembrarei aqui a todos –, porque é bom resgatar. Nós também precisamos fazer isso. Eu não sei o dia, mas sei o mês e o ano: dezembro de 2011. A Presidente Dilma foi à televisão, em pronunciamento oficial, e disse a seguinte frase: “Para a saúde do Brasil ficar igual à do Chile e da Argentina [vocês se lembram disso ou já se esqueceram], nós precisamos de mais R\$42 bilhões”. Ela falou isso. Em algum lugar está arquivado. “Nós precisamos, para ficarmos iguais ao Chile e à Argentina, de mais R\$42 bilhões”. É desse dinheiro que estamos atrás. Não queremos ficar iguais à Alemanha nem igual à Inglaterra, nem igual ao Canadá; queremos ficar iguais ao Chile e à Argentina, nossos irmãos daqui da América do Sul.

Qual é minha segunda preocupação? Ministra Miriam, o SUS chegou, para mim, ao ponto de não retorno. Ao que chamo de ponto de não retorno? Com a aprovação da Emenda nº 29, no ano 2000, em que se criou a obrigação constitucional de 12% e 15%, Estados e Municípios foram obrigados, em quatro anos, a ajustar suas contas e chegaram a esse valor. Acontece que o recurso do incremento do gasto com saúde por aumento de densidade tecnológica, por envelhecimento populacional, por necessidade de crescimento da assistência, foi sendo aumentado. E, de cada R\$100,00 gastos em saúde pública no Brasil, decompondo-se esse gasto em União, Estados e Municípios, veremos que, naquele tempo, de cada R\$100,00, R\$62,00 ou R\$60,00 eram gastos da União; hoje, só são R\$45,00, e em queda.

O aumento nominal é visto, mas o aumento nominal também é visto no Estado e no Município. Então, o que chamo de “ponto de não retorno” é que, quando da Emenda nº 29, o incremento que era necessário foi subindo, e Estados e Municípios foram repondo. Tanto é que, hoje, praticamente 100% dos Municípios gastam acima dos 15% constitucionais; apenas dois Estados não cumpriam, até o ano passado, e agora, orçamentariamente, já estão cumprindo.

Essa soma de recursos de Estados e Municípios supriu a necessidade crescente do gasto com saúde. Só que, agora, parou. Eles estão esgotados! Há prefeito que não quer mais Unidade Básica de Saúde, porque não pode pagar o profissional de saúde, o médico. Há Estado que não quer mais a UPA, porque não sabe mais como bancar o custeio daquela UPA. Chamo até de

uma situação de conforto. A questão é: quando eu faço um hospital e gasto R\$100 milhões, o seu custo, a cada ano, é de 110% do valor da construção. E é para sempre esse gasto. Como é que se faz para manter as unidades de saúde se não há recurso crescente dentro do custeio?

Era isso que eu queria colocar, com essa preocupação de dizer que o Saúde+10 veio para esta Casa trazendo 2,2 milhões de assinaturas, superando as do Ficha Limpa em 900 mil assinaturas. E o que a Presidente Socorro acabou de dizer é que sentimos que parece que não houve um grande impacto, mas esse impacto é sentido. Olhem para a fila; olhem para as pessoas tentando tirar do bolso o pouco que lhes resta para tentarem correr para um plano de saúde. E esse impacto é sentido quando começamos a não ter mais o avanço necessário que obtivemos na correção ou no avanço de alguns indicadores que poderiam dar ao País uma situação de maior qualidade.

A superação das Metas do Milênio está posta: avançamos na redução da mortalidade materna; avançamos em redução de mortalidade infantil. Só que chegamos a um patamar em que, agora, para abaixar mais um pouco, precisamos de muito mais tecnologia, de muito mais recursos e de mais profissionais.

Tenho aqui uma lista grande – a Viviane vai me desculpar porque não usei aqui as suas tabelas –, mas eu queria dizer o seguinte: a nossa preocupação hoje é com o retrocesso, porque, embora Estados e Municípios estejam em dificuldades, a obrigação constitucional de botar 15% e 12% fez com que fôssemos ganhando mais massa financeira para o sistema de saúde. Se eu crio outro mecanismo aqui no Congresso, outro jeito de se fazer uma obrigação constitucional, corro um perigo muito grande de desestruturar o financiamento do sistema de saúde brasileiro.

Faço um apelo – pode até não haver mais dinheiro, e vamos ter que nos contentar com isso, fazer a saúde que podemos fazer e pensar como fazer essa mágica de superar a dificuldade com os recursos existentes: por favor, não mudem, em nome da história deste País e do Sistema Único de Saúde, a fórmula que está posta hoje, a fórmula que obriga ou que compromete um gasto com a saúde brasileira nesses percentuais de 15% e 12%. Por favor, essa não é a saída principal!

Quanto ao Saúde+10, temos duas premissas: a primeira é que a fonte seja estável, porque, se não for, estaremos aqui, daqui a quatro, cinco anos novamente, brigando por mais dinheiro e não teremos mais moral para isso. Então, escolhemos uma fonte estável, que não seja manipulável, que não seja fácil de mudar, que não varie de acordo com o gosto do governante ou a sua preferência; e a segunda é que o ponto de partida seja suficiente para

superar o que está posto em termos de defasagem.

Aqui, há pouco, passou o Senador Flexa Ribeiro – já estou terminando –, que foi Relator setorial no ano passado; o Senador Romero Jucá também foi o Relator-Geral no ano passado. E o Conass trouxe para os dois, no ano passado – como faz há sete anos –, alguns cálculos para fortalecer o nosso convencimento. Nesses cálculos, estavam colocadas apenas quatro questões que eram determinantes para nós. Vou colocar aqui essas quatro questões que estavam postas.

Fizemos o cálculo, Ministro Padilha – como fazemos há sete anos, e não temos errado muito esse cálculo –, e pegamos apenas o que tem que ser dado para a atenção básica em termos de correção *per capita*, o que tem que ser posto no medicamento da atenção básica, a correção do medicamento excepcional e a média e alta complexidade. E, segundo o nosso cálculo, que espero não esteja errado – ali está o Ari, nosso amigo, que está de olho –, esse Orçamento de 2013 começava com um déficit de R\$10,9 bilhões, ou seja, R\$9 bilhões no MAC, R\$765 milhões no piso da atenção básica, na questão da inflação; R\$611 milhões na aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais; e R\$163 milhões na assistência farmacêutica.

Terminando, só para lembrar, lá atrás, quando se criou o SUS, de cada cem trabalhadores, menos de dez eram de Município; hoje, de cada cem trabalhadores da saúde, mais de 70% já são do Município, vinte e poucos do Estado e oito da União, ou seja, dá-se a obrigação, mas não se dá o correspondente financeiro para que ele possa honrar os seus compromissos.

Portanto, eu me despeço pedindo aos nossos governantes, aos nossos parlamentares que preservemos aquilo que foi conquistado a ferro e fogo em 1988 na Constituição, o Sistema Único de Saúde do Brasil, que, para nós, era e é ainda um mecanismo excelente de inclusão social. Naquela época, 60 milhões de pessoas não tinham onde cair mortas, como há hoje 50 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm onde pedir socorro na hora de uma doença.

Com muito cuidado, vou dizer que nós estamos americanizando o sistema de saúde brasileiro. Eles estão querendo sair de onde estão e nós estamos querendo ir para lá. Já temos um percentual alto de pessoas com planos de saúde, e, à medida que se subfinancia o sistema de saúde público, se fortalece o sistema privado. À medida que se financia a saúde privada, se mata o sistema de saúde público. Assim, o povo tem que saber.

O Senador Wellington já foi governador, deve ter recebido centenas de vezes os seus secretários estaduais de saúde, e sabe que não é choradeira nem é papo de gestor, porque não sou mais. Falo como quem já foi médico do

Saúde da Família, quem coordenou o Saúde da Família, quem foi secretário municipal de saúde e secretário estadual de saúde. Olhem, não é só má gestão, não, porque parte é da gestão, mas grande parte é de subfinanciamento. E não se corrige má gestão com o dinheiro que está aí. É impossível uma reação na gestão com o dinheiro que está aí.

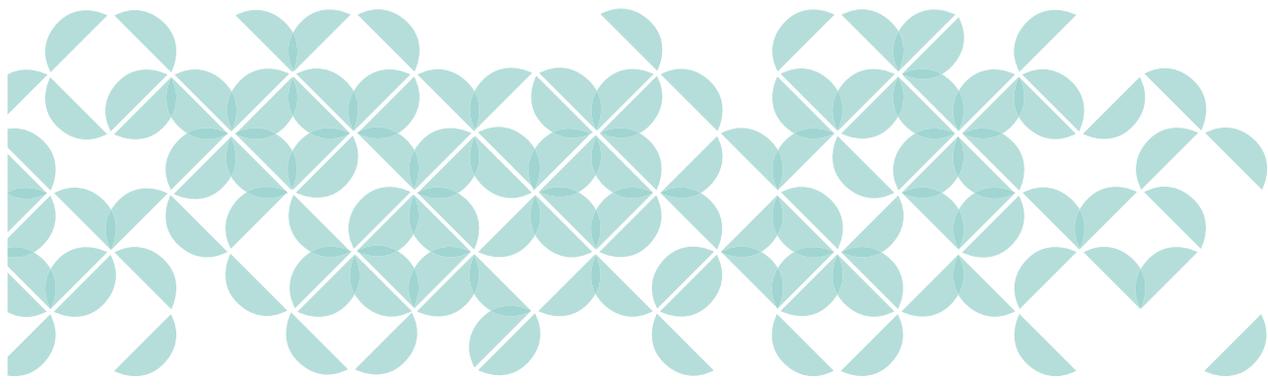
Queria pedir vênia aos senhores no sentido de proteger aquilo que é do povo brasileiro: saúde de qualidade no sistema público de saúde de que nos orgulhemos, como o fizemos até aqui.

Obrigado.

Um abraço.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e Coordenador do movimento Saúde+10, Sr. Ronald Ferreira dos Santos.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “2,2 milhões apoiam os 10% da receita bruta da União”

**Ronald Ferreira dos Santos**

*Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e Coordenador do movimento Saúde+10*

Boa tarde, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Presidente Renan Calheiros, agradeço por esta importante oportunidade, em que o Senado abre espaço para a sociedade brasileira. Aqui temos a honra de representar mais de 140 organizações da sociedade brasileira, que, não no último um ano e meio, mas, eu diria, nos últimos 25 anos, vêm lutando bravamente para garantir uma conquista do povo brasileiro que esta Casa, o Congresso Nacional, consagrou e que vai completar, agora em 5 de outubro, 25 anos.

O conjunto das organizações que compõem o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública abrange centrais sindicais, gestores de saúde, conselhos profissionais, associações de moradores. Ou seja, praticamente toda a sociedade civil brasileira organizada se abraçou para defender um dos principais patrimônios do povo brasileiro que foi essa conquista do Sistema Único de Saúde.

Neste ano, nós tivemos a oportunidade de testemunhar como podem e devem ser tratadas as políticas públicas.

Este ano era o ano de reajuste das tarifas do transporte coletivo. Todas as planilhas apresentadas, nos mais diferentes debates, davam conta de importantes reajustes, necessários, fundamentais e insuperáveis, para não continuarem os problemas de transporte. Mas o povo brasileiro se manifestou, foi às ruas, apresentou a demanda, e foi possível reduzir o valor das tarifas.

Nós trazemos aqui a conclusão, o debate de diversas organizações que dizem que não são R\$190 bilhões o que estamos pedindo, como os Constituintes colocaram quando determinaram que o orçamento da saúde deveria ser 30% do orçamento da seguridade. O que está sendo trazido para cá é a necessidade urgente e imperiosa de se aplicarem, no mínimo, de R\$39 bilhões a R\$40 bilhões para solucionar, de forma urgente, os graves problemas de financiamento do Sistema Único de Saúde.

Os números apresentados, os números que as diversas entidades têm discutido dão conta da possibilidade concreta e real de se aplicarem esses recursos em saúde, pois, do orçamento de R\$1,2 trilhão, o conjunto das despesas obrigatórias ou discricionárias, no entendimento das nossas organizações, é fruto de definição política. Os R\$217 bilhões, que nos últimos 12 meses foram utilizados para pagar juros e amortização da dívida, são frutos de definição política.

É entendimento do movimento a possibilidade concreta de se ouvir aquilo que se apresentava aqui nos números, com a expectativa do povo brasileiro de que o principal problema a ser resolvido é o de saúde.

Dizia o Deputado Henrique Eduardo Alves que, desde a sua primeira candidatura, a demanda principal que o povo brasileiro gostaria de ver solucionada com políticas públicas era a da saúde. O povo brasileiro constituiu o Sistema Único de Saúde, mas há 25 anos estamos nesse enfrentamento de garantir a estabilidade do seu financiamento.

O nosso movimento, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, nasce com mais força a partir do momento em que diversas organizações, em 2011, foram cobrar aquilo que a Presidente Dilma Rousseff registrou no Tribunal Superior Eleitoral. A Presidente Dilma Rousseff registrou no TSE o seu compromisso de regulamentar a Emenda Constitucional nº 29. Assim o cumpriu. Mas um dos principais motivos que levaram as pessoas às ruas, na Primavera da Saúde, foi a ampliação de 10% dos recursos, o que não aconteceu com a regulamentação em dezembro de 2011.

As entidades do povo brasileiro, sem o discurso de pertencer ao governo, à oposição, ao partido A, ao partido B, o conjunto das organizações da sociedade brasileira, o povo brasileiro chamou para si a responsabilidade de apresentar, aqui no Congresso Nacional, uma proposta. Todos os estudos

das principais autoridades que sustentam o debate técnico sobre o financiamento da saúde, sejam economistas, sejam especialistas em saúde pública, dão conta de que é plenamente possível aplicar os 10% da Receitas Correntes Bruta da União em saúde.

Apresentamos, aqui, no Dia Nacional da Saúde, os 2,2 milhões de assinaturas. Reiteramos que esta é a proposta concreta do movimento nacional em defesa da saúde pública. Há possibilidades reais, orçamentárias, de essa proposta ser aplicada. A dependência disso é vontade política.

Em 2014, temos um ano eleitoral. Em 2014, além de comemorarmos 25 anos dessa grande possibilidade de termos eleições, podermos escolher diretamente nossos representantes, a Constituição deu, também, a possibilidade de o povo participar diretamente através de um projeto de lei de iniciativa popular.

Estamos dispostos a negociar, e vamos negociar. Como disse aqui uma das principais organizações que conosco marchou na construção desse nosso movimento, Jurandi Frutuoso, representando os secretários estaduais de saúde, da mesma forma os secretários municipais de saúde, estamos dispostos a negociar, mas é impossível. É impossível entrarmos em 2014 sem os recursos para a saúde serem ampliados substancialmente.

E a proposta que oferecemos, que 2,2 milhões de brasileiros oferecem, é a proposta dos 10% da Receita Correntes Bruta da União. Colocam alguma dificuldade a respeito da busca desses valores da vinculação. A proposta que apresentamos significa o montante referente ao “total das receitas correntes brutas da União”. Ou seja, o que nós apresentamos foi uma referência, como disse o Jurandi aqui, à fala da Presidente da República num programa dominical, que apontava quais eram os recursos necessários para amenizar os problemas da saúde; à fala do Ministro Alexandre Padilha na sessão especial da Câmara dos Deputados, que apontava que o montante necessário para enfrentar os problemas da saúde do Brasil era em torno de R\$45 bilhões.

O povo brasileiro assinou, o povo brasileiro reivindicou, o povo brasileiro chamou para si a autoria da solução desse principal problema e tem uma grande expectativa na autonomia do Poder Legislativo, na capacidade de construir as respostas e de dar as respostas do Poder Legislativo do Brasil a essa importante demanda. Repetindo: é uma proposta que não pertence à oposição, que não pertence ao governo; é uma proposta que pertence ao povo brasileiro.

É isso.

Muito obrigado.

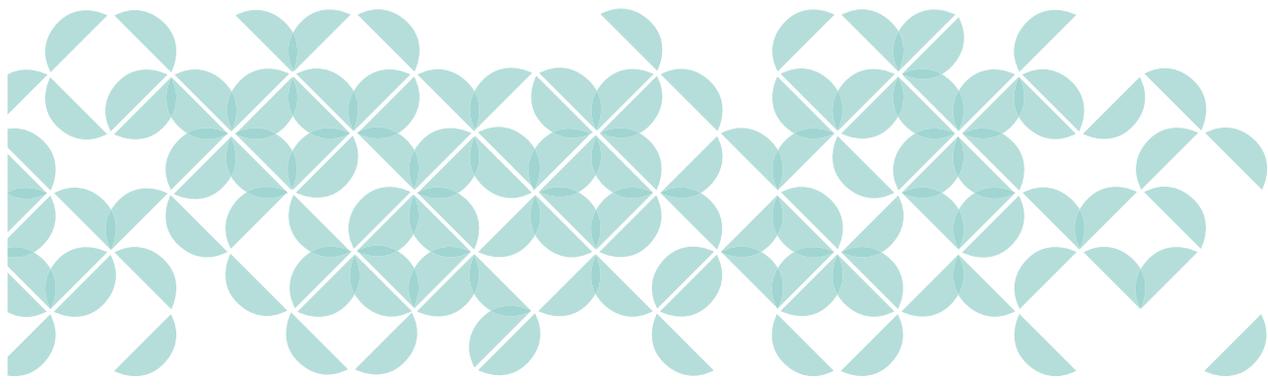
(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Eu queria comunicar aos Senadores, às Senadoras e aos convidados, a todos os convidados, que esta semana o Senado Federal aprovou um projeto de resolução que estabelece critérios para avaliação de políticas públicas. Isso, do ponto de vista do Parlamento, é um avanço significativo. A partir de agora, cada comissão técnica permanente do Senado Federal vai, anualmente, eleger uma política pública, pelo menos, e, com a participação da Consultoria da Casa, com base em critérios predefinidos do Tribunal de Contas da União, vai fazer a avaliação exatamente dessa política pública.

Para que nós possamos avançar no debate, eu sugiro, como proposta de encaminhamento – não sei se contaremos com o apoio dos Senadores para isso –, que concedêssemos a palavra a, pelo menos, quatro ou cinco Senadores; em seguida, nós devolveríamos a palavra aos convidados para que possam colaborar com o aprofundamento necessário desse debate. Talvez nós economizássemos um pouco o tempo da sessão.

Nós temos uma ordem: Senador Suplicy; Senadora Ana Amélia; Senador Mozarildo; Senador Valdir Raupp; Senador Pimentel; Senador Paulo Davim, com cuja presença na Mesa nos honra; Senador Pedro Taques; Senador Pedro Simon; Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Sérgio Souza; Senador Casildo Maldaner; Senador Wellington Dias; e Senador Inácio Arruda; Senador Waldemir Moka, Senador Valadares e o Senador Wellington Dias.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## Aumento de recursos após o fim da CPMF

**Eduardo Suplicy**

*Bloco Apoio Governo / PT-SP*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, prezado Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, Sr<sup>a</sup> Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Sr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Souza, caro Colega Senador Humberto Costa, da Comissão de Financiamento do Sistema de Saúde, Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos, Senador Paulo Davim, primeiramente, quero cumprimentar o Ministro Alexandre Padilha e a Ministra Miriam Belchior pelo empenho em assegurar ao povo brasileiro um Sistema Único de Saúde que realmente esteja à altura das aspirações, inclusive de nossos Constituintes; cumprimentando-os, também, pelo esforço de recursos para a saúde.

Como V. Ex<sup>a</sup> expôs, Ministro Padilha, em 2007, tendo em conta que perdemos a oportunidade de assegurar através da CPMF os recursos para a saúde, ainda assim houve um movimento significativo, conforme ambos, o Ministro e a Ministra Miriam Belchior, demonstraram também. Em 2010, quando eram R\$67,3 bilhões; em 2013, R\$92,4 bilhões; e, para 2014, a previsão é de R\$100,3 bilhões. Exatamente não tendo havido a CPMF, que retirou R\$40 bilhões, esse aumento foi resultado de que movimentação no orçamento, de que realocação? Uma vez que não houve a CPMF, eu queria

ter mais claro como é que se possibilitou esse aumento? Isso é para um esclarecimento.

Eu queria também dizer uma palavra aqui de boas-vindas, de bom acolhimento a todos os médicos, sejam espanhóis, argentinos, portugueses, cubanos, de todos os outros países. Avalio que é muito importante que nós venhamos a dar-lhes as boas-vindas.

Acho que não foi adequado da parte de alguns tentar não bem receber os médicos que, afinal de contas, estão chegando com uma disposição, um entusiasmo que se pode ver pelas entrevistas. Felizmente, acho que a população, em cada lugar do Brasil, está dando esta boa acolhida aos médicos, já que, conforme demonstrou o Ministro Alexandre Padilha, não há ainda o número suficiente de médicos para estar em todas as partes e nos Municípios mais distantes ou nas áreas periféricas até mesmo da grande São Paulo e de outras grandes cidades brasileiras. Então, que possam, como outros países o fizeram, acolher a contribuição.

Ainda há poucos dias eu mostrei ao Ministro Alexandre Padilha, como eu aqui registrei, a carta de um rapaz que havia participado do Programa Ciência Sem Fronteiras e dado a sua interação no Canadá. Ele fez uma avaliação tão positiva que eu aqui registrei.

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> nos desse um breve balanço sobre como é que está, após mais de um ano e meio do programa de combate ao *crack*, que fizesse um breve registro, um balanço de quais são os avanços conseguidos após a campanha que a própria Presidenta Dilma, com os Ministros aqui presentes, desencadeou.

Eu quero dar uma informação. Em 2011, 2012 e 2013, de meus R\$15 milhões de direito a emendas, 69,2% foram para a área da saúde. Em 2011; 55,3%; em 2012, 87,3%; e R\$13,1 milhões, em 2013. Só para registrar.

Eu sei que cada um aqui pode ter as suas preferências, mas, de repente, eu tive a curiosidade de verificar. Eu naturalmente já estava solidário aos apelos para mais recursos para a área da saúde no que está ao meu alcance.

Gostaria de aproveitar a presença da Ministra Miriam porque eu preciso dar-lhe alguns *e-mails*, mas fora da área da saúde. Meus cumprimentos a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SERVADO



## “O ideal é ter política definitiva de financiamento”

**Ana Amélia**  
*Bloco Maioria / PP-RS*

Caros Ministros Alexandre Padilha e Miriam Belchior, em nome de quem saúdo toda a Mesa, e o líder do movimento Saúde+10.

Caro Presidente Renan Calheiros, queria cumprimentá-lo pela iniciativa e só lamentar, porque penso que os operadores da saúde, as Santas Casas, por exemplo, hospitais comunitários, ou a área da rede pública deveriam estar também presentes aqui para este debate. Mas penso que este é o primeiro passo, e outros virão para também estarem aqui.

Eu sou de um Estado onde os hospitais comunitários, as Santas Casas têm uma força extremamente relevante. Então eu já de cara peço encarecidamente à Ministra Miriam e ao Ministro Padilha: a bancada gaúcha fez uma emenda – e espero que as emendas agora para a saúde sejam acolhidas – para a Santa Casa de Porto Alegre, em que 60% dos atendimentos são pelo SUS, não só da região metropolitana, mas também do interior, que atendam a emenda que a bancada gaúcha liberou para esse, caro Ministro Alexandre Padilha.

Aqui se falou muito sobre a questão relacionada à CPMF. Eu penso que a CPMF, o próprio autor da ideia, que foi uma ideia genuinamente boa, por-

que ia taxar as pessoas que não contribuía, porque era um imposto sobre o cheque. Do ponto de vista da aplicabilidade, muito boa. A finalidade que o Ministro Adib Jatene, então Ministro da Saúde, teve quando propôs essa sugestão era de que o dinheiro todo arrecadado com a CPMF iria para a saúde. Só que esse dinheiro não foi para a saúde. E hoje dizer que a CPMF foi um mal para a saúde, eu acho que a gente não está dizendo a verdade. Se ela tivesse ido inteiramente para a saúde, eu seria a primeira a chegar aqui e dizer: “o dinheiro da CPMF era para a saúde.” Ele ia para fazer o acerto de contas do governo. Por isso que o próprio Dr. Adib Jatene se penitenciou, porque aquele dinheiro não foi para a saúde. Então nós precisamos esclarecer isso.

Como estou aqui, Presidente Renan Calheiros, na condição de Presidente da subcomissão municipalista da Comissão de Assuntos Econômicos, e o nosso Jurandi Frutuoso falou a respeito disso, eu vou apenas reforçar esses dados. Eu estive em Joinville, na Santa Catarina do Senador Casildo Maldaner. O prefeito de Joinville aplica 34% da receita em saúde. A lei, como disse o Jurandi, estabelece 15%. A prefeitura de Panambi, no meu Estado, aplica mais de 30%. O que acontece? O prefeito, o secretário municipal de saúde é o primeiro elo; a pessoa, o cidadão mora na cidade pequena, no Município, vai lá bater, porque sabe onde mora o prefeito, sabe onde mora o vereador. Vai lá cobrar e tem que exercer a saúde, ele tem que executar. Se não atende, judicializa. Outro problema para o setor de saúde.

Eu, como municipalista, venho aqui dizer que essa situação não pode, ela é insustentável. Os Municípios brasileiros hoje estão falidos, porque há um desvirtuamento das competências. Os Estados têm de aplicar 12% e não os aplicam. O meu Estado não os aplica, e nem vou falar – sou de um partido de oposição ao governo que está lá –, mas não é problema do governador atual. Isso não se fazia com governadores anteriores, até para ser justa em relação a isso, e muitos Estados não aplicam os 12%. Bom, e a nossa primeira, que é a União, nem se fala em relação à questão da saúde.

Eu queria dizer que é importante essa ideia de validar as emendas parlamentares destinadas à saúde – faço questão de aplicá-las todas e controlar o dinheiro que está lá – seria bom, mas o ideal é termos, como defende aqui o Senador Humberto Costa, com propriedade, uma política definitiva para o financiamento e garantir – nosso Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, temos lutado muito – uma política estável de financiamento à saúde, para que não venhamos a todo tempo fazer essas campanhas, gritar, lutar, brigar pela saúde, e o problema não se resolve, como disse o nosso grande Líder.

Querida também, Ministro Alexandre Padilha, para terminar: nós fizemos uma audiência pública da CAS, onde laboratórios de análises clínicas – e

o senhor falou sobre reajustes aqui feitos pelo SUS – há 18 anos não recebem reajuste. Um hemograma: R\$4,50; uma glicemia: R\$1,85. E, desde aquela audiência que aconteceu no ano passado, até agora, não aconteceu nada, e não há uma explicação. O que acontece? Qual o resultado disso? Concentração. Pequenos laboratórios no interior do Brasil inteiro, do meu Rio Grande do Sul, estão fechando as portas, e há a concentração, grandes laboratórios, aquilo que queremos disseminar e fazer.

Eu queria renovar ao senhor um pedido para o reajuste das tabelas desses exames laboratoriais que são fundamentais em qualquer diagnóstico.

Eu não sou médica, eu sou apenas uma Senadora que está aqui ouvindo as pessoas demandando sobre essas matérias e deixarei de fazer perguntas ao Ministro Alexandre Padilha sobre o Mais Médicos, porque penso que há uma audiência pública solicitada por várias comissões, e esse será o momento. Tenho certeza de que o senhor, como democrata, como grande articulador que tem e sempre teve em funções anteriores com o governo, terá esse diálogo com os Senadores e as Senadoras aqui para tratarmos dessa questão que é de interesse da sociedade brasileira.

Parabéns, Senador Renan Calheiros, pela iniciativa!

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Dinheiro da CPMF não ia mais só para saúde”

**Mozarildo Cavalcanti**

*Bloco União e Força / PTB-RR*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Ministra Belchior, Ministro Paddilha, e, nome de quem quero cumprimentar todos os membros da Mesa.

Ocupo a tribuna neste momento com duas responsabilidades. A primeira é a de ser um médico que se formou 44 anos atrás na única capital da Amazônia que tinha faculdade de medicina, Belém do Pará. No ano em que eu me formei, em 1969, a faculdade fez 50 anos de existência. Ela foi a quarta do Brasil. Já naquela época, quando trabalhávamos na Santa Casa, ouvíamos, a toda hora, dos professores, que havia uma dificuldade muito grande no atendimento. Por quê? Porque os Municípios colados em Belém mandavam todo mundo para Belém. Então, esse problema de não haver médico, de haver carências e tal é muito antigo, não é de hoje. Eu vivi na pele o problema, por exemplo, de voltar. Eu fui o primeiro filho de Roraima a se formar em medicina e voltei quase que por uma obrigação sentimental. Éramos apenas quatro médicos para atender 200 mil habitantes espalhados: era um para cinquenta mil.

E a segunda responsabilidade é a de ter sido Constituinte. Eu não consigo compreender por que tantas décadas se passam e nós não conseguimos resolver o problema de financiamento, principalmente, Ministros, o proble-

ma de corrupção na saúde.

A Ministra falou de gestão. Eu digo que há gestão boa e há gestão ruim. No meu Estado de Roraima, recentemente, uma operação da Polícia Federal constatou o desvio de cerca de R\$30 milhões só numa espécie de corrupção. Quando estavam faltando os medicamentos A, B e C, a licitação era dispensada e se comprava de emergência. Só que as firmas que vendiam faziam um acordão e compravam remédios de outros Estados com o prazo de validade curto. Dali a quatro ou cinco meses, havia nova dispensa de licitação para adquirir os mesmos remédios. Isso é roubar a saúde das pessoas.

Existe uma publicação da Controladoria-Geral da União (CGU), do ano passado ou do ano retrasado, que dizia que, nos quatro anos anteriores, foram desviados, só da Funasa, Senadora Ana Amélia, R\$500 milhões.

Então, se nós não fecharmos a torneira da corrupção, pode-se colocar dinheiro à vontade que vai continuar melhorando muito lentamente. É preciso que os órgãos de fiscalização, tanto do Ministério da Saúde quanto dos Tribunais de Contas, estejam permanentemente mobilizados para que nós possamos estancar essa hemorragia do sistema de saúde, justamente representado pela corrupção.

Eu teria algumas perguntas para fazer, mas vou encaminhá-las tanto ao Ministro Padilha quanto à Ministra Belchior, porque realmente esse caso já está cansado.

Ministro, vamos sepultar a defunta CPMF. Vamos parar de ficar nisso. Já se passaram tantos anos, e ainda não encontramos uma alternativa? Temos de encontrar uma alternativa. Vou usar o linguajar médico: nós temos de encontrar um remédio que cure mesmo. Aliás, neste caso, não é só um remédio, não; é o remédio da construção de unidades de saúde, da manutenção das unidades de saúde e também, agora já previsto no Programa Mais Médicos, a formação de mais médicos no Brasil.

É inacreditável isso! Por exemplo, em Roraima, nós temos uma faculdade de medicina, que já está há vários anos formando profissionais, mas, por uma imposição do Conass, nós só podíamos abrir 40 vagas por ano. Então, numa faculdade com capacidade para formar duas turmas, só têm oportunidade de ingressar 40 alunos por ano.

Inclusive, estou como Relator Revisor do Programa Mais Médicos, e aqui há muitos Senadores envolvidos, tanto Senadores da área de saúde, como os que não são, mas que sentem esse reclamo popular. Realmente, coloquei até este adesivo falando em 10%, mas eu acho que devia ser maior do que 10%, porque 15% dos Municípios – e quem conhece Município pobre como

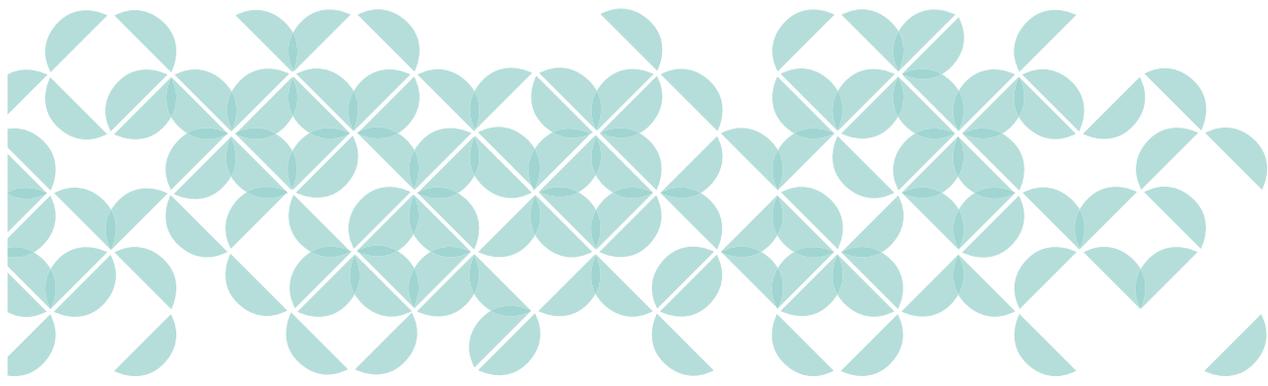
eu conheço! – e 12% de todos os Estados, indistintamente, como um Estado pobre como o meu, terem de cumprir igualmente o que cumprem outros Estados ricos. Isso é um desequilíbrio que aprofunda até as desigualdades regionais e sociais.

Então, venho batendo nessa tecla há muito tempo. Eu votei a favor da CPMF e votei contra a prorrogação da CPMF. Por quê? Porque o dinheiro não ia mais só para a saúde e porque o dinheiro servia até para fazer superávit primário para o governo.

Então, realmente, ela foi desvirtuada. Além do mais, trata-se de um cadáver que precisa ser sepultado. Nós temos de olhar para frente e buscar rapidamente, realmente, soluções, que, tenho certeza, o Ministro Padilha está empenhado em encontrar. E aqui, com o apoio dos Senadores, com certeza, nós vamos encontrar um caminho que ponha fim a esta questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares; em seguida, ao Senador José Pimentel.

Com a palavra o Senador Valadares.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Perdemos a CPMF e hoje a situação é deficitária”

**Antonio Carlos Valadares**  
*Bloco Apoio Governo / PSB-SE*

Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Padilha, Sr<sup>a</sup> Ministra Miriam Belchior, Senador Vital do Rêgo, Senador Humberto Costa, Sr<sup>a</sup> Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro; Sr. Jurandi Frutuoso, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, em primeiro lugar, quero declarar o meu apoio à proposta do Ministro Padilha de direcionar 50% das emendas individuais dos parlamentares em favor da saúde. A Câmara aprovou 40%; espero que o Senado aprove 50%. Que esta proposta, ao voltar à Câmara, possa confirmar a vontade da maioria da Nação – tenho certeza absoluta.

E quero aproveitar a oportunidade para felicitar o governo, por intermédio do Ministro Alexandre Padilha, pela coragem da iniciativa em instalar no Brasil, no governo da Presidenta Dilma, o Programa Mais Médicos, que tem como Relator um sergipano, o Deputado Rogério Carvalho, do Partido dos Trabalhadores, que, tenho certeza, irá desempenhar muito bem essa função de relatar essa matéria tão importante, que vai amenizar, sem dúvida alguma, o sofrimento das populações mais pobres em todo o Brasil.

Portanto, meus parabéns, Ministro! Contará com todo o meu apoio.

Num determinado momento, quando iniciava o meu mandato aqui, no Senado Federal, fui procurado pelo então Ministro da Saúde para apresentar uma proposta visando à cobertura das despesas com a saúde pública no Brasil, ajudar a cobrir as despesas com esse setor, o Ministro Jatene. Uma figura conhecidíssima em todo o Brasil, respeitadíssima, que fez um relatório que emocionou a todos nós na Comissão de Justiça. E como a proposta, na época, recebia uma resistência enorme de setores empresariais, poucos Senadores se aventuraram a apresentá-la, porque tinham receio de perder votos nos seus Estados.

E eu topei a parada. Fiz a proposta, levei para o Ministro – e eu era oposição, na época, ao governo Fernando Henrique Cardoso – e eu achava que era uma solução adequada para resolver, Sr. Presidente, o grave problema da falta de recursos para a saúde.

Apresentei a proposta e, até hoje, não me arrependo. Só que, na época que apresentei, o percentual era de 0,20%. Depois, Fernando Henrique provocou a demissão do Ministro porque os recursos foram desviados para outras finalidades. Ai eu comecei a votar contra a CPMF. Quando ele aumentou para 0,38%, uma parte dos recursos era destinada a financiar a Previdência, Fundo da Pobreza. Quer dizer, não era mais saúde; era um fundo elastecido para atender a outras finalidades. Votei contra. Quando o Lula entrou, começou a exigir que os recursos fossem totalmente empregados em favor do setor. Ai eu comecei a votar favoravelmente.

A queda da CPMF ocorreu aqui no Senado, conforme já foi dito. E o percentual não era mais 0,20% nem 0,38%; era 0,08%. Daria, assim, algo em torno de R\$8 bilhões por ano, mas serviria, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, não só para ajudar a saúde, como também para combater a sonegação, o crime organizado e todos aqueles que queriam sonegar impostos.

Eu me lembro que a porta do Senado Federal estava cheia de pessoas da Fiesp espalhando terrorismo, dizendo que, se a CPMF fosse aprovada, a cesta básica aumentaria, que o comércio sofreria um prejuízo incomensurável, indústrias quebrariam. Um verdadeiro terrorismo!

Nós perdemos por três votos. Lamentavelmente, perdemos por três votos! E, hoje, encontramos a saúde em uma situação realmente deficitária, problemática, em todos os Estados e Municípios, apesar dos esforços que estão sendo despendidos pelo Governo Federal.

Já estou encerrando minha participação. Eu só queria contar essa pequena história, porque tem muita gente aí defendendo a saúde da boca para fora. Mas, na hora “h”, em que nós precisamos manter esse recurso em favor da saúde, esse pessoal votou contra, lamentavelmente. Então, agora, sim,

vamos fazer de tudo para que o governo entenda que 10% das receitas líquidas é uma proposta razoável. Estarei à disposição, com todos os Senadores, quando essa proposta chegar aqui, para votar favoravelmente a aumentar substancialmente os recursos da nossa saúde.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

A Presidência lembra aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que a Ordem do Dia da sessão de hoje será antecipada para as 15 horas, e dela constarão também, por solicitação de diversos Senadores, as matérias da Ordem do Dia de amanhã.

Nós tivemos uma semana intensa de resultados no Senado Federal. Votamos, inclusive, matérias importantes na própria segunda-feira, com um quórum altíssimo. Portanto, vamos proceder à antecipação da Ordem do Dia de amanhã para hoje, começando impreterivelmente às 15 horas.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## Dificuldades de hoje são fruto do fim da CPMF

**José Pimentel**

*Bloco Apoio Governo / PT-CE*

Eu quero dar uma boa tarde a todos, saudando o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, parabenizá-lo pela iniciativa desta sessão temática. Quero dar um forte abraço no Ministro Alexandre Padilha, na Ministra Miriam Belchior; saudar o nosso Senador Paulo Davim, médico e colaborador no intenso debate que se trava no Senado Federal sobre essa matéria. Quero dar um forte abraço nos convidados em nome do nosso cearense, o Sr. Jurandi Frutuoso.

Peço a todos os presentes que me perdoem, porque o nosso tempo é curto e, daqui a pouquinho, daqui a 40 minutos, daremos início à nossa Ordem do Dia.

E queria começar registrando que eu fui o Relator-Geral do Orçamento da União para 2008. Nós tínhamos feito ali todo um planejamento de ampliação e de incorporação do PAC, um conjunto de programas e de ações, e no dia 12 de dezembro, aí por volta da meia-noite, 35 Senadores resolveram prejudicar a saúde brasileira, retirando a CPMF do Orçamento da União, que representava R\$40 bilhões.

E quero registrar que os assalariados que tinham salário até o teto do Regi-

me Geral da Previdência Social, os aposentados e pensionistas, todos eram isentos da CPMF. Quem pagava a CPMF no Brasil eram os ricos, os banqueiros, os grandes. E, lamentavelmente, como já foi registrado pelo Antonio Carlos Valadares, eles montaram um piquete aqui dentro do Congresso Nacional e foram vitoriosos, e a saúde foi prejudicada.

Mas essa fase foi superada. Nós tínhamos um Presidente da República na época, Luiz Inácio Lula da Silva, com um compromisso muito forte com a saúde brasileira, que determinou a este Relator, e conversou com os Líderes da Casa – da Câmara e do Senado –, que nós deveríamos sacrificar outros programas, outras ações, mas a saúde pública precisava ser preservada e ele iria manter na sua totalidade o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que tinha iniciado em 2003. E, assim, nós fizemos em março... Aliás, no dia 28 de fevereiro de 2008, nós aprovamos o orçamento ajustado e não tivemos qualquer retirada de recursos da Previdência, da saúde pública brasileira.

Eu faço este registro para compreender que as dificuldades que nós temos hoje são fruto daquela decisão lá atrás, mas todos nós, sob a coordenação do nosso Presidente Renan Calheiros, estamos trabalhando para construir uma proposta que permita dialogar com a realidade orçamentária do Governo Federal, com uma política de colaboração com os Municípios e os Estados, para que nós possamos, ouvindo nossos Ministros, ouvindo a nossa Presidenta Dilma, que quer colocar dinheiro novo no orçamento da saúde pública brasileira, mas dentro da nossa realidade...

Nós temos clareza também de que não há espaço na sociedade para se criar uma contribuição nova. Temos que trabalhar, nesse ano de 2014, com a realidade orçamentária que está posta e, para isso, nós estamos dialogando para que 50% das emendas impositivas dos Deputados e Senadores sejam destinados a essa nova fonte.

Já aprovamos que 25% dos *royalties* do petróleo vão para essa nova fonte e queremos discutir com o nosso governo para que façamos essa nova alteração por dentro da Constituição Federal, ou seja, através de emenda constitucional, para dar transparência e segurança às entidades, à sociedade e ao Parlamento.

Essa é uma divergência que nós ainda precisamos construir, porque parte dos nossos Congressistas entende que nós deveríamos trabalhar em matéria infraconstitucional. Eu acho que nós deveríamos evoluir para qualquer mudança que fizermos, durante este mês de setembro, para que possamos alterar o orçamento de 2014. E isso deveria ser feito através de emenda constitucional.

Nós temos a chamada PEC do Orçamento Impositivo. O Relator dessa PEC é o Senador Eduardo Braga, que deverá apresentar, nos próximos dias, o seu parecer. E eu acredito, Sr. Presidente, nossos Ministros, nossas entidades, que qualquer mudança deveria ser feita por dentro dessa proposta de emenda à Constituição. E nós deveríamos também, Sr. Presidente, para fins de reflexão, igualar os percentuais de vinculação às suas receitas.

Nós temos, na Emenda nº 29, estabelecida a obrigatoriedade de os Estados participem com 12%; nós temos, na Emenda nº 29, o dever de os Municípios participarem com 15%. Isso está consolidado. E nós deveríamos trabalhar um percentual da União chegar aos 15%. Sou um daqueles que entendem que nós deveríamos uniformizar, a ponto de todos os Municípios, os Estados e a União colaborassem sobre a receita corrente líquida, porque hoje isso não acontece. Os Municípios mais pobres estão estrangulados, participam com percentual acima dos 15%. Só que a Emenda nº 29 cometeu um erro quando determina que seja sobre impostos mais transferências, deixando de fora todas e quaisquer outras receitas. Por exemplo: os Municípios mais ricos, que recebem *royalties* de concessão do petróleo, possuem valores substantivos, e não aplicam na saúde nenhum centavo.

Eu tive o cuidado, Sr. Presidente, de dar uma olhada em alguns Municípios.

O Município do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que deveria aplicar 15% das receitas correntes líquidas, como critério da Emenda nº 29, do final dos anos 90, colocou sobre impostos mais transferências constitucionais, em 2010, teve sua participação com 9,1% da receita corrente líquida; em 2011, participou com 9,4% da receita corrente líquida; em 2012, participou com 9,3% da receita corrente líquida. É verdade que, para os Municípios que não têm contribuição, para Municípios que não têm outras fontes de receita, ele aplica 15% sobre impostos, o que bate, basicamente, com a receita corrente líquida. Mas os Municípios grandes, os Municípios ricos, lamentavelmente, não contribuem com 15% de sua receita corrente líquida.

Sou um daqueles, Sr. Presidente, que farão um esforço muito grande, ao lado de nossos pares, ao lado das entidades, dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal, para uniformizar esses percentuais e trazer a União a contribuir com o maior percentual que hoje é praticado pelos Municípios, ou seja, chegar a 15%. Mas que a gente tenha, com as nossas entidades e com a sociedade brasileira, esse debate para uniformizar, para evitar discurso atravessado.

A União, em 2012, participou com mais de 12% da sua receita corrente líquida, acima dos Estados. Nenhum Estado pratica 12% das suas receitas correntes líquidas, porque não entram contribuições e uma série de outras fontes.

E já que nós queremos fazer um processo – para concluir, Sr. Presidente –, queremos construir um processo que traga dinheiro novo, que traga mais responsabilidade na gestão, nós deveríamos uniformizar percentuais e critérios da base de cálculo.

Por isso espero que, daqui até a próxima quarta, quinta-feira, quando a nossa Comissão de Constituição e Justiça se reunirá para se debruçar sobre isso, Deus nos ilumine para que possamos encontrar uma proposta justa, que caiba no Orçamento e traga dinheiro novo para a saúde brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Precisamos, sobretudo, realocar prioridades”

**Paulo Davim**

*Bloco Maioria / PV-RN*

Sr. Presidente Renan, Ministra Miriam, Ministro Padilha, em nome dos quais faço a saudação extensiva a toda a Mesa.

Ministra, a minha fala é muito mais direcionada a V. Ex<sup>a</sup>, até porque o Ministro Padilha e os demais componentes da Mesa já conhecem bem os números. Dizer que o Brasil tem uma saúde subfinanciada, acho que não precisa mais, até porque, na hora em que os números apontam para US\$483.00 *per capita*/ano no Brasil, número inferior ao do Chile, inferior ao da Argentina, sem traçar um parâmetro de comparação com os países da Europa ou da América... Dizer que o Brasil investe 3,8% do PIB na saúde, o que é muito pouco, dizer que o Brasil investe algo em torno de 7% do Orçamento, todos nós sabemos. Já está mais do que provado que há um subfinanciamento.

Mas eu gostaria de falar, Ministra, que no Brasil existem dois sistemas: o sistema público e o sistema suplementar. O sistema público realiza 538 milhões de consultas/ano; o sistema privado, 240 milhões de consultas/ano. O sistema público realiza 11,4 milhões de internações cirúrgicas/ano; o sistema privado, 7,2 milhões de internações cirúrgicas/ano.

Ocorre, Ministra, que o sistema privado, o sistema suplementar investe

R\$73 bilhões para atender a 47 milhões de brasileiros; já o sistema público investe R\$138 bilhões para atender a 153 milhões de brasileiros. Ou seja, três vezes mais.

Mas o que está acontecendo agora? O sistema suplementar, operado pelos planos de saúde, está passando crise, mesmo investindo R\$73 bilhões para atender 47 milhões de brasileiros. Imagine a senhora, Ministra, o sistema público, que atende 153 milhões de brasileiros e investe R\$138 milhões. Isso é grave!

Precisamos ter a coragem de virar esse jogo. Não é justo que 153 milhões de brasileiros padeçam pela inanição crônica do investimento na saúde pública. Aí nós precisamos realocar prioridades! Não vejo alternativa. Precisamos, sim, de novas fontes, fontes adicionais – claro que precisamos –, mas precisamos, sobretudo, agora, neste momento, de uma forma emergencial: realocar prioridades! Isso, acho que a senhora pode fazer.

Fiquei até questionando os 10% do FGTS que foram mantidos, a pedido do governo. Até achava que o governo, elegendo a saúde como prioridade, Ministra, poderia ter destinado esses 10% de FGTS para a saúde. Poderia. É um sonho, mas poderia, como poderá também discutir outras prioridades. A senhora pode eleger as prioridades juntamente com o Ministro da Saúde, agora, só não podemos é continuar transferindo responsabilidade para quem já não pode mais. Os Municípios já estão numa situação insustentável; os Estados também. Chegou a hora de a União entrar com a sua contrapartida.

A discussão da Emenda 29, lá atrás, quando algumas poucas vozes reverberaram, aqui no plenário, defendendo a sua aprovação, infelizmente, pregamos no deserto. Só que, agora, existem três pontas a que precisamos dar resposta: a primeira é o Parlamento, o segundo é o Executivo, e o terceiro é o Movimento Saúde+10, movimento legítimo, uma iniciativa popular. Então, precisamos equacionar de forma que não frustre a sociedade do seu legítimo direito de reivindicar saúde digna para todos os brasileiros.

Eu espero, Ministra, que cheguemos a uma solução. Precisamos de mais fontes? Claro que precisamos! Precisamos dos 25% dos *royalties*? Claro! Dos 50% das emendas? Claro! Precisamos discutir novas fontes? Claro! Talvez o marco regulatório da mineração possa ser discutido como uma fonte. E outras fontes surgirão!

É preciso que se monte um grupo para pensar alternativas de financiamento da saúde, pensar seriamente em fontes alternativas e auxiliares do financiamento da saúde, porque, de outra forma, nós continuaremos lá atrás no *ranking* mundial no financiamento da saúde pública do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Antes de concedermos a palavra ao Senador Waldemir Moka, registramos, com muita satisfação, a presença, aqui, no Senado Federal, do Sr. Maurício Assumpção, Presidente do Botafogo.

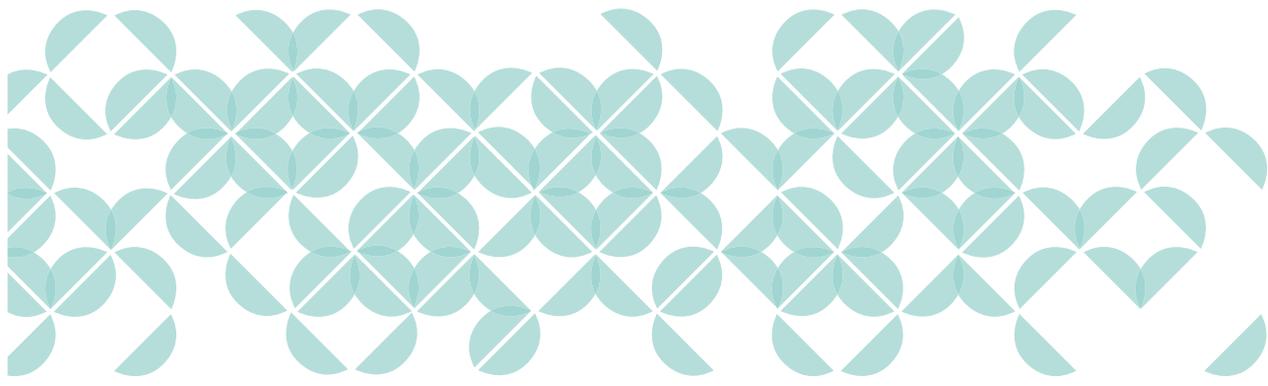
Ontem nós tivemos a péssima ideia de assistir ao jogo Botafogo *versus* Cruzeiro na casa do Senador Zezé Perrela. Deu no que deu.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Realmente, não dava certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – É uma honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

CRÉDITOS



WALDEMR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## Em defesa dos 10% do Orçamento para a saúde

**Waldemir Moka**

*Bloco Maioria / PMDB-MS*

Presidente Renan Calheiros, Ministro Padilha, Ministra Miriam Belchior, Jurandi, Ronald, Socorro e meu caro colega, também, Davim, em primeiro lugar, desculpas à Mesa Diretora. Eu presidi a Comissão de Assuntos Sociais em uma discussão sobre perícia médica, numa audiência pública requerida pela Senadora Ana Amélia, houve muitos problemas e acabamos ficando retidos lá. Peço desculpas por não estar presente desde o início, mas peguei a maioria dos pronunciamentos.

Sr. Presidente, quero gastar meu tempo para dizer uma coisa importante: nos últimos 30 anos, os percentuais de investimento da União em saúde caíram de 75%, em 1980, para 45% em 2010. São dados oficiais. Ao mesmo tempo, os Estados e Municípios passaram a investir mais percentualmente. Os primeiros, por exemplo, passaram de 18% dos gastos em saúde em 1980 para 27% em 2010. Já os Municípios, em 1980, investiam 7% de todas as despesas do setor do País, em 2010, subiram para 28%. São dados do relatório do Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, quero colocar o seguinte: quando vamos votar o projeto da iniciativa popular para os 10% para a saúde? É isso que eu quero saber hoje, aqui. (*Palmas.*) E por quê? Porque esse é o compromisso que a Comissão de

Assuntos Sociais tomou, juntamente com o Ronald e com a Socorro.

Quando o nosso Secretário esteve aqui, a primeira coisa, quando eu tomei posse na Comissão de Saúde, foi ouvir o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde dos Estados, dos Municípios e o Conselho Nacional de Saúde. E aí, juntamente com o Conselho Nacional de Saúde, já veio o Ronald com a mobilização do Saúde+10.

Então, eu acho que a energia, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é: quando é que nós vamos votar. É isso que eu quero discutir hoje, aqui, nesta tarde. Porque até hoje o Senador Humberto Costa pretende formatar uma proposta. Vocês sabem, tanto quanto eu, que ele ainda não deu conta de formatar. Não deu porque não existe uma proposta para nós.

Então, se nós não temos uma alternativa – eu sei, estou participando dessa discussão e respeito as dificuldades do governo, respeito e admiro a Ministra Miriam Belchior, que sabe do meu respeito e da minha admiração –, neste momento nós temos que estabelecer uma prioridade, e a prioridade nós vamos fazê-la politicamente. E há momentos em que a política exige essa decisão.

Eu tenho Sr. Presidente, com muita paciência, esperado essa proposta, esperado e adiado. Bom, eu vou recuando, recuando e encostei na parede, no muro, Ministro Padilha, não recuo mais.

Na quarta-feira, com a proposta do governo ou sem a proposta do governo, a menos que a Comissão de Assuntos Sociais não queira, este Presidente vai tomar uma decisão de votar uma proposta para que a gente possa, realmente, colocar este País neste nível.

*(Palmas.)*

Insisto em dizer que eu tenho o maior respeito por isso e acho que os médicos estrangeiros são bem-vindos. Vamos exagerar, nós não chegamos a cinco mil. Ministro Padilha, vamos dizer que chegamos a dez mil. Nós temos quatrocentos mil médicos brasileiros. Não serão os dez mil. Eles vão ajudar, e eu torço para que eles ajudem, sou um daqueles que torcem, mas o que vai resolver o problema é votarmos aqui um plano de carreira para que os jovens médicos possam ir para o interior deste País e ter uma carreira de ascensão.

Os nossos hospitais vão continuar super lotados, com atendimento em corredor e em maca, e o colega médico tendo que decidir quem fica na UTI e quem sai da UTI. E nós vamos resolver isso resolver, meu caro Ministro Padilha, se a gente tiver uma decisão política de alocar mais recursos. Sei

que isso é difícil, mas a decisão é política e quero, de forma muito clara aqui, colocar-me à disposição da votação desse projeto que vai melhorar consideravelmente a vida das pessoas, sobretudo dos mais pobres que vivem na periferia e que vivem realmente sem nenhum tipo de atendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## Gestão da saúde, vigilância e fiscalização

**Casildo Maldaner**

*Bloco Maioria / PMDB-SC*

Sr. Presidente, em função do adiantado da hora e, para sermos diretos, diria que a Ministra Belchior trouxe uma proposta, trouxe uma proposta que começa avançar a partir do ano que vem. É uma proposta concreta. Essa já é uma.

Dentro do espírito que o Moka focalizou agora de buscarmos saídas, escutei o nosso Líder do Governo no Congresso Nacional Pimentel falar que quarta-feira ou quinta-feira teremos alguma coisa mais concreta, semana que vem em todo caso, na CCJ, como na Comissão de Assuntos Sociais, precisamos buscar alternativas reais. Essa da Ministra Miriam, para o ano que vem, neste ano o Orçamento está decidido. Temos que dar um jeito de avançar neste ano. Agora, a partir do ano que vem já existe uma sugestão concreta.

Como é que vamos melhorar essa proposta que a Ministra está apresentando? Sinto que, hoje, inclusive, na Casa, há o espírito, o clima sentimos na pele, sentimos nas palavras, no meu Estado de Santa Catarina, que a saúde é algo que está em primeiro lugar no Brasil. A dor das pessoas que não recebem o atendimento, quer dizer, temos que encontrar uma saída. O Mais Médicos chegou bem com a ideia de levarmos lá não sei aonde, lá onde se

espera por dois ou três meses para se ter um atendimento, para buscar uma solução, quer dizer, essa saída, Ministro Padilha, é boa, mas precisamos colocar na prática o médico de família, a prevenção.

Agora, quero terminar dizendo que o clima é favorável para criarmos qualquer coisa; acho que até CPMF passaria hoje. Como temos 40% da multa para os trabalhadores – e aí era para cair os 10% – mantiveram-se os 10% e há clima. Hoje o trabalhador paga 50% de multa, quer dizer, a CNI, o setor empresarial, inclusive, no Congresso, mantiveram os 50%,

Agora, se for para aplicar na saúde, até alguma coisa de CPMF, eu acho que hoje há clima no Congresso Nacional para buscar isso e vamos resolver a saúde no Brasil. Vamos colocar o Brasil num dos primeiros dos países de primeiro mundo.

Agora, quero concluir dizendo, Ministro Padilha, Ministra Miriam, a todos nós, alguma coisa na gestão, o Mozarildo levantou, alguma coisa. O CADE tem que entrar também nesse negócio de medicamentos, a gestão de medicamentos, muita coisa você perde no andar na carruagem, quem acaba pagando é o Orçamento, é o povo, encarece. Como é que vamos fiscalizar isso para que atravessadores não ganhem muito no andar da carruagem. Eu acho que para isso nós tínhamos que ter mecanismos para cuidar, para fiscalizar, para economizar nisso.

Eu sei que existem grupos que se entendem, em todas as áreas do governo – em todas as áreas de investimento, quer infraestrutura, quer transporte há que se ter um cuidado –, agora, na saúde temos que ter um cuidado, um *software*, um programa, porque, além de roubar ali, isso é roubar a saúde também, é tirar a vida da pessoa.

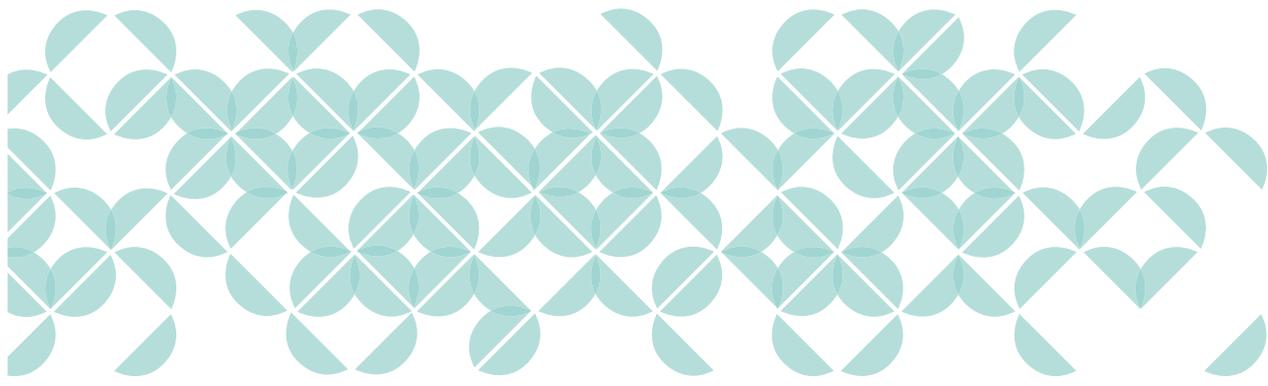
Então, eu acho que nós temos que levar mais a sério e criar um mecanismo para se acompanhar isso. E, ao mesmo tempo, eu acho que, aos profissionais de saúde, colocar uma espécie de meritocracia, de acordo com o resultado do atendimento, porque não é só preencher o ponto, não é só preencher isso, tem que haver resultado no atendimento da saúde, para o profissional se sentir responsável por isso e, sendo responsável, que ele ganhe um bônus, ganhe alguma coisa a mais, para se sentir motivado a cumprir a sua missão como profissional de saúde. Não é só profissional médico, mas é o enfermeiro, é o profissional da saúde, são todos. Eu acho que isso vale a pena, pega bem e o povo aplaude, para ele se sentir fortalecido.

Então, a gestão da saúde, a vigilância e a fiscalização são questões que eu quero deixar aqui, porque eu ouço isso por onde a gente anda. Eu acho que aí nós lavraríamos um grande tento para procurarmos encontrar caminhos mais reais nesse sentido.

São poucas ponderações, mas não poderia deixar de expor aquilo que me passa à cabeça, aquilo que eu ouço, aquilo que a gente sente todo dia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, Líder da Bancada do PT no Senado Federal.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Ministros trouxeram o compromisso do governo”

**Wellington Dias**

*Bloco Apoio Governo / PT-PI*

Sr. Presidente, também quero comemorar este momento do debate temático. Já tivemos, aqui, debates sobre a reforma eleitoral; hoje, sobre o financiamento do sistema de saúde; e, provavelmente, na próxima quinta, vamos tratar da reforma tributária, enfim, de temas sobre dívida, ICMS e outros relacionados ao Estado.

Mas eu queria fazer um destaque na linha do que disse o Senador Casildo. Ao saudar todos da Mesa, eu queria dizer que a presença, hoje, da Ministra Miriam Belchior e do Ministro Padilha, trazendo uma proposta para a Presidente, é um fato que não pode passar despercebido em razão dos graves problemas que nós temos.

Foi mostrado, aqui, o Sistema Único de Saúde, mas, como não temos tantos exemplos e modelos no mundo, fica difícil percebermos suas dificuldades.

Na fala, parece-me, do nosso representante dos secretários, Dr. Jurandi, ele se lembrava dos Estados Unidos da América, país considerado o mais rico do mundo, em que 50 milhões de pessoas estão numa situação dramática, sem assistência. Imaginem, então, na Índia e em outras regiões do mundo.

Então, eu cito isso para mostrar que o que queremos mesmo é fortalecer esse sistema. Eu reconheço, como disse o Senador Mozarildo e o Senador Casildo, a importância de caminharmos na direção da gestão. Eu confesso que – e sempre estou com o Ministro Padilha – não entendo como é que não temos o cartão SUS implantado em um modelo adequado para sabermos cada procedimento, podermos planejar, podermos ter uma natural forma de compensação.

Hoje, o sistema é perverso. Se alguém o melhora, vem todo mundo para aquele local, e ele piora. É um sistema que está proibido de melhorar, porque não temos um modelo que valoriza os que vão melhorando.

Eu cito a minha Teresina, onde há um sistema excepcional, que é obrigado a atender, em alguns lugares, por várias vezes, a população, com os repasses que recebemos, só porque funciona melhor do que outros da região.

Quer lembrar ainda que temos de trabalhar a promoção da saúde. Nesse ponto, tenho divergências com os próprios movimentos sociais. Como é que resolver o problema de água não é uma política de saúde? Como é que resolver um problema de saneamento não é resolver problema de saúde? Como é que resolver problema de lixo não é resolver problema de saúde? Ou seja, temos que atacar as causas. Aliás, a proposta dos 10% do FGTS é para resolver problema de habitação e resolver problema de saúde.

Estive agora em Colônia do Piauí, comunidade em que há uma expectativa de vida baixa por conta do barbeiro, transmissor da doença de Chagas. Se não há o programa de habitação, as pessoas permanecem em situações como essa.

Aqui alegre-me a presença, Sr. Presidente, meus colegas Senadores, de um jovem médico brasileiro de São João do Piauí, beneficiado pelo programa Mais Médico – ele me deu até o seu nome, que faço questão de dizer aqui, Vilmar Filho, porque acho que merecem todo o nosso carinho os médicos brasileiros em primeiro lugar, como deseja a Presidenta Dilma, o nosso Ministro e a nossa equipe –; e também a presença de um médico cubano, um dos que nos escreveram.

E registro que serão construídas duas unidades de saúde novas, duas UBSs: uma tipo 2, no Alto Sertanejo, em São João do Piauí, na cidade; e uma tipo 1, em Lisboa, Ministra Miriam Belchior, que vai receber agora mais 200 famílias pelo PAC no programa de irrigação Marrecas-Jenipapo, em São João do Piauí, que é a cidade dele.

Destaco ainda mais três reformas: uma na zona rural, na comunidade Grajau, e duas na cidade, na região do Barro Vermelho e da Vila Foca.

Por que estou citando esse exemplo concreto? Porque essa é uma realidade do Brasil. Estou viajando todos os dias em meu Estado e vendo a mudança. Eu acho que tivemos avanços e podemos ter avanços.

Então, comemoro hoje, aqui, a presença do governo da Presidenta Dilma, através de dois importantes e laboriosos Ministros, respeitados pela competência e pela capacidade de articulação, a Ministra Miriam Belchior e o Ministro Padilha, para dizer algo novo.

Pela primeira vez – lembro o Presidente Lula –, nunca antes na história um governo sequer admitiu fixar um percentual mínimo para a saúde. Foi o que aconteceu aqui hoje. Os Ministros trouxeram ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, neste ato histórico, o compromisso do governo.

A exemplo do que ocorre, como parâmetro, nos Estados e nos Municípios, tem razão o Senador Pimentel: precisamos rever a receita corrente líquida, porque senão fica desigual com os Municípios pequenos, onde a receita corrente líquida é de 15% mesmo, porque só tem fundo de participação, só tem um pouquinho de ICMS. Assim, são 15% da receita mesmo. Agora, como é que os Municípios mais desenvolvidos não são também uma base de referência?

Então, quero aqui comemorar. Acho importante este debate, que certamente vai nos ajudar a contribuir para sacramentar essa proposta. Aliás, esse é um passo, como a Presidenta disse na reunião com os Senadores quando foi lançada a proposta. Podemos começar por esse patamar de 15%, e, encontrando alternativas de receitas, nós temos toda a prioridade para prosseguir.

Nós estamos falando de algo em torno de R\$25 bilhões para 2014, 2015, pelos planos aqui apresentados de recursos para a saúde, o que é fundamental inclusive para as coisas que foram citadas.

É preciso reajustar a tabela do SUS? Sim. Todo mundo sabe disso. Mas o reajuste não deve ser só para laboratório; vamos começar pela consulta médica. Há dificuldades em algumas áreas e também em tantos outros setores, como é o caso da média e da alta complexidade, que se abordou aqui. Agora, precisa haver dinheiro. Definir como melhorar a gestão acho que é o caminho, e o Congresso, com certeza, vai trabalhar com muita prioridade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Inácio Arruda, nós gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença, nas galerias do Senado Federal, dos alunos do Ensino Fundamental do Sesc, de Goiânia.

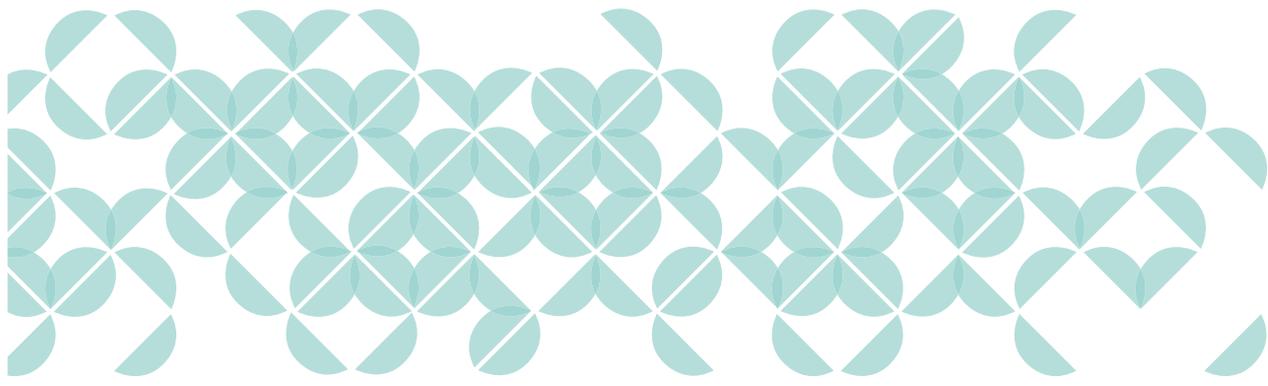
Sejam bem-vindos!

E gostaria também de comunicar ao Senado e ao País que a minuta do anteprojeto do Código Comercial, elaborada por uma comissão de juristas instituída pelo Senado, está disponível para consulta pública da sociedade, a partir de hoje, até o dia 18 de outubro, pelo Portal e-Cidadania. Qualquer cidadão, em qualquer parte do Planeta, pode acessar o portal na página do Senado e deixar a sua contribuição para enriquecer ainda mais essa atualização, essa revisão que está sendo proposta do nosso Código Comercial.

Todas as sugestões e manifestações feitas pelos cidadãos ficarão visíveis no Portal e-Cidadania para qualquer internauta. Após o período de consulta, a Comissão de Juristas se reunirá para analisar todas as sugestões recebidas.

Essa consulta pública é mais um mecanismo de interatividade e de diálogo que o Senado oferece à sociedade para que, cada vez mais, a sua atuação seja democrática e transparente. E houve fundamentalmente um compromisso desta Mesa, assumido aqui com todos, de que nós instituiríamos uma comissão para fazer a revisão do Código Comercial brasileiro, o que é fundamental para o desenvolvimento das relações empresariais e para o consequente crescimento da nossa economia.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.



WALDEIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Fim da CPMF foi um crime contra o povo brasileiro”

**Inácio Arruda**

*Bloco Apoio Governo / PCdoB-CE*

Sr. Presidente; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; nossos colegas, amigos com quem travamos já há um bom tempo a batalha política do Brasil, Ministro Padilha e Ministra Miriam – caminhamos juntos há muitos anos, um bom tempo na oposição e, agora, com a responsabilidade de governar –; nossos colegas Jurandi, Paulo Davim, Socorro e Ronald, Coordenador do Saúde+10, eu vejo que nós travamos algumas batalhas grandes no Brasil.

Constituir o SUS foi uma dessas grandes batalhas e uma vitória extraordinária, levando a essa situação que o Ministro Padilha e a Ministra Miriam demonstraram aqui: o Brasil é um país que tem um sistema de saúde que permite realizar um programa de imunização para prevenir algumas doenças que atingem grande parte da população mais simples e mais pobre. Então essa é uma conquista, fruto de muita luta nossa.

Na Constituição de 1988, conseguimos elevar o SUS a essa estatura, porque a Constituição passou a ordenar esse programa do Sistema Único de Saúde, e tratamos de buscar fontes de recursos, de ampliar os recursos da saúde no Brasil.

Mas essa não é uma batalha fácil; essa é uma luta dura, que reflete a decisão

política, reflete a compreensão da sociedade. A compreensão da sociedade em relação à CPMF, por exemplo, foi a de que era ruim, porque se propagou isso. Uma parte da elite brasileira, que muitas vezes não acessa o sistema público do Brasil, nem o privado – acessa fora do País –, se empenhou em retirar recursos da saúde.

Eu considerei aquela quinta-feira, 13, fria, porque foi numa quinta já, na madrugada. Aqui, o plenário estava gelado. E a sociedade foi contaminada por uma parte da mídia, a mesma mídia brasileira que é contra um projeto mais avançado, mais progressista, de distribuição de renda, que falou da questão das empregadas domésticas, dizendo que não tinha de haver décimo terceiro salário para empregada doméstica. Essa turma trabalhou para contaminar a opinião pública brasileira para que ninguém viesse para as galerias no dia daquela votação. Ficou aqui meia dúzia de empresários – porque havia uns empresários que eram a favor de manter –, fazendo um corredor polonês para os Srs. Senadores e as Senadoras, até se conseguir derrubar a CPMF naquela madrugada. Eu considerei um prejuízo e um crime contra o povo brasileiro. Foi algo criminoso: nós retiramos R\$40 bilhões do orçamento do ano seguinte. Foi uma facada dura, Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Ministros. Isso foi feito aqui, no Senado Federal.

Eu até fiquei animado com a proposta de Casildo, frente à nova realidade. No Brasil, é claro, qualquer discussão sobre tributo é ruim, porque tributo é imposto, não é dívida – só damos dívida para a Igreja –, pois se é obrigado a pagar aquele tributo. Eu quero alcançar os 10%; e quero, se possível, da Receita Corrente Bruta, é claro.

Mas eu tiro de onde? Eu vou tirar de onde? Não só do crescimento da receita, porque a receita não cresce só por milagre. A receita precisa de fonte para que ela possa se materializar. De onde eu vou tirar? Se nós conseguirmos manter a economia crescendo, vamos melhorar a receita, mas, muitas vezes, precisamos de fontes. Nós temos dois tributos que podemos examinar. Eu não tenho receio de propor que se retome a CPMF, não. Eu sou como Casildo. Se houver clima entre nós – e parece que há – e quem tenha disposição de apresentar, eu acho que deve apresentar, sim. Não deve ter receio, não. É decisão política, é debate com a sociedade, é enfrentar o debate de que nós podemos fazer. Podemos dialogar e oferecer a oportunidade de se ter um tributo com vinculação à saúde pública. E o outro está tramitando.

Saiu daqui do Senado a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, sobre as grandes fortunas. Provavelmente, não há nenhuma aqui no Senado; então, não vamos ter problemas com o imposto sobre grandes fortunas. Acho que na Câmara também não vai haver problemas. É um adicional. Nós conseguimos 8 bilhões aqui, 8 bilhões ali; pegamos um pedaço das transferências agora de *royalties* e vamos somando, para que possamos

alcançar o valor necessário que permita ao Brasil garantir um programa de médico. E pedi ao Ministro Padilha que conversasse com o nosso colega da educação e com o nosso colega também do Senado Federal, o Mercadante, para que pudéssemos colocar os hospitais universitários com as suas emergências reabertas, porque muitos fecharam as suas emergências.

E, para conseguir isso, há muito que fazer: a área de medicamentos, a produção de medicamentos, nós ainda importamos muitos medicamentos; os princípios ativos, nós importamos tudo para produzir no Brasil, é 100%. Para conseguir avançar, meu caro Casildo, tem de ter coragem de enfrentar esse debate com a sociedade e ganhar a sociedade. Porque, naquele dia, naquela quinta-feira, se nós tivéssemos essas galerias lotadas do povo brasileiro, o corredor de meia dúzia de empresários não teria virado o voto de muita gente aqui, no Senado Federal.

Por isso, estou de acordo com o encaminhamento de V. Ex<sup>a</sup> e acho que nós deveríamos encontrar um meio. Estou também de acordo com o Senador Moka: vamos votar, mas vamos votar numa proposta que nos permita começar a avançar e encostar naquilo que é necessário para dar saúde boa para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Vou conceder a palavra, em primeiro lugar, à Ministra Miriam Belchior.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

---

**A SR<sup>a</sup> MIRIAM BELCHIOR** – Obrigada, Presidente. Vou tentar ser bastante rápida. Vou me concentrar em quatro questões, uma delas, do Senador Suplicy. Em função do horário, como o Senador Pimentel, em seu discurso, relatou o que aconteceu quando da perda da CPMF, eu vou considerar a resposta já dada e vou seguir para as outras questões que me parece importante abordar aqui.

Como se conversou bastante aqui sobre a CPMF, acredito, assim como alguns dos Senadores que aqui falaram, pelo menos o Senador Pimentel e o Senador Inácio Arruda, que acaba de falar, que foi uma madrugada triste para a saúde e para o povo brasileiro. Porque, infelizmente – concordo um tanto com a avaliação de conjuntura da época que o Senador Inácio Arruda fez aqui –, escolheu-se, naquele momento, retirar recursos da saúde ao invés de aperfeiçoar a vinculação que existia à saúde. Acho que a escolha poderia ter sido a de como melhorar os mecanismos de controle para que

os recursos da CPMF fossem destinados, de fato, à saúde. Acho que não foi uma boa escolha para o País.

Segundo, eu queria também ressaltar um aspecto da fala do Senador Pimentel, porque me parece, Secretário Frutuoso, que em sua fala o senhor situa a questão da vinculação de recursos que só o primo rico não tem uma vinculação, e pareceu-me tratar como se a base de cálculo que é usada para Estados e Municípios fosse a mesma que está sendo proposta para o Governo Federal, tanto a receita corrente bruta como a receita corrente líquida, qualquer das duas é bastante superior à base de cálculo que existe para Estados e Municípios. Acho que é importante a fala do Senador Pimentel porque, às vezes, dá uma confusão. Não, vamos usar o mesmo percentual, só que o percentual está sendo aplicado por bases muito diferentes. Então, não é a mesma coisa, 15% sobre a base de cálculo de Estados e Municípios nem em relação aos 10 da receita bruta, nem entre 15, 18 ou qualquer outro elemento da receita corrente líquida. Acho que isso é importante fixarmos aqui.

A minha terceira questão, também, Secretário Frutuoso, concordo que é necessário ter coragem para enfrentar essa questão do financiamento da saúde, mas não basta coragem. Um exército que só tenha coragem corre enorme risco de ser derrotado. Precisamos também ter os pés no chão, conhecer a realidade como um todo. O senhor, na sua fala, disse: “é importante rever prioridades”. E acho que é necessário fazer essa discussão. Eu estava comentando aqui com a Presidenta Socorro que é verdade, a assistência social cresceu oito vezes. E ela concordava comigo, cresceram oito vezes os recursos na assistência social. No entanto, a assistência social era terra arrasada, podíamos dizer que ela não existia no âmbito do Governo Federal. Enquanto a saúde, felizmente, há muito tempo, tem algumas regras de proteção – insuficientes, concordamos todos, em função da necessidade de recursos.

Da mesma forma, o senhor falou aqui sobre a possibilidade de a multa do Fundo de Garantia ser utilizada para a saúde. Primeiro, o recurso não é do Orçamento, é do Fundo de Garantia; não é uma receita orçamentária, só por isso ela já não é uma proposta factível. Além do que prejudicaria a produção habitacional para a população de baixa renda no nosso País, que é fundamental e, inclusive, garante melhores condições de saúde para a população, especialmente àquela que hoje vive em áreas de risco – beira de córregos e encostas.

Por isso eu acho que essa discussão merece coragem mesmo de apontar que outra prioridade deve ser cortada para atender a da saúde.

Para terminar, acredito que, assim como em outras ocasiões, esse diálogo

entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade, o movimento organizado do nosso país tem condição de, com coragem, com os pés no chão, ser capaz de construir uma solução possível para esse momento, calcada em todos os nossos desejos, mas também na realidade do nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos à Ministra Miriam Belchior.

Concedo a palavra ao Ministro Alexandre Padilha.

---

**O SR. ALEXANDRE PADILHA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço não só as falas dos representantes da Mesa, do Conass, do movimento Saúde+10, da Socorro, a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, mas a fala e o debate de todos os Senadores e todas as Senadoras. Quero agradecer, mais uma vez, a possibilidade de a Saúde ser um tema central e ocupar a preocupação e a prioridade de todos aqui não só Senadores e Senadoras, mas da sociedade também.

Quero responder, em primeiro lugar, uma pergunta feita pelo Senador Eduardo Suplicy, Senador do meu Estado. É bastante apropriada a pergunta que o senhor fez porque hoje, pela manhã, o Ministério da Saúde, através da Fiocruz, e o Ministério da Justiça acabamos de apresentar o maior balanço, a maior pesquisa detalhada já realizada sobre o uso do *crack*. E eu digo, sem medo nenhum de errar, que não é só a maior pesquisa já feita no Brasil, nenhum país do mundo, nenhuma instituição de pesquisa do mundo fez a pesquisa que a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) realizou sobre o *crack* no Brasil, como nós fizemos agora.

Uma pesquisa que tem duas grandes abordagens, Senador Eduardo Suplicy. De um lado, fazer de fato uma estimativa: qual deve ser o número ou a proporção de usuários de *crack* no nosso país, com uma metodologia muito apropriada, acompanhada, inclusive, por pesquisadores de outros países para que a gente tenha um mapeamento.

E essa estimativa chama a atenção para algumas questões: primeiro, a estimativa muito concreta de termos 375 mil, quase 380 mil usuários de *crack* no Brasil, só nas capitais – usuários regulares, ou seja, não a pessoa que usa pontualmente, eventualmente, mas usuários regulares do *crack*.

Um outro dado: há uma presença muito forte do *crack* na Região Nordeste e

na Região Sul do nosso País, Senadora Ana Amélia. Às vezes, a imagem que pode existir é de que há prevalência maior na Região Sudeste do País. Esses dados divulgados pela Fiocruz hoje mostram uma presença muito forte no Nordeste e no Sul do nosso País. Quase 14% dos usuários são crianças e adolescentes, usuários regulares – quero reafirmar –, não usuário pontual.

Uma preocupação muito grande, Senadora Vanessa Grazziotin, é sobre as mulheres. Várias das mulheres que usam *crack* são vítimas de violência, violência sexual ou outros tipos de violência, e muitas delas com gravidez repetida.

Então, pela primeira vez, a gente tem um retrato muito claro da proporção dos usuários de *crack* no País, além de outros dados dessa pesquisa divulgada pela Fiocruz, o que só reforça a política, o programa Crack, É Possível Vencer, lançado pela Presidenta Dilma no final do ano de 2011. Nós temos que ter um grande esforço, não de medidas pontuais, às vezes midiáticas, mas uma política consistente que combina ação de segurança, da autoridade, do forte combate ao tráfico e aos traficantes, garantir espaços seguros nas nossas cidades, até para os profissionais de saúde poderem atuar, com uma forte política de prevenção.

Um detalhe muito importante é o que mostra que crianças e adolescentes que usam *crack* saíram da escola. O Ministério da Saúde já vinha ensaiando essa possibilidade, e tomamos uma decisão muito concreta a partir dessa pesquisa, de podermos tratar dos temas de autoestima da criança, do desenvolvimento da criança, de prevenção em relação ao uso de drogas já em faixas etárias menores, nas escolas, para que a gente possa tratar essas ações de autoestima, para que a criança construa um caminho longe das drogas, se afaste do risco das drogas, com as ações de prevenção e as ações de cuidado.

O Ministério da Saúde colocou R\$2 bilhões disponíveis para Estados e Municípios desde 2011. Nós temos que ter um grande esforço junto com os Estados e Municípios – o Jurandi Frutuoso sabe – de ampliarmos os serviços ainda mais. Já ampliamos. Em 2010, nós tínhamos serviços suficientes para cuidar de 400 mil dependentes químicos. Hoje, os serviços que nós abrimos nesses dois anos já dão conta de atender 40 milhões de brasileiros e brasileiras dependentes químicos. Não só do *crack*, mas de outras drogas muito mais graves, como, por exemplo, do álcool, que é a droga mais grave em relação à dependência que nós temos no País. Então, já foi um avanço grande sair de 400 mil para 40 milhões de possibilidades de atendimento, mas nós precisamos avançar muito mais, muito mais.

E a integração que o programa Crack, É Preciso Vencer mostrou: só a saúde, sozinha, não enfrenta todos os problemas relacionados ao *crack*. Essa

pesquisa mostra, por exemplo, que os equipamentos que um usuário, dependente químico, mais demandaria – ele fala isso –, mais gostaria de ter, seriam pontos de apoio para alimentação local, para se limpar, para banho, um acolhimento nessas cenas de uso, nessas localidades de uso do *crack*. Então o próprio Ministério da Saúde decidiu lançar, a partir de hoje também, mais uma oportunidade para os Municípios de construção de espaços como esse, mais atuação da política social, da assistência social, das comunidades terapêuticas, das instituições religiosas. Será decisivo para que a gente possa cuidar e aliviar o sofrimento de jovens e de seus familiares em relação ao *crack*.

Então, a pesquisa só reforça a gravidade do problema, de que nós temos uma epidemia de *crack* no País, de que a política está correta, mas que nós precisamos, na parceria com os Estados, Municípios e com a sociedade, avançar muito mais para oferecer serviços que aliviam o sofrimento dos jovens e, sobretudo, dos seus familiares.

Quero dizer que as falas dos vários Senadores e Senadoras só reforçaram para mim um debate importante de que nós precisamos ter orçamento crescente na saúde, mas nós temos que ter, de forma combinada, muito esforço para combater desperdícios, como disse o Senador Mozarildo, e saber exatamente para onde nós devemos crescer o Orçamento da saúde.

O Senador Mozarildo falou aqui, o Senador Wellington também, sobre o cartão SUS, a importância da implantação do cartão SUS. Nós fizemos uma tecnologia, uma nova ferramenta, onde todos os hospitais possam ter acesso ao cartão SUS, são 140 milhões de brasileiros que já têm o seu nome no cartão SUS. Isso permitiu, por exemplo, a recuperação dos recursos do plano de saúde para o Sistema Único de Saúde, outras ações de combate ao desperdício, de combate à corrupção, como disse o Senador Mozarildo, economia de R\$3 bilhões na compra de medicamentos, só nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro uma economia de R\$140 milhões anuais, um grande esforço que nós precisamos fazer.

Por isso, a importância de, junto com um debate do financiamento – o Senado já caminha bastante acelerado em relação a isso –, uma lei de responsabilidade para a saúde que estabeleça meta, responsabilidades, capacidade de gestão para cada gestor, para que o recurso seja crescente, seja bem aplicado.

E um outro debate, Senadora Ana Amélia, que tem a ver com isso: nós precisamos fazer escolhas. Entre escolher financiar exame e financiar internação que resolva o problema da população, entre escolher financiar uma glicemia e financiar o cuidado, a equipe que vai cuidar do diabético e colocar o remédio para diabetes de graça, nós optamos por financiar mais a

assistência farmacêutica e o cuidado integral.

Este é um debate importante quando estamos discutindo a ampliação dos recursos da saúde: de que não coloquemos mais recursos, mas, para reproduzir um modelo em que esses recursos virão não necessariamente para cuidar melhor das pessoas, podem vir para multiplicar a realização de exames. Uma pessoa que entra num hospital não quer saber quantas glicemias ela fez, quantos hemogramas ela fez, ela quer ter um problema de saúde, uma cirurgia para fazer, um problema grave de saúde e sair com seu problema resolvido.

Nós optamos por, em vez de financiar procedimento isolado, passar a financiar a resolução do problema de saúde. Foi isso o que eu mostrei aqui, quando, em vez de ampliar recursos para exames isolados, nós optamos por aplicar três vezes mais recursos no incentivo de contratos das secretarias municipais com os hospitais filantrópicos, que são contratos estabelecidos por metas de qualidade, em que ganha mais – exatamente aquilo que o Senador Casildo Maldaner falou – quem tem ganhos na qualidade do atendimento. Então, acho que esse é um debate muito importante sobre o modelo de financiamento. Nós queremos colocar mais recursos, mas precisamos direcionar esses recursos para aquilo que faça um atendimento integral às pessoas, ao resultado do atendimento, ao desempenho do atendimento e não uma coleção de procedimentos que possam ser realizados.

Eu queria agradecer, mais uma vez, ao Presidente Renan Calheiros e ao Senado Federal por mais esta oportunidade de debatermos a saúde de nosso País.

Muito obrigado.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Antes de encerrar, eu consulto a Sr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Souza, o Sr. Jurandi Frutuoso e o Sr. Ronald Ferreira se desejam fazer uso da palavra para rápidas considerações. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Ronald Ferreira.

**O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS** – Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome do movimento, a oportunidade de trazer aqui a representação de mais de 2,2 milhões brasileiros que têm uma proposta concreta para o problema do financiamento, e dizer, como reiterou aqui o Senador Moka, que nós entendemos que se trata de um debate político, de uma definição política.

Cada espaço da República a que a democracia nos permite tem suas funções: o governo, o de governar; o parlamento, o de legislar, e o movimento social de cumprir seu papel de ocupar as praças e as ruas para ver suas reivindicações serem atendidas.

Agora, na oportunidade da passagem dos 25 anos da Constituição e do Sistema Único de Saúde, tenho convicção de que o conjunto das organizações que trouxeram e coletaram 2,2 milhões de assinaturas irá ocupar as praças, as ruas, as igrejas, os templos e os diversos espaços públicos do Brasil para reafirmar uma proposta exequível, que, inclusive, a Ministra apresentou sua dimensão, sendo possível chegar ao número de 39 milhões. Há possibilidade concreta.

Esperamos que este parlamento, o Congresso Nacional, consiga dar respostas, fazendo com que esta iniciativa, apresentada pelo povo brasileiro ao parlamento, por intermédio de uma iniciativa popular, tenha seu trâmite apreciado. Neste momento, o movimento espera que seja apreciado de forma urgente/urgentíssima a contribuição da sociedade brasileira.

Agradeço, novamente, a oportunidade de estar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Maria do Socorro.

**A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA** – Obrigada, Senador.

Mais uma vez, quero parabenizar a iniciativa. O Conselho Nacional de Saúde reconhece que o Senado tem tido um ambiente bastante qualificado para fazer determinados debates, sobretudo os da saúde. Precisamos elogiar sempre, porque isso ajuda a recuperar a credibilidade desta Casa e da Câmara Federal junto à sociedade. Essa metodologia também demonstra o quanto há de aproximação da agenda política da sociedade com a agenda também dos poderes instituídos.

O que eu senti aqui, Presidente, é que há bastante vontade política e autonomia desta Casa de vir ao encontro de nossa reivindicação. Percebi, na fala da maioria dos Senadores, que eles apostam exatamente na autonomia do Senado, na capacidade crítica e na colocação de nosso projeto de iniciativa popular como referência. Por que coloco isso? Acho que os próprios diagnósticos que o governo traz aqui já mostram que foram feitos investimentos e que mais precisam ser feitos.

Agora, o que nos preocupa é ainda a proposta do governo, Ministra Miriam e Ministro Padilha. Por quê? Porque se for trazida a vinculação, de forma unificada, com relação à receita corrente líquida, em um País onde a economia ainda é muito atingida, muitas vezes, pelas regras internacionais; num

país onde a prioridade ainda da política econômica é o gasto mesmo com a dívida pública; num país onde o governo tem apenas 13% do poder discricionário sobre o Orçamento da União; nós nos preocupamos, Senador Pimentel, extremamente, com essa possibilidade de unificar que a receita corrente líquida seja a referência para pensar o Orçamento da Saúde. Não podemos improvisar, mais uma vez, Senadores, essa discussão.

Então, se estamos querendo colocar uma regra estável, se queremos garantir a credibilidade, temos toda a disposição de escalonar, Ministra, pensar no escalonamento, pensar no ajuste fiscal, com o ajuste também econômico. Agora, não dá para pensar que temos uma condição econômica no País de investir em uma regra como essa.

Então, nós não fizemos reforma tributária, nós temos simplesmente 13% do poder discricionário da União sobre o Orçamento; nós temos uma economia ainda muito exposta a essas questões externas, então, como vamos colocar isso? Pode, inclusive, aqui, esta Casa contribuir com o retrocesso daquilo que hoje está vigente. Então, essa é uma preocupação que precisamos colocar.

Finalizo, reiterando muitas das falas aqui. Acho que é vontade política, mas são também condições concretas de ter respostas. E, aí, já colocamos: a Casa já tem uma discussão acumulada sobre a taxação das grandes fortunas; a Casa já tem uma discussão acumulada sobre a reforma tributária; a Casa tem discussão acumulada sobre a isenção fiscal de setores econômicos do País que, inclusive, afetam a saúde. Por que não discutir aqui as indústrias de fumo? Por que não discutir aqui as indústrias de agrotóxico? Porque isso também tem um grande impacto na saúde da população. Então, qual é a responsabilidade que esses setores econômicos terão com a saúde brasileira? Então, saídas há, alternativas há.

Então, nós apostamos na autonomia desta Casa e também na autonomia da Câmara Federal para realmente discutir sobre outras bases.

Ministra, com todo o respeito, sei do seu papel. Quero também reconhecer aqui o papel importante, a prioridade que o Ministro Padilha deu a este debate, junto com a Miriam Belchior, nossa Ministra. É muito importante também vocês terem ficado aqui. Isso mostra uma disposição também do governo, em respeito a essa pauta. Agora, é preciso colocar a equipe econômica. Nós sabemos que vocês dão murro em ponta de faca também com a equipe econômica. Então, queremos, sim, discutir, mas que esse não seja o patamar da possibilidade de negociação.

Muito obrigada.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Senador Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, quero registrar que a base de cálculo da receita corrente bruta só difere da receita corrente líquida porque tiramos a parte inconstitucional. Qualquer indivíduo que minimamente compreender de orçamento e da Constituição sabe que a União não pode se apropriar das transferências constitucionais dos Estados e Municípios.

Portanto, debatedora Sr<sup>a</sup> Maria do Socorro, se existe uma regra clara, segura e transparente, é receita corrente líquida. Tudo que a senhora disse vale no discurso, mas, quem entende de orçamento compreende a sua colocação. Não procede.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sr. Jurandi Frutuoso, com a palavra, rapidamente, para encerrar.

**O SR. JURANDI FRUTUOSO** – Estou agradecido, Senador Renan, pela oportunidade que foi única até aqui – pelo menos no tempo que vivi na saúde pública, que não é pouco tempo – de fazer um debate dessa qualidade; Ministra Miriam, por ter vindo aqui também. É a primeira vez que o Ministério vem aqui debater, abertamente, com a gente sobre esse assunto; Ministro Padilha, pela sua coragem – está sempre presente.

Bem rapidinho, vou dizer alguns estigmas: o primeiro, década de 70, a máfia de branco na imprensa, era a criação de um cenário para a invasão de um plano de saúde; segundo estigma, CPMF não é para a Saúde – criou-se a condição para que ela morresse aqui no dia 13 de dezembro de 2007, sob pressão de poucos e para desgosto de muitos; terceiro estigma, o problema da Saúde é gestão e financiamento. Isso é a desculpa de quem não quer botar dinheiro novo.

(Palmas.)

Há problema, sim, mas é preciso botar dinheiro novo. E aí, fico satisfeito, porque, pela primeira vez, também, aqui ninguém disse que a Saúde não precisava de dinheiro novo.

Portanto, fico satisfeito, agradeço pela oportunidade e espero que tenhamos a coragem – novamente repito – de debater essa necessidade à altura da condição e do respeito que merece o povo brasileiro.

Um abraço e obrigado.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB-MS) – Sr. Presidente, quero formular a V. Ex<sup>a</sup> uma pergunta bem direta: votada na Comissão de Assuntos Sociais uma proposta que dê resposta a essa questão do financiamento da Saúde, V. Ex<sup>a</sup> reuniria o Colégio de Líderes para que pudéssemos trazer a proposta para ser votada no Plenário do Senado?

Acho que essa audiência pública, esse debate tem que terminar também com uma questão objetiva: quando é que vamos votar. Porque, às vezes, você tem uma proposta e ela pode ser rejeitada, o que não pode e não deve existir é nos omitirmos de votar uma proposta aqui que possa dar resposta a toda essa mobilização e a todo esse esforço. Estou convencido de que o País tem um monte de problemas, mas o mais agudo, o mais difícil e que mais prejudica realmente a população, sobretudo os mais pobres, é exatamente essa questão da saúde.

Então, formulo a V. Ex<sup>a</sup> uma pergunta direta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Eu queria, antes de encerrar a presente sessão, dizer ao Senador Moka e aos Senadores e Senadoras que, como todos sabem, o processo legislativo caminha mais rapidamente pelo consenso, pelo diálogo, pelo entendimento.

Essas sessões temáticas, inclusive, são feitas para que possamos queimar etapas com relação ao consenso e, como consequência, votar as matérias.

É evidente que essa coisa já amadureceu bastante. Todos colocaram isso aqui, e, se não houver um consenso de lado a lado, vamos ter, sim, que, rapidamente, como pede o Senador Moka, pautar a votação da matéria.

Esta sessão temática é mais um compromisso com relação a essa agenda de interesse do Brasil.

Cumprida a finalidade da sessão, eu queria agradecer a presença de todos e a maneira como colaboraram para o aprofundamento do debate, a fim de que tenhamos mais condições ainda de decidir sobre uma questão fundamental para o País que é o financiamento da saúde.

Antes de encerrar, eu gostaria de lembrar que vamos começar imediatamente a Ordem do Dia de hoje, e teremos, pelo menos, duas votações importantes a realizar: a do projeto de lei que estabelece regras para o funcio-

namento das loterias, o chamado Projeto de Lei dos Lotéricos...

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – ... e também a do projeto de lei que é uma resposta que o Senado dá à sociedade brasileira sobre o “racha” no trânsito, cuja urgência foi pedida ontem pelo Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Muito obrigado.

Agradeço, mais uma vez, pela presença de todos.

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 29 minutos.)*



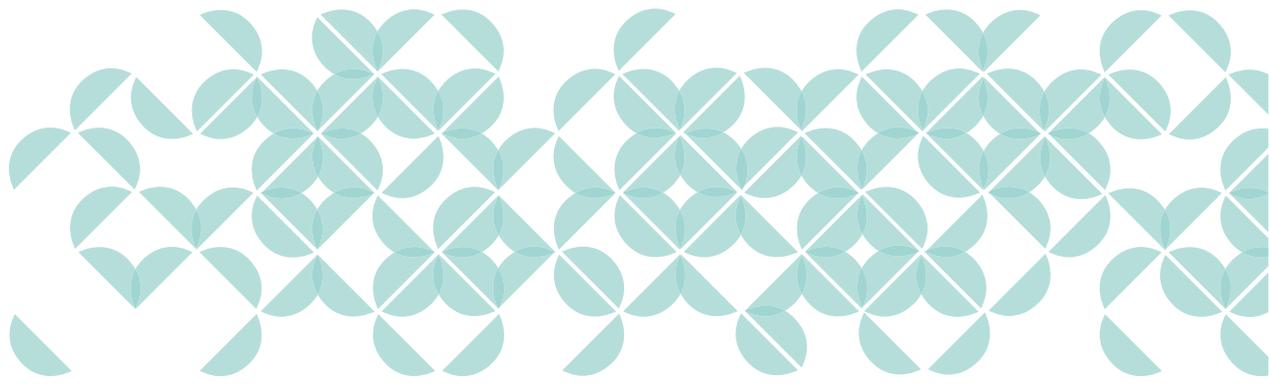
# Pacto Federativo

24/10/2013

Íntegra do Debate

SENADO FEDERAL



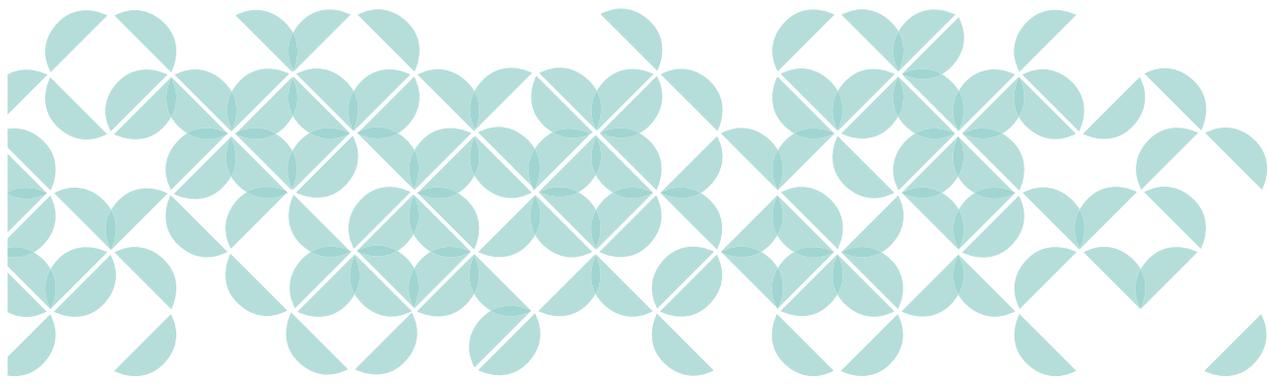


WALDEDIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Governador Sinval Barbosa, senador Walter Pinheiro, ministro Guido Mantega, senador Renan Calheiros, senador Lindbergh Farias e governador Teotônio Vilela Filho durante sessão temática sobre pacto federativo



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## Pacto deve atender a todos os entes federados

**Renan Calheiros**

*Presidente do Senado / PMDB-AL*

Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão, como todos sabem, destina-se a debater o tema “Pacto Federativo”.

Já contamos, na nossa Mesa, com a honrosa presença do Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega; já contamos também com a honrosa presença do Senador Walter Pinheiro, que propôs a realização desta sessão de debates temáticos; já contamos também, na nossa Mesa, com a honrosa presença do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido, com satisfação, para compor a Mesa o Ex<sup>mo</sup> Sr. Governador do Estado do Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa. *(Pausa.)*

Convido também para compor a Mesa, com muita satisfação, o Ex<sup>mo</sup> Sr. Governador do Estado de Alagoas, Teotonio Vilela Filho. *(Pausa.)*

Inicialmente, Srs. Senadores, nós gostaríamos, desde já, em nome de todo o Senado, de agradecer a presença do Ministro Guido Mantega e dos Ex<sup>mos</sup>

Srs. Governadores. Apesar de seus afazeres, que são muitos e complexos, o Ministro e os Governadores se prontificaram a comparecer a esta sessão de debates, como, aliás, fizeram a Ministra Cármen Lúcia, o Ministro Alexandre Padilha e a Ministra Miriam Belchior, quando abordamos a reforma política e as perspectivas para o financiamento da saúde pública brasileira.

Portanto, desde já, muito obrigado a todos por prestigiarem esta Casa neste debate.

Esta terceira Sessão Temática se propõe a aprofundar os debates sobre um novo Pacto Federativo para o nosso País. O Brasil apresenta uma boa saúde financeira, tem um quadro de pleno emprego e a atratividade do primeiro leilão do pré-sal nesta semana, por exemplo, são indicadores de que estamos verdadeiramente no rumo certo.

Entretanto, há ainda desconfianças que precisam ser dissipadas, notadamente no ambiente produtivo. Tenho certeza de que a equipe econômica e o governo, como um todo, estão atentos a estes sinais, a fim de que recuperemos um ambiente favorável ao investimento.

Nessa perspectiva, é fundamental que o Senado Federal assuma o protagonismo, como já vem fazendo, na busca de uma fórmula equânime e justa para a distribuição dos recursos arrecadados pelos impostos pagos pela população.

Ainda hoje, após 25 anos da promulgação da Constituição Federal, são muitas as ponderações quanto à distribuição da receita dos impostos entre a União, os Estados e os Municípios. É o Congresso Nacional, como todos sabem, o espaço para discutirmos e decidirmos sobre a melhor conformação de nosso Pacto Federativo.

Particularmente, é sobre o Senado que recai a responsabilidade de trabalhar para que o Pacto atenda a todos os entes federados, respeitando as peculiaridades e necessidades de todos eles. Desta forma – reitero –, o Senado se faz imprescindível para a construção de um Pacto Federativo que contemple a todos e que, ao mesmo tempo, permita a representação eficiente dos entes federados de economia mais frágil.

A divisão da receita dos impostos, a questão do ICMS, o indexador da dívida dos Estados, os fundos de compensação e de desenvolvimento regional e a convalidação dos investimentos são assuntos inafastáveis sobre os quais devemos nos debruçar. Várias propostas surgem a cada dia, tentando uma distribuição mais justa para os entes federativos, com o objetivo de recuperar a capacidade de investimento de Estados e Municípios.

Conjuntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, promovemos uma reunião com os governadores e prefeitos para discutirmos o Pacto Federativo. Ontem mesmo, como todos acompanharam, a Câmara dos Deputados aprovou o texto pelo qual as dívidas dos Estados e Municípios – pouco menos de 200, dos mais de 5 mil Municípios – serão corrigidas pela taxa básica de juros (Selic), atualmente em 9,5% ao ano, ou pelo IPCA mais 4% ao ano, o que for menor. Atualmente, os Estados e Municípios pagam ao governo uma correção de IGP-DI mais 6% ao ano, IGP-DI mais 7,5% ao ano ou IGP-DI mais 9% ao ano, o que é verdadeiramente inaceitável.

Também obtivemos a informação do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, de que estamos muito próximos de um acordo para votar o Projeto de Resolução nº 1, com a reforma do ICMS. Consequentemente, teremos a convalidação dos incentivos no Confaz.

No ano passado, aprovamos, Ministro, aqui, no Senado Federal, a proposta para modificar a sistemática de cobrança do ICMS de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial.

Da mesma forma que daremos celeridade, no Senado, à troca de indexador das dívidas estaduais, aprovada na Câmara, esperamos também, em contrapartida, que a Câmara dos Deputados priorize a partilha do comércio eletrônico, não presencial.

A medida se justifica com a extraordinária expansão do uso da Internet, que instituiu o chamado comércio eletrônico, em que o comprador é exposto a uma variedade de produtos e preços sem precedentes em nossa história econômica.

O pleno emprego e a expansão da renda impulsionaram mais ainda o setor e a inclusão de mais camadas sociais.

A nova realidade trouxe, como todos sabem, muitos benefícios para o cidadão comum, mas também muitas distorções. A maioria das lojas virtuais é sediada em poucos Estados, os mais ricos e desenvolvidos da Federação. Atualmente, o consumidor de um Estado que adquire produto de uma loja virtual em outro Estado paga o ICMS na origem da mercadoria.

A nossa proposta foi a de sujeitar essas operações ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de Estados diferentes, proposta esta que foi aprovada à unanimidade no Senado Federal. Dessa forma, caberá ao Estado de localização do destinatário da mercadoria o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota

interestadual.

Somente no ano passado, o comércio eletrônico movimentou mais de R\$19 bilhões. Observem a importância dessa proposta para o equilíbrio fiscal e, por consequência, para o Pacto Federativo, considerando que, quando as atuais regras de distribuição foram colocadas na nossa Constituição, em 1988, o comércio eletrônico ainda nem existia.

Nunca é demais, Ministro – e faço isso logo no início desta Sessão Temática –, lembrar que, quando acabamos com a guerra dos portos, o governo assumiu o compromisso com o Senado e com o País no sentido de ajudar na aprovação, na Câmara dos Deputados, da partilha dos impostos do comércio eletrônico.

Não podemos encerrar este ano, portanto, sem que esse compromisso, de lado a lado, seja cumprido. Dou ênfase à matéria porque, como todos sabem, fui o Relator e participei em todos os momentos de toda a negociação. Também como Relator e como Presidente do Senado Federal, eu me sinto obrigado a trabalhar para honrá-la.

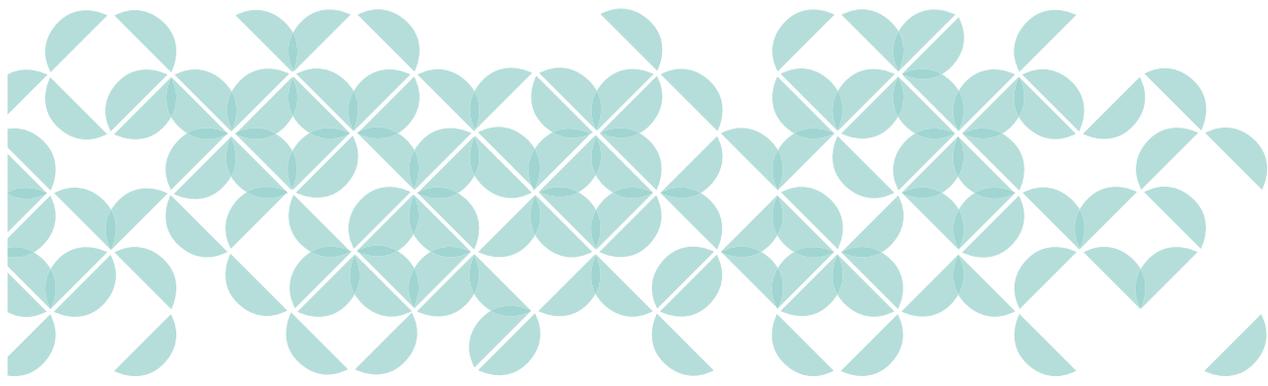
Estaremos atentos para as ideias criativas que possam contribuir para o fortalecimento de nossa Federação e, sobretudo, que permitam uma melhor distribuição de riqueza do nosso País.

Antes de conceder a palavra ao Governador Teotonio Vilela, eu queria lembrar aos Srs. Senadores que, depois de um esforço monumental, o Congresso Nacional apreciou os vetos da Presidente Dilma à Lei dos *Royalties*. Logo depois da derrubada dos vetos, houve uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Já estivemos, em algumas oportunidades, no Supremo Tribunal Federal, conversando inclusive com alguns Ministros e, especialmente, com a Ministra Cármen Lúcia. É muito importante que essa mobilização dos governadores continue, para que tenhamos, em curto espaço de tempo, a definição sobre os *royalties*, a partir da decisão do Congresso Nacional.

Isso, com relação ao equilíbrio fiscal que se quer para o Brasil, será fundamental, muito importante, sobretudo para Estados e para Municípios brasileiros.

Vamos estabelecer um tempo inicial para o debate. Vou conceder a palavra, inicialmente, aos dois Governadores. Eu a concederei primeiramente ao Governador Teotonio e, em seguida, ao Governador Silval Barbosa, que usarão da palavra, inicialmente, por até dez minutos.

Com a palavra o Governador Teotonio Vilela.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Estados vêm perdendo espaço no bolo federativo”

**Teotonio Vilela Filho**  
*Governador do Estado de Alagoas*

Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Senado, Renan Calheiros, é uma honra voltar a esta tribuna do Senado presidido por V. Ex<sup>a</sup>, meu conterrâneo.

Ministro da Fazenda, Guido Mantega; colega Governador Silval Barbosa, do Estado do Mato Grosso; senhores membros da Mesa; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nada mais apropriado do que uma sessão como esta, especial, para discutir assuntos federativos, porque este Senado é a Casa da Federação.

A Federação, se olharmos o foco dos seus princípios, está ferida. Os Estados brasileiros, ao longo do tempo, desde a Constituição de 1988, vêm perdendo progressivamente receitas e espaço no chamado bolo federativo. Têm aumentado substancialmente suas despesas, dado o aumento das suas obrigações. E o mais grave é que isso tem ocorrido ampliando as distorções e os princípios federativos. Cada vez mais, Estados mais ricos se distanciam dos Estados mais pobres. De forma institucional, aumentaram as obrigações dos Estados devido também aos avanços da sociedade, da dinâmica da sociedade.

Quanto à segurança pública, por exemplo, o advento do *crack* mudou o paradigma da segurança pública. Hoje, os Estados investem muito mais em

segurança do que se investia antes. Para que os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras tenham uma ideia, a média de investimento em segurança pública no Estado de Alagoas, a média anual, era de R\$9 milhões, ou seja, menos de R\$1 milhão por mês. Essa era a média histórica. Nos anos de 2012 e de 2013, nós estamos investindo em segurança pública R\$200 milhões. Isso implica mais despesas com pagamento de pessoal, mais policiais nas ruas, mais presídios, mais presos evidentemente, porque esse é um processo integrado. O aumento é muito grande. A mesma coisa ocorre na saúde.

Enfim, muitos paradigmas mudaram, e o Congresso Nacional precisa acompanhar essas mudanças. As votações que aqui têm acontecido não têm...

Sr. Presidente, o senhor reuniu os governadores, todos estiveram presentes, foi estabelecida uma pauta, uma agenda de trabalho, muita coisa foi votada. Os *royalties* foram votados, mas isso está empacado. É claro que essa não é responsabilidade do Congresso Nacional. Mas, até hoje, os Estados não tiveram nenhum resultado em relação à votação dos *royalties*, porque há uma liminar da Ministra Cármen Lúcia, no Supremo Tribunal. Foi um sonho, foi uma verdadeira guerra a luta para a votação daqueles *royalties*, e o resultado não aconteceu.

O Pasep foi votado aqui, o Congresso aprovou as mudanças solicitadas, mas houve o veto do Executivo. O Pasep é uma subtração violenta dos recursos dos Estados. Aqui, quero fazer um apelo ao Ministro Mantega, para que, juntamente com o Congresso, nós possamos rever a questão do Pasep.

O FPE foi votado, e o Congresso o aprovou. Meu Deus do céu, quando é que vão surgir os resultados das alterações do FPE aprovadas pelo Congresso? Para a nossa Alagoas, Presidente Calheiros, da forma como está, outras gerações vão se beneficiar das alterações do FPE.

Sobre o comércio eletrônico V. Ex<sup>a</sup> falou no discurso de abertura desta sessão. O comércio eletrônico é uma realidade. A internet já existe há mais de uma década. Essas compras não presenciais hoje têm proporções muito significativas no montante dos negócios. O Senado votou. Por que a Câmara não vota? É importante isso. É uma questão de justiça. É uma questão de respeito ao princípio federativo.

Precisamos votar a emenda que não permite lei que onere os Estados. Não se pode criar PEC disso e PEC daquilo onerando os Estados. Isso é feito para atender de que forma aos Estados, que já estão extremamente penalizados? É muito importante, Presidente Calheiros, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a votação da emenda que não permite lei ou qualquer processo legislativo que onere os Estados sem apontar a origem dos recursos.

Por fim, Presidente – já encerro –, falo do indexador. Quero parabenizar a Casa. A votação de ontem na Câmara dos Deputados foi muito importante. Isso não é definido da forma como gostaríamos. No Estado de Alagoas, nada vai ser alterado em termos de caixa. As nossas agruras continuam, porque 15% da receita líquida do Estado estão comprometidos para pagar a dívida, mas nós temos de aplaudir, porque esse é um avanço significativo. No caso de Alagoas, isso reduz substancialmente o resíduo da dívida, melhora muito o perfil dessa dívida para o futuro e faz justiça a um Estado que, desde o início, tem sido penalizado.

Para os senhores terem uma ideia de como tem sido cruel o pagamento dessa dívida por parte de Alagoas, um Estado como Alagoas é sangrado todos os meses em R\$50 milhões. Essa dívida foi contraída no valor de 1,2 bilhão. Foi o valor inicial contratado. Nós pagamos 4 bilhões. Vou repetir: era 1,2 bilhão. Pagamos 4 e devemos 7. Então, dessa forma, nunca iríamos pagar.

O que está sendo votado e que virá para o Senado – foi votado ontem na Câmara – modifica esse curso, arruma o Estado para o futuro em relação à dívida. Não é falaciosa a ideia, e os discursos têm sido feitos no sentido de que o que foi votado beneficia somente o Município de São Paulo, e não Alagoas, que é um Estado pobre, que luta bravamente para superar as suas dificuldades, e temos superado. Um Estado que fez o ajuste fiscal, que hoje atrai empresas, que tem investimentos significativos, mas que sofre por conta das distorções federativas, pelas agruras do dia a dia no seu custeio.

Esse Estado foi muito beneficiado com a mudança dos indexadores que foram aprovados ontem, na Câmara, e é importante que seja aprovado neste Senado.

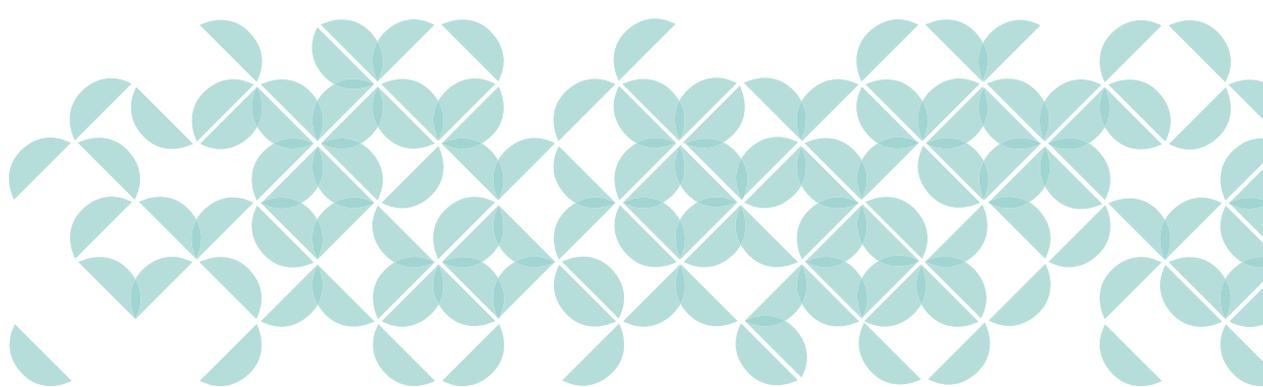
É um avanço significativo. Não resolve caixa. A gente precisa ver, nesses outros processos que coloquei aqui, formas de o Congresso Nacional tirar os Estados do sufoco. Mas é muito importante registrar, Ministro Mantega, um avanço significativo para corrigir as distorções da dívida dos Estados: a mudança no indexador, que foi votada.

Sr. Presidente, era isso que tinha a dizer. Muito obrigado.

(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós agradecemos ao Governador Teotonio Vilela e concedemos a palavra ao Governador do Estado de Mato Grosso, Silval Barbosa.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## Estados precisam ter capacidade de investimento

**Silval da Cunha Barbosa**

*Governador do Estado do Mato Grosso*

Sr. Presidente, Renan Calheiros; Ministro Guido Mantega; colega Governador Teotonio Vilela; Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, primeiro, quero agradecer o convite para participar desta sessão que trata do tema Pacto Federativo.

Nós, Governadores, já nos reunimos algumas vezes. Já tiramos carta Norte, Centro-Oeste, Nordeste. Já tivemos a oportunidade de nos reunir conjuntamente com a Mesa Diretora do Senado e da Câmara Federal, na busca de soluções, ou até mesmo pedindo socorro.

Hoje, todos os Estados e Municípios passam por uma dificuldade enorme nas questões de custeio, de investimentos, do comprometimento com o pagamento contraído da dívida de cada Estado.

Sr. Presidente, ontem, vimos, sim, avanços significativos, e quero parabenizar todos os Srs. Deputados pela votação de ontem, da mudança dos indexadores da dívida. Mas o que acontece com a votação de ontem? Ela ajuda, alivia e faz com que os Estados antecipem o pagamento da dívida, mas ela não nos dá nenhum fôlego no momento para investimento, porque continua o mesmo comprometimento que pagamos hoje.

Em relação ao Estado de Mato Grosso, por exemplo, pagamos 15% da receita líquida. Se pagamos R\$1 bilhão neste ano, com a votação vamos continuar pagando o mesmo R\$1 bilhão. O que vai acontecer é que vamos antecipar a dívida. Se temos 30 anos para pagar, podemos pagar em 25, 24, ou 26, mas não temos folga para investimento nesse momento.

Nas cartas que tiramos das reuniões, pedimos e achamos importante este indexador: a Selic ou o IPCA mais 4%. Mas que ponham no mínimo 9% no comprometimento da nossa receita, para dar um alívio para que os Estados possam fazer investimentos.

Hoje, Sr. Presidente, o nosso Estado é o maior produtor de grãos deste País. Este ano nós produzimos 22 milhões de toneladas de milho e 24 milhões de toneladas de soja. É o maior rebanho da Federação, com 30 milhões de cabeças. A produção de algodão é uma das maiores deste País, pois 50% da produção nacional de algodão são feitas do nosso Estado.

O maior problema nosso hoje é logística. O Governo Federal vem fazendo a sua parte, vem fazendo esforços, vem investindo, mas o Estado, que tem uma dimensão territorial como o nosso e uma superprodução como o nosso, fica sem capacidade de investimento com receita própria. Buscamos um fôlego para investimentos contraindo mais dívidas e quando temos espaço no PAF.

Então, Sr. Presidente, o que nós queremos desta Casa é fazer com que os Estados tenham capacidade de investimento. Hoje, aqui, o Senador Teotonio já colocou: a nossa capacidade mal dá para custeios. Há Estado que tem a preocupação de chegar ao final do ano e não conseguir pagar o 13°. Essa é uma realidade. Os Municípios estão cada vez mais dependentes do Estado. É uma corrente de dificuldades.

Vejo que esta Casa tem dado uma importância muito grande a esse tema. O Ministro Guido Mantega já se reuniu com os governadores para falar da reforma tributária, e este é o momento. Se nós não conseguirmos fazer com que essa proposta prospere agora, neste ano, no ano que vem, certamente, nós teremos dificuldade, devido às eleições.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, em nome dos demais governadores com os quais já nos reunimos algumas vezes, ajudem-nos a fazer prosperar essa proposta que passou na Câmara Municipal e a melhorar o comprometimento dos Estados, que é o que mais pedimos neste momento, porque todos os Estados, como eu já disse, têm as suas dificuldades.

Quando o Brasil comemorou o crescimento do agronegócio, do superávit de R\$19 bilhões que houve no Brasil, o Estado do Mato Grosso contribuiu

com aproximadamente 60%. Parece ser um Estado que tem a sua economia saudável. Quero dizer que, graças a Deus, a economia do Estado de Mato Grosso está superaquecida, graças ao agronegócio, à construção civil, mas a Lei Kandir nos tira a possibilidade dos investimentos, porque, de toda essa riqueza que eu falei, que é produzida no nosso Estado, um total de 70% saem desoneradas. Quanto àquela que é verticalizada e industrializada, nós só conseguimos industrializar através dos incentivos, que também geram riquezas através do que é agregado em torno desses incentivos.

Então, Sr. Presidente, quando se fala na reforma tributária, também há que se levar em conta que, aprovando essa reforma, não há como não convalidar todos os incentivos já concedidos até então, porque Estados como o nosso, no centro do Brasil, para produzir e competir longe dos portos, só através desse benefício, para que as indústrias possam estar próximas à matéria-prima.

Sr. Presidente, aqui fica a posição do Mato Grosso mais uma vez registrada, a mesma posição das cartas que já foram tiradas e entregues nesta Casa, que é melhorar a proposta, mas fazer com que o comprometimento dessa dívida possa ser aliviado pelo menos em 9%.

Espero que vocês tenham sucesso nessa matéria ajudando os Estados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

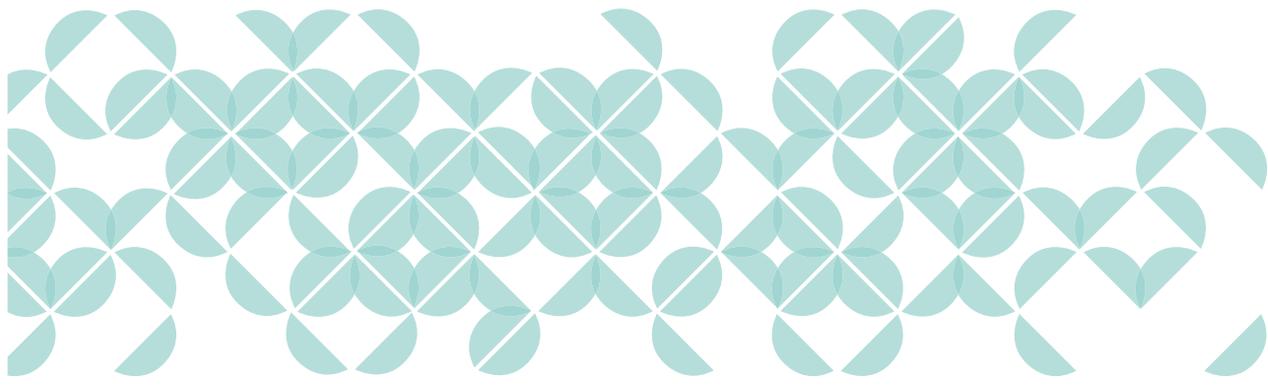
Concedemos, com satisfação, a palavra ao Ministro Guido Mantega.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Antes, porém, registro, com muita satisfação, a presença, nas galerias do Senado Federal, dos estudantes do curso de Direito do Centro de Ensino Superior de Catalão, Goiás.

Sejam bem-vindos!

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Apesar dos problemas, estamos avançando”

**Ministra Guido Mantega**  
*Ministério da Fazenda*

Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; cumprimentar o Governador Silval Barbosa; o Governador Teotonio Vilela; os membros da Mesa, Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro; quero cumprimentar também os Senadores e as Senadoras que estão presentes nesta sessão especial.

Agradeço ao Presidente Renan a oportunidade de estar aqui presente, nesta sessão especial, cujo objetivo é discutir assuntos federativos.

Vim aqui justamente para discutir, não todos, porque são vários assuntos federativos. Estamos falando aqui de uma Federação de 27 Estados, que é parecida com a da União Europeia. A União Europeia também tem 27 Estados, sendo que alguns Estados brasileiros são maiores do que os países da União Europeia. Então, não é fácil conciliar os interesses e tratar dos conflitos deste Pacto Federativo.

Eu queria abordar aqui dois problemas importantes do Pacto Federativo, que são as dívidas dos Estados e Municípios e o conflito fiscal ou a chamada guerra fiscal, que eu diria que está preocupando e trazendo problemas para os entes federados.

Eu queria dizer que, embora o nosso Pacto Federativo tenha se defrontado com problemas e conflitos, a ação conjunta dos entes federados tem tido um bom resultado ao longo do tempo. Eu gostaria de poder dar alguns exemplos em relação a isso, ou seja, os entes federados tem conseguido implementar o desenvolvimento econômico e social nos seus Estados e nos seus Municípios, e também tem ocorrido a redução das desigualdades sociais entre os entes federados.

Então, apesar dos problemas, estamos avançando, e vou procurar mostrar isso aos senhores.

Os principais estímulos do Governo Federal estão sob a forma de investimentos e esses investimentos têm se avolumado nos últimos anos. Cito, aqui, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que só no período de 2011 a 2013 executou R\$665 bilhões, entre investimentos públicos e investimentos privados.

Cito aqui, também, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o famoso PAF, que liberou espaço fiscal para os Estados brasileiros, em 2011 e 2012, de aproximadamente R\$100 bilhões. Esse espaço fiscal é exclusivamente para a realização de investimentos, que são aprovados *a priori* e, depois, são financiados pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial, o BID e mesmo o BNDES e bancos privados também.

Então, esse é um programa de vulto, com o qual os Estados têm tido capacidade para realizar os investimentos.

Como nós passamos, nesses últimos dois ou três anos, por uma situação um pouco mais difícil, sob o ponto de vista da economia internacional e sob o ponto de vista do espaço fiscal, nós fizemos o Proinvest, um programa de R\$20 bilhões que foi mais ligeiro que os outros programas e que liberou, ou está liberando, ainda, para os Estados, R\$20 bilhões, que estão sendo utilizados também para fazer investimento.

Portanto, eu acredito que a necessidade de investimento dos Estados está sendo coberta por esses empreendimentos. É claro que sempre é necessário mais, porém, há já uma cobertura bastante razoável.

Além disso, temos feito mudanças na legislação da Parceria Público-Privada, facilitando essas parcerias e dando vantagens. Essas parcerias estão sendo adotadas, crescentemente, por Estados e Municípios. São uma boa saída para a realização de determinados projetos.

Por fim, eu queria mencionar, aqui, o grande programa de concessões em infraestrutura, que estamos implementando, já começamos a implementar,

que vai realizar um conjunto enorme de obras nos Estados e nos Municípios espalhados pelo Brasil. É um programa de aproximadamente R\$500 bilhões. Na verdade, ele é até maior, a partir de Libra, e permite a melhoria da logística. O fundamental para os Estados brasileiros é ter uma boa logística para poder escoar a produção, para poder fazer intercâmbio, para realizar as exportações e demais atividades econômicas. É disso que se trata nesse programa, que está descrito aí.

Alguns desses empreendimentos já estão em funcionamento. Concessões dos primeiros aeroportos. Os aeroportos já estão sendo construídos e vão terminar no início do próximo ano. Concessões do setor elétrico, com linhas de transmissão e geração de energia, fizemos várias este ano. Já fizemos uma concessão importante de rodovia neste ano, e outras virão até o final do ano.

Eu quero destacar aqui a concessão ou a partilha, que não é exatamente uma concessão, mas é um regime de partilha, de Libra, que está implementando o maior empreendimento econômico que já se fez no Brasil. Vamos compará-lo, por exemplo, à construção de uma estrada. Qualquer uma das estradas que vamos leiloar são estradas cujo investimento é da ordem de R\$6 bilhões, R\$8 bilhões ou R\$10 bilhões, dependendo da estrada ou da ferrovia. Esta é a ordem de grandeza: cerca de R\$10 bilhões a serem implementados ao longo do tempo.

É importante, claro. Porém, o empreendimento Libra implicará um volume de investimento de US\$180 bilhões – só Libra! – nos próximos 35 anos. Vou repetir: vai implicar investimentos de US\$180 bilhões, que hoje, aproximadamente, são R\$450 bilhões ou R\$500 bilhões. É um investimento muito poderoso, porque é o investimento que vai criar um poder amplificador. Existe uma cadeia produtiva no Brasil que está conectada ao setor de petróleo e gás, que é a implantação de estaleiros. E há cinco novos estaleiros produzindo navios, plataformas, barcos. Outros talvez sejam necessários para dar conta desse novo empreendimento e de outros que virão nessa área.

Desenvolvimento tecnológico. São US\$30 bilhões de investimento e avanço tecnológico, porque é um empreendimento de última geração, de quinta geração tecnológica, com o Brasil se habilitando para poder explorar águas profundas. São exploração a 7 mil metros de profundidade. Não é qualquer tecnologia. Estou vendo aqui o Senador Delcídio, que já foi da Petrobras e conhece esses assuntos melhor que eu.

Além disso, vai gerar vários empregos e um excedente de petróleo que será exportado no futuro. Somente Libra vai produzir, quando tiver madura sua produção, cerca de 1 milhão de barris/dia. A ANP fala em 1,4 milhão. De 1 milhão a 1,4 milhão. Hoje, estamos produzindo 2 milhões de barris/dia.

Então, só Libra vai acrescentar 50% a nossa produção diária. Portanto, é bastante importante para o País. Sem dizer que todo rendimento de Libra que vai para o Governo Federal será canalizado para o fundo social que vai financiar a educação.

Portanto, são várias as repercussões e as implicações desse grande empreendimento. Estou dizendo, é o maior empreendimento já implantado no País, que deixará uma marca importante e terá repercussões para as próximas gerações, embora daqui a dois anos já tenhamos o primeiro petróleo sendo extraído de Libra. Mas demora um tempo até que se atinja sua maturidade. Isso deverá acontecer em 2018, 2020. Não será para nós, mas será para as próximas gerações. Acredito que vários dos senhores estarão aqui ainda nesse período para usufruir desse resultado que será obtido.

Mas quero dizer, passando adiante, que nesse período em que houve uma ação federativa conjunta, houve um forte avanço no País na redução dos desequilíbrios regionais. Nos últimos dez anos, houve uma importante redução dos desequilíbrios regionais.

Vou mostrar aqui um quadro com o crescimento do PIB médio anual de 2000 a 2010, dados que tínhamos disponíveis, não há dados até 2012. Vejam os senhores que, média anual, nesses dez anos, no Nordeste, por exemplo, houve um crescimento anual do PIB de 4%. Portanto, 40% no período, multiplicando por 10. Na Região Centro-oeste, 4,7%, como disse o Governador, uma das regiões que mais se desenvolve. O PIB, em média, 4,7% ao ano, ao longo de dez anos. A Região Norte, 5,2% em média. A Região Sudeste, 3,4%. É inferior aos demais, mas também é bom, bastante significativo. E a Região Sul, 3,22% de média anual, ao longo de 10 anos.

Portanto, a conclusão é a de que todas as regiões cresceram, todas as regiões cresceram bem. Porém, as regiões mais pobres cresceram mais do que as mais ricas, diminuindo, portanto, a desigualdades. Houve Estados, ao longo desses últimos anos, cujo PIB foi superior ao PIB do País, que não foi pequeno, porque a nossa média de crescimento do PIB, nos últimos 10 anos, de 2003 a 2012, foi de 3,6% em média, apesar da crise. Foi alto.

Mas dos Estados mais pobres do Nordeste, do Norte, etc., a taxa de crescimento foi maior. Portanto, está havendo redução dos desequilíbrios regionais.

Isso pode ser visto também no próximo eslaide, que mostra a evolução da renda do trabalho. Aí, pegando um período mais recente, de 2009 a 2012 – e é cumulativo, portanto, não é média –, observamos o mesmo fenômeno. Foi no Nordeste que houve a maior elevação da renda do trabalho, que cresceu 23,9% nesses 4 anos, enquanto na Região Sudeste, com 16,2%, também

foi bom, mas foi menos do que na Região Nordeste. No Sul, 3,6%; Centro-Oeste, 7,9%; e Norte, 3,2%. Portanto, no Brasil todo, a renda do trabalho está crescendo, e mais nos Estados ou nas regiões mais pobres.

Eu quero dizer que todas essas iniciativas, como aumento em investimentos e, certamente, aumento de gastos de custeio que os Estados tiveram de fazer... Todos estão gastando em educação e saúde por obrigações legislativas e constitucionais. Todos os Estados, hoje, estão despendendo mais recursos com educação e saúde e mais os investimentos que estão fazendo. Mesmo assim, a dívida dos Estados brasileiros está caindo. Isso é muito importante ser registrado.

E digo que isso ocorre em todos os Estados. Alguns mais, outros menos, mas todos os Estados brasileiros estão reduzindo suas dívidas. Podemos ver aqui a dívida líquida dos governos estaduais em relação ao PIB.

Em 2001, 18% do PIB era a soma de todas as dívidas estaduais; em 2002, chegou a 20%; e hoje é de 10%.

Portanto, a dívida dos Estados brasileiros foi reduzida pela metade, o que mostra um bom desempenho fiscal dos Estados brasileiros. Aqui é sem exceção. Alguns mais, alguns menos, mas todos reduziram e, portanto, estão hoje em condições fiscais melhores do que estavam no passado. É claro que, se você conversar com o Governador, ele vai demonstrar as suas aflições: “O dinheiro não dá, eu preciso de mais recursos”. Porém, estão fazendo muitas coisas e com as contas fiscais equilibradas.

O mesmo pode ser dito dos Municípios. A dívida líquida dos governos municipais vem caindo também. Chegou a 2,6%, e hoje é de 1,8% do PIB. Então, os governos municipais também estão caminhando para uma trajetória de solidez fiscal, melhorando suas contas públicas.

Outra maneira de demonstrar isso é na relação entre a dívida e a receita: dívida consolidada sobre receita corrente líquida. Também é uma outra maneira. Nós observamos que, no caso dos Estados, a média da dívida era duas vezes a receita corrente líquida, e hoje está a menos de uma vez a receita corrente líquida. Portanto, passou de duas vezes a receita corrente líquida para uma vez a receita corrente líquida, o que, aliás, era um dos objetivos estabelecidos pelos acordos de renegociação das dívidas, que foram feitos de 2007 até 2000. Então, estão sendo cumpridos esses preceitos.

No caso da União, a trajetória também é a mesma. A dívida sobre receita também caiu: era três vezes, 3,3, e hoje é 1,9, no presente momento. Portanto, todos os entes da Federação cumpriram uma trajetória de saneamento fiscal e melhoraram suas contas públicas.

Na comparação internacional, o Brasil está bem posicionado. Aqui, eu vou comparar as dívidas subnacionais, ou seja, as dívidas de Estados e Municípios. Não há a dívida da União. Nós podemos ver que o Brasil tem uma dívida bruta subnacional de 12,7% do PIB. Está entre os países que têm menor dívida dos entes subnacionais. É menor, inclusive, que a China e outros países emergentes. Então, estamos bem controlados e em condições favoráveis.

Então, vamos abordar as duas questões que mencionamos aqui: a questão de como melhorar ainda mais as condições fiscais dos Estados e Municípios.

Nesse sentido, está tramitando no Congresso, tramitou na Câmara o Projeto de Lei Complementar nº 238, que diz o seguinte – aqui selecionei apenas uma parte dos dispositivos que estão sendo aprovados –: mudança do indexador das dívidas, que vou explicar em seguida; utilização da Selic para o cálculo da dívida desde o início dos contratos, que seria retroceder à Selic como indexador da dívida também no passado; há também a proibição para Estados e Municípios de emissão de dívida mobiliária, ou seja, nada muda em relação a isso, porque já há uma resolução do Senado nesse sentido. A lei só reforça.

No passado, isso aqui foi muito, digamos, traumático, porque permitiu que os Estados emitissem dívidas, que ficaram sob controle. Além disso, quero lembrar aos senhores que, embora essas medidas venham a melhorar a condição fiscal dos Estados – as dívidas vão crescer menos ou serão desidratadas –, o rigor fiscal continua plenamente. Permanece em vigor a Resolução nº 2.827, do Conselho Monetário Nacional, que limita a tomada de crédito, limita o endividamento de Estados e Municípios. É uma lei muito rigorosa. Ela foi feita no passado, e nós continuamos com ela em vigor. Portanto, o fato de haver menos dívida nos Estados e Municípios não significa que vai haver um endividamento fora de controle. Não; o controle continua muito rigoroso, e nós continuaremos nessa trajetória de solidez fiscal.

Então, vou explicar esses dispositivos que se encontram nesse projeto de lei complementar que virá a conhecimento e aprovação do Senado em breve.

Primeiro dispositivo: proposta da mudança de indexador das dívidas. Por que isso? Porque, quando esses indexadores foram escolhidos, ainda nos anos 90, para os Estados – a consolidação foi feita em 1997 –, o governo de então fez um trabalho muito bom de consolidação das dívidas. Os Estados estavam endividados, alguns sob descontrole fiscal, então, foi muito bom que a União, o Governo Federal tenha feito a consolidação. Alguns estavam, eu poderia dizer, sem condições fiscais,

e foi feita uma restauração da situação fiscal. Então, a dívida foi consolida-

da, a União assumiu a dívida e os entes federados passaram a dever para a União, e dever pagamentos mensais para poder, depois, pagar essa dívida.

Na ocasião, foram escolhidos, como indexadores, o IGP-DI de 6% a 9%, que era um indexador menor do que a Selic. Os senhores estão lembrados, em 1997/1998, a Selic era muito alta, era um índice bem alto por causa de problemas inflacionários, enfim, problemas que não vêm ao caso, e o governo de então procurou dar um benefício para os Estados: o indexador menor que fizesse com que a dívida crescesse menos. E assim foi feito.

Acontece que, com o tempo, as condições mudaram e os IGPs-DI, principalmente com mais 9%, tornaram-se o indexador mais perverso, que aumenta mais rapidamente a dívida dos Estados. No momento presente, isso está acontecendo, conforme os senhores podem ver pelo quadro que está ali: no ano de 2013, o IGP-DI mais 6% está previsto fechar o ano em 11,8%; o IGP-DI mais 9%, 14,8%; enquanto a Selic – isso aqui é média, não é Selic final de ano, mas a média, contando desde janeiro até agora –, 8,4%; e o IPCA mais 4%, 9,8%.

Portanto, os entes federados poderão escolher, de acordo com a sua vantagem, um dos dois indexadores: a Selic ou o IPCA mais 4%, que deverá vigorar já, se os senhores assim entenderem e aprovarem dessa maneira, a partir de janeiro deste ano. E, só com essa mudança, significa que a dívida dos Estados e dos Municípios, em vez de crescer a um ritmo de IGP-DI – que é um ritmo mais rápido –, crescerá a um ritmo mais lento. Crescerão, porém em um ritmo mais lento, mais compatível com a nova realidade de juros da economia brasileira. Já não temos aqueles juros fantásticos, já não temos inflação alta, tudo está sob controle, e, dentro dessas novas condições, adotar a Selic é um bom senso que deve ser praticado.

E também se faz a equidade, porque, o Governo Federal estabeleceu o indexador, que corresponde ao custo de rolagem da dívida do Governo Federal, porque ele também rola sua dívida, também paga. Então, se nós assumirmos a Selic – hoje a Selic é o indexador mais justo para a dívida federal e dos Estados –, então, nós não estamos ganhando nada. Aquilo que nós pagamos estamos cobrando dos Estados. Fica uma situação mais equitativa.

A vantagem dessa mudança, que será retroativa a janeiro deste ano, será em torno de R\$15 bilhões só para o ano de 2013. Significa que o crescimento das dívidas dos Estados será R\$15 bilhões a menor. Não houvesse essa mudança, eles teriam crescido o que devem crescer, que seria R\$15 bilhões acima do que crescerão com esse novo indexador.

Portanto, isso melhorará as condições fiscais de Estados e Municípios. Mesmo que não resulte, digamos, numa disponibilidade de recurso, de custeio

imediatamente, porque os Estados continuarão pagando 13%, 14%, 15%, aquilo que está estabelecido, mas, com o tempo, com o encolhimento dessa dívida, poderão pagar menos do que 13%, menos do que 12%. Ao longo do tempo, isso vai melhorar, mesmo que não melhore de forma imediata. É sempre melhor você administrar uma dívida menor do que uma dívida maior.

Só para mostrar a evolução desses indexadores, vocês podem ver do lado esquerdo, em cor de abóbora, que nós temos o período 1998 a 2001. Nesse período, foi quando o Governo Federal deu a opção de mudar. O custo Selic era um custo de mercado. Não estava estabelecido, mas as dívidas estaduais eram roladas a esse custo. Trocar a Selic – os senhores vejam que, nesse período de 1998 a 2001, a Selic tinha crescido 22,7... O IPCA, que era a inflação, 6%. Então, vejam, muito acima da inflação estavam crescendo as dívidas. Ou, então, em relação a IGPs, nós podemos ver que tanto o 6 quanto 7,5 ou 9 cresceram menos do que a Selic nesse período.

Então, isso mostra que foi correto, o Governo Federal, na ocasião, colocou o IGP, e o IGP beneficiava os Estados. Agora, ao longo do tempo isso mudou. Se pegarmos 2009 a 2012, que está ali em azul, podemos ver que a Selic é o menor indicador. Aqui é uma média anual, não é acumulada, 10% ao ano, cresceu. Portanto, a dívida seria corrigida em 10%. Mas foi corrigida de fato: aqueles que estão no IGP-DI mais 9%, 14,7%.

Portanto, 50% a mais de correção da dívida do que seria pela Selic. Isso aqui beneficia praticamente 98% dos Municípios que têm dívida e que a dívida foi reestruturada. Então, são 180 Municípios que tinham dívidas, espalhados por todo o Brasil, que poderão trocar por Selic o seu indexador, que é IGP mais 9%.

Bom, então, este é um ponto: a mudança do indexador daqui para a frente; porém, está sendo dada uma outra possibilidade, que é a possibilidade de que a Selic possa retroceder, ser utilizada desde o início dos contratos. Então, cada um vai ter que fazer para saber. Os contratos que foram assinados em 1997 foram os dos Estados, e aí os Estados se beneficiaram, porque deixaram de pagar as taxas de mercado, que eram acima da Selic ou a Selic, que era muito alta, e passaram a pagar IGP-DI. Então, só alguns Estados têm vantagens, porque eles, ao longo do tempo, pagaram menos.

Nós podemos ver aqui a Selic, de maio de 1997 a dezembro de 2002, que cresceu 1.000%, contra uma inflação de 156; e a dívida cresceu isto: o IGP mais 9% – portanto, todos aqueles Municípios que eu mencionei –, 1.360%. E o IGP mais 6%, 820.

Portanto, de fato, houve uma elevação extraordinária da dívida, que se avolumou, tornou-se alguma dívida impagável. Alguns Municípios pagam

todo mês ou pagam todo ano um volume importante, uma parcela da sua receita corrente líquida, em geral média de 13% e, no final, continuam com uma dívida maior, a dívida cresce. Por quê? Porque ela teve um crescimento exponencial nesse período. Agora nem é mais isso, porque todos os indicadores se acalmaram. Mas, no passado, foi exponencial. Então, você ficou ali com um grande abacaxi. E o que nós estamos fazendo é desidratando isso, o que havia de excesso.

Não há nenhuma violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por quê? Porque nos contratos... A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que não se podem mudar contratos, não se pode fazer reestruturação de dívida. E nós não estamos fazendo isso. Nós estamos possibilitando o uso da Selic, porque a Selic está nos contratos, nos contratos de reestruturação da dívida. Só que ela está, curiosamente, como um instrumento punitivo. É assim: se o governo atrasar os pagamentos que devia fazer com indexador IGP-DI, paga a Selic como punição. É que, naquele tempo, era punição porque ela era maior. Porém, já está no contrato, e nada impedia que o Estado dissesse: “Bom, então eu vou ser punido aqui.” É claro que os Estados não gostam de atrasar porque há outras sanções. Mas está contida já no contrato a possibilidade de usar a Selic. Portanto, não há inovação, não há nenhuma mudança. Então, em relação às dívidas dos Estados, era isso que eu tinha a dizer.

A quem beneficia essa retrocessão da Selic? Não beneficia os Estados que assinaram contratos em 1997, que, para eles, naquela época, o IGP-DI era melhor. Beneficia os entes federados que assinaram contratos a partir de 1999 e 2000, quando houve uma inversão, e a Selic ficou menor que o IGP-DI.

Então, isso beneficia dois Estados que assinaram depois essas reestruturações, que foram o Estado de Alagoas e o Estado do Rio Grande do Sul, e 180 Municípios. Dentre esses 180 Municípios espalhados pelo Brasil, de todos os Estados, está o Município de São Paulo, mas estão também os de Cuiabá, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. E quero dizer que o desconto maior não será para São Paulo, como tem sido dito nos jornais. Pelo contrário, São Paulo é um dos que têm uma redução percentual menor do que os demais Municípios. Portanto, vai beneficiar todos esses Municípios que estão pagando IGP mais 9%. Só três Municípios, desses 180, ficaram possibilitados de pagar IGP mais 6% porque tinham algum patrimônio para entregar, como fizeram os Estados, e diminuir, pagar aqueles 20%.

Então, isso beneficia todos esses Municípios, e eles estarão mais saneados, administrando uma dívida pagável. Eles vão pagar. Quando eles pagarem as prestações, dali a um tempo eles vão quitar essa dívida e vão se alinhar com uma boa situação fiscal. Embora, como eu já demonstrei, a dívida de todos venha caindo. Portanto, continuaremos exatamente na mesma trajetória de

saneamento das dívidas e solidez fiscal.

O segundo ponto que eu queria abordar é o conflito fiscal ou o conflito chamado de guerra fiscal, que hoje, digamos, tira o sono dos Governadores.

O ICMS é tido hoje como um tributo problemático, não só pela complexidade da legislação – são 27 legislações diferentes, regimes diferentes – há um problema de acumulação de créditos que não são pagos, então isso atrapalha muito a atividade empresarial. Mas fundamentalmente esse regime, quando ocorre a doação de incentivos sem aprovação do Confaz, gera uma incerteza jurídica, isso é considerado inconstitucional. E as ações que têm sido interpostas no Supremo têm sido acatadas. Eu diria que todas que foram interpostas têm sido acatadas. Portanto, há um problema e o problema é crescente. E há um conflito crescente entre os Estados que não estão reconhecendo os créditos fiscais que lhes são transferidos, os Estados que recebem mercadorias de outros Estados desconhecem, não reconhecem e cobram novamente o ICMS desses Estados. Então há um conflito, o conflito vem se aprofundando e me parece que chegou a um ponto em que há mais perdas do que ganhos com a continuidade da guerra fiscal. Quer dizer, é um instrumento que até foi importante porque não havia outro em algum momento, então não estou criticando aqui, mas que chegou num ponto de exacerbação em que é preciso aprimorar e mudar a lei.

E foi nesse sentido que nós apresentamos um projeto de reforma do ICMS que vem sendo discutido amplamente nesta Casa, principalmente na Comissão da CAE, de Finanças – de Assuntos Econômicos, são tantas, Finanças é na Câmara –, de Assuntos Econômicos. Eu já participei de vários debates ali, meus secretários executivos também participaram. É um debate acalorado porque há conflitos entre os Estados, mas certamente, se nós aprovássemos essa legislação nós teríamos como grande ganho a redução da incerteza jurídica, que hoje dificulta os investimentos, atrapalha os investimentos, amedronta os empresários. Porque os empresários que receberam subsídios no passado que ainda estão presentes não sabem o que vai acontecer com esses subsídios, se eles serão questionados pelo Supremo, se eles serão glosados e se eles terão que devolver esses subsídios e os governadores e secretários responsabilizados por algo que feria a legislação.

É um problema sério que vem se agravando. Essa reforma reduziria os conflitos, não vou dizer que vai acabar o conflito, porque sempre há um a ser administrado, mas reduziria e diminuiria a acumulação de créditos.

Cabe destacar que, em relação ao ICMS, já demos um passo importante aqui, nesta Casa, quando aprovamos o fim da guerra dos portos – chamada guerra dos portos –, com a redução da alíquota interestadual para produtos importados para 4%. Então, nesse quesito, a reforma foi feita e já está com

4%; agora, falta fazer o restante.

Desse novo modelo que V. Ex<sup>as</sup> já conhecem, só vou dizer quais são os pontos básicos, que é reduzir a alíquota interestadual de ICMS: 7%, 4% e, se não me engano, mais uma alíquota de 10%, em até oito anos, é uma escada que vai descendo aos poucos, e a criação de um fundo de compensação de ICMS, responsável o Governo Federal a ressarcir a arrecadação a menor, em função da implementação dos novos percentuais, e a criação de um fundo de desenvolvimento regional. Este, sim, será o sucedâneo do incentivo fiscal, porque ele também é um incentivo, só que, ao invés de ser um incentivo, digamos, não constitucional, será um incentivo legal que dará aos Estados o recurso suficiente para que eles possam atrair as empresas por outros mecanismos que não simplesmente o subsídio fiscal. E esse é um fundo que, na sua última versão, depois de muita discussão e depois que cedemos bastante, chegou a um volume de R\$300 bilhões, R\$297 bilhões, R\$298 bilhões até 2020, porque é gradual, com a participação de recursos orçamentários no valor de 25% desse valor, e os demais seriam financiamentos em situações muito convenientes que ficarão na mão dos Estados, que poderão usá-los para fazer investimentos em infraestrutura, facilitar a vida das empresas, criar condições para que os Estados se tornem atraentes. É muito dinheiro e corresponde àquilo que se deixa de dar com os subsídios, não é?

E, para poder concretizar essa reforma, é preciso convalidação dos benefícios já dados pelo Confaz, não pelo Confaz, que já foram dados pelos Estados, que teriam que ser convalidados pelo Confaz, e aí deixam de romper, se tornam constitucionais, deixam de ser inconstitucionais. Portanto, também cabe essa convalidação dos subsídios.

Bom, nós temos discutido esse projeto há algum tempo, temos nos defrontado com problemas ou divergências entre os Estados, e o problema é que não temos ainda conseguido um acordo geral entre os Estados. Sempre, em algum momento, há alguns Estados que colocam dificuldades ou que veem problemas nessa mudança. E é muito importante que uma mudança dessa magnitude, que muda um tributo fundamental para os Estados, seja feita de forma consensual, de forma que os conflitos sejam aplainados, que não fiquem arestas. Essa é a nossa posição, porque senão, se você deixar muitos descontentes pelo caminho, depois o projeto aprovado será fortemente criticado. Surgirão críticas, surgirão divergências, e aí nós acabaremos não tendo o benefício de uma nova estrutura tributária para os Estados.

E o segundo ponto, a segunda condição para que possamos aprovar essa reforma, é que os recursos que nós indicamos como possíveis no Fundo de Desenvolvimento Regional não sejam ultrapassados, porque nós já chegamos ao valor limite. Nós começamos com um valor mais baixo, e aí nós

fomos evoluindo e chegamos a esse valor. Começou com o Delcídio e agora com o Lindbergh. O Delcídio dizia: “não, esse valor está bom, eles não vão querer mais”. Aí chegamos com o Lindbergh, ele falou: “não, precisa aumentar um pouco”. Bom, aumentamos. “Agora esse valor está bom.”

Então não dá para aumentar o valor em relação ao que nós apresentamos hoje, principalmente no que diz respeito aos recursos da União, do Orçamento Geral da União. Nós estamos com R\$75 bilhões, não é pouca coisa, e as contas fiscais não aguentam um comprometimento de mais recursos da União.

Nós sempre temos que estar com as nossas atenções voltadas para o resultado fiscal, para o equilíbrio fiscal. Nós temos que conciliar desenvolvimento com solidez fiscal e não podemos nos afastar desse patamar que nós estabelecemos aqui.

Portanto, seriam somente – só não, R\$75 bilhões não são pouca coisa – R\$25 bilhões de recursos orçamentários e R\$ 75 bilhões de empréstimo. Portanto, se conseguirmos superar essas divergências que ainda persistem... Algumas foram superadas, mas você supera umas, como, por exemplo, os três Estados que apresentavam problemas e tiveram seus problemas resolvidos. Surgiram, então, três novos Estados. Quando vamos fechar, vêm mais três Estados e dizem: “Não, eu não concordo com isso, com aquilo.” Então, esse é o cuidado que temos de ter. A condução desse processo tem sido excelente, muito boa, é uma discussão de altíssimo nível. Quero cumprimentar a CAE e o Senado, que têm conduzido esses trabalhos. É uma matéria extremamente difícil, é uma reforma estrutural, da estrutura tributária brasileira, é uma grande reforma. Porém, ela requer toda cautela para que a gente possa, digamos, avançar realmente e não reproduzir novos conflitos que estão por aí.

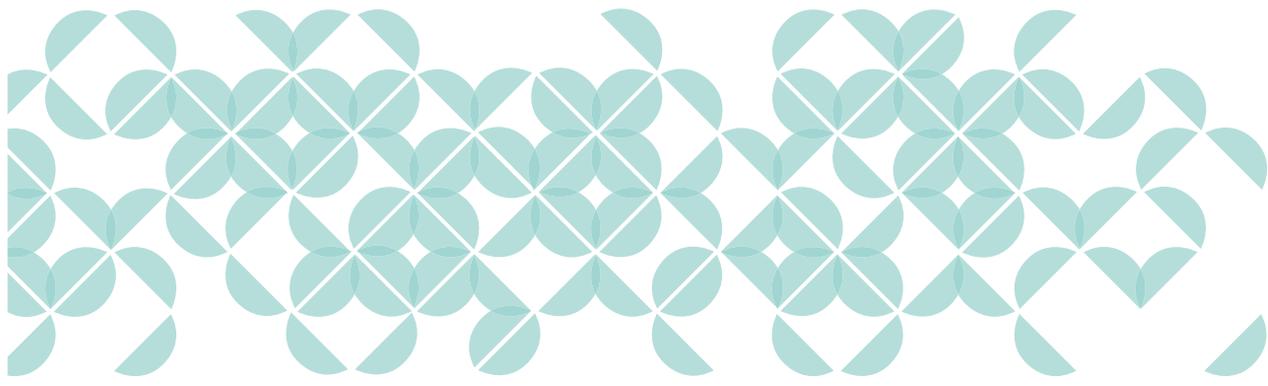
Muito obrigado. Era isso que eu tinha a dizer.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Ministro Guido Mantega.

Como todos estão vendo, sem dúvida, esta Sessão Temática é uma oportunidade única para aprofundarmos o tema e encaminharmos, como todos querem, aqui no Senado e no País, soluções ágeis para recuperar a capacidade de investimento dos Estados brasileiros.

Concedo a palavra agora, com muita satisfação, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lindbergh Farias.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Chegou a hora de o Senado deliberar sobre esse tema”

**Lindbergh Farias**

*Bloco Apoio Governo / PT-RJ*

Senhores, quero fazer aqui uma intervenção curta, mas direta. Acho que o Senado tem de exercer agora o seu protagonismo neste tema. Esta sessão temática tem de ser uma sessão que tenha resultados concretos. Temos de organizar o nosso calendário para aproveitarmos o ano de 2013, como bem falou o Senador Waldemir Moka na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós sabemos que o tema do Pacto Federativo é amplo, mas nós temos quatro questões que estão aqui no Senado Federal: o Projeto de Lei das Dívidas, aprovado ontem na Câmara, está chegando à Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Relator é o Senador Romero Jucá; todos nós sabemos que os fundos, a Medida Provisória 599 caiu, o tempo expirou, mas nós temos o PLS 106, de autoria do Senador Paulo Bauer, que está sendo relatado pelo Senador Armando Monteiro; temos o projeto de resolução do Senado sobre a reforma do ICMS, que está no plenário do Senado Federal; a convalidação do Confaz, Presidente Renan Calheiros, que tem unanimidade nos Estados com relação a convalidar os incentivos, desde que prosperem aqui os fundos e a reforma do ICMS.

Quero chamar atenção de todos – e sinceramente não sei se todos têm a di-

mensão e até a cobertura especializada dos principais jornais – do tamanho da crise que estamos enfrentando em relação à convalidação dos incentivos.

Eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômico, tenho recebido, Senador Armando Monteiro, uma romaria de empresários aqui falando do ano de 2014, grandes empresas revendo seus investimentos no ano de 2014 pela incerteza jurídica. Recebi representantes de multinacionais que dizem que quando vão discutir investimentos com a matriz questionam os investimentos se pode haver uma súmula vinculante do STF. Multas – e não é só a insegurança jurídica pela possibilidade de edição de uma súmula vinculante – as multas são fatos concretos que estão acontecendo. Há empresas que já passaram da época do recurso administrativo e estão tendo que pagar multas no valor de até US\$2 bilhões, que têm que ser pagos em juízo ou fiança bancária. Os bancos não aceitam cobrir uma fiança desse montante.

Mais grave, as empresas agora vão ter que informar na Bolsa seus passivos, o que interfere nas ações. Então, Sr. Presidente, há um consenso hoje entre todas as forças políticas do Brasil de que temos que crescer e crescer em cima dos investimentos.

Então, trago aqui a minha preocupação sobre 2014. Presidente Renan Calheiros, é este Senado Federal que tem que tomar essas decisões. Acho que nesta sessão temática temos que passar um recado para todos os secretários de fazenda – está havendo uma reunião virtual do Confaz, até terça-feira, às 17 horas –, um recado ao nosso Ministério da Fazenda, ao governo, de que este Senado Federal quer deliberar, está à altura deste momento de crise que estamos enfrentando.

Falo isso, Ministro Mantega, porque muita gente tratou a última reunião do Confaz, na quinta-feira, como uma reunião em que não houve sucesso. Houve um acordo de 24 Estados e 3 Estados ficaram contra por questões específicas: Estado do Ceará, o Estado de Goiás e o Estado de Santa Catarina. Temos que exercitar um esforço grande para chegarmos a um consenso. Sabemos da limitação do Governo Federal quando se envolvem conflitos entre Estados, o cuidado que tem que ter o Governo Federal.

Mas devo dizer que esta é uma Casa política. Quem precisa de unanimidade para colocar em votação é o Confaz! No Senado Federal, nós não precisamos de unanimidade, precisamos construir uma maioria política. Então, se 24 Estados concordam com isso e aceitam o acordo, nós temos aqui condições políticas de colocar em votação.

Superamos as maiores dificuldades. Todos os senhores lembram como era a discussão com o Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas aceitou o acordo, fechou o acordo. A polêmica envolvendo os Estados de Goiás e de

Santa Catarina, sinceramente, dá para ser superada.

Então, qual é a minha proposta, Presidente Renan Calheiros? Nessa guerra fiscal, hoje, todo mundo está perdendo. Ninguém ganha mais, o ganho é zero. O que um dá o outro dá. Presidente Renan, há Estados que renunciaram a até 56% de suas receitas de IMCS. O impacto do fim dessa guerra fiscal nas receitas estaduais é algo em torno de 1,5% do PIB. Isso representa R\$70 bilhões a mais, que podem surgir nos cofres dos Estados. Isso é mais do que o Fundo de Participação dos Estados.

Falo também, Sr. Presidente, da insegurança jurídica. Dois Municípios, no Estado de Goiás, ganharam na Justiça. O Governo do Estado recorreu ao STF, mas o STF confirmou o ganho de dois Municípios que cobravam sua cota-parte do ICMS que não tinha sido cobrado. Pois bem, deram ganho de causa aos dois Municípios. E falo dessa insegurança jurídica para os Estados.

Então, Sr. Presidente, acho que é hora de nós deliberarmos aqui.

Comuniquei ao senhor que, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nós estamos chamando uma reunião extraordinária na próxima quarta-feira, porque, até terça-feira, às 17 horas, haverá essa reunião do Confaz. Será uma reunião virtual, mas vão bater o martelo na terça-feira, às 17 horas.

Na quarta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós queremos colocar dois projetos em votação: o projeto da dívida, relatado pelo Senador Romero Jucá, e o PLS nº 106, do Senador Paulo Bauer, relatado pelo Senador Armando Monteiro.

Conversei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que disse que, imediatamente após aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos a dívida, colocará a matéria na CCJ.

Dessa forma, Sr. Presidente, acho que, na segunda semana de novembro, nós poderíamos, no plenário do Senado Federal, votar o Projeto de Resolução nº 1, o PLS nº 106, que é relatado pelo Senador Armando Monteiro, e o PL das dívidas. Aí criaríamos as condições para serem convalidados os incentivos, por unanimidade, no Confaz.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, na Comissão de Assuntos Econômicos, montamos uma comissão de altíssimo nível para fazer essa discussão, composta pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Delcídio do Amaral, pelo Senador Francisco Dornelles e pelo Senador Armando Monteiro. Nossos melhores quadros do Senado estão participando dessa negociação, como o

Senador Delcídio, que foi o Relator do ICMS, e o Senador Armando Monteiro, que é o Relator do PLS que trata dos fundos.

Encerro, Sr. Presidente, dando um recado a todos: se fixarmos a data da segunda semana de novembro, o Senado vai deliberar. Nós só conseguimos votar, na Comissão de Assuntos Econômicos, a reforma do ICMS, porque eu marquei data. Se eu não tivesse marcado a data, aquelas negociações não parariam nunca. A negociação foi feita até o último momento, Sr. Presidente. Então, se marcarmos a data da segunda semana de novembro, o recado que passaremos para o Confaz, para o Ministro, para o Ministério da Fazenda é o de que nós vamos votar! É preciso que as partes se entendam e cheguem a um acordo.

Encerro minha fala, voltando a falar do alto nível dessa comissão de Senadores. Aqui, são Senadores muito habilitados e responsáveis, são ex-governadores, são ex-ministros: Senador Armando, Senador Dornelles, Senador Luiz Henrique e Senador Delcídio do Amaral.

Aqui, o que está faltando é a boa política. Chegou a hora de o Senado Federal se pronunciar, marcar data e deliberar sobre esse tema, porque o País precisa disso. Se não conseguirmos o consenso, nós, que temos a maioria política, teremos de ter a coragem de deliberar, porque o Brasil e a economia brasileira precisam disso.

Muito obrigado, senhores.

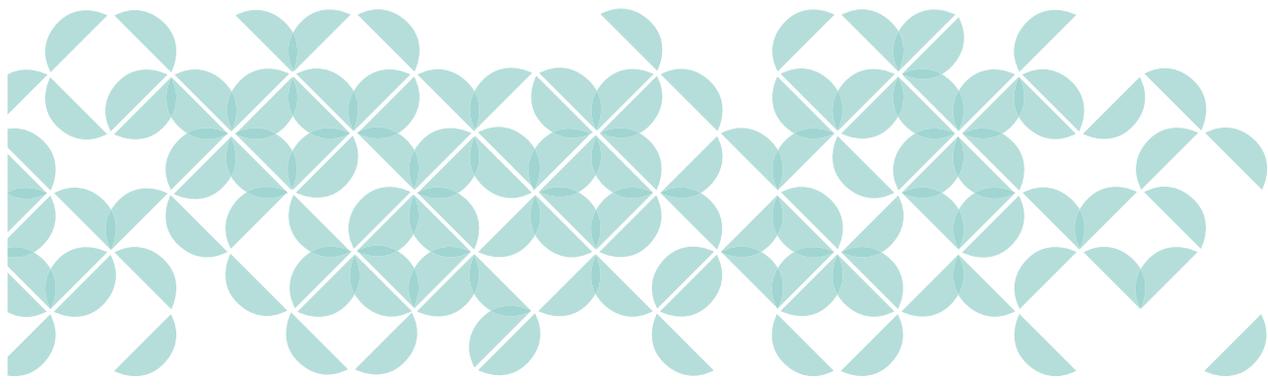
*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Nós agradecemos a intervenção do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

De pronto, gostaríamos de dizer que nós concordamos com o calendário, com a ênfase que o Senador dá para a necessidade de nós termos um calendário.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, o Senador que propôs a realização desta Sessão Temática.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Temos as condições para dar um passo significativo”

**Walter Pinheiro**

*Bloco Apoio Governo / PT-BA*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Ministro Guido Mantega; Srs. Governadores; Senador Lindbergh; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio que este momento é resultante nada mais nada menos de uma expressão que foi apresentada de forma veemente, quando do retorno dos trabalhos desta Casa, Senador Moka, por diversos Parlamentares. Quero realçar isso. O Senador Ricardo Ferraço, o Senador Waldemir Moka, o Senador Delcídio, todos nós, quando da volta dos trabalhos no segundo semestre, levantávamos não mais a necessidade – Senador Delcídio, usamos uma expressão de V. Ex<sup>a</sup> – de identificar absolutamente nada nem de diagnosticar nada.

É fundamental a presença dos dois Governadores aqui, até para que haja aqui a representação dos Estados. E gostaríamos muito de contar também aqui com a representação dos Municípios, afinal de contas os problemas também chegam aos Municípios brasileiros.

Poderíamos fazer aqui, Senador Delcídio, o diagnóstico do que acontece no Mato Grosso do Sul e na Bahia. A indústria tem se mobilizado, ou melhor, a indústria tem vivido momentos de tensão ou até de estresse, poderíamos chamar assim, a partir das experiências. A grita de Goiás nada mais é do que exatamente uma reação a este momento que o Estado vive, talvez mo-

tivo da sua discordância.

Mas acho que não é mais momento de diagnosticar absolutamente nada, até porque esse diagnóstico foi feito antes da aprovação, por parte da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, da resolução que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio, relatou. De lá para cá, portanto do recesso para cá, Senador Lindbergh, assistimos não ao fato de uma medida provisória perder-se no tempo. Essa medida não se perdeu no tempo, mas foi matada no tempo, se puder ser utilizada essa expressão, Senador Flexa. Inclusive, está aqui em minhas mãos o relatório que foi apresentado em tempo. Logo após a resolução do Senador Delcídio do Amaral ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos – inclusive, foi pedido que aguardássemos a resolução –, apresentamos o relatório em uma reunião. Esse relatório foi aprovado naquela primeira reunião da Comissão em que se tratou da MP nº 599, cujo texto trata exatamente dos dois pontos centrais levantados pelo Ministro agora.

O Ministro apontou quatro condições para que pudéssemos chegar a esse entendimento: a resolução, portanto o ICMS – o famoso 7% e 4% –; a própria questão do Fundo de Compensação; o Fundo de Desenvolvimento e a convalidação. Foram esses quatro elementos apresentados pelo Ministro neste momento no plenário. Portanto, temos diante de nós agora o desafio de tratarmos esses quatro pontos. Desses quatro, três estão em nossas mãos, três estão conosco.

A votação da resolução é obrigação nossa, é responsabilidade nossa. Se quisermos alterar, Senador Armando, que o façamos em plenário! Se quisermos manter, Senador Dornelles, que o façamos em plenário! Portanto, ainda teríamos condições suficientes para dar esse passo.

Nas outras duas questões, demos passos significativos. É verdade que a MP nº 599 foi literalmente abandonada. Agora, temos diante de nós um dilema: resolver a questão dos dois fundos, através do PLS que foi apresentado pelo Senador Paulo Bauer, o PLS nº 106, ainda correndo risco dos questionamentos de vício de inconstitucionalidade, Senador Ricardo Ferraço.

Mas, mesmo assim, acho que dialogamos. E aí é importante a presença do Ministro aqui, porque o próprio Ministro coloca como condicionante, como caminho, como alternativa os dois fundos, para que viabilizemos, de uma vez por todas, a resolução do tripé. É para isto que quero chamar a atenção, Senador Delcídio do Amaral: o tripé foi colocado também pelo Ministro em sua fala. Se traduzirmos a apresentação do Ministro aqui, encontraremos exatamente o tripé: o jurídico, a questão da acumulação de crédito e os conflitos entre os Estados.

Portanto, se quisermos resolver isso, segundo, inclusive, o nosso Ministro,

teremos de aprovar os dois fundos, o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento. É preciso resolver os problemas da política de incentivo local e, ao mesmo tempo, compensar os Estados com as novas alíquotas de ICMS.

Dito isso, Senador Renan, quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. Num primeiro momento, propusemos a V. Ex<sup>a</sup> que chamasse o Ministro a esta Casa; que marcasse, como marcamos aqui em diversos temas, a semana de votação; que decidíssemos, no plenário do Senado, qual era a nossa parte. Não cabe ficarmos aqui choramingando se o Confaz faz ou não faz. Inclusive, por meio desse entendimento, cabe-nos buscar ajudar o Confaz.

Aliás, Senador Lindbergh, seria importante que o Confaz estivesse aqui hoje para ouvir dos diversos Senadores e Senadoras essa posição.

Portanto, nosso esforço é no sentido de ajudar o Confaz. Mas não podemos esperar, Senador Moka! Não podemos ficar nessa história de que, se o Confaz não faz, nós também não fazemos. Temos de fazer a nossa parte, o que cabe ao Senado da República, o que é atribuição exclusiva nossa. A resolução é atribuição exclusiva nossa, não há necessidade alguma da participação da Câmara dos Deputados.

A outra parte, a que cabe à Câmara dos Deputados, esta a fez. A Câmara está nos enviando a matéria. Aliás, a matéria já chegou aqui, não é isso, Senador Renan? Agora, já está designado o Relator. Quanto à parte da dívida, nós temos como trilhar esse caminho. Portanto, agora, temos em nossas mãos as condições para dar um passo significativo.

Faço esse apelo, Senador Lindbergh, como fizemos naquela sessão da CAE, para que esse tema possa entrar na principalidade das nossas ações, porque não há como fazer isso no ano de 2014, não há como postergar, Governador Silval, o sofrimento por que passam gestores estaduais e municipais.

Olhem a contradição! Ontem, por exemplo, Senador Moka, o meu Estado festejava o crescimento esplendoroso do PIB, Senador Cristovam. Se, por um lado, nosso PIB cresce, Senador Armando, temos uma incapacidade de incentivar o desenvolvimento local. Estamos mergulhados em uma crise sem precedentes do ponto de vista das dívidas. O que nós arrecadamos não é suficiente para manter a máquina pública. E aí nós vemos diversos projetos serem aprovados, e, mais uma vez, a carga recai sobre os Estados e sobre os Municípios.

Então, diante de nós, aqui, agora, estão as condições. É importante essa disposição, essa vontade, essa decisão do Presidente da Casa.

Não há nenhuma intenção, Senador Lindbergh, de retirar do foro da CAE nenhum aspecto da sua deliberação, até porque isso não pode e não deve ser feito, isso não é correto. Acho que a CAE fez o seu papel na resolução, fará o seu papel na apreciação da matéria da dívida, cumprirá o seu papel na definição, inclusive, dessas questões dos fundos, mas ao Plenário do Senado caberá o desfecho. O Plenário do Senado não pode retardar a apreciação dessa matéria, não pode deixar que o mês de dezembro se esvaia e que não sinalizemos efetivamente para o País que apresentamos uma solução.

Lembro às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que, no caso da resolução, basta uma votação nossa aqui, Senador Delcídio. Mas, no caso dos fundos, nós ainda dependeremos de uma remessa ou de uma triangulação entre governo, Câmara dos Deputados e Senado. Se dependermos disso, poderemos cometer de novo o equívoco de não apresentar as condições. Aprovar a resolução, mexer nas alíquotas, mas não entrar com o colchão que vai suportar essa mudança significa exatamente inviabilizar essa mudança nas alíquotas do País e não entrar com outro suporte fundamental para que, com essa mudança de alíquota, o Pará possa se desenvolver, o Mato Grosso do Sul possa ter autonomia, a Bahia possa ter a condição de decidir como vai fazer, de que forma vai fazer, que vertente vai seguir.

Portanto, é preciso dar aos Estados, através do Plano de Desenvolvimento Econômico, a possibilidade de planejar o seu desenvolvimento econômico e de apontar o caminho do desenvolvimento de cada Região deste País.

Portanto, urge, Senador Renan, que essas medidas sejam tomadas, até para que a Câmara, nesse aspecto dos fundos, não nos acuse de retardar e, portanto, inviabilizar a aprovação por parte daquela Casa, e que também o governo não adote a postura, lá adiante, de reconhecer prováveis inconstitucionalidades na criação de um fundo de R\$300 bilhões. Consequentemente, se necessário for, Senador Delcídio, para superar os problemas da inconstitucionalidade, terá que chegar a esta Casa um projeto de lei complementar que trate dessa matéria. Portanto, se isso não for feito nesse tempo, efetivamente, ficaremos agora contra o tempo e com a decisão, mais uma vez, sendo inviabilizada por uma expectativazinha em relação a se julgar ou não se julgar uma inconstitucionalidade. Não podemos permitir isso. É esse o apelo que faço. Mais do que qualquer debate envolvendo diagnóstico, agora é ação, é a linha da frente, é tomar a decisão.

Não há nenhum tipo de conflito nem de confronto com o governo, mas há a necessidade de, agora, botarmos quais são os pontos possíveis. Se forem esses quatro, Ministro, levantados por V. Ex<sup>a</sup>, vamos marchar na direção desses quatro pontos e, efetivamente, adotar uma postura para entregarmos, a partir de 1º de janeiro de 2014, uma nova condição para o desenvolvimento econômico e para a situação de finanças dos Estados e Municípios

brasileiros.

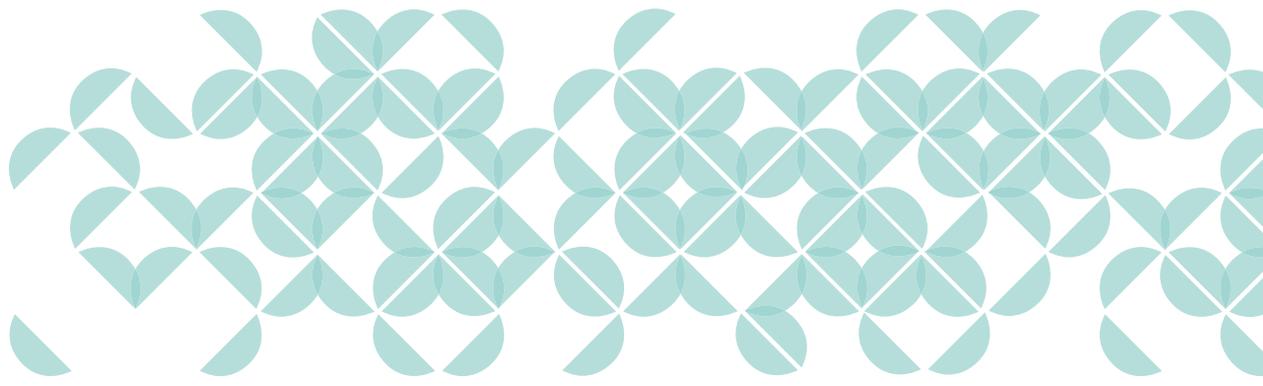
*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

Estão inscritos também o Senador Cristovam Buarque, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Anibal Diniz, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Não existe Federação. Existe dependência do império”

**Paulo Bauer**  
*Bloco Minoria / PSDB-SC*

Muito obrigado, Sr. Senador.

Sr. Presidente, Renan Calheiros; nobres Senadores; colegas presentes à Mesa; Senador Lindbergh, Senador Walter; prezados Governadores do Mato Grosso e também de Alagoas, é um grande prazer poder participar desta sessão e também aqui manifestar a nossa opinião a respeito de tema tão importante que traz a esta Casa também o Ministro Mantega, para que, exatamente, possamos debater e discutir uma questão fundamental para o desenvolvimento do País, que é o Pacto Federativo.

Falo aqui em meu nome, mas também falo em nome do PSDB, o meu Partido, na condição de Vice-Líder da Bancada. Naturalmente, não posso deixar de mencionar e abordar assuntos que dizem respeito ao meu Estado, ao Estado de Santa Catarina, e que têm relação direta com o tema que ora está em debate.

Começo pelo exemplo de Santa Catarina, na questão da dívida dos Estados e Municípios com a União.

Em 2002, nós, catarinenses, o governo do nosso Estado, tínhamos uma dí-

vida consolidada de R\$4 bilhões perante a União. Pagamos, de lá até aqui, R\$10 bilhões e ainda estamos devendo R\$8 bilhões. Como apresentou aqui o sempre Senador e Governador Teotonio Vilela, meu grande companheiro de Partido, a realidade de Alagoas não é diferente da realidade de Santa Catarina e de tantos outros Estados, como também do Mato Grosso. É isso mesmo: Santa Catarina devia R\$4 bilhões, pagou R\$10 bilhões, e ainda deve R\$8 bilhões.

Muitos Estados brasileiros estão em situação semelhante. E por que isso aconteceu? Porque o Governo Federal cobra dos Estados juros e taxas mais elevadas do que ele próprio paga ao mercado; paga 7% ao ano para os títulos que oferta do Tesouro Nacional e cobra IGP-DI, acrescidos de mais 9%, ou de até 9% ao ano, dos Estados e Municípios devedores.

O governo pode argumentar que a solução já está encaminhada com a aprovação, pela Câmara, ontem mesmo, do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2013. O governo dirá que basta o Senado confirmar a aprovação do projeto, e tudo estará resolvido. No entanto, Sr. Ministro, essa matéria ainda inspira algumas dúvidas, e deve ser analisada cuidadosamente por esta Casa, pelo Senado.

A questão da mudança do índice de correção parece, à primeira vista, resolver satisfatoriamente o problema. Estados e Municípios deixam de pagar IGP-DI e até mais 9% e passam a pagar Selic ou IPCA mais 4%, o que for menor. Certamente, todos vão concordar que isso parece razoável, e encerra o problema. Mas não encerra, não, porque não nos podemos afastar da outra realidade e da outra verdade, aqui já apresentada pelos governadores, que é a questão do fluxo de caixa dos Estados, que é a questão do comprometimento percentual da receita líquida do Estado para amortização da dívida.

Não podemos perder a oportunidade de, nesse momento, inserir também na discussão esse tema.

E eu diria que o Ministro, o Ministério, o governo, naturalmente, relutariam em qualquer instante, em qualquer discussão, para a redução pura e simples de 13 para 10, de 12 para 9 ou de 15 para 8. É óbvio que não o fará. Nós sabemos que o governo também trabalha com limitações. Embora eu integre a Bancada de Oposição e deseje colocar aqui o governo na parede, exigindo uma providência, uma solução, antes de ser da oposição, sou brasileiro. E, como brasileiro, quero efetivamente que se encontrem soluções boas para todos, para o governo e para o País, por que não?

Aí, pergunto ao Ministro: como um Estado vem ao Governo Federal, já que tudo é centralizado, e todos dependemos do Governo Federal, lamentavel-

mente? Não existe mais Federação, Senador Lindbergh. Existe um grau de dependência do império brasileiro. E o império brasileiro está efetivamente presente no Governo Federal, que concentra a maior arrecadação do País e as maiores decisões quanto a investimentos do País.

Então, vem um governador a Brasília, para buscar recursos para a execução de obras, e se vê compelido a colocar recursos do Estado, dos quais ele não dispõe, como contrapartida para a execução daquele projeto. Não seria óbvio, Ministro, que os recursos dessa contrapartida, no projeto que o próprio Governo Federal aprovou, fossem deduzidos daquela parcela mensal que se cobra, a título de amortização da dívida, e colocados de novo para pagamento no final do contrato ou no final do prazo para o seu vencimento? Eu penso que não estaríamos aumentando dívida alguma. Estaríamos apenas repactuando dentro do processo do prazo para a quitação dos valores.

De outra forma, também penso, Senador Armando Monteiro, naquela votação que fizemos aqui no Senado, na qual definimos que o Governo Federal não poderia transferir aos Estados o ônus das desonerações tributárias que praticou para salvar a economia nacional, quando isentou veículos, isentou material de construção, isentou tantas outras atividades econômicas de impostos. Providências contra as quais não temos nenhuma crítica a fazer, mas é de se perguntar: como é que o Governo Federal desonera tributariamente uma área e uma atividade econômica, impondo a um Estado uma redução de receita, e o Estado não tem nenhuma compensação com isso? Por que não deixar que o Estado tenha compensação outra vez pela via da dedução daquele “prejuízo”, entre aspas, que lhe foi imposto por essa desoneração, na extensão do prazo da dívida que ele tem consolidada com a União? Ora, todos nós sabemos: reduz-se o valor da dívida pela mudança do indexador. Mas não se mexeu no valor da prestação que está casada com a arrecadação de ICMS de cada Estado. Portanto, o Estado pagará mais rápido o seu débito, mas continuará tendo problemas na sua gestão, no seu custeio, nos investimentos que precisa realizar. E, se o Estado conseguir obter recurso, mesmo que através de um novo financiamento, porque também está prevista a possibilidade de ele aumentar o seu endividamento graças a esse recálculo, então, no novo financiamento que buscar, outra vez vai precisar de recursos da sua receita própria para colocar como contrapartida. E não haverá condições de ele fazer o Estado avançar e crescer com investimentos em infraestrutura, com melhoria de serviços públicos, que são o grande sonho deste País e de toda a sua população.

No entanto, Sr. Presidente, devo ainda destacar, além disso, um detalhe importantíssimo, levantado pela Liderança do PSDB aqui no Senado, referente à repactuação da dívida acumulada pelos Estados e Municípios. O projeto apenas autoriza – cito de novo: autoriza – a União a recalcular os saldos devedores. Logo, impõe-se a pergunta: qual o critério para essa rene-

gociação? Será um critério isonômico para todos os Estados e Municípios ou o Governo Federal usará a futura lei como mais um instrumento de ação política?

Certamente o Ministro nos dará uma resposta garantindo que todos os entes federados terão o mesmo tratamento. Mas, todos sabemos, citando Cora Corolina, que, na prática, a teoria é outra.

A responsabilidade, então, recai sobre nós, Senadores. Analisemos a possibilidade de mudança na redação desse artigo, transformando esse poder discricionário, concedido pelo projeto, em um poder vinculado. Regulemos os critérios para essa renegociação entre o Governo Federal, Estados e Municípios, de modo a impedir, já na letra da lei, a concessão de privilégios a alguns governos e o surgimento de desculpas para o não atendimento de outros. E essas desculpas nem queremos colocá-las no âmbito da política. Nós temos que mantê-las, inclusive, sob a análise técnica. Cada governador que demorar para renegociar vai continuar pagando seus 13%, 14% até chegar o dia em que tudo for recalculado, e meses são anos na administração pública, e anos são décadas. E eu tenho certeza de que nenhum governador está interessado em aguardar até abril, maio, junho do ano que vem, um ano eleitoral, para, então, ver a sua renegociação feita.

É preciso, sim, criar o efeito impositivo e estabelecer prazo para que a negociação seja feita, se não nós teremos problemas, logo, logo, que não queremos vivenciar e que devemos evitar.

Eu, mesmo, vou estudar, Senador Lindbergh, na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual faço parte, a possibilidade de apresentação de emenda nesse sentido.

Como citei a goiana Cora Coralina, não posso deixar de comentar uma emenda, aprovada ontem, por mérito da Bancada de Goiás, especialmente do Líder do Democratas na Câmara, Deputado Ronaldo Caiado. A emenda garante benefícios da futura lei para ao menos 13 Estados que têm outras dívidas com a União. Entre eles, a minha Santa Catarina.

Já se comenta que a Presidente irá vetar essa emenda. Se isso for verdade, a nossa esperança recairá sobre a apreciação do veto, especialmente agora, com o instituto do voto aberto, quem sabe! Aí nós veremos quem é quem, pela vez primeira.

Aproveitando a presença do Ministro, coloco também alguns questionamentos quanto ao Programa de Ajuste Fiscal do Tesouro Nacional (PAF). Da forma como foi colocado, o programa está direcionado exclusivamente para o Município de São Paulo, ao que parece. Por quê? Porque é o único

que se encaixa nas regras colocadas.

Entretanto, outros 180 Municípios – e o Ministro já fez menção a eles aqui – se encontram em situação semelhante à do Município de São Paulo. Qual a razão para não dar a eles as condições de enquadramento facilitado para poderem também ser beneficiados por esse programa?

Encerradas as minhas observações sobre a questão das dívidas, Sr. Presidente, peço licença para abordar rapidamente outro ponto colocado em debate: a guerra fiscal entre os Estados. Esse é um tema particularmente sensível para o meu Estado, Santa Catarina, que está no centro deste debate, pois é um dos Estados que ainda resistem ao acordo sobre as novas alíquotas do ICMS proposto pelo Governo Federal.

Santa Catarina tem seus motivos para isso, Ministro, e apresentou um argumento difícil de ser refutado. O setor agroindustrial catarinense hoje compra insumos com alíquota de 12% e vende sua produção com a mesma alíquota. Se aceitar a proposta do governo, passará a comprar pagando 7% e a vender cobrando 4%.

A conta não fecha, o que poderia levar as agroindústrias a deixarem Santa Catarina e irem, por exemplo, para Mato Grosso, onde o milho está disponível todos os dias. Se elas continuarem lá em Santa Catarina, nós temos que construir a ferrovia mais rapidamente para que o milho chegue lá. Se não, não tem galinha nem suíno que consiga crescer a ponto de se transformar em renda. E nós queremos, sim, Ministro, que esse assunto seja resolvido, e eu cofio que será.

Muita gente em Santa Catarina diz que o Governo Federal é bom, que está fazendo muito. Eu contradito afirmando que o Governo Federal não é bom para Santa Catarina. Ele, na verdade, é apenas um emprestador de dinheiro, quando autoriza BNDES e o Banco do Brasil a realizarem operações de crédito que alcançam 12 bilhões para o Estado só nos últimos dois anos. Está, na verdade, com os empréstimos, exigindo que os catarinenses paguem no futuro o que já vêm pagando desde sempre, na forma de tributos da União.

Somente nos dois últimos anos – já estou encerrando, Sr. Presidente –, Santa Catarina pagou 45 bilhões em impostos ao Governo Federal, e no mesmo período retornaram ao Estado apenas 9 bilhões em investimentos. Ou seja, tirou 45 devolveu 9. É muito pouco, Ministro, para um Estado que contribui com o desenvolvimento do País de forma exemplar.

Perdoe-me a digressão, Sr. Presidente. Retorno à questão do ICMS. Ainda que cheguem a um acordo que necessariamente deverá envolver compensações da União com os Estados, fica a pergunta: o Governo Federal irá

mesmo bancar esse acordo? Se existe essa intenção, não a vimos se materializar na discussão e votação da MP 599. Qual a posição do governo sobre o Projeto de Lei Complementar nº 106, de minha autoria, relatado pelo Senador Armando Monteiro, que cria o Fundo de Compensação de Receitas? V. Ex<sup>a</sup>, Ministro, já disse que ele precisa ser implementado. Só não sei se será o projeto apresentado e relatado na forma de substitutivo pelo Senador Armando Monteiro.

De qualquer forma, sei que já me alongo e vou encerrando, sem deixar de dizer que tenho a convicção de que a discussão sobre o ICMS deveria, sim, estar inserida num debate maior, que contemplasse uma ampla reforma tributária e ajustes nos mecanismos dos Fundos de Participação de Estados e Municípios. Portanto, na reformulação do Pacto Federativo. Mas, já que não está, eu me associo às palavras do Senador Lindbergh Farias, e vamos tratar dos quatro temas que ainda podemos neste ano.

Muito obrigado.

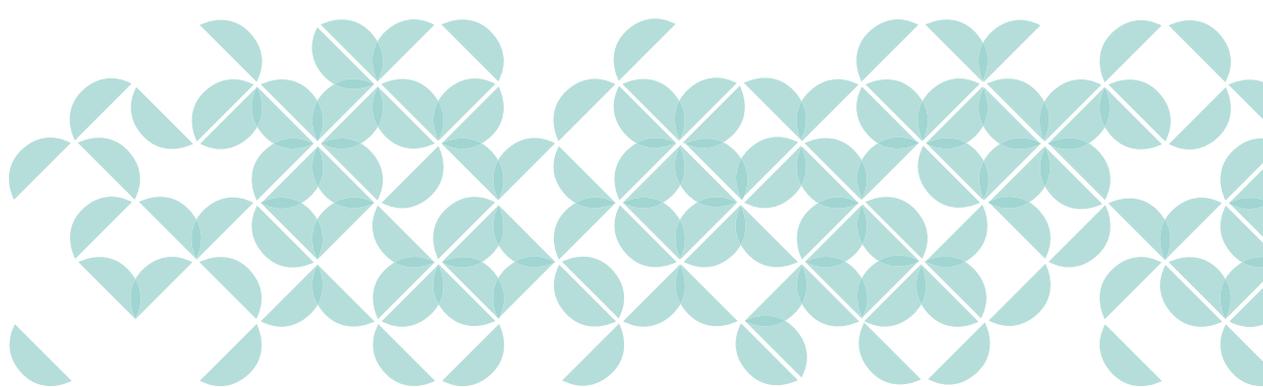
**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Eu queria consultar os Srs. Senadores sobre se concedemos a palavra a todos os inscritos e, logo em seguida, o Ministro responderia, assim como os Governadores, ao final; ou se seria mais prudente, melhor para o debate, para os resultados que queremos, intercalar as intervenções dos Senadores com as respostas consequentes do Ministro ou dos Governadores.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Um bloco só? (*Pausa.*)

Pois não; um bloco só.

Então, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



**“Vamos dividir tudo,  
menos a educação”**

**Cristovam Buarque**  
*Bloco Apoio Governo / PDT-DF*

Bom dia a cada um e a cada uma.

Sr. Presidente, Srs. Governadores, Sr. Ministro, Srs. Senadores, desculpem se saio da aritmética para a filosofia, mas creio que, ao discutir o Pacto Federativo, devemos discutir para quê, qual é o propósito para a Nação brasileira de um pacto entre as suas unidades, e não o contrário, quais são os interesses das suas unidades aos quais a Nação brasileira deve servir.

O Pacto Federativo não se justifica se não tiver objetivos claros de construir uma nação mais forte, mais poderosa. E uma coisa a gente sabe que vai ser preciso para construir essa nação: educação, ciência e tecnologia. E aí, a pergunta é: como é que o Pacto Federativo vai fazer com que melhore essa realidade? Segundo, o Pacto Federativo é para gerar uma decência social. Não faz sentido a gente descentralizar, se piorar a desigualdade; ao mesmo tempo, não faz sentido centralizar, se vai sacrificar as especificidades culturais e econômicas de cada Unidade.

Creio, Srs. Governadores, especialmente, que é um ponto que a gente deveria debater. Se o correto para fazer um Pacto Federativo justo para as unidades e eficiente para o Brasil não implicaria em que a União assumisse

a educação de todas as crianças do Brasil. Que pacto a gente vai fazer, se uma criança que nasce em uma cidade receberá mais dinheiro para a sua educação do que uma criança que nasce em outra cidade? Não é um pacto decente. Estamos discutindo muito como fazer o pacto da distribuição dos recursos, sem saber como essa repartição vai repercutir no conjunto da Nação e em cada brasileiro.

Veja, por exemplo, o caso, Senador Renan, do piso salarial do professor. Os governadores estão desesperados para pagar esse piso. Eu reconheço, já fui governador e sei da dificuldade que é pagar salários. Agora, a saída é baixar o reajuste que a gente teria que fazer em janeiro, de 19,4%, ou é, já que os Estados não podem cumprir com essa lei do reajuste, fazer com que a União assuma a responsabilidade? Até porque, Ministro Mantega, é uma lei federal.

Hoje, para a gente reajustar o piso salarial de acordo com a lei, que é subir para quase R\$2 mil, vai precisar de R\$24 bilhões. Aliás, vai precisar de R\$1,6 bilhão com o reajuste, R\$200,00 por professor, supondo 800 mil professores nessa faixa. Não é uma coisa absurda, mas é absurda para cada governador. E se a União assumisse todo o piso salarial? Daria uns R\$24 bilhões por ano, considerando os treze meses. Isso não é algo impossível.

Mas eu vou mais longe: e por que não temos, dentro de um Pacto Federativo, uma carreira nacional do magistério? De tal maneira que um professor não ganhasse mais ou menos, dependendo da cidade onde ele trabalha, como se existissem brasileiros de primeira classe, de segunda classe, de enésima classe, dentro da ideia de um Pacto Federativo entre unidades que fossem independentes. Não há independência. Há um Pacto Federativo para melhorar o conjunto, e não o conjunto servindo para melhorar cada unidade.

A nossa ideia de pacto, inclusive, surge da imitação dos Estados Unidos. Mas lá foram 13 colônias separadas que se uniram. Aqui, nós éramos um conjunto, que se dividiu.

Eu acho que a gente deveria levar em conta, Senador Renan Calheiros – a quem parabeno muito por estas sessões, não só esta, todas as dos grandes debates, pois daqui eu acho que estão saindo propostas interessantes, e mobilizam a nós próprios, Senadores, por grandes temas –, eu creio que a gente deveria, na mesma medida em que não podemos esquecer a ditadura da aritmética, deixar de colocar um pouquinho da razão da filosofia de para que queremos um Pacto Federativo, quem serão os beneficiados desse Pacto Federativo, nesta geração e nas próximas.

E aí eu deixo como tema de debate que um Pacto Federativo deveria dizer: “Vamos dividir tudo, menos a educação”. Uma criança não deve ter acesso

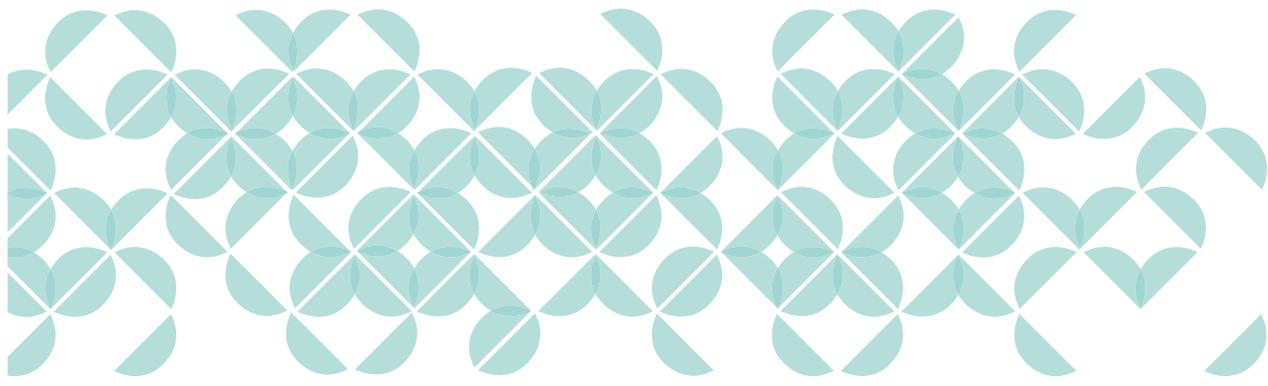
a uma educação diferente dependendo da cidade em que nasceu ou em que vive. Ela teria o mesmo valor, não importando onde nasceu e onde vive. O valor da sua educação seria o mesmo.

É isso o que deixo aqui como reflexão, Senador Renan Calheiros, ao mesmo tempo em que o parabenizo pela sessão dos grandes temas, que estamos fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



## “Guerra fiscal é o maior flagelo que o Brasil enfrenta”

**Delcídio do Amaral**

*Bloco Apoio Governo / PT-MS*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Ministro Guido Mantega; meu caro Governador Silval, do nosso irmão Mato Grosso; meu caro Téo, Governador de Alagoas; Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; e Senador Walter Pinheiro, nosso companheiro.

Sr. Presidente, vou procurar ser bastante expedito na minha fala, mas quero fazer coro à bela exposição do Ministro Guido Mantega sobre esse processo que vem sendo trabalhado há mais de dois anos e meio, já se vão três anos.

Ouvimos secretários de Fazenda, ouvimos governadores, praticamente fizemos, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma reunião do Confaz. Havia pelo menos 17 secretários de Fazenda em uma das reuniões que tive a oportunidade de presidir. Fruto desses entendimentos, foi apresentado um projeto, no final do ano passado, que buscava especificamente o fim da guerra fiscal, o maior flagelo que o Brasil enfrenta hoje. Não se enganem, é o maior flagelo que a economia brasileira enfrenta hoje, com consequências perniciosas para a economia. Quando foram apresentados, esses projetos visavam efetivamente o fim da guerra fiscal. E como acabar com a guerra fiscal? Com a redução das alíquotas até 4%. Depois, fruto de várias negociações que foram feitas, aprovamos uma resolução em que essas alíquotas

chegam a 4%, em 2028. É o Projeto de Resolução do Senado nº 1, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Lindbergh.

Foi aprovado com condicionantes, que são os fundos. O fundo de compensação, em que se aportavam recursos. Em função das notas eletrônicas, que é um meio seguro, aportavam-se recursos para compensar as perdas dos Estados. Ao mesmo tempo, o Fundo de Desenvolvimento Regional, como disse o Ministro Guido Mantega, funcionaria como grande indutor do desenvolvimento nas várias regiões do País e nas várias unidades da Federação.

Esse número de 25 a 75 o Ministro Guido diz que mudou, mas o projeto partiu de 25. Ao longo das negociações, nós conseguimos, a duras penas, ajustar as alíquotas, alongar, ouvir os Estados, as diferenças de modelagens que cada Estado adotou do ponto de vista de regime fiscal. A realidade é que esse processo, como foi dito aqui, fazia parte de um pacote de medidas que o governo encaminhou, entre elas o indexador da dívida, que o Ministro Guido Mantega aqui citou, a convalidação dos incentivos e, junto com isso, como o Governador Teotonio Vilela disse, o comércio eletrônico, um projeto que aprovamos aqui, meu caro Presidente Senador Renan Calheiros, de minha autoria, relatado por V. Ex<sup>a</sup>. Lá na Câmara, surpreendentemente, esse projeto parou.

Portanto, alguns Estados que se beneficiam da situação atual estão empurrando com a barriga. Como disse o Senador Pimentel, guardaram na gaveta para não votar um projeto de extrema relevância. Está parado lá, aparentemente com o relatório pronto, mas a PEC do comércio eletrônico não anda.

Quero aqui registrar o que alguns Estados disseram. Vou citar especificamente São Paulo. Nós negociamos com São Paulo o comércio eletrônico.

O Senador Walter Pinheiro, que está aqui, e todos nós sabemos: o texto que saiu daqui foi negociado inclusive com a Bancada de São Paulo. Aliás, o Senador Walter Pinheiro está lembrando bem: com o Secretário de Fazenda de São Paulo. Depois, surpreendentemente, aquilo que foi acordado aqui, disse que não valia, que não foi esse o entendimento.

Ora, bolas, esse projeto passou pela CAE e passou pela CCJ, portanto, é incompreensível que um entendimento que aqui houve – nós aprovamos, depois, por unanimidade – agora não valha, e inclusive em plenário.

Portanto, esse era o pacote fundamental para o País.

O Confaz esteve prestes a fechar um acordo há alguns meses, inclusive com uma proposta de reduzir a alíquota do Amazonas, da Zona Franca, para

10%, do gás da Bolívia para 10%, havia um entendimento dos demais Estados, a compreensão, saíram 7% do comércio, quando aí, talvez por questões outras – e eu não conheço a realidade do Amazonas –, o Amazonas resolveu não fechar o acordo, quando praticamente todas as unidades da Federação tinham compreensão da importância de se ajustar essa proposta no Confaz.

Isso ajudaria muito, como disse o Ministro Guido Mantega, porque, a partir do encaminhamento no Confaz, isso facilitaria os entendimentos aqui.

Agora, voltando, outras reivindicações surgiram no meio do caminho e, depois, fruto de muitas dificuldades, nós conseguimos chegar a uma proposta, na semana passada, que tinha tudo para que os 27 Estados da Federação fizessem um acordo no Confaz.

Lamentavelmente, nós estávamos conduzindo para uma aprovação por unanimidade quando Santa Catarina levantou uma questão que, fazendo as contas na ponta do lápis – ontem, nós estivemos no Ministério da Fazenda –, nós não entendemos o mérito da preocupação do Estado de Santa Catarina. Depois, entendemos que o problema de Santa Catarina não estava associado ao projeto do ICMS, mas Santa Catarina estava preocupada com a guerra dos portos, que o Ministro Guido Mantega aqui citou, de entendimentos com o BNDES, fruto de um acordo feito na ocasião.

Portanto, nós estamos misturando as coisas. Nós não podemos misturar essas coisas, até pelo que representa essa reforma. Alguém falou aqui em fazer uma reforma tributária ampla. A reforma tributária ampla não funcionou no Brasil exatamente por ser ampla demais. Se atacarmos o ICMS, que é o imposto que talvez seja o fator corrosivo da matriz tributária brasileira, isso representaria 70% de uma reforma tributária. É um avanço extraordinário.

Nós Senadores temos de fazer um esforço grande aqui, na Casa da Federação. Aqui nasceram esses projetos, e é aqui que nós votamos a resolução que está aguardando a decisão do Plenário. Nós não podemos deixar de fazer essa reforma. Do meu ponto de vista, essa é uma das reformas econômicas mais importantes do País. E, como disse o Senador Lindbergh, nós no Senado não podemos nos omitir diante de um quadro extremamente preocupante.

Eu vou registrar aqui o que os Estados e as empresas estão passando com esse quadro de insegurança jurídica, porque, como foi dito aqui pelo Ministro Guido Mantega, já foram julgados inconstitucionais os incentivos – alguns casos. Na hora em que o STF soltar uma súmula vinculante, os empresários vão ter de ressarcir os Estados. E os Governadores respondem por isso.

Por que aconteceu essa distorção? Aconteceu essa distorção, porque não havia unanimidade no Confaz. E eu defendo a unanimidade no Confaz. Isso é muito importante para não criar uma guerra de secessão. Mas exatamente por causa da unanimidade é que os Governadores – com justa razão, porque a Constituição, inclusive, determina que todo esforço seja feito para diminuir as desigualdades regionais – usaram as assembleias legislativas. Isso trouxe desenvolvimento, trouxe geração de emprego, trouxe tecnologia, trouxe renda para os Estados.

O que essa proposta sugere? Zerar o passado, convalidar – porque isso é fundamental para o Brasil – e viver uma nova realidade daqui para frente, com fundo de compensação, com fundo de desenvolvimento regional. Portanto, é extremamente pertinente essa proposta.

E, junto com isso, o indexador da dívida, que ontem a Câmara votou, e o comércio eletrônico. Com isso, nós fecharíamos esse pacote até o final do ano, Presidente, Senador Renan Calheiros, um pacote fundamental para a nossa economia.

Para concluir, Sr. Presidente, queria registrar que esse é um esforço que passa pelo Governo Federal, pelo Congresso Nacional e pelos Estados. Se não entendermos o momento que estamos vivendo e o risco, sem dúvida nenhuma, teremos muitas dores de cabeça ao longo dos próximos meses. Isso é ruim para o Brasil, não é só ruim para os Estados; é ruim para o Brasil, é ruim para nossa economia, é ruim para nosso futuro.

Portanto, entendo, Presidente Renan, que a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos é fundamental para que retomemos esse processo e encontremos uma saída nas próximas semanas. Este é o maior desafio do Congresso Nacional, a aprovação desse pacote de medidas.

Só para registrar, deixou-se agora uma reunião do Confaz em aberto, é uma reunião virtual. Ela abriu na segunda-feira – eu acho, não estou lembrado – e termina na terça-feira às 17 horas. Nós esperamos encontrar nessa instância do Confaz esse entendimento. Agora, é importante registrar – e o Senador Lindbergh aqui disse – que no Confaz é unanimidade, aqui não é, aqui não é unanimidade.

Votamos matérias cujas votações foram muito mais difíceis do que este tema de que estamos tratando aqui, com toda complexidade que tem. Aqui, as pessoas, nós todos não podemos esquecer a votação histórica da guerra dos portos na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, no plenário. E outras votações extremamente relevantes que, apesar das diferenças regionais ou da divergência de alguns Estados, votamos, exercemos essa legitimidade que o voto nos dá representando as unidades da Federação

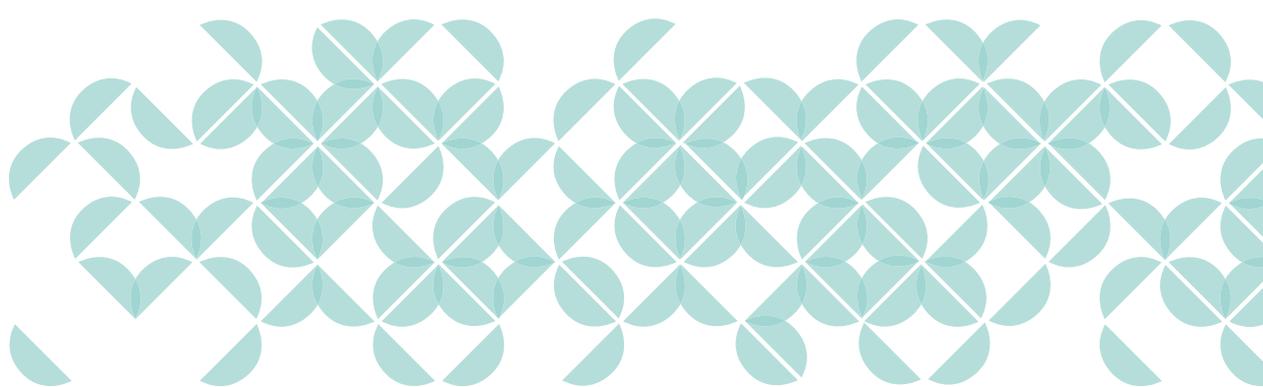
brasileira.

Portanto, precisamos fazer um esforço para que o Confaz encaminhe uma proposta definitiva para o Congresso Nacional. Isso vai nos ajudar. Mas até em função do que isso representa para a economia brasileira, eu acho, Sr. Presidente, que não podemos deixar de votar essas matérias que são cruciais para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio do Amaral.

Concedemos a palavra ao Senador Casildo Maldaner.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



## Guerra dos portos pode servir como ensaio

**Casildo Maldaner**  
*Bloco Maioria / PMDB-SC*

Caro Presidente Renan Calheiros, Ministro da Fazenda Guido Mantega, Governador de Alagoas Teotonio Vilela e Governador de Mato Grosso Silval Barbosa, caro Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, meu caro Walter Pinheiro e demais colegas, confesso que estava aqui com um pronunciamento escrito de seis ou sete páginas, mas acho que vou deixá-lo de lado.

Acompanhando o debate, senti de logo que o Senador Paulo Bauer sintetizou bastante aquilo em que talvez eu fosse adentrar também. Além de ele sintetizar, de trazer questões sobre as quais ouço e vejo palpitações de diversos lados – e não só o Senador Paulo Bauer como os demais colegas. Mas eu senti uma firmeza extraordinária no Presidente Lindbergh na Comissão de Economia, determinando certas datas.

Ele disse que, até as 17h de terça-feira, o Confaz, mesmo virtualmente, vai tentar buscar o entendimento. Disse também o Presidente da Comissão que, até quarta-feira, em princípio, uma comissão de quatro Senadores, a começar pelo Senador Luiz Henrique, do meu Estado, Santa Catarina; se não me engano, o Senador Francisco Dornelles; o Delcídio Amaral, que, há pouco, ocupou esta tribuna; e o Senador Armando Monteiro, que é Relator

de uma matéria substituta do Senador Paulo Bauer.

Eu acho que esses quatro Senadores devem tratar de algumas questões fundamentais sobre as quais estamos pensando nesse novo Pacto Federativo. Inclusive, foram expostas várias dessas teses pelo Ministro da Fazenda.

Apenas faço algumas ponderações. Percebi aqui quando o Senador Delcídio do Amaral a questão de que o Confaz fechou com 24 Estados, com exceção de 3, dentre os quais se encontra Santa Catarina. E descobriu-se ontem – não sei por quais razões –, no Ministério da Fazenda, que uma questão da guerra dos portos estaria atrasando o fechamento com o Confaz, o que não tem nada a ver com a questão do ICMS.

Isso me chamou a atenção. Foi agora. E isso mexeu um pouco com a minha cabeça.

Eu sei que a guerra dos portos, de um certo modo, foi uma questão de ICMS. Foi uma questão de incentivo fiscal. Santa Catarina tem cinco portos, e houve incentivo, a começar na época do governo Luiz Henrique, para motivar, para estruturar, para criar logísticas. Investiu-se muito nesses portos e, com o negócio de unificar, de retirar incentivos, Santa Catarina ia perder cerca de R\$1 bilhão por ano. E aí eu sei que entrou no debate. Vamos compensar, porque não é só a guerra dos portos, é a guerra fiscal também dos Estados, do ICMS, que nós temos que colocar em pauta. E entrou também essa...

Para buscar o entendimento da guerra dos portos, começou-se a criar o Fundo de Compensação, com uma parte orçamentária, que agora eu estou vendo que são 25% e 75%: 25% seriam orçamentários e 75% seriam de fundos de empréstimos por organismos como o BNDES, no caso. Hoje, na guerra dos portos, entrou a questão de fundos de investimento, ou seja, compensação por empréstimos, no caso do BNDES.

Se aqui há a conversa de que a coisa não está fluindo, será que não serve como um ensaio aquela questão dos portos, que é um prelúdio para que venha se fechar agora a questão do Fundo de Compensação, dos 25% e 75%, dos Estados que vão perder na questão dos 7% e 4% do ICMS, e esse fundo que virá compensar os Estados todos do Brasil e os Municípios? Será que aquele dos portos não é um ensaio, se não está acontecendo, se não está fluindo? Eu acho que, até terça-feira à tarde, nós vamos saber se está fluindo ou não está. Se aquele ensaio não está acontecendo, como será o outro, dos próximos anos, do negócio dos 7% e 4%? Quando é o fundo orçamentário, são os 25% orçamentários. Se aquilo é vinculado, é compulsório, tudo bem. Mas e os 75% que serão empréstimos para compensar as perdas? E se essa burocracia não andar? Será que não está ocorrendo na guerra dos portos

aquela compensação sobre a qual já foi fechado o pacto? Vamos ver até terça-feira.

Eu gostaria de sentir, da parte da Fazenda, se o Governo do Estado, o meu Governador... Eu sei que eles têm viajado muito. Florianópolis, BNDES, técnicos, vai Governador, volta, e as coisas não estavam acontecendo. Será que é verdade isso?

Se for verdade, eu tenho algum receio de que, depois da parte dos 75%, que é um fundo regional de compensação que os Estados podem buscar para tentar compensar os seus prejuízos, para chegar a fechar os preâmbulos, as necessidades, se isso não será uma novela que vai e vem e demora para acontecer.

Quer dizer, nós temos, Senador Delcídio, até terça-feira à tarde para tirar essas dúvidas. Espero que Santa Catarina venha a dizer: “Está resolvido; naquele ensaio, não está havendo empacamento, é um pacto que está acontecendo, está indo.” Espero que, até terça-feira à tarde, isso se resolva.

Faço uma oração a Deus. Farei até uma novena. Farei orações, daqui e de lá, vou queimar vela, rezar de trás para frente, de frente para trás, para que, até terça-feira, às 17 horas, esteja tudo ok. Vou torcer, porque isso será um prelúdio, uma antessala do que será o grande pacto do ICMS entre os 27 Estados para os próximos anos.

Vou ficar por aí, porque isso envolve não só o meu Estado, e vai envolver todos nós no Brasil. Eu apenas quero deixar uma reflexão, talvez, aos quatro Senadores, que são os grandes da ideia de um novo pacto para o Brasil. Só vou deixar um questionamento, uma reflexão. E os quatro Senadores vão trazer... Quem sabe até, na quarta-feira, Senador Lindbergh, na Comissão de Economia, poderemos ter a clarividência de encontrar o caminho. Porque, eu me recordo que em 88, quando foi instituída a nova participação do Fundo de Participação dos Estados e do FPM, na época, 76% eram resultado da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. Isso, em 1988. Representavam 76% o Fundo de Participação, o Imposto de Renda e o IPI do bolo geral da União. Só sei que, atualmente, baixou de 76 e está representando em torno de 55% do bolo do IPI e do Imposto de Renda. De 76, em 88, baixou agora para 55. Só que a arrecadação do bolo da União, em função de arrecadações de contribuições outras da União, de 24 passou para 46, em função de contribuições que ficam somente com a União, porque os Estados e Municípios não têm participado.

Tomara que, dos quatro Senadores que vão trazer a proposta, quarta-feira agora, Senador Lindbergh, na Comissão de Economia, nós encontremos também, porque isso vai ser uma questão para o futuro; vai ser um enten-

dimento entre todos nós.

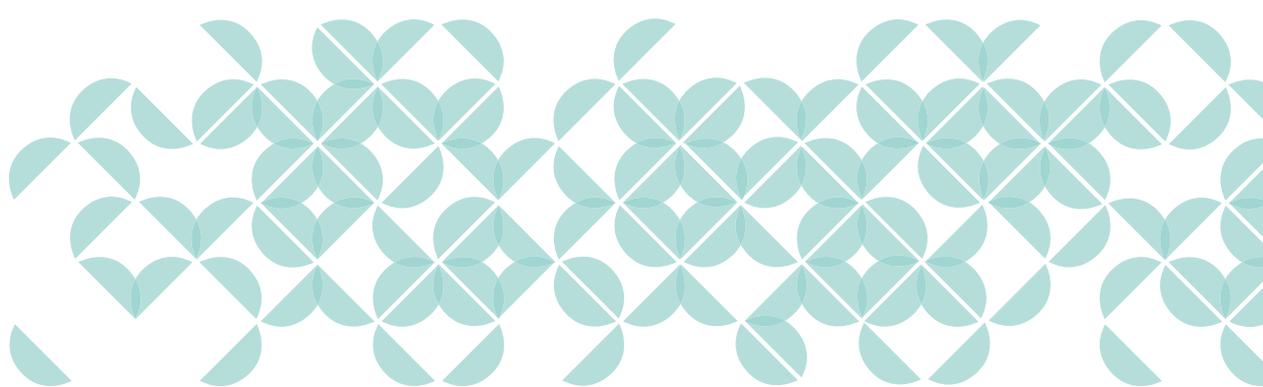
Acho que isso é um enquadramento que vamos buscar sem entrarmos em outros detalhes. Acho que foi um avanço da Câmara, virá para cá. Sou um daqueles – não só porque exerci por certo tempo, embora curto, as funções de governador do meu Estado – que torcem para que busquemos isso agora.

Quero cumprimentá-lo, Senador Lindbergh. V. Ex<sup>a</sup> tem aspirações, está num caminho correto, é um menino que era muito irrequieto, hoje é ponderado; era saltitante e hoje pisa calmo e conduz com firmeza. Vamos buscar isso. Acho que até quarta-feira, se Deus quiser, as minhas novenas, rezando de trás para frente, queimando vela, encontraremos os caminhos. Oxalá esse seja o acontecimento, o melhor da história para todos nós, entre o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais. E poderemos, Ministro da Fazenda, nos abraçar entre todos nós. Esse é o caminho! Somos irmãos, somos brasileiros e é por aí, por debate democrático, que encontraremos as melhores luzes, a luz do fim do túnel, e tomara que não seja uma moto na contramão.

Pelo amor de Deus, vamos encontrar isso juntamente. E acredito que deveremos lá chegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos ao Senador Casildo Maldaner e, de pronto, concedemos a palavra ao Senador Anibal Diniz.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



## Pacto para não aumentar custos de estados e municípios

**Anibal Diniz**

*Bloco Apoio Governo / PT-AC*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega; Ex<sup>mo</sup> Sr. Governador do Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa; e o Ex<sup>mo</sup> Sr. Governador Teotonio Vilela, para quem trago um abraço do Gilberto Braga de Melo, o Giba, que deixou Pernambuco para viver na melhor terra do mundo, que é o Acre; meus colegas Senadores, Lindbergh Farias e Walter Pinheiro, esse debate temático sobre o Pacto Federativo acontece num momento muito oportuno.

Tenho todos os motivos para elogiar o Presidente Renan Calheiros e os Senadores proponentes, porque a Carta Constitucional de 1988 determina que: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito...”

E a Constituição também assegura, no §4º, em seu art. 6º, que: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir [...] a forma federativa [do Brasil].” Se nós estamos diante de uma cláusula pétrea de que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel de suas unidades federativas, logo cabe ao Senado Federal, que é a representação das unidades federativas, encontrar soluções para os problemas que dizem

respeito ao Pacto Federativo.

Eu acompanhei com muita atenção a exposição do Ministro Guido Mantega e quero cumprimentá-lo pela contribuição fantástica que tem dado no sentido de fazer com que o governo brasileiro e o Brasil estejam nas condições em que estão hoje.

Poderíamos pegar vários aspectos da sua exposição, mas me atendo a uma única informação que me parece muito relevante. Primeiro, que os Estados e Municípios tenham ao longo do tempo reduzido o seu comprometimento em relação às suas dívidas. E o segundo aspecto, numa das cartelas do Ministro, é que, nas dívidas subnacionais apresentadas hoje no mundo, o Brasil está numa posição bem confortável. Enquanto temos o Canadá com 39,5%, o Japão com 38%, a Alemanha com 32%, Estados Unidos com 24%, China com 18%, o Brasil está lá embaixo com 12,7%. O que é algo absolutamente alvissareiro.

E eu acrescentaria outro dado importante que é motivo de inveja em relação ao Brasil no mundo, que é hoje a nossa taxa de desemprego de 5,3%. Isso, sem heresia, é praticamente falar de pleno emprego, porque também temos que dar o direito à rotatividade do trabalho, porque as pessoas também podem tranquilamente mudar de um trabalho para outro. Exigir que seja taxa zero de desemprego é querer demais e seria um tanto quanto ditatorial. Acho que 5,3% de desemprego é algo que nos coloca em posição de absoluto destaque no mundo.

Ao mesmo tempo em que nós comemoramos esses índices, frutos desses 10, 11 anos de acertos do nosso governo, com o Presidente Lula, com a nossa Presidenta Dilma – e nós temos, sim, que comemorar muito esses dados –, nós temos que comemorar muito uma execução de R\$665 bilhões do PAC, em 2011/2012. Nós temos todos os motivos para comemorar os avanços que tivemos. E essa licitação de Libra, com esse arranjo feito com a Petrobras, com 40% desse consórcio e de todos os resultados que vão ser possíveis nos próximos 35 anos, com a possibilidade de a gente ter aí pelo menos R\$1 trilhão para investir na melhoria do Brasil, principalmente no que diz respeito àquilo que nos é mais caro – a educação, a saúde –, isso tudo é motivo de muita comemoração. Mas o Brasil só pode ser plenamente feliz se o povo que vive nas unidades federativas também se sentir feliz. E nós temos que reconhecer que os últimos anos têm sido muito difíceis para Estados e Municípios. Eu pego aqui o exemplo do Estado do Acre: no ano de 2009, nós tivemos uma execução orçamentária 15,5% inferior ao que estava programado no Orçamento Geral da União; no ano de 2010, tivemos uma redução de 8,31%; 2011, 4,86%; 2012, 11,72%; e agora, em 2013, a gente já tem um acumulado de 8,89%.

A redução de repasses para Estados do Norte e Nordeste, que são absolutamente dependentes do FPE, é algo que coloca em extrema dificuldade esses Estados. Nós temos certamente Estados que terão dificuldade de pagar o 13º e alguns, invariavelmente, estão marchando para a falência em função dessa redução de repasses. E a gente precisa fazer uma reflexão sobre a necessidade de esses Estados e Municípios encontrarem uma forma de sobrevivência. O endividamento é muito elevado. Hoje o Acre compromete 11,24% da sua receita corrente líquida com o pagamento da dívida. Um Estado pobre, isolado como o Acre, não pode ter 11,24% das suas receitas comprometidas com o pagamento da dívida, e ficar com zero para investimento, porque a União não precisa desse dinheiro. É muito pouco para a União.

Eu tenho certeza de que é possível a gente encontrar mecanismos, ainda que a Lei nº 101 impeça o mecanismo da renegociação das dívidas. Nós temos que encontrar caminhos. E o Senado, com a pauta desses quatro itens, Senador Lindbergh, que estão na Comissão de Assuntos Econômicos, e alguns para serem votados neste plenário, tem que encontrar uma saída também para isso.

Outro aspecto, que foi colocado na cartela de nº 16, se não me engano, da exposição do Ministro, é essa notícia de que o BNDES não financiará novamente novos empreendimentos dos Estados.

Isso também é desastroso para Estados e Municípios porque nós precisamos, sim, buscar operações financeiras junto ao BNDES, até porque, quando esses investimentos acontecem nos Estados, a gente tem uma possibilidade de arrecadar ICMS a partir desses investimentos.

Então, nós precisamos também ter um mecanismo de proteção que parta do Ministério da Fazenda, do Banco Central no sentido de proteger os Estados e encontrar a melhor forma de não criar mais dificuldades para os Estados.

Ao Governador Teotonio Vilela, digo que concordo plenamente. Acho que nós Parlamentares precisamos assumir um pacto com Estados e Municípios de não votar mais nada que implique custos para Estados e Municípios.

Quando se fala de PEC 300, para conseguir um piso salarial das Forças de Segurança, isso é um choque para todos os governadores dos Estados, porque é impossível imaginar que a gente vai continuar legislando, criando situações para aumentar ainda mais as dificuldades de Estados e Municípios.

Eu acho que, da mesma forma como nós temos que buscar uma humanização da equipe econômica do governo no sentido de se sensibilizar com o drama dos Estados e dos Municípios, nós, parlamentares, temos que ter

a sensibilidade de evitarmos tantos holofotes, evitarmos tantas bandeiras populistas e assumirmos definitivamente a responsabilidade de expressar nossa solidariedade com Estados e Municípios, principalmente as unidades da Federação que nós representamos, no sentido de não legislarmos mais em assunto algum que implique novos custos para as nossas unidades federativas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos ao Senador Anibal Diniz.

Concedemos a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

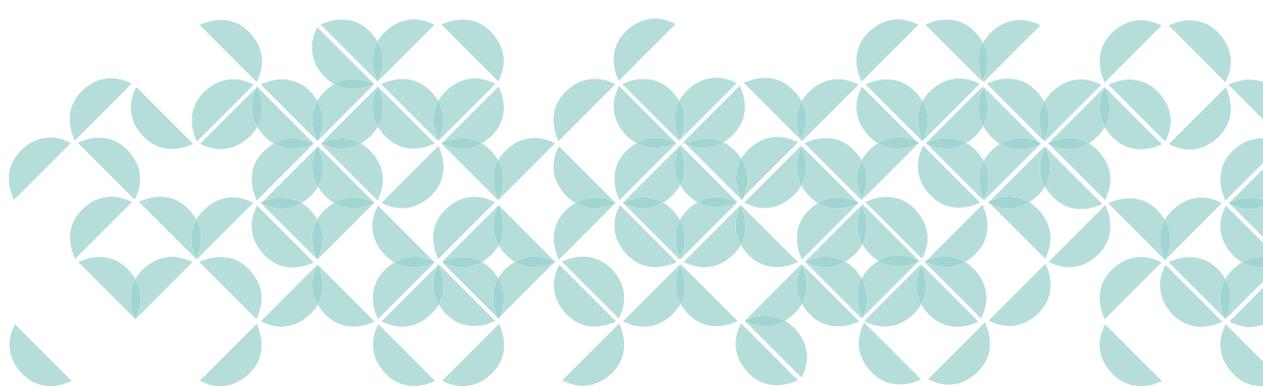
**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP-RS) – Sr. Presidente Renan Calheiros, quero só pedir uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP-RS) – A ordem das inscrições está sendo alterada? A que tenho aqui não é a mesma, Sr. Presidente. Eu gostaria de um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Não; não está sendo alterada, não. Agora, fala a Vanessa Grazziotin; em seguida, o Senador Luiz Henrique, o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Waldemir Moka e o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## “Zona Franca precisa muito mais do que compensação”

**Vanessa Grazziotin**  
*Bloco Apoio Governo / PCdoB-AM*

Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, quero cumprimentar o Ministro Guido Mantega; os Governadores de Alagoas e de Mato Grosso, o Governador Teotonio e o Governador Silval; o atual Presidente Lindbergh, não tão saltitante hoje quanto o Senador Casildo Maldaner; e o proponente desta sessão, o Senador Walter Pinheiro.

Quero dizer que estou entusiasmada com o debate, Sr. Presidente. Este debate veio ao plenário hoje e tem sido constante na Comissão de Assuntos Econômicos. E acho que há uma boa sinalização, porque, quanto aos temas debatidos até agora, definitivamente alguma coisa se aprovou, talvez não tudo o que queríamos. Debates aqui a reforma política. Não chegamos a aprovar a reforma política como um todo, mas já aprovamos algumas modificações na legislação eleitoral.

Hoje, estamos debatendo a questão do Pacto Federativo. Não é um assunto simples de debater, porque são 27 Unidades da Federação em um País que tem características continentais, como sabe o Ministro Guido Mantega melhor do que qualquer um de nós, e que é profundamente marcado não só pelas diferenças sociais, mas principalmente pelas diferenças regionais. Quando falamos num novo Pacto Federativo, nós temos de buscar esse

novo Pacto Federativo a fim de diminuir as desigualdades.

De todas aquelas transparências aqui mostradas, há uma muito positiva que mostra o desenvolvimento econômico mais acelerado nas regiões menos desenvolvidas do que nas mais desenvolvidas. Entretanto, precisamos fazer uma análise. O Norte e o Nordeste brasileiros, nesses últimos tempos, têm alcançado um desenvolvimento maior. O que tem feito com que essas Regiões consigam crescer mais do que as Regiões Sudeste e Sul do País? Será que não seria, em boa parte, por conta desses incentivos fiscais que os Estados brasileiros, à revelia da legislação brasileira, têm concedido? Creio que, em boa parte, sim, cobrindo um vácuo da ausência de uma política mais clara de desenvolvimento regional para o nosso País!

Entretanto, Ministro, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que, com a guerra fiscal gerada a partir da utilização do ICMS, nós estamos colhendo mais frutos negativos do que positivos. Concordo com isso plenamente. Essa fase já está esgotada, porque, hoje, quem concede isenções e incentivos fiscais não são só os Estados do Nordeste e do Norte do Brasil, mas também os Estados ricos e desenvolvidos. De fato, isso tem corroído as finanças, não há dúvida quanto a isso.

Para nós, para mim – eu venho do Amazonas –, esse é um tema difícil, porque representamos a exceção do sistema tributário brasileiro. E trabalhar a exceção não é fácil. Como promover a modificação? Como equalizar, em um mesmo percentual, a alíquota de ICMS sem permitir que haja perdas? Através da compensação! Mas a Zona Franca precisa muito mais do que compensação.

Ministro, quero cumprimentar o governo. Antigamente, a gente corria para resolver um problema que vinha a partir do Executivo em relação à Zona Franca. Hoje, não! Hoje, temos no Executivo um grande aliado, porque a primeira proposta que aqui chegou veio com um tratamento diferenciado quanto à Zona Franca de Manaus, numa demonstração do compromisso do Governo Federal não só com o Amazonas, mas também com o desenvolvimento do Norte, de uma parte importante do Norte.

Tenho conversado com o Governador. Do ponto de vista do Amazonas, o acordo está feito. E não tenho dúvida alguma de que, aqui, o acordo feito se replicará. Entretanto, precisamos de segurança no que diz respeito à informática, ao setor de informática, que é um segmento incentivado no Brasil, não só na Zona Franca, mas em todo o território nacional. Há uma pequena parcela do setor instalada no Estado, e não podemos perdê-la.

Como fazer com que o Amazonas não perca, se a proposta é baixar a alíquota para 7%? A proposta é deixar a alíquota do ICMS em 10% e em 7%

para o setor de informática. Teríamos de ter outra vantagem, que, na prática, não seria vantagem, mas seria uma diferenciação, para pelo menos garantir a competitividade da Zona Franca de Manaus, que está a milhares de quilômetros do grande centro consumidor do País. E isso se encaminha pelo CRA, através do CRA. Há a diminuição do imposto de importação através do Coeficiente de Redução Aduaneira.

Então, pergunto ao Ministro se é fato que podemos incluir na resolução essa questão, para que nós tenhamos também a segurança que todos os Estados querem em relação ao Fundo de Compensação. É um debate importante. E não sei se vamos poder fechar o ano com essas mudanças todas aprovadas. Mas não tenho dúvida de que pelo menos grande parte delas será aprovada.

Presidente Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup>, com toda a sua experiência, e o Senador Lindbergh, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, com todas as suas pretensões, têm nos ajudado muito no desenvolvimento do debate e, muito mais do que isso, na busca desse acordo.

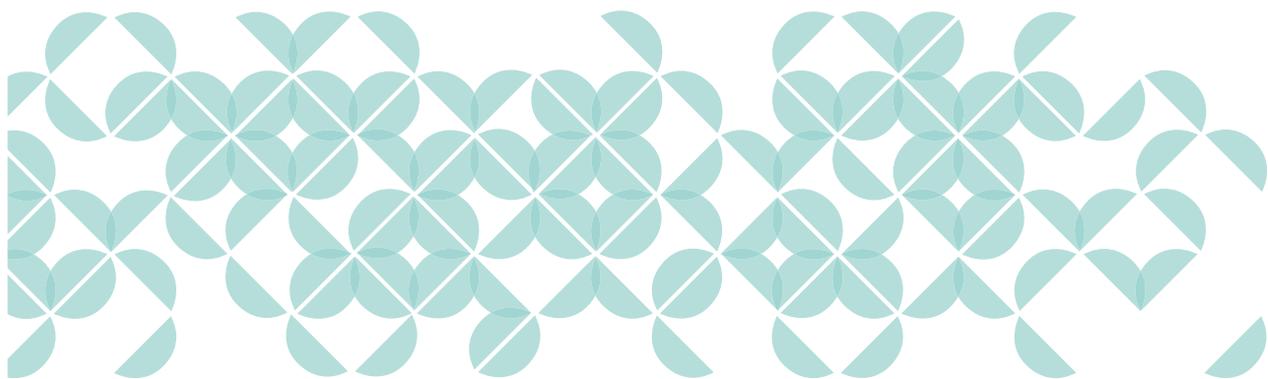
Então, cumprimento os autores do requerimento de realização desta sessão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos à Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## Conversão da dívida pública em obras e em inovação

**Luiz Henrique**

*Bloco Maioria / PMDB-SC*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, vou procurar ser breve, telegráfico, respeitando dois adiantados: o adiantado da hora e o adiantado da fome.

Cumprimento o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, que nos honra mais uma vez com sua presença, Prof. Guido Mantega; e o Sr. Governador do Estado do Mato Grosso, Dr. Silval da Cunha Barbosa.

Meu caro Governador do Estado do Alagoas, Senador Teotonio Vilela, ao saudá-lo, quero dizer que um dos grandes orgulhos que tenho na minha vida pública de 40 anos é ter vivido intensamente com seu pai nos seus últimos seis meses de luta e de vida.

Meu caro Colega Senador Lindbergh Farias, dinâmico Presidente da nossa Comissão de Assuntos Econômicos; meu caro Colega Senador Walter Pinheiro, proponente desta importante sessão de debates; Sr<sup>as</sup> Senadoras; Srs. Senadores, vou ater-me a um único tema, meu caro Ministro Guido Mantega.

Eu propus um Projeto de Lei no Senado, o de nº 335, levando a Nação a uma propositura que, no meu entendimento, ao mesmo tempo acelera o

crescimento do País, através da multiplicação dos investimentos, desafoga os Estados e lhes dá a capacidade de atuar fortemente naquilo em que estão tolhidos pela grave situação de caixa: obras de infraestrutura e programas de inovação e de pesquisa científica e tecnológica.

De que trata o Projeto, Sr. Ministro? Eu já tive oportunidade de lhe falar dele pessoalmente. O Projeto trata de converter 20% da dívida paga mensalmente à União nessas obras de infraestrutura e em programas de investimento em ciência, em tecnologia e em inovação. Isso, não tenho dúvida, aumentará a velocidade de crescimento do País. Um programa como esse, que transformará o Brasil como um todo num canteiro de obras, haverá de contribuir decisivamente para o crescimento acelerado do Produto Interno Bruto.

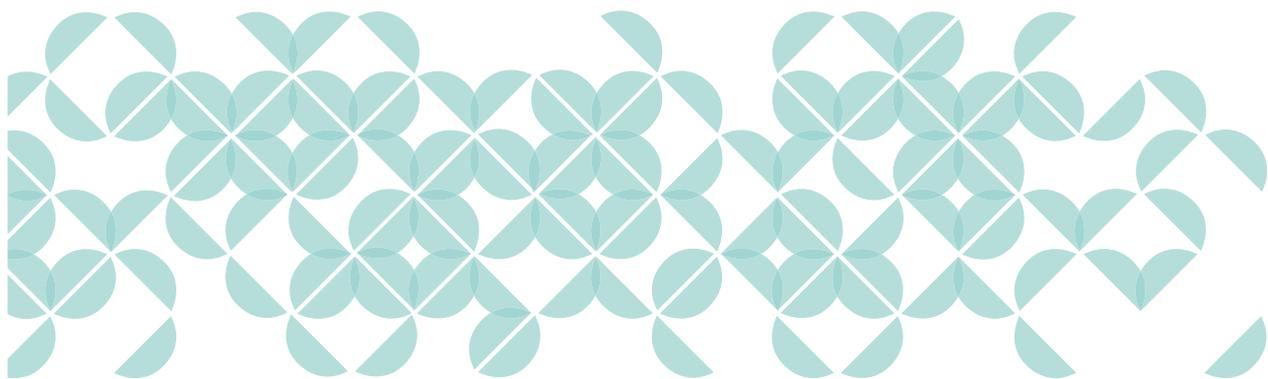
Telegraficamente, Sr. Ministro, Sr. Presidente, é a proposta que quero fazer aqui. A Senadora Ana Amélia é a Relatora do Projeto. Vou deixar à Senadora a oportunidade de dar mais detalhes a respeito da consistência dessa proposição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



## Fim da guerra fiscal com garantia de desenvolvimento

**Flexa Ribeiro**

*Bloco Minoria / PSDB-PA*

Cumprimento o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; o Ex<sup>mo</sup> Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; o Governador de Mato Grosso, Silval Barbosa; o querido Governador do Estado do Alagoas, Teotonio Vilela Filho; o Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias; o Senador Walter Pinheiro, autor do requerimento desta sessão de debates temáticos; as Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores.

Senador Renan Calheiros, quero iniciar meu pronunciamento cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> pela execução destas sessões de debates temáticos no plenário do Senado Federal. Elas vêm ao encontro daquilo que o Plenário, como um todo, já pedia a V. Ex<sup>a</sup>, para que pudéssemos nos debruçar mais profundamente sobre os temas que dizem respeito às questões de interesse nacional, não deixando de lado, evidentemente, o interesse de cada unidade federativa, mas pensando o Brasil em primeiro lugar.

Sem me alongar, quero deixar claro, como já foi dito por alguns Senadores e Senadoras que me antecederam, que estamos hoje querendo terminar essa guerra fiscal, que foi criada por falta de um instrumento do Governo Federal, por falta de uma política de diminuição das desigualdades regionais. Então, os Estados menos desenvolvidos e mais afastados se viram numa

situação de não ter como atrair investimentos para o seu território, sem que eles pudessem oferecer algo em troca. Hoje, já se sabe que não há mais um resultado positivo, porque a perda de receita já é maior que o crescimento que esses investimentos estão trazendo.

Então, é evidente que há o consenso de que se precisa encontrar uma equação para que termine a guerra fiscal. Ao mesmo tempo, é preciso, Ministro Guido Mantega, que os Estados ainda menos desenvolvidos tenham instrumentos para que possam avançar no desenvolvimento.

V. Ex<sup>a</sup> mostrou aqui uma transparência em que a Região Norte teve um percentual de PIB maior de crescimento do que o do Sul, do que o do Sudeste e um pouco maior que o do Nordeste, também maior que o do Sul e o do Sudeste, querendo dizer que as desigualdades regionais estão sendo diminuídas, mas, na verdade, esse aumento, esse crescimento mostrado por V. Ex<sup>a</sup> ainda é muito pequeno em relação ao desenvolvimento do Sul e do Sudeste. Com o Sul e o Sudeste crescendo 3,5% do PIB, enquanto o Nordeste cresce 4%, nós nos estamos afastando cada vez mais. Em números absolutos, nós nos afastamos mais, em vez de diminuirmos essa desigualdade. Seria preciso que houvesse uma vantagem, um aumento maior dessas Regiões menos desenvolvidas em relação ao crescimento do Sul e do Sudeste.

Isso só acontecerá se houver uma descentralização da indústria brasileira, criando incentivos, como foi feito para o Nordeste. Alguns Estados do Nordeste já puderam ter, no seu território, indústrias automobilísticas, que são estruturantes. Que elas pudessem chegar também as outras Regiões, principalmente ao Norte, porque até o Centro-Oeste já teve essa oportunidade.

Ministro Guido Mantega, nós estamos tratando aqui da revisão do Pacto Federativo, mas, em vez de fazermos essa revisão de uma forma ampla, como todos nós gostaríamos – e sabemos, evidentemente, que não é possível –, nós a estamos fazendo fatiada novamente. Que a façamos fatiada, mas que façamos sem que ela traga prejuízos para determinadas unidades da Federação, que são insustentáveis.

Nós temos o indexador da dívida, que já foi aprovado, ontem, na Câmara, e virá para o Senado.

O Senador Paulo Bauer colocou, como preocupação dele, o fato de não ter havido uma redução do percentual da receita líquida da prestação paga pelos Estados, mas acredito que, com a redução dessa parcela – seria o teto do pagamento esses percentuais de dívida –, não chegará a esse teto, que está previsto, já, nos acordos. Com isso, estaria resolvido.

A CAE aprovou o PRS nº 01, de 2013, que está no plenário para ser discuti-

do e que parou porque o governo viu que, realmente, aquele PRS não era a solução. O Senador Walter Pinheiro já disse que ele era o Relator da medida provisória que tratava, praticamente, da consolidação do PRS, mas que ela foi “deixada a morrer”, vamos dizer. Ela não morreu. Foi deixada a morrer por interesses talvez maiores do governo em relação a tentar um acordo. Está-se tentando até hoje, mas ainda não se conseguiu.

Naquele PRS, Ministro Mantega, o meu Estado, o Estado do Pará, se colocava isolado completamente dos demais Estados da Região Norte. Criavam-se zonas de livre comércio, já criadas em todos os Estados da Região Norte, e o Pará, que é penalizado hoje pela Lei Kandir – vou falar a respeito mais adiante – ficaria, então, numa situação insustentável nas trocas entre os Estados da Região Norte. Ninguém mais faria investimentos no Pará, porque faria no Amapá, faria nos outros Estados vizinhos ao nosso, que estão atendidos pelo PRS nº 1.

O Senador Walter Pinheiro, como Relator da medida provisória, corrigia isso, criando zonas de livre comércio no Estado do Pará, em Barcarena e em Marabá, para que, com isso, pudesse igualar o Estado nas trocas interestaduais.

Então, é preciso, Ministro Mantega, que o Pará seja olhado de uma forma diferenciada em relação aos demais Estados da Amazônia pela situação em que ele se encontra no Norte do nosso País.

Eu vejo que o instrumento de desenvolvimento que essa equação está tentando fazer virá através do fundo de compensação e do fundo de desenvolvimento regional, mas a preocupação dos governadores, Ministro Mantega, é no sentido de que esses fundos têm que estar constitucionalizados. Caso contrário, não haverá segurança desses governadores de que possam vir a receber esses valores. Por que isso? Porque já passaram pelo trauma da Lei Kandir. Há quase duas décadas, começou um ressarcimento da ordem de 70% das perdas, e hoje o ressarcimento é de 10% das perdas.

Se não houver a constitucionalização desses fundos que venha a compensar as perdas do ICMS e se não vierem garantias de políticas de desenvolvimento para esses Estados, não haverá como suportar essa equalização que está sendo proposta. Pelo menos, falo em relação ao Estado do Pará, que é aquele que tenho aqui a obrigação constitucional de defender.

Eu diria, Ministro Mantega, que poderíamos, sim, avançar.

Fiz uma emenda ao projeto que está tramitando na CAE, para que, na oportunidade em que estamos criando esse fundo de compensação e o fundo de desenvolvimento, se criasse um fundo para resolver o problema da Lei

Kandir. E os valores da Lei Kandir hoje representam perda para os Estados – e quase todos os Estados perdem com a Lei Kandir – na ordem de R\$32 bilhões. Não é nada que dê para assustar em relação aos números que V. Ex<sup>a</sup> colocou aqui.

Então, poderia haver um esforço do governo. Talvez fosse até mais fácil a negociação, porque, das 27 unidades da Federação, 21 ou 22 têm perdas com a Lei Kandir. Então, se elas fossem ressarcidas dessas perdas, a negociação poderia ser facilitada. O Pará perde por ano, Ministro Mantega, algo em torno de 1,5 bilhão de receita própria com a Lei Kandir, que são 5% da perda de todas as unidades da Federação.

Não digo que a responsabilidade seja do Executivo. Falta vontade ao Executivo, mas a responsabilidade é do Congresso Nacional, porque está claro que tínhamos que aprovar uma lei complementar que regulamentasse a perda da Lei Kandir e não o fizemos. Não há vontade política do Governo Federal, é verdade, mas também não há vontade política do Congresso Nacional para aprovar a lei complementar que regulamenta a perda com a Lei Kandir e, com isso, resolver a situação.

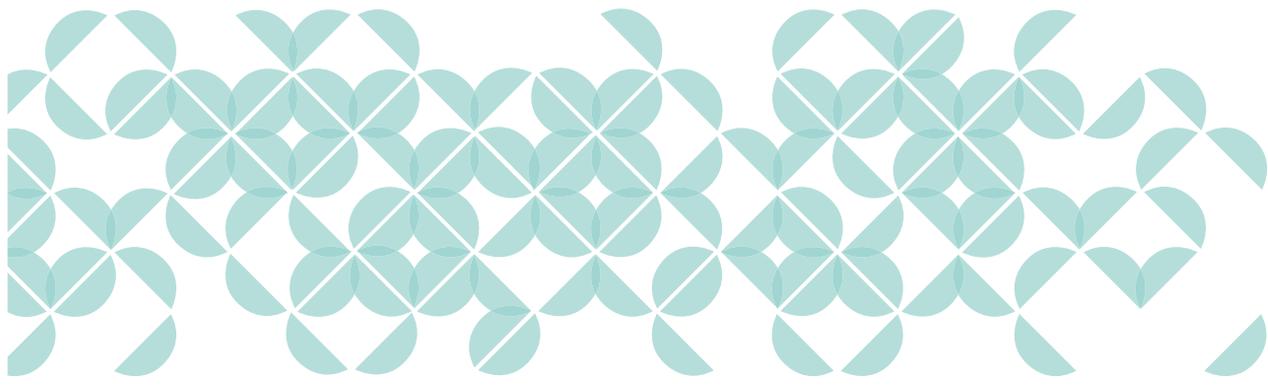
Quero parabenizar o Senador Lindbergh, como Presidente da CAE, que tem mantido permanentemente na pauta essa questão, porque é importante que a resolvamos ainda neste ano, pois o ano que vem é um ano atípico, um ano de eleições.

Acredito, Ministro Mantega, que não podemos deixar de resolver a questão do comércio eletrônico. O comércio eletrônico tem crescido de forma assustadora, está chegando hoje a algo que extrapola R\$30 bilhões nas transações, e o ICMS do comércio eletrônico está concentrado em poucos Estados, onde estão as grandes empresas que fazem a comercialização. É preciso que haja também a redistribuição do ICMS do comércio eletrônico.

Acho que esse ponto, assim como os outros aqui colocados, deve ser incorporado como um que deva ser resolvido nessa negociação em curso.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Não é choradeira, é o clamor dos governadores”

**Ana Amélia**  
*Bloco Maioria / PP-RS*

Caro Presidente, para economia de tempo – o Ministro pacientemente está aqui, nesta sessão, que começou às 10h –, quero agradecer e me associar às palavras de todos os Senadores que me antecederam em relação à oportunidade deste debate.

Quero também agradecer a presença dos Governadores de Alagoas e de Mato Grosso, Teotonio Vilela Filho e Silval Barbosa; agradeço também ao Senador Lindbergh Farias, da Comissão de Assuntos Econômicos; ao Senador Walter Pinheiro e, especialmente, é claro, ao Ministro Guido Mantega.

Ministro, permita-me, eu desejaria muito que o otimismo de V. Ex<sup>a</sup> em relação a Libra, tão bem destacado por V. Ex<sup>a</sup>, se confirme. Quanto maior for o preço do petróleo, mais *royalties* receberão também os Estados não produtores como o meu, o Rio Grande do Sul. Mas isso vai depender dos humores do mercado internacional e desse preço. Então, temos que aguardar. Tomara mesmo que os preços sejam desse nível para nos estimular.

Eu queria fazer uma observação também. V. Ex<sup>a</sup> mostrou, na sua apresentação, a política que propiciou a redução dos desequilíbrios regionais. Isso é muito positivo, não fosse o fato de que esse desequilíbrio foi reduzido à

custa de guerra fiscal. E, quanto a isso, eu gostaria de chamar a atenção para a posição do Senador Lindbergh Farias, muito apropriada em relação a essa matéria e sobre as questões relacionadas à segurança jurídica para todos os setores da economia brasileira.

O empreendedor precisa de regras claras, e nós mudamos, seja no âmbito dos impostos municipais, seja no âmbito da guerra fiscal, e isso cria realmente uma incerteza.

Então, vejam só: o Norte e o Nordeste tiveram, de fato, como disse V. Ex<sup>a</sup> – o Norte da nossa querida Vanessa Grazziotin –, crescimento de 5,2% do PIB, de 2000 a 2010; o Nordeste, 4%; e o Centro Oeste, especialmente tocado por Mato Grosso, Goiás e Tocantins, 4,7%. Em compensação, a minha Região, o Sul do País, 3,2%. Isso porque as nossas empresas se transferiram para lá, os geradores de emprego, o setor coureiro-calçadista, grande empregador de mão de obra.

Nós não reclamamos que esses Estados, essas regiões se desenvolvam. Elas precisam, para criar um desenvolvimento adequado ao País, mais harmônico. Nós queremos isso. Só que isso foi feito à custa dessa política fiscal. Portanto, nós precisamos exatamente resolver essa questão, de uma vez por todas, porque se não ficaremos aqui fazendo outros debates. Vou ao ponto para ser bem objetiva.

Nós festejamos também, Presidente Renan Calheiros, o que a Câmara decidiu ontem sobre a renegociação da dívida. Na verdade, nós estamos falando sobre estoque da dívida. Nós não estamos falando do fluxo da dívida, e o fluxo continua um peso para os Estados. E aí entra o que o Senador Luiz Henrique está propondo adequadamente, como ex-Governador, com toda a capacidade e criatividade que teve de fazer uma proposta. Nesse caso, eu gostaria de saber de V. Ex<sup>a</sup> qual é a posição do governo a respeito disso.

O projeto do Senador Luiz Henrique autoriza o desconto de valor equivalente a 20% do saldo devedor das dívidas refinanciadas pela União, desde que – este é o fator – os recursos resultantes sejam obrigatória e exclusivamente destinados pelos entes federados, Estados e Municípios, beneficiados a programas de investimentos em áreas de mobilidade urbana – as ruas foram nos indicar isso –, infraestrutura, inovação e tecnologia.

Ora, Ministro, o senhor conhece bem, porque tem acompanhado a choradeira adequada. Não é choradeira, é o clamor dos governadores e dos prefeitos.

Eu sou uma Senadora municipalista. Presido aqui, por deferência do Senador Lindbergh Farias, a Subcomissão de Assuntos Municipais. Como visto,

esse projeto não autoriza a realização de operações de crédito entre a União e os entes federados devedores, nem trata de postergação ou refinanciamento de dívidas. Objetivamente, reconhece que as diferenças entre a evolução dos índices de atualização monetária dos saldos devedores, adotados nos contratos, e as dos que expressam o comportamento das suas receitas têm implicado um encargo financeiro muito pesado e não proporcional à capacidade financeira dos Estados e Municípios, devedores da prima rica, da União. Por outro lado, como o projeto reconhece o abatimento de 20% do saldo devedor como amortização antecipada, ele ainda propiciará aos entes devedores alívio do fluxo de pagamento de serviço da dívida. Essa é a questão, porque, se não for modificado, o fluxo continua elevado.

Os valores liberados são, no nosso entendimento, suficientes para confirmar o financiamento de programas de investimento nessas áreas a que me referi: mobilidade urbana, infraestrutura e inovação em tecnologia. Isso dá o compartilhamento de responsabilidades e cria uma situação de maior facilidade, porque, Ministro, quem está na base – o prefeito e o governador – tem muito mais precisa a necessidade prioritária para fazer as aplicações. Fazer a aplicação e decidir a política em Brasília é muito distante. Até o dinheiro chegar lá, ele vai sendo consumido pelo caminho.

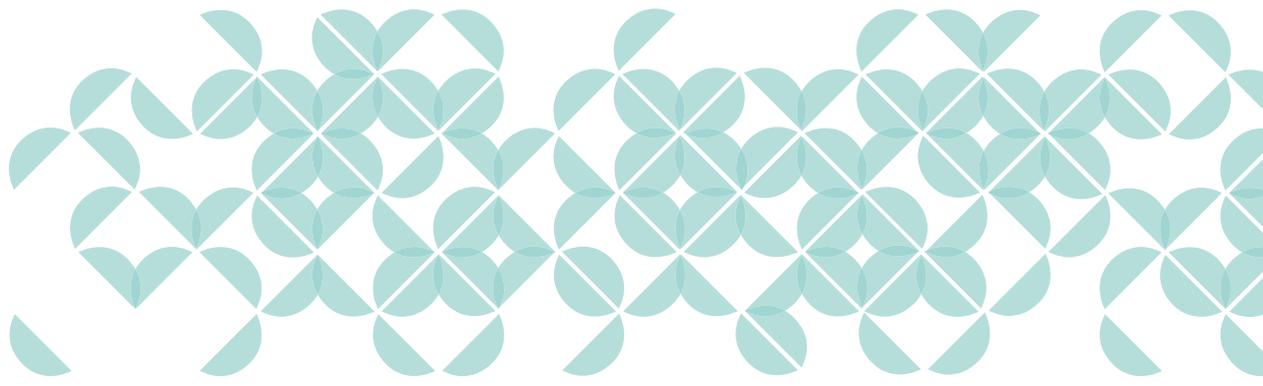
Eu penso que a proposta do Senador Luiz Henrique tem objetividade, tem clareza, é preciso também que o Estado ou o Município esteja todo ele regularizado, com o INSS e com todas as suas relações com a União. Portanto, não é uma concessão meramente de repassar dinheiro para custeio, é específico para investimento.

Finalmente, Ministro Guido Mantega, também apresentei aqui – e gostaria de ouvir a sua opinião, se for possível – a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de minha autoria, prevendo o aumento de 2% – só 2%, Ministro, é pouco – no repasse do Imposto de Renda e também do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios. É muito pouco.

Aqui está um ex-Prefeito, o Senador Lindbergh – há vários ex-prefeitos aqui –, e penso que podemos, dessa forma, dar uma contribuição adequada, nessa relação, para resolver de vez a questão federativa que está hoje vivendo o seu estertor. A crise federativa está se ampliando não só nos aspectos financeiros e econômicos, mas também nos aspectos institucionais. Muito obrigada, Ministro Guido Mantega.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Suplicy.



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



## “Não seria razoável adotar a proposta do Confaz?”

**Eduardo Suplicy**  
*Bloco Apoio Governo / PT-SP*

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, caro Ministro da Fazenda, Guido Mantega, prezados Srs. Governadores Silval da Cunha Barbosa, do Mato Grosso, e nosso colega, por quem desenvolvemos respeito, consideração e amizade, Teotonio Vilela Filho, uma palavra também de carinho em homenagem a seu pai, que tanto ganhou a admiração de todos nós brasileiros, sobretudo quando desempenhou extraordinário papel na luta pela democratização do Brasil até que a tivéssemos conquistado.

Permita-me apenas recordar o primeiro comício das Diretas, em novembro de 1983. O primeiro comício em que o PT, sobretudo, tinha tanto se empenhado. Ali estava o Senador Fernando Henrique Cardoso. O Governador Franco Montoro tinha que comparecer ao Grande Prêmio do Jockey Club, mas o Presidente Fernando Henrique compareceu. Era uma demonstração, sobretudo, que o PT tinha... E ali havia alguns que indagavam: será que os petistas vão bem receber o Senador Fernando Henrique? E eis que soube-mos do falecimento de seu pai.

E eu me recordo, Presidente Renan Calheiros, de que, então, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma homenagem comovente, bonita, porque seu pai havia falecido eu acho que naquela madrugada. E todos nós

tínhamos extraordinário respeito pelo papel que desempenhara naqueles últimos anos de sua vida, inclusive com a doença que havia tido. Eu, que era amigo de Henfil, acompanhei também, inclusive, a amizade de Henfil com o seu pai.

Eu gostaria aqui de cumprimentar os Governadores por suas exposições, mas vou centrar-me, sobretudo, nas preocupações que temos tido com respeito à reforma do ICMS.

Gostaria também de esclarecer que, como Senador por São Paulo, tenho tido a preocupação, que acredito ser também a do Governador Geraldo Alckmin e do Secretário da Fazenda, Andrea Calabi, de assegurar para São Paulo um crescimento harmonioso com todos os demais Estados da Federação. E avalio que os dados que o Ministro Guido Mantega aqui mostrou do desenvolvimento, com o sentido de alcançarmos maior equilíbrio, é algo que está muito dentro da expectativa que nós temos de São Paulo.

Queria assinalar, até por uma Nota Técnica de responsabilidade do Secretário da Fazenda, Andrea Calabi, que:

O cenário da reforma do ICMS no ano de 2012, quando a PEC 197 foi proposta, era completamente diverso do panorama atual. Naquele ano, em abril o Senado Federal aprovou a Resolução nº 13, que reduziu as alíquotas interestaduais do ICMS sobre bens e mercadorias importados do exterior para 4%. E, em novembro, a União apresentou uma proposta de reforma do ICMS na qual as alíquotas interestaduais apresentavam uma trajetória descendente até chegarem a 4% de forma unificada, e havia a previsão de compensação das perdas de arrecadação dos Estados no processo.

Neste contexto – um cenário de redução das alíquotas interestaduais a 4% e compensação das perdas de arrecadação – seria aceitável que fosse incluída nas discussões da reforma do ICMS a mudança nas regras constitucionais aplicáveis às vendas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, objeto da PEC 197.

O Estado de São Paulo aceitou incluir a discussão da PEC 197 no âmbito da reforma do ICMS em conjunto com as demais iniciativas, para viabilizar as negociações de temas tão complexos, mas não concorda com sua votação de forma isolada.

Portanto, deve haver a compensação das perdas sofridas pelo Estado de São Paulo. Agora, em sendo bem sucedido um novo esforço de promover a reforma do ICMS, é necessário salientar que, pela palavra dos próprios, o Secretário Andrea Calabi e Geraldo Alckmin, concordam com a PEC, tanto é que o Secretário Andrea Calabi se pronunciou favorável à minuta

de convênio do Confaz, que prevê a partilha do ICMS e a correspondente compensação de perdas.

Mas, Ministro Mantega, tenho aqui três breves questões sobre a compensação.

O Confaz entende que a compensação aos Estados, decorrente da reforma do ICMS proposta pelo governo, deva ser estendida a todas as operações envolvidas.

É o caso, por exemplo, das operações interestaduais com mercadorias importadas ou de baixo conteúdo nacional, sujeitas, desde já, a alíquota reduzida de 4%. Como a chamada guerra dos portos já não mais se manifesta, com a entrada em vigor da Resolução nº 13, de 2012, as operações hoje praticadas não dependem de incentivo irregular, mas são o resultado de negócios estabelecidos em condições normais de mercado. O Estado de origem, porém, tem sua receita diminuída por não mais serem aplicáveis as alíquotas padrão de 12% e 7%.

Raciocínio análogo pode ser feito para as operações destinadas aos consumidores finais, não contribuintes do ICMS, às quais será aplicado o regime de partilha do ICMS nas operações interestaduais, se aprovada a PEC 197, de 2012, a chamada PEC do Comércio Eletrônico, em tramitação no Congresso. Os Estados também perderão receita nesse caso, pela redução da alíquota aplicável.

Não seria razoável, portanto, em perfeita harmonia com o objetivo de atenuar as perdas de receita dos Estados para viabilizar uma reforma de tanto interesse para o Brasil, adotar a proposta formulada de forma consensual pelo Confaz?

Temos notícia de que os Estados fizeram um grande esforço de negociação no Confaz, com a colaboração inclusive de São Paulo. O resultado final é bem diferente da expectativa inicial de cada Estado, uma vez que transigir e fazer concessões foi a palavra de ordem para se chegar a um consenso difícil de ser obtido pela natureza da matéria.

Não caberia, então, ao Governo Federal também negociar, aceitar alguns pontos considerados essenciais para que não desperdicemos essa oportunidade única de construir um grande acordo nacional?

Para concluir, Sr. Presidente, passo à terceira questão, sobre o futuro.

Na hipótese do Convênio Confaz não ser celebrado, quais seriam as repercussões sobre o ambiente de negócios, o clima de insegurança jurídica e o

nível de investimento privado? Viabilizar o Convênio e, portanto, a reforma do ICMS, não estimularia o crescimento sustentado do PIB e a arrecadação, facilitando a absorção dos encargos da União para sustentar os fundos de compensação e de desenvolvimento regional?

Gostaria de passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Guido Mantega, algo pouco usual: 81 Senadores encaminharam uma carta que será entregue hoje por mim à Senhora Presidenta Dilma Rousseff a respeito da Renda Básica de Cidadania. Mas sobre esse tema conversaremos em outra oportunidade.

Apenas entrego a V. Ex<sup>a</sup> este documento.

Muito obrigado e meus cumprimentos a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Vamos conceder a palavra ao Ministro Guido Mantega para que S. Ex<sup>a</sup> possa fazer a sua intervenção nacional e, cumulativamente, dar respostas às perguntas aqui feitas pelas Sr<sup>as</sup> e pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

---

**O SR. GUIDO MANTEGA** – Obrigado, Presidente Renan.

Vou tentar responder uma parte das questões que me foram colocadas, à medida do possível. Dado o adiantado da hora, procurarei ser o mais sintético possível.

Foi abordada por vários Senadores a questão da redução do pagamento da dívida, a parcela a ser paga mensalmente para desafogar os Estados. Foi argumentado aqui que alguns Estados não se beneficiariam disso. De fato, alguns sim; outros não; e todos obterão isso à medida que, ao longo do tempo, vão diminuindo a dívida a ser paga, porque, com as mudanças que fizemos, todas as dívidas serão reduzidas, em velocidade maior ou menor. Alguns já a têm mais reduzida; alguns já não pagam; poucos pagam, 13%, 14 ou 15%; outros já pagam menos, porque é proporcional às prestações que a dívida impõe. Então, já existe isso. E outros que estão fora disso alcançarão essa situação mais adiante.

O procedimento adotado no projeto de lei complementar que foi aprovado pela Câmara, está vindo agora para o Senado, não está colocando uma centralização de dívida e nem repactuação. O que ele faz é apenas mexer com o indexador, o indexador que está presente nos contratos. Portanto, não há qualquer violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. E quero dizer que isso

é muito importante para nós, porque nós não concordamos com nenhuma mudança que mexe com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela deve ser preservada inteiramente.

Agora, o mecanismo com que isso vai se realizar, essa repactuação é automática. Não há negociação. Aplica-se uma regra, e a regra é universal.

O Senador Paulo Bauer perguntou: haverá discricionariedade do Governo Federal? Não, não haverá. São regras universais aplicadas a todos, automaticamente. Então, não há nenhuma discricionariedade, e elas beneficiam aqueles que têm acesso. Então, não há uma repactuação – isso é muito importante. Nem repactuação, nem reestruturação. Não se trata de nada disso. Só mexemos com o indexador.

Em relação a Santa Catarina, há uma questão que se sobrepôs à dos corredores de importação, cuja mudança foi feita nesta Casa, a partir de uma resolução, em que se baixou para 4% a tarifa interestadual.

Eu quero lembrar que, para os três Estados que mais tinham problemas com isso, nós fizemos uma legislação especial, demos vantagens bastante grandes para que os Estados compensassem eventuais perdas com recursos que foram abundantes. Tanto para Santa Catarina, quanto para o Espírito Santo, quanto para Goiás.

A informação que eu tenho é que eles já chegaram ao seu destino. Não sei se tudo ou se falta alguma coisa. O Proinvest é outra coisa, mas os recursos, até onde eu sei, foram liberados, e esses Estados, particularmente Santa Catarina, estão realizando muitas obras e projetos que serão muito benéficos para as suas atividades econômicas.

Concordo com o Senador Buarque quando diz que o grande objetivo do Pacto é construir uma Nação e, sobretudo, dar melhores condições de vida à população brasileira. E eu mostrei, na apresentação inicial que fiz, que isso está ocorrendo. Foi justamente isso que eu mostrei. O País está implantando desenvolvimento e reduzindo a desigualdade social.

É até possível que uma parte desse crescimento a maior dos Estados menos desenvolvidos – os Estados do Nordeste, os Estados do Centro-Oeste, os Estados do Norte – tenha sido por causa da guerra fiscal. É até possível. A guerra fiscal, de fato, em algum momento, substituiu a falta de uma política de desenvolvimento mais explícita. Só que, ao longo desse tempo, vem sendo implantada, sim, uma política de desenvolvimento regional que tem beneficiado os Estados menos desenvolvidos, e é a somatória disso que, podemos dizer, está ocorrendo.

Então, por exemplo, a indústria está se descentralizando. Antes ela só ia para São Paulo, um pouco para o Rio de Janeiro, talvez Minas. A indústria está se disseminando por todo o País. Mesmo a indústria automobilística, que é a mais difícil, fica mais perto dos centros consumidores, já está presente em várias capitais de outros Estados que não os do sudoeste. Então, está havendo isso.

Mas não podemos esquecer o PAC, o Bolsa Família e outros programas que têm incrementado. Também programas como Plano Safra, reforço dos bancos regionais, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, tudo isso tem contribuído.

Como disse o Senador Delcídio, nós passamos por um longo processo de amadurecimento dessa questão da reforma tributária do ICMS. Nós já tentamos, no passado, fazer toda a reforma tributária – seria o ideal –, mas nós não conseguimos.

Eu tenho experiência já – eu como Ministro da Fazenda –; em 2007 e 2008, isso não funcionou. Mas outros que me antecederam não conseguiram, porque isso mexe muito com o Pacto Federativo, mexe com muitos interesses ao mesmo tempo. E é por isso que se escolheu a reforma do ICMS, que representa, como já foi dito aqui, 70% de uma reforma tributária, porque é o tributo mais problemático – e foi o Senador Delcídio que disse isso.

A guerra fiscal, embora possa ter sido frutífera no passado, terá sido sem súmula vinculante feita pelo Supremo. É bom que se deixe isso claro, porque volta tudo a estaca zero; todo mundo vai ter que devolver dinheiro.

Então, se isso não acontecer – teve a sua razão de ser no passado, não tem mais porque agora, como já foi dito, é a guerra de todos contra todos, do contrato social – quem é que dizia isso? Era Rousseau? Já esqueci. Estou aqui inspirado pelo Cristovam, que falou que precisamos fazer mais filosofia do que matemática.

Mas, certamente, com a filosofia do Senador, eu concordo: temos que gastar mais em educação. Mas não concordo com a matemática dele, que é tirar da União o recurso e fazer a União bancar todo o gasto com educação. Mesmo porque a União quebraria se fizesse isso, ao menos que desativasse outros programas.

Não esqueçam os senhores que a União vive uma dificuldade semelhante a dos Estados. Não há situação folgada fiscal hoje, nem nos Estados e nem nos Municípios e nem na União. Nós passamos cinco anos de crise, nós tivemos que combater essa crise, demos incentivos, a coisa funcionou, o País está se recuperando, mas todo ficou com o orçamento apertado. Eu tenho lá

também um orçamento apertado para fechar as contas. Eu tenho que fechar as contas e, portanto, não tenho como assumir a matemática da educação.

Mas, diga-se de passagem, nós temos aumentado os investimentos – eu chamo de investimentos e não de gastos – do Governo Federal em educação. Triplicamos a verba do Ministério da Educação nos últimos 10 anos, em termos reais. E estamos aumentando para tirar a diferença que foi deixada aí por anos e anos sem muita atenção.

Quanto à segurança do fundo regional, Fundo de Desenvolvimento, a segurança é total. O Governo Federal nunca deixou de cumprir algum projeto dessa natureza, e alguns falam da Lei Kandir. Porém, a Lei Kandir foi cumprida à risca, e, mais do que à risca, porque tinha validade para 2006, portanto, venceu em 2006, exatamente quando assumi o Ministério da Fazenda. E, aí, negociei com o Governadores, naquela ocasião, a extensão para mais um ano. E assim tem sido. Ou seja, temos estendido a Lei Kandir; ela tem uma sobrevida porque há uma negociação, o Governo Federal tem se disposto a fazer isso, são R\$3,9 bilhões, quase R\$4 bilhões por ano que têm sido distribuídos aos Estados.

Então, não podemos dizer que a Lei não tenha sido cumprida. Alguns podem dizer que questionam se aquela lei dava conta da complementaridade que era necessária pela desoneração das exportações. Mas isso é uma história de que não participei, e cumprimos rigorosamente, e até mais, porque cumprimos uma lei que já não está em vigor. Portanto, nada leva a pensar que o Fundo de Desenvolvimento não seria cumprido pela União, que cumpre rigorosamente aquilo que combina, aquilo que está na lei. Cumprimos a lei rigorosamente, portanto, não deve haver temores em relação a isso.

Em relação aos financiamentos que são concedidos a Estados e Municípios, que têm a partir do espaço fiscal que têm os entes federados a partir do PAF, eu queria lembrar, em primeiro lugar, que o PAF é um programa muito rigoroso, e não é à toa que se chama Programa de Ajuste Fiscal. Parece um programa do Fundo Monetário, e é, porque vai uma missão do Tesouro ao Estado, examina as contas e verifica se aquele Estado está cumprindo rigorosamente os preceitos de reduzir a dívida, de fazer primário. E, nesse sentido, libera um espaço fiscal que não vai atrapalhar a condução da dívida para um patamar menor. É por isso que temos concedido PAFs. E V. Ex<sup>as</sup> podem ver – comecei aqui mostrando a redução da dívida dos Estados – todos os Estados brasileiros reduzindo a sua dívida. Portanto, essa é uma solidez fiscal, e esses Estados estão recebendo espaços do PAF.

Agora, estamos tirando o BNDES desse financiamento, desses projetos, porque o BNDES vai ficar mais circunscrito aos projetos de infraestrutura, a projetos que não conseguem financiamentos, e assim por diante. Nada

impedirá que os entes federados batam às portas do Banco Mundial, do BID, da CAF, das entidades que estão feitas para isto: financiar desenvolvimento regional.

Inclusive, nós temos pré-pago a dívida federal com o Banco Mundial. Nós estamos pagando antecipadamente. Pagamos duas *tranches* para que os Estados possam encontrar espaço lá no Banco Mundial para fazer isso. Além disso, há bancos privados também hoje dispostos a financiar dívidas dos Estados, e temos outros bancos do Governo, federais, que podem fazer isso.

Aqui alguém falou da humanização da equipe econômica. Então, vamos fazer esforços para uma humanização da nossa equipe, que é considerada excessivamente dura por alguns, embora nós tenhamos viabilizado o desenvolvimento social e econômico do País. Mas, mesmo assim, sempre vale a pena fazer um esforço adicional.

O projeto do Senador Luiz Henrique, que eu já tive ocasião aqui de avaliar mais de uma vez, de conversar, de debater, tem o problema justamente de canalizar 20% dos pagamentos mensais para investimentos, infraestrutura. O objetivo é perfeito. Mas, do meu ponto de vista, isso acaba mexendo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se bem que ele me prova que não é bem assim. Mas isso mexe justamente com este preceito fundamental: não mexer com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a obtenção de um espaço maior para pagamento virá dessas mudanças de indexador e redução da dívida passada. É aí que os Estados ou os Municípios, principalmente, poderão reduzir a sua dívida e, portanto, a parcela que pagarão. Então, é uma forma que eu acredito mais, digamos, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi reconhecido aqui que há uma redução das desigualdades entre Estados e que é preciso que ela ganhe velocidade.

Sou totalmente favorável. O Governo Federal tem orientado uma boa parte dos seus programas justamente para as regiões menos ricas do País. Então, também acho que devemos aumentar a velocidade através de investimentos etc.

Uma boa parte desse Programa de Concessões em Infraestrutura, que é um grande Programa, trará benefícios, principalmente, para a conexão de regiões, vai juntar regiões mais pobres com os portos, com o escoamento de safra, com o escoamento de produtos e mesmo uma relação com as regiões mais ricas, de modo que aumente o comércio, aumente a relação, a sinergia, entre esses Estados.

Enfim, quero dizer que termino onde comecei, dizendo que o nosso Pacto

Federativo, embora se depare com problemas e conflitos, que são naturais numa Federação que reúne tantos Estados e Municípios, todos importantes – eu comparei à União Europeia –, mesmo assim, temos caminhado. É claro que podemos caminhar mais, e é por isso que estamos aqui hoje, nesta Casa, para discutir justamente como avançar no Pacto Federativo, como superar problemas que existem no seio do Pacto Federativo, como o endividamento dos Estados, como o problema de uma estrutura fiscal que não é produtiva, que não permite, hoje, o avanço dos investimentos; pelo contrário, está ameaçando investimentos, sim. Há Estados que estão parados, há empresas que estão paradas nos seus investimentos porque não têm segurança jurídica.

Então, eu diria que nós devemos trabalhar juntos para que esses projetos possam ser implementados e aperfeiçoados naturalmente, desde que sempre nós tenhamos em conta que a solidez fiscal tem também de ser resultado desse processo. Dar, de um lado, mais fôlego aos Estados, dar condições mais seguras aos empresários, porém mantendo um equilíbrio entre o aumento dos investimentos, o aumento da disponibilidade para os Estados e Municípios, mas, ao mesmo tempo, que a gente continue nessa trajetória de redução de dívida e de uma situação fiscal cada vez mais sólida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de vir aqui conversar, debater com os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Mantega.

Consulto os Srs. Governadores Silval Barbosa e Teotonio Vilela se desejam fazer uma intervenção final. (*Pausa.*)

Governador Teotonio Vilela.

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** – Presidente Renan Calheiros, uma palavra apenas para parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa desta sessão temática sobre os assuntos federativos e a todos Senadores. Saio daqui muito satisfeito com o empenho e os interesses dos Senadores e das Senadoras nessa questão. Fiquei também muito feliz em ver a determinação do Senador Lindbergh em estabelecer uma agenda para que, ainda no ano de 2013, esta Casa avance em todas essas questões pendentes. É bom ver os Senadores da Comissão de Economia e outros Senadores também muito comprometidos com esse projeto, dizer ao Ministro Guido Mantega da satisfação em participar aqui desta Mesa a seu lado. Ainda ontem, tive oportunidade de conversar com o Ministro, que conhece muito bem as agruras alagoanas e dizer que conte com os governadores para esta empreitada.

Muito obrigado.

Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Quero agradecer a presença do Governador Teotonio Vilela, que interpreta o sentimento dos governadores da região. Como todos sabem, o Governador Teotonio Vilela é Governador do Estado de Alagoas, Estado que tenho a honra de representar aqui, no Senado Federal, já por três mandatos como Senador e, na Câmara, por dois mandatos como Deputado Federal.

O Senador Teotonio Vilela também já exerceu três mandatos aqui em nome do povo de Alagoas. Somos amigos, embora sejamos de partidos políticos diferentes. O meu partido não faz parte do governo de Teotonio Vilela, mas faço parte, sim, do esforço para resolver os problemas de Alagoas – e com muito orgulho digo isso.

Portanto, Governador, muito obrigado por sua presença e por sua colaboração.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença do Ministro Guido Mantega.

Cumprida a finalidade desta sessão, agradeço a todos que nos honraram com suas presenças. Esta Sessão Temática, tenho certeza, será muito importante para, definitivamente, superarmos e resolvermos essas quatro questões federativas que estão presentes na Ordem do Dia do Congresso Nacional: o Projeto de Resolução nº 1, que reforma o ICMS e está no Senado; o projeto que troca o indexador da dívida dos Estados e Municípios, aprovado na Câmara dos Deputados e que será apreciado rapidamente no Senado Federal; a proposta de emenda à Constituição que partilha os impostos do comércio eletrônico, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e de outros Srs. Senadores, de que eu tive a satisfação de ser o Relator, já aprovada, por unanimidade, no Senado Federal e que tramita na Câmara dos Deputados.

Nós ainda aguardamos a solução definitiva do Supremo Tribunal Federal com relação aos *royalties*. Nós fizemos a apreciação da distribuição dos *royalties*, definindo os critérios; depois, apreciamos os vetos da Presidente Dilma Rousseff; e, agora, estamos aguardando.

Eu assumi, juntamente com o Presidente Henrique Eduardo Alves, o compromisso de procurarmos, na próxima semana, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, e a Ministra Cármen Lúcia, Relatora da matéria, para que nós possamos, sob o ponto de vista do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, e mesmo do Supremo Tribunal Federal, até o final do ano, ter uma solução conjunta para esses quatro te-

mas que angustiam os Estados brasileiros.

Muito obrigado, Ministro Guido Mantega, mais uma vez.

Muito obrigado. Srs. Governadores.

Muito obrigado, Senadoras e Senadores.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 34 minutos.)*

# Expediente

**Diretor da Secretaria de  
Comunicação Social:**  
Davi Emerich

**Coordenador do  
Jornal do Senado:**  
Flávio Faria

**Preparação de originais:**  
Secretaria-Geral da Mesa

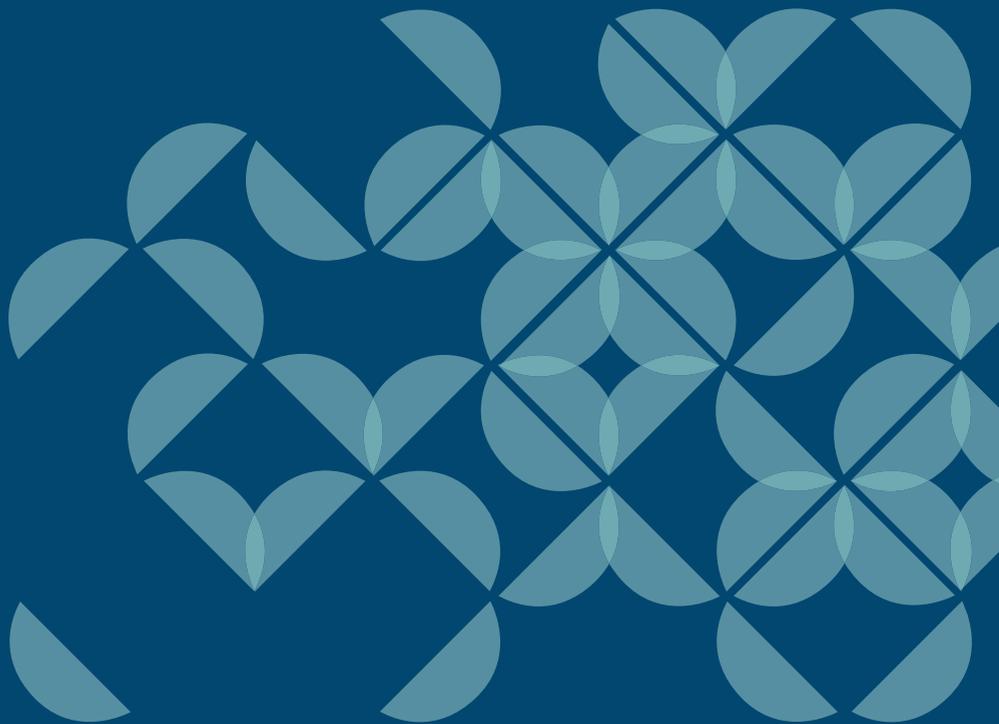
**Projeto gráfico:**  
Coordenação de  
Criação e Marketing

**Diagramação:**  
Claudio Portella

**Tratamento de imagem:**  
Edmílson Figueiredo

**Impressão:**  
Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações

*Dezembro/2013*



SENADO FEDERAL

